

# **Apropriação do território na ilha da Madeira: agricultura, capital e turismo, a partir da teoria da alienação**

**João Tiago Sousa de Freitas**

Dissertação de natureza científica elaborada para a obtenção do Grau de Mestre em  
Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

## **Orientação Científica:**

Professor Doutor Daniel Maurício Santos De Jesus

## **Júri:**

Presidente Doutor José Luís Mourato Crespo  
Vogal Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela  
Vogal Doutor Daniel Maurício Santos De Jesus

**Documento Definitivo**

**Lisboa, FA. ULisboa, julho de 2025**



# **Apropriação do território na ilha da Madeira: agricultura, capital e turismo, a partir da teoria da alienação**

**João Tiago Sousa de Freitas**

Dissertação de natureza científica elaborada para a obtenção do Grau de Mestre em  
Arquitetura, na Área de Especialização em Arquitetura Integrada

## **Orientação Científica:**

Professor Doutor Daniel Maurício Santos De Jesus

## **Júri:**

Presidente: Doutor José Luís Mourato Crespo

Vogal: Doutor Jorge Manuel Frazão Cancela

Vogal: Doutor Daniel Maurício Santos De Jesus

## **Documento Definitivo**

**Lisboa, FA. ULisboa, julho de 2025**



## Resumo

O presente trabalho analisa o território da ilha da Madeira, partindo da sua constituição natural até à apropriação cultural realizada ao longo do tempo. Gradualmente, através de uma leitura histórica, evidenciam-se as transformações da paisagem, marcadas pela agricultura, pela horticultura e, mais recentemente, pelo turismo. A meio desta análise, recorre-se à teoria da alienação, a partir da interpretação por Gustavo Godinho Benedito, para compreender como as sucessivas apropriações do território revelam duas formas distintas de relação entre sociedade e natureza: uma fase de comunhão, moldada pela adaptação humana ao lugar, e uma fase de desconexão, evidenciada pela fragmentação espacial. Neste processo, mostra-se que a atividade arquitetónica desempenha um papel modesto, enquanto parte de um todo social composto por diversas necessidades. A investigação propõe, assim, uma reflexão crítica sobre a relação sociedade-natureza, mediada pela ação humana, isto é, pelo trabalho, analisado aqui sobretudo através da agricultura e do turismo, que se destacam como eixos fundamentais nos processos de apropriação do território madeirense.

Palavras chave: Sociedade-natureza; território; paisagem; alienação; autoalienação; agricultura; turismo; ilha da madeira;

## Abstract

This dissertation analyzes the territory of Madeira Island, from its natural constitution to the cultural appropriation carried out over time. Through a historical reading, it gradually highlights the transformations of the landscape, shaped by agriculture, horticulture, and, more recently, tourism. Midway through this analysis, the study draws on the theory of alienation, as interpreted by Gustavo Godinho Benedito, in order to understand how successive appropriations of the territory reveal two distinct forms of relationship between society and nature: a phase of communion, shaped by human adaptation to place, and a phase of disconnection, evidenced by spatial fragmentation. In this process, it is shown that architectural activity plays a modest role, as part of a broader social whole composed of diverse needs. The research thus proposes a critical reflection on the society–nature relationship, mediated by human action, that is, by labor, analyzed here primarily through agriculture and tourism, which stand out as fundamental axes in the processes of appropriation of Madeira’s territory.

Keywords: Society-nature; territory; landscape; alienation; self-alienation; agriculture; tourism; madeira island.

## Agradecimentos

### *Casa li*

André

Bernardo

Janim

Luciana

Cati

Mari

Isa

Tio Emanuel

Professora Manuela Correia – sim, da escola do Tanque!

Daniel Maurício Santos De Jesus

Jorge Manuel Frazão Cancela

José Duarte Centeno Gorjão Jorge

Brasil

# Índice

<b>RESUMO</b> .....	<b>V</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>VI</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>VII</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>VIII</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>X</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1. GEOMORFOLOGIA E CLIMA DA ILHA DA MADEIRA</b> .....	<b>7</b>
1.1. A GEOMORFOLOGIA E OS RISCOS ASSOCIADOS .....	7
1.1.1. <i>A origem vulcânica da ilha</i> .....	7
1.1.2. <i>A geomorfologia da ilha</i> .....	8
1.1.3. <i>Geografia do concelho de Câmara de Lobos</i> .....	10
1.1.4. <i>Enquadramento socioeconómico do concelho</i> .....	13
1.1.5. <i>Perigosidades e desastres</i> .....	14
1.1.6. <i>Expressão da suscetibilidade</i> .....	20
1.1.7. <i>Exposição e vulnerabilidade municipal</i> .....	21
1.2. CARACTERIZAÇÃO DO CLIMA REGIONAL.....	23
1.2.1. <i>Oscilação do Atlântico Norte</i> .....	23
1.2.2. <i>Território e o Clima Observado</i> .....	26
<b>2. HISTÓRIA A PARTIR DA PAISAGEM</b> .....	<b>43</b>
2.1. DA MADEIRA AO AÇÚCAR .....	44
2.1.1. <i>Descoberta da ilha da Madeira</i> .....	45
2.1.2. <i>Povoamento da ilha</i> .....	46
2.1.3. <i>Exploração económica da Madeira no século XV e XVI</i> .....	49
2.2. O PERÍODO DO VINHO .....	53
2.2.1. <i>Descrição da paisagem em inícios do século XIX</i> .....	55
2.2.2. <i>A paisagem defendida no “Tratado ecológico” de meados do século XVIII</i> .....	58
2.2.3. <i>A Vinha e o Cereal</i> .....	59
2.2.4. <i>Propriedade e posse de terra: o Regime de Colonia</i> .....	60
2.2.5. <i>As razões para a apropriação dos terrenos baldios</i> .....	64
2.2.6. <i>Crise comercial e reconfiguração do acesso à terra no século XIX</i> .....	70
2.2.7. <i>A queda da Vinha e do sistema económico</i> .....	72
2.2.8. <i>Da aristocracia fundiária ao proprietário capitalista</i> .....	75
2.2.9. <i>O papel do cereal no incremento populacional</i> .....	78
2.2.10. <i>A paisagem despida de arvoredo</i> .....	80
2.2.11. <i>A água e a constituição de uma nova paisagem</i> .....	85
2.2.12. <i>A formação da imagem turística da ilha</i> .....	89
<b>3. O PAPEL DA ATIVIDADE HORTÍCOLA NA PAISAGEM RURAL DO SÉCULO XX</b> .....	<b>96</b>
3.1. O ACESSO À TERRA .....	98
3.2. A UTILIZAÇÃO DO SOLO .....	100
3.3. OS ANDARES DE CULTURAS .....	102
3.4. O PAPEL DA VACA NA PAISAGEM .....	110
<b>4. A TEORIA DA ALIENAÇÃO APLICADA AO TERRITÓRIO MADEIRENSE</b> .....	<b>112</b>
4.1. A ALIENAÇÃO COMO EXPRESSÃO DA NECESSIDADE HUMANA .....	113
4.2. ANTROPOLOGIA E ONTOLOGIA .....	114
4.3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	117
<b>5. AUTOALIENAÇÃO NA PAISAGEM CONTEMPORÂNEA</b> .....	<b>122</b>

5.1.	A PROCESSO DE AUTOALIENAÇÃO E O TERRITÓRIO MADEIRENSE .....	124
5.2.	O TURISMO ENQUANTO PROJETO POLÍTICO .....	130
5.2.1.	<i>O turismo como processo de autoalienação</i> .....	133
5.2.1.1.	O turismo e a condicionante territorial .....	134
5.2.1.2.	O novo modo de vida e a transformação da paisagem.....	139
5.2.1.3.	O tempo e o espaço como expressões abstratas da Autoalienação.....	150
5.2.1.4.	A autoalienação da atividade turística .....	155
5.2.1.5.	A ideia de concorrência .....	164
5.2.1.6.	O aeroporto como ferramenta de controlo populacional .....	168
5.2.1.7.	A autoalienação da habitação.....	178
5.2.1.8.	O efeito da autoalienação na agricultura .....	215
5.2.1.9.	O efeito da autoalienação no turismo.....	228
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>245</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>256</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>261</b>
	DOUTRINA PARA O TERRITÓRIO MADEIRENSE .....	261
	PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO (OU: PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO, CRESCIMENTO).....	263
	A LACUNA DA AUTONOMIA INTELECTUAL .....	267
	A POLÍTICA SUBMETIDA AO CRESCIMENTO ECONÓMICO .....	269

## Índice de figuras

FIGURA 1: CAPA DO TRABALHO FINAL. A LINHA INICIAL (DESENHADA DIGITALMENTE) MANTEVE A SUA FORMA TRANQUILA, MAS DE CONTROLO, E GANHOU UMA COR: VERMELHO – DA POTÊNCIA INCONTROLÁVEL DA LAVA. A POSIÇÃO DO TEXTO PROCURA TRANSMITIR A CHEGADA AO MAR E SIMULTANEAMENTE O EDIFÍCIO VULCÂNICO SUBMERGIDO ATÉ À PROFUNDIDADE MARINHA. (FUNDO: VERSO DO MAPA “THE ISLANDS OF MADEIRA, PORTO SANTO AND DEZERTAS” (1873), DE ALEXANDER THOMAS EMERIC VIDAL, DISPONÍVEL EM: <a href="https://am.uc.pt/item/44658">HTTPS://AM.UC.PT/ITEM/44658</a> ).....	2
FIGURA 2: ALGUMAS CONSTRUÇÕES DISSONANTES EM CÂMARA DE LOBOS (AO FUNDO, MAIS À ESQUERDA) E NO ESTREITO DE CÂMARA DE LOBOS (AO FUNDO, À DIREITA). EM PRIMEIRO PLANO, NO PICO DA LOMBADA, OBSERVA-SE UM MURO DE POIO (SOCALCO) EM BETÃO, DE IMPACTO NEGATIVO NA PAISAGEM. ....	3
FIGURA 3: CORTE GEOLÓGICO E TRANSVERSAL DA ILHA DA MADEIRA, CONFIRMANDO A FORMA DE “VULCÃO ESCUDO”. A CORES, A REPRESENTAÇÃO DAS DIVERSAS FASES DE FORMAÇÃO DA ILHA. (ADAPTADO DE GEODIVERSIDADE DA MADEIRA, <a href="https://geodiversidade.madeira.gov.pt">HTTPS://GEODIVERSIDADE.MADEIRA.GOV.PT</a> ) ....	7
FIGURA 4: UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS REGIONAIS E A LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS. (ABREU ET AL., 2009) .....	9
FIGURA 5: RELEVO DA ILHA DA MADEIRA. (PRADA, ET AL., 2005).....	9
FIGURA 6: PRINCIPAL REDE HIDROGRÁFICA. (ADAPTADO DE MARQUES, CARACTERIZAÇÃO HIDRÁULICA, HIDROLÓGICA E DO TRANSPORTE SÓLIDO DAS PRINCIPAIS LINHAS DE ÁGUA (RIBEIRAS) DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS - ILHA DA MADEIRA. 2014) .....	9
FIGURA 7: PRECIPITAÇÃO ANUAL. A ÁGUA TEM UM PAPEL FUNDAMENTAL NO PROCESSO EROSIVO. (AZEVEDO, ET AL., 2006) .....	10
FIGURA 8: CARTA DE DECLIVES DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS. (ADAPTADO ABREU ET AL., 2009) .....	10
FIGURA 9: HIPSOMETRIA DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS. (ADAPTADO DE ABREU ET AL., 2009) ..	10
FIGURA 10: CAMADAS DE LAVA E FILÕES (POSICIONADOS VERTICALMENTE) CORTADOS PELA ABRASÃO. (RIBEIRO, O., 1985) .....	11
FIGURA 11: DEPRESSÃO MORFOLÓGICA, OU VALE, DO CURRAL DAS FREIRAS, VISTA PARA SUL. (ABREU ET AL., 2009).....	12
FIGURA 12: VISTA DA METADE SUL DO CONCELHO DE CÂMARA DE LOBOS (ABREU ET AL., 2009).....	13
FIGURA 13: MOVIMENTO DE MASSA SIMPLES NA ORLA COSTEIRA. (ABREU ET AL., 2009) .....	15
FIGURA 14: MOVIMENTO DE MASSA SIMPLES NO VALE DA RIBEIRA DOS SOCORRIDOS. (ABREU ET AL., 2009) .....	15
FIGURA 15: DESLIZAMENTO ROTACIONAL DA FAJÁ DO CAPITÃO, ENTRETANTO ‘ANTROPORIZADO’. (ABREU ET AL., 2009).....	16
FIGURA 16: DESLIZAMENTO TRANSLACIONAL DA ACHADA DO CURRAL, ONDE SE ENCONTRA O MAIOR POVOAMENTO DO CURRAL DAS FREIRAS. O DESLIZAMENTO NÃO ESTÁ TOTALMENTE VISÍVEL NA FOTOGRAFIA. (ILHATOURS, <a href="https://www.ilhatours.com/tours/ver/3">HTTPS://WWW.ILHATOURS.COM/TOURS/VER/3</a> ) .....	17
FIGURA 17: O MESMO LOCAL EM FINAIS DOS ANOS 40 DO SÉCULO XX. NESTA FOTO É EVIDENTE COMO A ACHADA DO CURRAL É UM GRANDE DESLIZAMENTO. NOTE-SE O TERRITÓRIO DESPIDO DE ARVOREDO. (RIBEIRO, O., 1985) .....	17
FIGURA 18: ZONA DA TERRA CHÃ. REPRESENTAÇÃO DO FLUXO DE DETRITOS, (ABREU ET AL., 2009) ....	18
FIGURA 19: CARTA DE SUSCETIBILIDADE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE CÂMARA DE LOBOS. (ADAPTADO DE ABREU ET AL., 2009) .....	20
FIGURA 20: CARTA DE SUSCETIBILIDADE COMPÓSITA, (ADAPTADO DE ABREU ET AL., 2009).....	21
FIGURA 21: PRESENÇA DE INFRAESTRUTURA NA ORLA COSTEIRA, NO CABO GIRÃO (ABREU ET AL., 2009) .....	22
FIGURA 22: OCUPAÇÃO DO LEITO DA RIBEIRA DOS SOCORRIDOS (ABREU ET AL., 2009).....	22
FIGURA 23: OCUPAÇÃO DO LEITO DA RIBEIRA DOS SOCORRIDOS (ABREU ET AL., 2009).....	22
FIGURA 24: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA CORRELAÇÃO DA NAO, EM CENÁRIO ELEVADO. CALCULADA COMO A DIFERENÇA DE PRESSÃO ENTRE GIBRALTAR E ISLÂNDIA (CÍRCULOS PRETOS), COM A ANOMALIA DE PRECIPITAÇÃO (A CORES) E VARIAÇÃO DOS CAMPOS DE PRESSÃO (PRESSÃO AO NÍVEL DO MAR, REPRESENTADOS PELAS ISOLINHAS). E LOCALIZAÇÃO DA ILHA DA MADEIRA (CIRCUNFERÊNCIA LARANJA). (ADAPTADO DE MIRANDA ET AL., 2006) .....	24
FIGURA 25: CORRELAÇÃO INVERSA ENTRE A NAO E A PRECIPITAÇÃO (DJFM), EM PORTUGAL CONTINENTAL. VALORES ALTOS DA NAO CORRESPONDEM A VALORES BAIXO DE PRECIPITAÇÃO. (ADAPTADO DE MIRANDA ET AL., 2006) .....	26
FIGURA 26: MÉDIA DOS VALORES CLIMÁTICOS DO VENTO (1961-1990) DA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DO FUNCHAL. (VALENTE, ET AL., 2006).....	26
FIGURA 27: RELEVO DA ILHA DA MADEIRA. PARTE ORIENTAL: PICO RUIVO (1862M), PICO DO AREEIRO (1818). PARTE OCIDENTAL: PLANALTO DO PAUL DA SERRA (>1400M). (ADAPTADO DE PRADA, ET AL., 2005) .....	28

FIGURA 28: MOVIMENTO DE MASSAS DE AR E FORMAÇÃO DE UM SISTEMA DE NUVENS. OS ALTOS CUMES ESTÃO DESCOBERTOS. (RIBEIRO, O., 1985) .....	29
FIGURA 29: BAÍA DO FUNCHAL COM O “TECTO DE NUVENS”. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA. <a href="https://www.dnoticias.pt/2023/9/7/374274-muitas-nuvens-e-aguaceiros-esta-quinta-feira-na-madeira/">HTTPS://WWW.DNOTICIAS.PT/2023/9/7/374274-MUITAS-NUVENS-E-AGUACEIROS-ESTA-QUINTA-FEIRA-NA-MADEIRA/</a> ) .....	29
FIGURA 30: EFEITO FOEHN. A MANCHA ESCURA IRREGULAR REPRESENTA A CONDENSAÇÃO. ....	31
FIGURA 31: VISTA PANORÂMICA DA FAJÁ DO LUGAR DE BAIXO. PROTEGIDA PELA ARRIBA. PREDOMINÂNCIA DA CULTURA DA BANANEIRA. (SEQUIOIRO, 2019. <a href="https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lugar_de_Baixo_viewed_from_east.jpg">HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:LUGAR_DE_BAIXO_VIEWED_FROM_EAST.JPG</a> )..	31
FIGURA 32: TEMPERATURA MÁXIMA EM JUNHO, JULHO E AGOSTO. (VALENTE, ET AL., 2006) .....	32
FIGURA 33: TEMPERATURA MÉDIA. (VALENTE, ET AL., 2006) .....	33
FIGURA 34: TEMPERATURA MÍNIMA EM DEZEMBRO, JANEIRO E FEVEREIRO. (VALENTE, ET AL., 2006) .....	33
FIGURA 35: CURVAS DE VARIAÇÕES MENSIS DA TEMPERATURA. (RIBEIRO, O., 1985).....	34
FIGURA 36: LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985) .....	34
FIGURA 37: NÚMERO ANUAL DE NOITES TROPICAIS (NÚMERO DE DIAS COM TEMPERATURA MÍNIMA SUPERIOR A 20º). (VALENTE, ET AL., 2006) ....	34
FIGURA 38: NÚMERO ANUAL DE DIAS DE VERÃO (DIAS QUE TENHAM TEMPERATURAS MÁXIMAS SUPERIORES A 25ºC). (VALENTE, ET AL., 2006)	34
FIGURA 39: EVOLUÇÃO TEMPORAL DAS MÉDIAS DAS TEMPERATURAS MÁXIMAS E MÍNIMAS ANUAIS NO FUNCHAL E NO PORTO SANTO. (VALENTE, ET AL., 2006) .....	35
FIGURA 40: MÉDIAS DE PRECIPITAÇÃO E DE TEMPERATURA (RIBEIRO, O., 1985).....	37
FIGURA 41: PRECIPITAÇÕES MÉDIAS ANUAIS. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985) LEGENDA: 1 – MENOS DE 500MM; 2 – DE 500 A 750; 3 – DE 750 A 1000; 4 – DE 1000 A 1250; 5 – DE 1250 A 1500; 6 – DE 1500 A 2000; 7 – DE 2000 A 3000; 8 – MAIS DE 3000. ....	37
FIGURA 42: PRECIPITAÇÃO ANUAL. (VALENTE, ET AL., 2006) .....	39
FIGURA 43: PRECIPITAÇÃO DE INVERNO (DJF). (VALENTE, ET AL., 2006).....	39
FIGURA 44: PRECIPITAÇÃO DE VERÃO (JJA). (VALENTE, ET AL., 2006) .....	39
FIGURA 45: NÚMERO ANUAL DE DIAS COM PRECIPITAÇÃO ELEVADA (PREC>10MM) (DIAS CHUVOSOS). (VALENTE, ET AL., 2006).....	39
FIGURA 46: NÚMERO ANUAL DE DIAS COM PRECIPITAÇÃO (PREC>0.1MM). (VALENTE, ET AL., 2006) .....	39
FIGURA 47: GOTÍCULAS DE NEVOEIRO RETIDAS PELA VEGETAÇÃO. (PRADA, ET AL., 2005) .....	40
FIGURA 48: ÁREA FLORESTAL DE ESSÊNCIA INDÍGENA. (RIBEIRO, O., 1985).....	42
FIGURA 49: ÁREA FLORESTAL DA ILHA DA MADEIRA E CLASSIFICAÇÃO DOS GÉNEROS PLANTADOS. (ADAPTADO DE IFCN. <a href="https://ifcn.madeira.gov.pt/images/prof-ram/cartografia/9A_OcFlorestal_Madeira.JPG">HTTPS://IFCN.MADEIRA.GOV.PT/IMAGES/PROF-RAM/CARTOGRAFIA/9A_OcFLORESTAL_MADEIRA.JPG</a> ).....	42
FIGURA 50: SEIVA QUE PASSADO ALGUM TEMPO SOLIDIFICA, OXIDANDO, E GANHA UM TOM VERMELHO. ....	46
FIGURA 51: ITINERÁRIO DE JOÃO GONÇALVES ZARCO NO RECONHECIMENTO DA COSTA SUL DA MADEIRA. DIVISÃO DA ILHA EM DUAS CAPITANIAS: A METADE SUL CONCEDIDA A JOÃO GONÇALVES ZARCO E A DO NORTE ENTREGUE A TRISTÃO VAZ TEIXEIRA. (MELO, S.D.).....	47
FIGURA 52: PARÓQUIAS FUNDADAS DURANTE O SÉCULO XV. POVOAMENTOS SEMPRE JUNTO À FOZ DAS RIBEIRAS – LOCAIS DE TERRAS FÉRTEIS E DE MELHOR ACESSO AO INTERIOR DA ILHA. AS ANGRAS SÃO BONS ABRIGOS PARA AS EMBARCAÇÕES. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985) .....	48
FIGURA 53: REPARTIÇÃO DAS CASAS E DISPERSÃO DOS POVOAMENTOS. SÓ O FUNCHAL TEM CARÁTER MAIS URBANO. (RIBEIRO, O., 1985) .....	54
FIGURA 54: A LARANJA UMA FAIXA REPRESENTATIVA DOS 2,5 KM DE LARGURA QUE, DESDE A LINHA DE COSTA, EM GERAL, CORRESPONDE À ÁREA DISPONÍVEL PARA AGRICULTURA. EMBORA A MODESTA LARGURA (A ATUAL PISTA DO AEROPORTO DA MADEIRA CONTA COM 2781 METROS) A OROGRAFIA FACILMENTE SURPREENDE PELA GRANDE VARIAÇÃO DE ALTITUDE E INCLINAÇÃO, CONTANDO COM DIVERSOS MICROCLIMAS E DIFERENTES VALORES DE HUMIDADE. (ADAPTADO DE O. RIBEIRO, 1985) .....	55
FIGURA 55: DESCRIÇÃO DA PAISAGEM E DOS PRINCIPAIS POVOAMENTOS NO INÍCIO DO SÉC. XIX. MAPAS DE CIRCULAÇÃO (CABOTAGEM) E DE RELEVO (EQUIDISTÂNCIA DE 100 METROS). (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985).....	57
FIGURA 56: CONJUNTO DE POIOS (ALMEIDA, J.P. ESTRUTURAS PÉTREAS NO TERRITÓRIO MADEIRENSE, REVISTA ISLENHA, Nº 53, 2013)	62
FIGURA 57: COMPOSIÇÃO DA PAISAGEM RURAL EM 1949. (RIBEIRO, O., 1985) .....	65
FIGURA 58: ZONAS DA ILHA DA MADEIRA MAIS E MENOS PROPÍCIAS AO CULTIVO DA VINHA. A COR CASTANHA TRANSLÚCIDA INDICA O TERRITÓRIO INCULTO, QUE TERÁ SERVIDO DE SUPORTE ÀS	

PRÁTICAS DA POPULAÇÃO. AINDA QUE INCLUÍDAS NAS ÁREAS LARANJA E CASTANHA, MUITAS ZONAS APRESENTAM DECLIVES POUCO FAVORÁVEIS AO CULTIVO. A COTA DOS 700 METROS FOI CONSIDERADA COMO LIMITE, POR CORRESPONDER, NO FUTURO, AO TRAÇADO DAS PRINCIPAIS LEVADAS DA ILHA. A DEFINIÇÃO POLÍTICA DESSA COTA PODE ESTAR ASSOCIADA À APROPRIAÇÃO DOS TERRENOS SITUADOS EM ALTITUDES MAIS BAIXAS, GERALMENTE FAVORÁVEIS EM TERMOS CLIMÁTICOS, E, POR ISSO, COM POTENCIAL ECONÓMICO. OS PONTOS PRETOS REFEREM-SE ÀS ENCOSTAS DO OESTE – DOS PRAZERES ÀS ACHADAS DA CRUZ – E AOS PLANALTOS DO SANTO DA SERRA E DE SANTANA, ZONAS COM DECLIVE MAIS SUAVES QUE PERMITEM O CULTIVO A ALTITUDES SUPERIORES – ATÍPICO NO CASO MADEIRENSE. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985) .....	66
FIGURA 59: PALHEIRO COM TELHADO DE PALHA (1979). A APROPRIAÇÃO DOS TERRENOS BALDIOS ERA FUNDAMENTAL PARA O MODO DE VIDA DAS POPULAÇÕES RURAIS. (BRANCO, J., 2019).....	68
FIGURA 60: BOTAS EM PELE E SOLA DE BORRACHA. ....	69
FIGURA 61: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA E NA CIDADE DO FUNCHAL. NOTE-SE O CONTRASTE ENTRE A RELATIVA ESTABILIDADE DEMOGRÁFICA NO FUNCHAL E A MAIOR VARIABILIDADE NO RESTANTE ARQUIPÉLAGO, PREDOMINANTEMENTE TERRITÓRIO RURAL. Nesses dados estão incluídos os da ilha do Porto Santo. (ADAPTADO DE MATOS E SANTOS, 2013) .....	74
FIGURA 62: MOINHO DE ÁGUA COMO TESTEMUNHA ARQUITETÓNICA DE UM PROCESSO DE ACONTECIMENTOS OCORRIDOS NO SÉCULO XIX: “SUPRESSÃO DOS DIREITOS BANAIIS, O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO, A AMPLIAÇÃO DA REDE DE IRRIGAÇÃO, A PASSAGEM À CULTURA DO MILHO” QUE ELEVARAM “A PROCURA DE FARINHAS E, DAÍ, A NECESSIDADE DE UMA MAIOR CAPACIDADE DE MOAGEM”. (BRANCO, J., 2019) .....	79
FIGURA 63: REPRESENTAÇÃO DAS ZONAS MONTANHOSAS DO FUNCHAL SEM PRESENÇA DE ARVOREDO. (EL AL. ACADÉMICA DA MADEIRA. 8 DE JUNHO DE 2023. <a href="https://et-al.pt/2023/06/08/madeira-ilustrada-e-uma-obra-de-extrema-importancia-para-historiadores-e-linguistas/">HTTPS://ET-AL.PT/2023/06/08/MADEIRA-ILUSTRADA-E-UMA-OBRA-DE-EXTREMA-IMPORTANCIA-PARA-HISTORIADORES-E-LINGUISTAS/</a> ) .....	82
FIGURA 64: FORÇA DA ÁGUA NA SERRA DE ÁGUA, NO INTERIOR DA RIBEIRA BRAVA, A 20 DE FEVEREIRO DE 2010. ENQUANTO NAS ZONAS INTERIORES AS MASSAS DE ÁGUA REÚNEM-SE E GANHAM VELOCIDADE, EM DIREÇÃO ÀS ZONAS COSTEIRAS GANHAM AINDA MAIS POTÊNCIA. (ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA EM GUERNSEY, <a href="http://gsypassociation.blogspot.com/2010/03/temporal-na-serra-dagua.html">HTTP://GSYPASSOCIATION.BLOGSPOT.COM/2010/03/TEMPORAL-NA-SERRA-DAGUA.HTML</a> ).....	83
FIGURA 65: ILUSTRAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS PRIORIDADES DO PLANO ELABORADO POR OUDINOT. (FOTOGRAFIA DE CARITA ET AL., 2018) .....	84
FIGURA 66: CANAL DE IRRIGAÇÃO PRIVADO, PERTO DO PICO DA LOMBADA (FREGUESIA DE SÃO MARTINHO, FUNCHAL). PODENDO LER-SE: ENTRADA DE AGUA PERTEN-SE A FRANCISCO MARIA PESTANA E A TERESA DE JESUS PESTANA 6-5-1946 .....	87
FIGURA 67: PLANTA DO FUNCHAL (POR JAMES JOHNSON, EM 1885) ASSINALANDO 89 QUINTAS DE ALUGUER NOS SEUS ARREDORES, ONDE, TENDO EM CONTA O CONTEXTO INSULAR, GERALMENTE SE SITUAVAM. NO CENTRO CIDADINO LOCALIZAVAM-SE AS HOSPEDARIAS EM QUE, NUM PRIMEIRO MOMENTO, OS VIAJANTES SE HOSPEDAVAM. (MATOS, 2025) .....	92
FIGURA 68: ÁRVORE COMO SÍMBOLO DE LUXO. QUINTA DO TIL, COM O TRONCO DA ÁRVORE QUE DEU NOME À QUINTA. 1905. (ARQUIVO E BIBLIOTECA DA MADEIRA. <a href="https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/descriptions/333654">HTTPS://ARQUIVO-ABM.MADEIRA.GOV.PT/DESCRIPTIONS/333654</a> ) .....	93
FIGURA 69: BORDANDO NO QUINTAL – O LUGAR MAIS EXPOSTO À LUZ. SUBLINHE-SE O PAVIMENTO EM CALHAU ROLADO, UM PEQUENO MURO QUE PODE SERVIR DE ASSENTO, A FAIXA HORIZONTAL NA PARTE INFERIOR DA PAREDE DA CASA QUE ENTREGA AO ESPAÇO UM ESTADO DE PERMANÊNCIA, E QUE, SIMULTANEAMENTE, PROTEGE A COR DA PAREDE DOS SALPICOS DA CHUVA. MAÇAROCAS A SECAR E OUTRAS PRONTAS PARA A DEBULHA, E QUE DEPOIS SEGUIAM PARA A MOAGEM. AO FUNDO, UM CORREDOR FORMADO PELA VINHA E QUE NO VERÃO É SOMBREANDO PELA MESMA. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS DAS MADEIRA, <a href="https://www.dnoticias.pt/2020/12/28/244467-as-bordadeiras-rua-dos-ferreiros/">HTTPS://WWW.DNOTICIAS.PT/2020/12/28/244467-AS-BORDEADEIRAS-RUA-DOS-FERREIROS/</a> ) .....	98
FIGURA 70: UTILIZAÇÃO DO SOLO. (RIBEIRO, O., 1985) .....	100
FIGURA 71: CASAS RURAIS EM MACHICO, INSERIDAS NA PARCELA DE TERRA E RODEADAS DE VEGETAÇÃO. (RIBEIRO, O., 1985).....	101
FIGURA 72: CASAS RURAIS EM SANTANA, SENDO A DA ESQUERDA A COZINHA. EVIDENCIE-SE O USO DA PALHA NOS TELHADOS. A PALHA (COLMO) USADA NOS TELHADOS PROVINHA DA CEVADA (FREITAS BRANCO, 2019) OU DO TRIGO CUIDADOSAMENTE ‘MALHADOS’ COM O MANGUAL. (RIBEIRO, O., 1985) .....	101
FIGURA 73: PINHAIS NO LIMITE DOS CAMPOS. (RIBEIRO, O., 1985) .....	102

FIGURA 74: UTILIZAÇÃO DO SOLO E A LINHA DE COTA DOS 700 METROS INDICADA A LARANJA. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985) LEGENDA: 1 – CULTURAS; 2 – MONTADO E BOSQUES DE ESSÊNCIAS AUTÓCTONES; 3 – PINHAIS; 4 – TERRENOS DESNUDADOS. ....	102
FIGURA 75: A HARMONIA E A DIVERSIDADE ECOLÓGICA DA ILHA. (RIBEIRO, O., 1985) .....	103
FIGURA 76: MONOCULTURA DA BANANEIRA NA RIBEIRA DOS SOCORRIDOS, À ÉPOCA (1949) A MAIOR PLANTAÇÃO DE BANANEIRAS DA ILHA. É NO LEITO E NA FOZ DAS RIBEIRAS QUE ESTÃO OS MELHORES SOLOS DA ILHA. GRANDE PARTE DO SOLO QUE ‘ENCHE’ OS POIOS, CONSTRUÍDOS SOBRE A ROCHA NUA, FOI TRANSPORTADO EM CESTOS A PARTIR DOS LEITOS DAS RIBEIRAS. (RIBEIRO, O., 1985) .....	105
FIGURA 77: A PAISAGEM HUMANIZADA DA MADEIRA – UM PLEONASMO? (RIBEIRO, O., 1985) .....	105
FIGURA 78: DESAPARECIDA A VEGETAÇÃO INDÍGENA – ATRAVÉS DO FOGO, E COM DECLIVES TÃO ACENTUADOS – A EROÇÃO CAUSADA PELA CHUVA ARRASTA INEVITAVELMENTE O SOLO. ISSO OBRIGOU À CONSTRUÇÃO DOS POIOS, DEPOIS PREENCHIDOS PELO SOLO DE ALUVIÃO. (RIBEIRO, O., 1985) .....	105
FIGURA 79: SER DONO DE UM POIO ERA SER DONO DE UM TESOURO; ERA NÃO MORRER À FOME, POIS SEMPRE SE PODIA PLANTAR (FONTE ORAL). FOTO PUBLICADA EM 1959, NA NATIONAL GEOGRAPHIC MAGAZINE. (ADAPTADO DE MEDIUM. <a href="https://medium.com/arquitetura-nas-ilhas-da-madeira/os-poios-agricolas-da-madeira-879391120250">HTTPS://MEDIUM.COM/ARQUITETURA-NAS-ILHAS-DA-MADEIRA/OS-POIOS-AGRÍCOLAS-DA-MADEIRA-879391120250</a> ) .....	107
FIGURA 80: ESTOLHO DE TRIGO E RESTOS DE UM PINHAL. (RIBEIRO, O., 1985) .....	108
FIGURA 81: VEDAÇÃO ENTRE AS PASTAGENS E A ÁREA DE BOSQUES. VERIFICA-SE, COM ISTO, QUE OS CONFLITOS QUE OCORRIAM ENTRE CULTIVADOR E CRIADOR DE GADO, ATÉ AO SÉCULO XIX (VER NOTA DE RODAPÉ 52), ERAM CERTAMENTE JÁ POUCO COMUNS. (RIBEIRO, O., 1985) .....	109
FIGURA 82: REPARTIÇÃO DAS DESNATADEIRAS. CADA PONTO REPRESENTA 25 MÁQUINAS. A PARTIR DAS DESNATADEIRAS, A NATA ENCAMINHAVA-SE PARA AS FÁBRICAS DE MANTEIGA. “A MANTEIGA, TAL COMO O VINHO, O AÇÚCAR OU AS BANANAS SÃO PRODUTOS COMERCIAIS [EXPORTADOS PARA PORTUGAL CONTINENTAL (3/4) E COLÓNIAS AFRICANAS] QUE O VILÃO NÃO CONSUME” (P. 98). (RIBEIRO, O., 1985) .....	111
FIGURA 83: REPARTIÇÃO DE BOVINOS. CADA PONTO REPRESENTA 25 CABEÇAS. (RIBEIRO, O., 1985) .....	111
FIGURA 84: CONSTRUÇÃO DE LEVADA, PERFURANDO E RASGANDO A ROCHA, COMO ATO DE DISTANCIAMENTO À NATUREZA. (LEVADAS DA MADEIRA. <a href="http://levadasdamadeira.weebly.com/histo-acuteria-das-levadas.html">HTTP://LEVADASDAMADEIRA.WEEBLY.COM/HISTO ACUTERIA-DAS-LEVADAS.HTML</a> ) .....	116
FIGURA 85: PAREDE VERTICAL [OU ‘TALUDE SUBVERTICAL’ (ABREU ET AL., 2007)] RASGADA PARA PASSAGEM DO CANAL DE ÁGUA. (FOTOGRAFIA DE ALMEIDA, J.P. ESTRUTURAS PÉTREAS NO TERRITÓRIO MADEIRENSE, REVISTA ISLENHA, Nº 53, 2013) .....	116
FIGURA 86: O PRIMEIRO ATO DE ALIENAÇÃO SEGUNDO O FILME 2001 - ODISSEIA NO ESPAÇO, DE STANLEY KUBRICK (1968). (OBSERVADOR, <a href="https://observador.pt/2018/04/02/50-factos-sobre-2001-odisseia-no-espaco-nos-50-anos-da-sua-estrela/">HTTPS://OBSERVADOR.PT/2018/04/02/50-FACTOS-SOBRE-2001-ODISSEIA-NO-ESPACO-NOS-50-ANOS-DA-SUA-ESTREIA/</a> ) .....	119
FIGURA 87: CONJUNTO DE POIOS, ACOMPANHANDO O DECLIVE NATURAL. A ÁREA À VOLTA DOS POIOS, DEVIDO AO DECLIVE, CONTA COM POUCO SOLO, DAÍ A VEGETAÇÃO BAIXA. (FOTOGRAFIA DE ALMEIDA, J.P. ESTRUTURAS PÉTREAS NO TERRITÓRIO MADEIRENSE, REVISTA ISLENHA, Nº 53, 2013).....	120
FIGURA 88: CAPACIDADE HUMANA DE TRANSFORMAR UMA LINHA DE FESTO EM UMA ‘LINHA DE ÁGUA’. (FOTOGRAFIA DE ALMEIDA, J.P. ESTRUTURAS PÉTREAS NO TERRITÓRIO MADEIRENSE, REVISTA ISLENHA, Nº 53, 2013) .....	121
FIGURA 89: POSTAL DE TERREMOLINOS – ESPANHA, DÉCADA DE 60, SÉCULO XX. (MATOS, RUI CAMPOS. 2022) .....	131
FIGURA 90: MAPA HIPSOMÉTRICO DA ILHA DA MADEIRA. (ADAPTADO DE RIBEIRO, O., 1985).....	138
FIGURA 91: MAPA DE RELEVO DA ILHA DE MENORCA. ....	138
FIGURA 92: MAPA DAS ESTRADAS REGIONAIS DA MADEIRA EM 1955. DAR A VOLTA À ILHA DURAVA 2 DIAS. (DANTAS, G., 2014).....	140
FIGURA 93: MAPA COM A Via Rápida (VR) E AS VIAS EXPRESSO (VE), EM 2004. (VR – COMPOSTA POR DUAS FAIXAS DE RODAGEM E COM VELOCIDADE MÁXIMA DE 100 KM/H E VE – FORMADA POR UMA FAIXA E COM VELOCIDADE MÁXIMA DE 80 KM/H). (ADAPTADO DE DANTAS, G., 2014). 141	141
FIGURA 94: BAÍA DO FUNCHAL 1907 – 1911. NOTE-SE A BAIXA DENSIDADE DE CONSTRUÇÕES NOS ARREDORES DA CIDADE. (DANTAS, G., 2012) 144	144
FIGURA 95: PARTE ESTE DA BAÍA DO FUNCHAL, EM MEADOS DO SÉCULO XX. (DANTAS, G., 2012) .....	144
FIGURA 96: FREGUESIA PERIFÉRICA DO CENTRO DO FUNCHAL (SANTO ANTÓNIO) – ANO DE 1936. (DANTAS, G., 2012).....	144
FIGURA 97: A MESMA FREGUESIA, EM 2010. A EXPANSÃO URBANA DESCONTROLADA CHEGOU À COTA DOS 780 METROS NESTA FREGUESIA. (DANTAS, G., 2012).....	144

- FIGURA 98: ESQUEMA DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO FUNCHAL E DOS ARREADORES, SENDO ESTAS ÚLTIMAS ÁREAS, NO PASSADO RECENTE, JÁ CONSIDERADAS RURAIS. (OS TRAÇOS A VERMELHO REPRESENTAM AS VIAS DE LIGAÇÃO). INEDITAMENTE, O ESPAÇO ENCONTRA-SE DIVIDIDO DE FORMA FUNCIONAL, SEM QUALQUER LIGAÇÃO ONTOLÓGICA ENTRE AS DIFERENTES ÁREAS. (ADAPTADO DE DANTAS, G., 2012)..... 146
- FIGURA 99: ISOLAMENTO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA PENTEADA. (RUI MAROTE. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, SUPLEMENTO DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2000) ..... 146
- FIGURA 100: ANTIGA LOCALIZAÇÃO DO POLO UNIVERSITÁRIO, ATUALMENTE SEDE DA REITORIA, NO CENTRO DO FUNCHAL. OS PONTOS A LARANJA INDICAM OS PRINCIPAIS NÓS DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS DA ILHA. OS TEMPOS APRESENTADOS CORRESPONDEM À DURAÇÃO MÉDIA DO PERCURSO PEDONAL ENTRE ESSES PONTOS E O ANTIGO POLO UNIVERSITÁRIO. EM CONTRASTE, AS PRINCIPAIS ESCOLAS SECUNDÁRIAS DA ILHA ESTÃO INSERIDAS NO TECIDO URBANO DA CIDADE, PROPORCIONANDO À POPULAÇÃO ESCOLAR UM MAIOR NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 147
- FIGURA 101: ESBOÇO DO NOVO TÚNEL NA ZONA FUNCHAL, ATUALMENTE EM CONSTRUÇÃO. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 149
- FIGURA 102: COMPARAÇÃO ENTRE A PAISAGEM CONSTITUÍDA POR MOSAICOS HORTÍCOLAS E A PAISAGEM SINTOMÁTICA DE UM MODO DE VIDA QUE SECUNDARIZA COMPONENTES SOCIAIS, ECOLÓGICAS E CULTURAIS. (MEDIUM. [HTTPS://MEDIUM.COM/ARQUITETURA-NAS-ILHAS-DA-MADEIRA/OS-POIOS-AGRÍCOLAS-DA-MADEIRA-879391120250](https://medium.com/arquitetura-nas-ilhas-da-madeira/os-poios-agricolas-da-madeira-879391120250)) ..... 151
- FIGURA 103: TERRITÓRIO EXPECTANTE. (FOTOGRAFIA DE ALMEIDA, J.P. ESTRUTURAS PÉTREAS NO TERRITÓRIO MADEIRENSE, REVISTA ISLENHA, nº 53, 2013) ..... 151
- FIGURA 104: CAPELA E TORRE DE RELÓGIO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CONSTRUÍDA EM MEADOS DO SÉCULO XX NUM PONTO ALTO DO VALE DE SÃO VICENTE, NO PICO DA COVA. (SIMO RÄSÄNEN, WIKIMEDIA COMMONS.. [HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG/WIKI/FILE:CAPELA\\_DE\\_NOSSA\\_SENHORA\\_DE\\_FÁTIMA\\_IN\\_SÃO\\_VICENTE,\\_MADEIRA,\\_2023\\_MAY.JPG](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:CAPELA_DE_NOSSA_SENHORA_DE_FÁTIMA_IN_SÃO_VICENTE,_MADEIRA,_2023_MAY.JPG)). 153
- FIGURA 105: A SUA PRESENÇA VISUAL E SONORA IMPÕE-SE SOBRE TODO O VALE, SENDO PERCETÍVEL POR TODOS OS HABITANTES. O EDIFÍCIO RELIGIOSO NÃO ACOLHE O TÍPICO ESPAÇO CONVÍVIO SOCIO-RELIGIOSO, ASSUMINDO-SE ANTES COMO ESPAÇO DE CONTROLO POLÍTICO — A RELIGIÃO AO SERVIÇO DO ESTADO DITATORIAL. ALÉM DISSO, O CONTROLO TEMPORAL É NECESSÁRIO PARA AS ÁGUAS DE GIRO. (TERELYUK, SHUTTERSTOCK. [HTTPS://WWW.SHUTTERSTOCK.COM/PT/VIDEO/CIP-3651690601-VIEW-ON-CHAPEL-OUR-LADY-FATIMA-SAO](https://www.shutterstock.com/pt/video/cip-3651690601-view-on-chapel-our-lady-fatima-sao))..... 153
- FIGURA 106: PLANTA DO FUNCHAL 1485-1600, RECONSTITUIÇÃO DE ANTÓNIO ARAGÃO. PASSADOS 170 ANOS DESDE 1430, OBSERVA-SE UMA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO RELATIVAMENTE CONTIDA. (GÓIS, LUÍSA. AS INUNDAÇÕES NO FUNCHAL: CONTRIBUTOS PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. 2014, P. 33). ..... 153
- FIGURA 107: PLANTA DO FUNCHAL 1430-1485, RECONSTITUIÇÃO DE ANTÓNIO ARAGÃO. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO NO QUE PODERIA SER ENTENDIDO COMO UM ‘TEMPO ANTIGO’. (GÓIS, LUÍSA. AS INUNDAÇÕES NO FUNCHAL: CONTRIBUTOS PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. 2014, P. 33)..... 153
- FIGURA 108: PLANTA DO FUNCHAL EM 1894, RECONSTITUIÇÃO DE ANTÓNIO ARAGÃO. 294 ANOS DEPOIS, O FUNCHAL APRESENTA-SE COMO ÚNICO NÚCLEO CIDADINO DA ILHA, COM CARÁTER MEDIÁVEL. A SUA MALHA RESULTA DE UM PROCESSO TEMPORAL E ONTOLOGICAMENTE FUNDAMENTADO. (GÓIS, LUÍSA. AS INUNDAÇÕES NO FUNCHAL: CONTRIBUTOS PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO. 2014, P. 35). ..... 154
- FIGURA 109: ZONA DA AJUDA, FUNCHAL. ORTOFOTO DE 1997. PAISAGEM AINDA DOMINADA PELO ESPAÇO AGRÍCOLA E CASARIO DISPERSO. (GEOFUNCHAL) ..... 154
- FIGURA 110: ORTOFOTO DE 2023 DA MESMA ZONA. PASSADOS APENAS 26 ANOS, A PAISAGEM É DOMINADA POR EDIFÍCIOS DE GRANDE ESCALA, INCLUINDO UNIDADES HOTELEIRAS JUNTO À LINHA DE COSTA. ESSA NOVA FORMA DE CONFIGURAÇÃO, ONDE O ESPAÇO É ORGANIZADO EM TORNO DE UMA ÚNICA FUNÇÃO, REVELA-SE NOUTROS ELEMENTOS: AS VIAS RODOVIÁRIAS E O USO DO AUTOMÓVEL — PASSAM A ORDENAR ABSTRATAMENTE O TERRITÓRIO, MOLDANDO UM MODO DE VIDA FRAGMENTADO. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 154
- FIGURA 111: BALOIÇO GIGANTE E ZIP-LINE, ATIVIDADE TURÍSTICA ISOLADA DO CONTEXTO LOCAL E CUJA IMPLANTAÇÃO EXIGIU A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO. O ESPAÇO FOI ASSIM REDUZIDO A UM ÚNICO USO — O TURÍSTICO (SUGERIDO TAMBÉM PELO PRÓPRIO NOME INGLÊS DO PROJETO) —, EM QUE A PRÓPRIA CONSTRUÇÃO REVELA O SEU DESVÍNCULO DA PAISAGEM LOCAL. TRATA-SE DE UM PROJETO SEM RELAÇÃO CULTURAL OU TERRITORIAL — AUTOALIENADO.

- (ADRENALINE X-TREME ADVENTURES MADEIRA.  
[HTTPS://ADRENALINEADVENTURES.PT](https://adrenalineadventures.pt) ..... 156
- FIGURA 112: PROPOSTA DO TELEFÉRICO NO CURRAL DAS FREIRAS, EM PLENA ZONA ESPECIAL DE CONSERVAÇÃO DE PAISAGEM PROTEGIDA. O PROJETO PREVÊ DOIS TELEFÉRICOS, RESTAURANTE, PARQUE DE AVENTURAS RADICAIS E ZIP-LINE – EQUIPAMENTOS PENSADOS EXCLUSIVAMENTE PARA FINS TURÍSTICOS. TRATA-SE DE UMA PAISAGEM CONVERTIDA EM MERCADORIA, REFLEXO DO PROCESSO DE AUTOALIENAÇÃO TURÍSTICA – OU DISNEYFICAÇÃO – DA MADEIRA, ONDE SÓ UM MODELO DE TURISMO MASSIFICADO JUSTIFICA EMPREENDIMENTOS TÃO DISPENDIOSOS E DESCONTEXTUALIZADOS. (CIDADANIA LX, [HTTP://CIDADANIA LX.BLOGSPOT.COM/2022/03/APELO-COOPERACAO-MOVIMENTO-CIVICO.HTML](http://cidadanialx.blogspot.com/2022/03/apelo-cooperacao-movimento-civico.html)) ..... 156
- FIGURA 113: PRIMEIRO HOTEL SAVOY, CONSTRUÍDO EM 1912. ESPAÇO VERDE IMENSO, COM UM TIPO VEGETAÇÃO QUE DENOTA A PRESENÇA DE SOLO PROFUNDO. (RESTOS DE COLECCÃO. [HTTPS://RESTOSDECOLECCAO.BLOGSPOT.COM/2013/01/SAVOY-HOTEL-DA-MADEIRA.HTML](https://restosdecoleccion.blogspot.com/2013/01/savoy-hotel-da-madeira.html)) ... 157
- FIGURA 114: ENQUADRAMENTO NA PAISAGEM DO PRIMEIRO HOTEL. O EDIFÍCIO POSSUI ESCALA HUMANA E PROPORCIONALMENTE RESPONDE À PAISAGEM. (RESTOS DE COLECCÃO. [HTTPS://RESTOSDECOLECCAO.BLOGSPOT.COM/2013/01/SAVOY-HOTEL-DA-MADEIRA.HTML](https://restosdecoleccion.blogspot.com/2013/01/savoy-hotel-da-madeira.html)) ... 157
- FIGURA 115: SAVOY HOTEL, EM 2009 (EDIFÍCIO ROSA AO FUNDO), REMODELADO AO LONGO DO SÉCULO XX. PRESENÇA, AINDA, DE ALGUMA VEGETAÇÃO. (PAULO CAMACHO. FUNCHAL DAILY PHOTO [HTTPS://WWW.FUNCHALDAILYPHOTO.COM/2024/11/O-SAVOY-CLASSICO-QUE-HOJE-JA-NAO-EXISTE.HTML](https://www.funchaldailyphoto.com/2024/11/o-savoy-classico-que-hoje-ja-nao-existe.html)) ..... 157
- FIGURA 116: SAVOY PALACE HOTEL EM CONSTRUÇÃO (2017). (FUNCHAL NOTÍCIAS. [HTTPS://FUNCHALNOTICIAS.NET/2017/10/10/SAVOY-PALACE-GOVERNO-REGIONAL-AUTORIZACAO-PARA-1128-CAMAS/](https://funchalnoticias.net/2017/10/10/savoy-palace-governo-regional-autorizacao-para-1128-camas/)) ..... 157
- FIGURA 117: SAVOY PALACE ABERTO EM 2019, COM 1128 CAMAS. EM PRIMEIRO PLANO A FACHADA ESTE, E EM SEGUNDO A FACHADA SUL, VOLTADA PARA O MAR E ACOMPANHADA PELA RUA IMPERATRIZ DONA AMÉLIA. A NORTE, VOLTADA PARA A AVENIDA DO INFANTE, TEM-SE A ENTRADA DO HOTEL. CONTA COM ACESSO DIRETO AO MAR ATRAVÉS DE UMA PONTE PEDONAL QUE O CONECTA A UM OUTRO HOTEL DA COMPANHIA, O ROYAL SAVOY (EDIFÍCIO ROSA EM PRIMEIRO PLANO NA FIGURA 115). (ADAPTADO DE PAULO CAMACHO. FUNCHAL DAILY PHOTO. [HTTPS://WWW.FUNCHALDAILYPHOTO.COM/2022/04/SAVOY-PALACE\\_01018076105.HTML](https://www.funchaldailyphoto.com/2022/04/savoy-palace_01018076105.html)) ..... 158
- FIGURA 118: CONJUNTO ARQUITETÓNICO EDIFICADO DE RAIZ, SEM QUALQUER INTEGRAÇÃO COM ELEMENTOS PRÉ-EXISTENTES. (ADAPTADO DE SKYSCRAPERCITY. [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-13?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-13?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 159
- FIGURA 119: O MESMO ESPAÇO, NA FASE FINAL DA CONSTRUÇÃO. PERDEU-SE A OPORTUNIDADE PARA DE REINTERPRETAR CRITICAMENTE A PRESENÇA BRITÂNICA NA ILHA. (SKYSCRAPERCITY. [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-32?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-32?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 159
- FIGURA 120: TERRENO COMPLETAMENTE VAZIO, SEM PRESERVAÇÃO DE QUALQUER EDIFICAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. AO FUNDO, À ESQUERDA, OBSERVA-SE A RUA IMPERATRIZ DONA AMÉLIA, ONDE FORAM POSTERIORMENTE IMPLANTADOS EDIFÍCIOS EM ESTILOS DO PASSADO, SEM REINTERPRETAÇÃO CRÍTICA. (SKYSCRAPERCITY. [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-11?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-11?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 160
- FIGURA 121: MASSIVA INFRAESTRUTURAÇÃO E IMPERMEABILIZAÇÃO DO TERRENO, COMPROMETENDO QUALQUER RELAÇÃO DIRETA COM O SOLO NATURAL. (SKYSCRAPERCITY [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-12?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-12?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 161
- FIGURA 122: EMBORA A ESCALA DO HOTEL ANTERIOR JÁ DENUNCIASSE A PRESSÃO URBANÍSTICA SOBRE A PAISAGEM, AINDA HAVIA ESPAÇO PARA A INTEGRAÇÃO COM A VEGETAÇÃO E COM O TECIDO URBANO ENVOLVENTE. (SKYSCRAPERCITY. [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-14?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-14?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 161
- FIGURA 123: UMA PARTE DO SPA DO HOTEL. ESPACIALIDADE ARTIFICIALIZADA, ONDE A NATUREZA É CONVERTIDA EM CENÁRIO DE FUNDO, INTERIORIZADA E ESTETIZADA – REFLEXO DA RUTURA ENTRE O SER HUMANO E O TERRITÓRIO. A DESVINCULAÇÃO ONTOLÓGICA GERA, PARADOXALMENTE, UMA NECESSIDADE DE RECONEXÃO COM A NATUREZA, POIS, EM ÚLTIMA ESTÂNCIA, É A ELA QUE O SER HUMANO PERTENCE. NUMA SOCIEDADE AUTOALIENADA, ESSA AUSÊNCIA TRANSFORMA-SE EM CARÊNCIA. (SAVOY PALACE,

- [HTTPS://WWW.SAVOYSIGNATURE.COM/SAVOYPALACEHOTEL/EN/SPA/](https://www.savoysignature.com/savoypalacehotel/en/spa/)) ..... 161
- FIGURA 124: FACHADA NORTE DO SAVOY PALACE (EM CONSTRUÇÃO). A DISPOSIÇÃO DO EDIFÍCIO FAVORECE A VISTA PARA OS QUE SE ALOJAM OU VISITAM O ESPAÇO POR CURTOS PERÍODOS, EM DETRIMENTO DOS QUE HABITAM PERMANENTEMENTE A ILHA — PRECISAMENTE AQUELES QUE MAIS NECESSITAM DE UMA RELAÇÃO QUOTIDIANA COM A PAISAGEM QUE HABITAM E PRODUZEM. (SKYSCRAPERCITY. [HTTPS://WWW.SKYSCRAPERCITY.COM/THREADS/MADEIRA-HOTEL-SAVOY-PALACE.300002/PAGE-20?NESTED\\_VIEW=1&SORTBY=OLDEST#REPLIES](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-20?nested_view=1&sortby=oldest#replies)) ..... 162
- FIGURA 125: A MADEIRA EXPOSTA NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (MARÇO DE 2025), INTEGRADA NUMA MONTRA COM OUTROS DESTINOS TURÍSTICOS. O ‘PRODUTO’ APRESENTA-SE PRONTO A SER CONSUMIDO — E NÃO NECESSARIAMENTE VIVIDO. .... 166
- FIGURA 126: EXPANSÃO DO AEROPORTO, EM 1999. AO FUNDO, A ANTIGA PISTA. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000) ..... 170
- FIGURA 127: EVOLUÇÃO DO TURISMO (COM ANOTAÇÕES DO AUTOR DA DISSERTAÇÃO). (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000) ..... 172
- FIGURA 128: PAISAGEM COMO FRUTO DE MEDIAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU. INÍCIO DO SÉCULO XX. EMBORA A DISPERSÃO DO CASARIO E O ISOLAMENTO DOS POVOAMENTOS, OS LAÇOS SOCIAIS DAS COMUNIDADES LOCAIS ERAM FORTEMENTE ATIVOS. (ADAPTADO DE CASTRO, 2008) ..... 180
- FIGURA 129: UMA VEREDA ACOMPANHADA PELO CURSO DE ÁGUA DESTINADO À IRRIGAÇÃO DAS PARCELAS DE TERRA. A VEREDA É UM ESPAÇO RESULTANTE DA DISPERSÃO DO CASARIO PELO TERRITÓRIO. (FACEBOOK, GRUPO A MADEIRA NA HISTÓRIA) ..... 181
- FIGURA 130: O QUINTAL OU O TERREIRO É QUASE UMA EXTENSÃO DA VEREDA, ONDE A SOMBRA DAS BANANEIRAS — NA PARTE SUL DA ILHA — É MUITAS VEZES SUBSTITUÍDA PELA SOMBRA DA VINHA. A ENTRADA COMPOSTA POR DIVERSAS PLANTAS FAZ LEMBRAR AS ENTRADAS DAS QUINTAS MADEIRENSES. (FACEBOOK, GRUPO A MADEIRA NA HISTÓRIA) ..... 181
- FIGURA 131: OS ASSENTOS DAS HABITAÇÕES VERNACULARES. COM A HABITAÇÃO REDUZIDA AOS COMPARTIMENTOS ESTRITAMENTE NECESSÁRIOS — POR RAZÕES SOBRETUDO FINANCEIRAS —, OS ASSENTOS EMERGEM COMO EXPRESSÃO ARQUITETÓNICA DA NECESSIDADE DE SOCIABILIDADE QUOTIDIANA. ESTE ESPAÇO DE SOCIABILIDADE CONFIGURA-SE COMO MATERIALIZAÇÃO DE UMA NECESSIDADE, COMO ATO DE ALIENAÇÃO. (PEDRO GONÇALVES. MEMÓRIA | TERRITÓRIO | DESENHO - ILHA DA MADEIRA: POR UMA ARQUITECTURA COMO PAISAGEM. 2016. P. 131)..... 182
- FIGURA 132: ASSENTOS CONSTRUÍDOS EM 2004. TAL COMO OS TERREIROS, CONFIGURAM-SE COMO ESPACIALIDADES QUE PODEM SER APROPRIADAS DE MÚLTIPLAS FORMAS: PARA A LIDA DA CASA, COMO PISTA DE CARRINHOS PARA AS CRIANÇAS, COMO LOCAL DE REPOUSO PARA CONVIDADOS NUM PRIMEIRO MOMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR, ENTRE OUTROS USOS. UM TERREIRO (OU QUINTAL) COM VASOS E COMPOSTO POR DIVERSAS PLANTAS PODE REPRESENTAR UMA EVOLUÇÃO DO CONTACTO SECULAR ENTRE A CASA E O ESPAÇO AGRÍCOLA ADJACENTE (VER FIGURA 71), CARACTERÍSTICO DA RURALIDADE MADEIRENSE, ALÉM DE EVIDENCIAR POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DOS JARDINS DAS QUINTAS MADEIRENSES. .... 183
- FIGURA 133: ANÚNCIO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS, LOCALIZADOS A “3 MINUTOS DA NOVA VIA RÁPIDA”. NA GRANDE MAIORIA DOS ANÚNCIOS SUBLINHA-SE A PROXIMIDADE À VIA-RÁPIDA. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000). ..... 184
- FIGURA 134: O DINHEIRO COMO AGENTE DE MEDIAÇÃO ENTRE O SER HUMANO E A NATUREZA. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000). ..... 185
- FIGURA 135: ANÚNCIO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS. NOTE-SE, A MENÇÃO AO CENTRO COMERCIAL DO MADEIRA SHOPPING, COMO UMA DAS NOVAS ESPACIALIDADES ABSTRATAS E DE FUNÇÃO ÚNICA. É NESSE ESPAÇO — ACESSÍVEL COM O AUTOMÓVEL — QUE SE PASSA A COMPRAR OS PRODUTOS ALIMENTARES. COM ISSO JÁ SE DESVELA O FUTURO DA PARCELA DE TERRA, ISTO É, DA AGRICULTURA. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000)..... 185
- FIGURA 136: O ESPAÇO ABSTRATO VERSUS O ESPAÇO CONCRETO. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000). ..... 186
- FIGURA 137: FRAGMENTAÇÃO DA VIDA: TRABALHO, CASA, ESPAÇO VERDE, MOBILIDADE (CARRO) — ESPACIALIDADES ISOLADAS. O MERCADO OFERECE, DESDE LOGO, O “LOCAL IDEAL PARA VIVER”, EM VEZ DE SEREM OS HABITANTES A CONSTRUÍ-LO MATERIAL E IMATERIALMENTE. (FOTOGRAFIA DE JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2000)..... 187
- FIGURA 138: PONTA DO GARAJAU, NA FREGUESIA DO CANIÇO (2023). O CANIÇO É, POR VEZES, REFERIDO COMO ‘DORMITÓRIO’ DO FUNCHAL:

<p>ATRAVÉS DA PRÓPRIA LINGUAGEM E ESTRUTURA DO PENSAMENTO — PRODUTOS DE UM DETERMINADO MODO DE VIDA — TORNA-SE EVIDENTE O USO ESTRITAMENTE FUNCIONALISTA DO ESPAÇO, CONTRIBUINDO PARA UMA CRESCENTE FRAGMENTAÇÃO DA PAISAGEM. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 187</p> <p>FIGURA 139: RECENTE CONJUNTO HABITACIONAL NO PICO DA TORRE, EM CÂMARA DE LOBOS. DISSONÂNCIA DA NOVA CONSTRUÇÃO NA PAISAGEM, AO INTERROMPER DRASTICAMENTE A DESCIDA SUAVE DA PICO. .... 192</p> <p>FIGURA 140: EDIFÍCIO DE APARTAMENTOS NA PONTA DO SOL, EXEMPLO DE CAOS ARQUITETÓNICO E PAISAGÍSTICO. AQUI, NÃO FOI A IMPLANTAÇÃO QUE SE ADAPTOU AO ESPAÇO, MAS O ESPAÇO PREEXISTENTE QUE SE ADAPTOU À NOVA INSERÇÃO. NOTE-SE A DISCRICÃO DOS POIOS VIZINHOS. .... 192</p> <p>FIGURA 141: ACIMA, A ‘QUINTA DAS LAGARTIXAS’. TRATA-SE DE UM RARO ESPAÇO BEM INTEGRADO NA MALHA URBANA DO CENTRO DO FUNCHAL. ABAIXO, UMA PROPOSTA DE PROJETO HABITACIONAL QUE IMPLICA A DEMOLIÇÃO DA QUINTA. É EVIDENTE A AUSÊNCIA DE FAMILIARIDADE DO PROJETO COM QUALQUER TRAÇO FUNCHALENSE. (ADAPTADO DE DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, <a href="https://www.dnoticias.pt/2023/10/31/381260-MAIS-72-NOVAS-RESIDENCIAS-PARA-JOVENS-NO-FUNCHAL/">HTTPS://WWW.DNOTICIAS.PT/2023/10/31/381260-MAIS-72-NOVAS-RESIDENCIAS-PARA-JOVENS-NO-FUNCHAL/</a>) ..... 193</p> <p>FIGURA 142: A PROGRESSIVA CONVERSÃO DA ‘CIDADE DAS QUINTAS’ — ONDE QUINTAS E CASAS INTERCALAM COM DENSOS ESPAÇOS VERDES — NUMA MERA CIDADE PADRONIZADA, SEGUNDO REFERÊNCIAS ALHEIAS AO LOCAL. OS MODISMOS AFETOS ÀS NOVAS CONSTRUÇÕES REFLETEM UMA PRÁTICA ARQUITETÓNICA ALIENADA EM SI MESMA, DESVINCULADA DA CULTURA ONDE SE INSERE. 195</p> <p>FIGURA 143: EMPREENDIMENTO MADEIRA DUBAI NOS ARREDORES DO FUNCHAL (ZONA DA AJUDA) (IMAGEM ILUSTRATIVA DO PROJETO AINDA EM CONSTRUÇÃO). UM AMPLO PROJETO NO ESCASSO SOLO EDIFICÁVEL DA ILHA, MAS NÃO DIRECIONADO AO HABITANTE MADEIRENSE. EXEMPLO DE CAOS PAISAGÍSTICO E ARQUITETÓNICO. A ESCALA DA INTERVENÇÃO, JÁ EM SI PROBLEMÁTICA (COMO DEMONSTRAM AS EDIFICAÇÕES NO ENTORNO), ASSOCIADA À PALETA CROMÁTICA UTILIZADA, INTRODUZ UMA DISSONÂNCIA VISUAL EVIDENTE NA PAISAGEM. A ALTA DENSIDADE DE EDIFICAÇÃO E, SOBRETUDO, A COR ESCURA DOS EDIFÍCIOS, DENOTA A FALTA DE ATENÇÃO DADA AO ESPAÇO VERDE, INTRODUZINDO NESSE ESPAÇO COLETIVO A SENSACÃO DE INSEGURANÇA. O PROJETO NÃO PROCUROU ADAPTAR-SE AO LOCAL DE INSERÇÃO. NOTE-SE, AINDA, QUE O WEBSITE DA PROMOTORA</p>	<p>IMOBILIÁRIA SE APRESENTA, PRIORITARIAMENTE, EM LÍNGUA INGLESA. (VARINO. <a href="https://www.varino.pt/en/dubai-madeira">HTTPS://WWW.VARINO.PT/EN/DUBAI-MADEIRA</a>) ..... 197</p> <p>FIGURA 144: ZONA NO ESTREITO DA CALHETA EM 2004. (GOOGLE EARTH PRO)..... 200</p> <p>FIGURA 145: MESMA ZONA DA FIGURA ANTERIOR EM 2023. (GOOGLE EARTH PRO)..... 200</p> <p>FIGURA 146: ZONA NOS PRAZERES (CALHETA) EM 2004. (GOOGLE EARTH PRO)..... 200</p> <p>FIGURA 147: MESMA ZONA DA FIGURA ANTERIOR EM 2023. A PREDOMINÂNCIA DE UMA ATIVIDADE ECONÓMICA IMPOSSIBILITA A MANUTENÇÃO DE OUTRAS, COMO A AGRICULTURA. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 200</p> <p>FIGURA 148: ZONA DO PINHEIRO DAS VOLTAS (FUNCHAL) EM 2004. (GOOGLE EARTH PRO) 201</p> <p>FIGURA 149: MESMA ZONA DA FIGURA ANTERIOR EM 2023. DESTACA-SE O AMPLO ESPAÇO DESTINADO APENAS AO AUTOMÓVEL E A IMPLANTAÇÃO DESARTICULADA DO EMPREENDIMENTO, TORNADA AINDA MAIS EVIDENTE NA PISCINA — UM ESPAÇO SOBRANTE, SEM INTEGRAÇÃO COM O CONJUNTO. (GOOGLE EARTH PRO)..... 201</p> <p>FIGURA 150: LOCALIZAÇÃO DAS FREGUESIAS. NÚMERO ANUAL DE DIAS DE VERÃO (DIAS QUE TENHAM TEMPERATURAS MÁXIMAS SUPERIORES A 25°C). ESTES DADOS SÃO UMA CONSTATAÇÃO E NÃO UMA PREVISÃO. A ZONA SUL DA MADEIRA, POR EFEITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, TORNAR-SE-Á AINDA MAIS QUENTE. (ADAPTADO DE VALENTE, ET AL., 2006)..... 202</p> <p>FIGURA 151: ZONA DO ARCO DA CALHETA, EM 2024. DE FORMA GERAL, É POSSÍVEL IDENTIFICAR AS CONSTRUÇÕES MAIS RECENTES PELA SUA FORMA RETANGULAR PADRONIZADA E PELA PRESENÇA MARCANTE DO AZUL DAS PISCINAS. NOTE-SE AINDA A IMPERMEABILIZAÇÃO QUASE TOTAL DE MUITOS DESSES LOTES, EM CONTRASTE DAS CASAS MAIS ANTIGAS — GERALMENTE DESPROVIDAS DE PISCINA. MUITAS DAS NOVAS CONSTRUÇÕES CORRESPONDEM A HABITAÇÃO TEMPORÁRIA (AL). (GOOGLE EARTH PRO)..... 202</p> <p>FIGURA 152: ZONA NO ARCO DA CALHETA (MARÇO, 2025). DIFERENÇA ENTRE AS CONSTRUÇÕES MAIS RECENTES, NA PARTE SUPERIOR, E AS ANTIGAS, LOGO ABAIXO. DESTACA-SE O IMPACTO VISUAL NEGATIVO DOS GRANDES VÃOS ENVIDRAÇADOS E DOS SEUS REFLEXOS, QUE ACENTUAM A DESPROPORÇÃO DOS EDIFÍCIOS. AO CONTRÁRIO DAS DIMENSÕES CLÁSSICAS DAS ABERTURAS (CERCA DE UM METRO ACIMA DO PISO), ESTAS JANELAS SOBREDIMENSIONADAS COMPROMETEM UMA LEITURA EQUILIBRADA E HUMANIZADA DA ESCALA ARQUITETÓNICA. .... 204</p> <p>FIGURA 153: EXTRAÇÃO DE ROCHA NA ZONA DA AJUDA (FUNCHAL) (JULHO, 2024), PARA A CONSTRUÇÃO</p>
---	---

- DO EMPREENDIMENTO MADEIRA DUBAI (VER FIGURA 143). ATO DE ALIENAÇÃO FUNDAMENTADO NA LÓGICA DE RE-PRODUÇÃO DO CAPITAL — E NÃO NA NECESSIDADE DE HABITAR — QUE IMPLICA CONSEQUÊNCIAS SOCIAL, ECONÓMICA E AMBIENTALMENTE NEGATIVAS. 205
- FIGURA 154: CASA EM RUÍNAS (2004) (CONSTRUÇÃO EM PEDRA) NUMA ZONA RURAL DO FUNCHAL. JUNTO À CASA EXISTIA UMA PEQUENA EDIFICAÇÃO (À ESQUERDA DA CASA, NA PARTE INFERIOR) DE APOIO AGRÍCOLA, MAS TAMBÉM DESTINADO A CABRAS. O CONJUNTO INSERE-SE NUM BANANAL E A CASA ERA CIRCUNDADA POR VINHA. (GEOFUNCHAL. [HTTPS://GEOFUNCHAL-1-CMFUNCHAL.HUB.ARCGIS.COM](https://geofunchal-1-cmfunchal.hub.arcgis.com)) ..... 206
- FIGURA 155: JANELAS COM OS RESPETIVOS TAPA-SÓIS (TIPICAMENTE SÃO EM MADEIRA E DE COR VERDE ESCURO). NESTE CASO, MESMO SEM TELHADO DE ÁGUAS, O SOMBREAMENTO DA VINHA NO VERÃO PERMITE O CONTROLO TÉRMICO NO ANDAR INFERIOR, E NO INVERNO CONTRIBUI PARA O AQUECIMENTO DA CASA, UMA VEZ QUE, SENDO CADUCA, A VINHA PERDE A FOLHAGEM E PERMITE A INCIDÊNCIA DIRETA DE RADIAÇÃO SOLAR. NO VERÃO, A EXPOSIÇÃO INDIRECTA AO SOL TORNA O TERRAÇO, OU QUINTAL, UM ESPAÇO SEMPRE HABITÁVEL. (ZONA SUL DA ILHA). ..... 207
- FIGURA 156: O MESMO TERRENO DA FIGURA 154, EM 2025. A ESPACIALIDADE DAS NOVAS CONSTRUÇÕES (AO CENTRO) É DEMARCADA PELOS MUROS RETOS E CONTÍNUOS, EVIDENCIANDO COMO A TOTALIDADE DO LOTE FOI OCUPADA E COMPARTIMENTADA. O RESULTADO É UMA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL POBRE E MECÂNICA, ALHEIA À MORFOLOGIA PRÉ-EXISTENTE DO TERRITÓRIO. (GOOGLE EARTH PRO)..... 209
- FIGURA 157: AS IMPLEMENTAÇÕES RECENTES E O DESENHO DAS HABITAÇÕES (O ATO ARQUITETÓNICO) IGNORARAM OS LANÇOS DE ÁGUA DESTINADOS À IRRIGAÇÃO, ALGUNS DOS QUAIS SERPENTEAVAM O TERREIRO DA CASA PRÉ-EXISTENTE (REPRESENTADA A TRACEJADO VERMELHO). AS HABITAÇÕES CONVERTERAM-SE NUM MERO LUGAR DE PASSAGEM, DESVINCULADO DA PAISAGEM LOCAL E DOMINADO PELA MOBILIDADE AUTOMÓVEL, DESTACANDO-SE O AMPLO ESPAÇO IMPERMEABILIZADO PARA ESTACIONAMENTO NA CONSTRUÇÃO MAIS ABAIXO (MANCHA VERMELHA), QUASE EQUIVALENTE À ÁREA DA CASA ANTIGA. A LINHA AZUL MAIS ESPESSE CORRESPONDE A UMA LEVADA, QUE PASSA JUNTO A UM CONTÍNUO MURO DE PEDRA BASÁLTICA (VER FIGURA 158). (ADAPTADO DE GOOGLE EARTH PRO) ..... 209
- FIGURA 158: MURO DE BETÃO ERGUIDO SOBRE O ANTIGO MURO DE PEDRA BASÁLTICA, QUE ACOMPANHA PARTE DA LEVADA DO CÚRRAL E CASTELEJO. A NOVA CONSTRUÇÃO IGNORA O LANÇO DE ÁGUA AINDA FUNCIONAL (NO CANTO INFERIOR DIREITO), DESPERDICANDO A OPORTUNIDADE DE REINTEGRAR ESSE DISPOSITIVO — ESSENCIAL DURANTE SÉCULOS — NA ESPACIALIDADE DA NOVA HABITAÇÃO. TRATA-SE TAMBÉM DE UM ELEMENTO QUE OFERECE O SOM DA ÁGUA A CORRER, ENRIQUECENDO A EXPERIÊNCIA SENSORIAL DO LUGAR. ONDE ANTES O OLHAR DO CAMINHANTE ALCANÇAVA A PLANTAÇÃO, HOJE VÊ-SE APENAS UM MURO CINZA E OPACO DE BETÃO. (FOTOGRAFIA TIRADA DO PONTO VERMELHO DA FIGURA 157). ..... 209
- FIGURA 159: MAPA DE VEGETAÇÃO POTENCIAL. PARA AS ZONAS HABITADAS DA ILHA IMPORTA CONSIDERAR, SOBRETUDO, AS FLORESTAS DE MICRO-BOSQUE MARMULANO, QUE OCORRE ENTRE OS 200 E OS 300 METROS DE ALTITUDE NA ENCOSTA SUL E OS 0 E 80 METROS NA VERTENTE NORTE, E A DA LAURISSILVA DO BARBUZANO, QUE COMEÇA NAS COTAS DOS 300 METROS E VAI ATÉ AOS 800 NA ENCOSTA SUL, E DOS 50 METROS OS 450 A NORTE. (ÁRVORES E FLORESTAS DE PORTUGAL — VOL. 6: AÇORES E MADEIRA — A FLORESTA DAS ILHAS. 2007, PP. 86–96) ..... 210
- FIGURA 160: CASA E JARDIM (OU TELA CROSTA TERRESTRE) DE LOURDES DE CASTRO E SEU MARIDO (MANUEL ZIMBRO) NO CONCELHO DO CANIÇO (2023), COM ZONAS DESTACADAS PELA AUTORA NO DOCUMENTÁRIO LOURDES CASTRO: PELAS SOMBRAS (2010), DE CATARINA MOURÃO. (ADAPTADO DE GOOGLE EARTH PRO) ..... 211
- FIGURA 161: ALPENDRE DA CASA DOS AVÓS DE LOURDES DE CASTRO. SUBLINHE-SE A EXTENSÃO DA ESPACIALIDADE INTERNA DA CASA PERMITIDA PELO CLIMA MADEIRENSE. SEGUNDO A AUTORA, O QUARTO DE JANTAR DAVA PARA ESTE ALPENDRE E, NO VERÃO, O ALMOÇO “ERA SEMPRE CÁ FORA”. A FAIXA HORIZONTAL QUE, GERALMENTE, SERPENTEIA AS PAREDES EXTERIORES DAS CASAS MADEIRENSES REFORÇA O PAPEL QUE O TERREIRO DA CASA TEM COMO ESPAÇO DE PERMANÊNCIA (VER FIGURA 69). NOTE-SE O PAVIMENTO DE CALHAU ROLADO, CUJAS CARACTERÍSTICAS ELEMENTARES SÃO DECORATIVAMENTE APROVEITADAS. O JARDIM EM FRENTE AO LOCAL DE CONVÍVIO SERVA DE CLIMATIZADOR NATURAL DESTA ZONA DA CASA. (CASTRO, 2008) ..... 214
- FIGURA 162: PALMEIRA AINDA PEQUENA. É O ESPAÇO, O TEMPO, E O SER HUMANO QUE DEVEM ALTERAR E PRODUIR AS NECESSIDADES HUMANAS E NÃO APENAS UM DESSES AGENTES. (CASTRO, 2008) ..... 215
- FIGURA 163: PROJETO DO CAMPO DE GOLPE DA PONTA DO PARGO, ATUALMENTE, EM CONSTRUÇÃO. SEGUNDO AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS,

- INCLUIRÁ DUAS ÁREAS RESIDENCIAIS – PRESUMIVELMENTE INACESSÍVEIS À MAIORIA DA POPULAÇÃO MADEIRENSE, NUM TERRITÓRIO ONDE O SOLO É ESCASSO – E OUTRAS DUAS DESTINADAS A UNIDADES HOTELEIRAS. A AGRICULTURA, QUE DURANTE SÉCULOS PREDOMINOU, DEIXA ASSIM DE SE APRESENTAR COMO POSSIBILIDADE ECONÓMICA. (ADAPTADO DE DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA, [HTTPS://WWW.DNOTICIAS.PT/2022/12/3/338888-VEJA-O-VIDEO-SOBRE-O-FUTURO-CAMPO-DE-GOLFE-DA-PONTA-DO-PARGO/](https://www.dnoticias.pt/2022/12/3/338888-veja-o-video-sobre-o-futuro-campo-de-golfe-da-ponta-do-pargo/)) ..... 216
- FIGURA 164: A ZONA DA PONTA DO PARGO, EM 2004. SEGUNDO O PLANO PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PROTRAM), ENQUADRA-SE NA ÁREA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA. (GOOGLE EARTH PRO) 216
- FIGURA 165: CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA NA ZONA MONTANHOSA DA FREGUESIA DO ARCO DA CALHETA, JUNTO AO PLANALTO DO PAUL DA SERRA (AGOSTO, 2025). MESMO SABENDO DA SUA EXISTÊNCIA, O SEU AVISTAMENTO IMPACTA SEMPRE NEGATIVAMENTE..... 217
- FIGURA 166: O ESCASSO CONJUNTO DE SOLOS MAIS APTOS PARA AGRICULTURA, REPRESENTADOS A COR VERDE ESCURA. SIMULTANEAMENTE, DEVIDO AO DECLIVE ACENTUADO DA ILHA, ESSES SOLOS SÃO OS MAIS ADEQUADOS PARA CONSTRUÇÃO E FIXAÇÃO HUMANA. A LOCALIZAÇÃO DO NOVO HOSPITAL CENTRAL DA MADEIRA ESTÁ REPRESENTADA PELO PONTO VERMELHO, NOS ARREDORES DO FUNCHAL. A GRANDE PORÇÃO DE SOLO NO PONTO EXTREMO OESTE DA ILHA CORRESPONDE À ZONA DA PONTA DO PARGO, ONDE, ATUALMENTE, ESTÁ A SER CONSTRUÍDO O TERCEIRO CAMPO DE GOLFE DA ILHA. (ADAPTADO DE EUROPEAN SOIL DATA CENTRE (ESDAC). DISPONÍVEL EM: [HTTPS://ESDAC.JRC.EC.EUROPA.EU/CONTENT/SOIL-MAP-PORTUGAL-CARTA-DOS-SOLOS-DA-ILHA-DA-MADEIRA](https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira) E [HTTPS://ESDAC.JRC.EC.EUROPA.EU/CONTENT/SOIL-MAP-PORTUGAL-CARTA-DOS-SOLOS-DA-ILHA-DA-MADEIRA-0](https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira-0)) ..... 218
- FIGURA 167: IMPLANTAÇÃO DO NOVO HOSPITAL, EM CONSTRUÇÃO (2025). (GOOGLE EARTH PRO) 219
- FIGURA 168: A MESMA ÁREA DA FIGURA ANTERIOR, EM 2004. (GOOGLE EARTH PRO) ..... 219
- FIGURA 169: O ESCASSO SOLO COM POTENCIAL PRODUTIVO OCUPADO DE MANEIRA INCONSEQUENTE. PREPARAÇÃO DO TERRENO PARA O NOVO HOSPITAL, COM A CONSTRUÇÃO DE GRANDES MUROS DE SUPORTE – PAISAGISTICAMENTE DESPROPORCIONAIS. PARA A EXECUÇÃO DA OBRA HOUVE NECESSIDADE DE REALIZAR MUITAS EXPROPRIAÇÕES, IMPLICANDO GASTOS FINANCEIROS PÚBLICOS. (MADEIRA WEB. [HTTPS://WWW.MADEIRA-WEB.COM/PT/NOTICIAS/NOVO-HOSPITAL-DA-MADEIRA.HTML](https://www.madeira-web.com/pt/noticias/novo-hospital-da-madeira.html))..... 220
- FIGURA 170: NOVO HOSPITAL CENTRAL E UNIVERSITÁRIO DA MADEIRA. É EVIDENTE A DESARMONIA ENTRE O EDIFÍCIO, A GEOMORFOLOGIA E A PAISAGEM ENVOLVENTE. (JOAQUIM VISEU - ENGENHARIA, UNIPESSOAL, LDA., FACEBOOK) ..... 221
- FIGURA 171: EXTRATO DA PLANTA DE ORDENAMENTO I – MAPA 3 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNCHAL. À ESQUERDA ESTÁ A DEMARCAÇÃO DO TERRENO PARA A IMPLANTAÇÃO DO NOVO HOSPITAL E DOUTROS EQUIPAMENTOS ESTRUTURANTES. À DIREITA ESTÁ DETERMINADO O ANTIGO TERRENO DA PREBEL, ATUALMENTE OCUPADO COM UMA LOJA DE MATERIAIS DE BRICOLAGE, CONSTRUÇÃO, DECORAÇÃO, JARDINAGEM E ACABAMENTO, UM RESTAURANTE DE FAST FOOD E UM RECENTE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COM 7 PISOS TOTALMENTE DESAFOGADOS. (ADAPTADO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNCHAL, 2018).. ..... 222
- FIGURA 172: HOSPITAL DA CRUZ DE CARVALHO, OU HOSPITAL DR. NÉLIO MENDOÇA, INAUGURADO EM 1973. ALÉM DO EDIFÍCIO MAIS ALTO, A INFRAESTRUTURA HOSPITALAR COMPÕE-SE, ATUALMENTE, DE OUTROS 5 VOLUMOSOS BLOCOS, MAS PELA SUA ALTURA POUCO OU NADA SE NOTAM NA PAISAGEM. O BLOCO A SUL DO EDIFÍCIO MAIS ALTO REVELA O CUIDADO QUE HOUVE NA ADAPTAÇÃO AO DECLIVE. (FUNCHAL NOTÍCIAS, [HTTPS://FUNCHALNOTICIAS.NET/2015/09/10/HOSPITAL-DR-NELIO-MENDONCA-INAUGURADO-HA-42-ANOS/](https://funchalnoticias.net/2015/09/10/hospital-dr-nelio-mendonca-inaugurado-ha-42-anos/)) ..... 223
- FIGURA 173: COMPARAÇÃO DA DIMENSÃO ESPACIAL ENTRE O ANTIGO HOSPITAL (TRACEJADO LARANJA À DIREITA) E O NOVO (TRACEJADO LARANJA À ESQUERDA) – ONDE CADA UM PROCURA RESPONDER AO MESMO NÚMERO DE HABITANTES. O TRACEJADO VERMELHO CORRESPONDE AO TERRENO DA PREBEL QUE FOI PROPOSTO COMO ALTERNATIVA PARA O NOVO HOSPITAL. A VIARÁPIDA ESTÁ REPRESENTADA POR LINHAS ROXAS, E AS VIAS RODOVIÁRIAS ESTRUTURANTES DO CONCELHO POR LINHAS AMARELAS. O TRACEJADO A ROSA INDICA O NOVO TÚNEL DO FUNCHAL E O CÍRCULO AMARELO REFERE-SE A UMA DAS SAÍDAS DO FUTURO TÚNEL. (ADAPTADO DE GOOGLE EARTH PRO)..... 224
- FIGURA 174: ZONA NO CONCELHO DO FUNCHAL ONDE AINDA SUBSISTE UMA AMPLA PORÇÃO DE SOLO CULTIVÁVEL. A DELIMITAÇÃO BASEIA-SE NA EXPERIÊNCIA DE CAMPO DO AUTOR, CONSTRUÍDA AO LONGO DE VÁRIOS ANOS DE VIVÊNCIA NESTA ÁREA. ESTA ZONA DISTINGUE-SE DO RESTANTE CONCELHO – EXCETUANDO TAMBÉM AS ZONAS

ALTAS, IGUALMENTE SINGULARES – POR PRESERVAR UMA RELAÇÃO CONCRETA ENTRE SER O HUMANO E A NATUREZA, ENTRETANTO PERDIDA NOUTROS ESPAÇOS MARCADOS PELA EXPANSÃO URBANA E PELA CONSEQUENTE PERDA DA NOÇÃO DOS LIMITES NATURAIS HUMANOS (VER FIG. 142). (ADAPTADO DE GOOGLE EARTH PRO) .....	227	– É ILUSTRATIVA DE COMO PRÁTICAS CULTURAIS E MODOS DE VIDA SÃO TRANSFORMADOS EM EXPERIÊNCIAS DE CONSUMO, REVELANDO A CAPACIDADE DA LÓGICA CAPITALISTA EM RESSIGNIFICAR CULTURAS LOCAIS E ALIENAR OS PRÓPRIOS AGENTES. ....	235
FIGURA 175: A MESMA DELIMITAÇÃO APRESENTADA NA FIGURA ANTERIOR, AGORA PROJETADA SOBRE A PLANTA DE ORDENAMENTO I – MAPA 3 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNCHAL (2018). A COR AMARELA CORRESPONDE AO ESPAÇO AGRÍCOLA, INCLUÍDO NA CATEGORIA DE SOLO RÚSTICO. AS RESTANTES CORES DOMINANTES REPRESENTAM ÁREAS CLASSIFICADAS COMO SOLO URBANO: VERMELHO (ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS), BEGE CLARO (ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE) E BEGE ESCURO (ÁREAS DE MÉDIA DENSIDADE). APESAR DESSA CLASSIFICAÇÃO, PREDOMINA NO LOCAL A ATIVIDADE AGRÍCOLA, EM ESPECIAL A PRODUÇÃO DE BANANA. (ADAPTADO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO FUNCHAL, 2018). ....	227	FIGURA 180: ESTACIONAMENTO JUNTO AO PICO DO AREEIRO EM DIA DE ELEVADA AFLUÊNCIA TURÍSTICA. (MIGUEL TRISTÃO TEIXEIRA, FACEBOOK) .....	236
FIGURA 176: SÍMBOLOS MADEIRENSES EM EXPOSIÇÃO NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (BTL) (MARÇO DE 2025): A BANANA REPRESENTANDO A AGRICULTURA, AS FLORES QUE INVOCAM A POTENCIALIDADE DO SOLO E DOS MICROCLIMAS MADEIRENSES, E A OBRA DE VIME REPRESENTADA PELA CESTARIA.....	232	FIGURA 181: O MESMO LOCAL DA FIGURA ANTERIOR EM JULHO DE 2021. APESAR DE COINCIDIR COM O PERÍODO PÓS-PANDÉMICO, O ESTACIONAMENTO JUNTO À ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DO PICO DO ARIEIRO JÁ ERA, MESMO ANTES, SUFICIENTE PARA A PROCURA HABITUAL. (GOOGLE STREET VIEW) .....	236
FIGURA 177: ANTIGA COOPERATIVA NA ZONA DOS CANHAS (PONTA DO SOL). ESTRUTURAS COMO ESTA PODERIAM FOMENTAR ECONOMIAS LOCAIS, GARANTIR O ABASTECIMENTO ALIMENTAR (A ESCOLAS PÚBLICAS, A HOTÉIS, ETC.) E GERAR EMPREGOS – DESDE PRODUTORES A DISTRIBUIDORES –, CONSTITUINDO UMA ATIVIDADE ECONÓMICA ONTOLOGICAMENTE FUNDAMENTADA. HOJE, PERMANECEM – TAL COMO O TERRITÓRIO EXPETANTE (VER FIG. 103) – COMO TESTEMUNHOS DE UM POTENCIAL SUBALTERNIZADOS PELA HEGEMONIA DO TURISMO. ....	233	FIGURA 182: PRESSÃO DEMOGRÁFICA NO PERCURSO DA LEVADA DAS 25 FONTES. (DNOTICIAS.PT) .....	236
FIGURA 178: O BAILINHO DA MADEIRA, FREQUENTEMENTE APRESENTADO EM RESTAURANTES E HOTÉIS, ACOMPANHADO PELO ‘TRAJE REGIONAL’. SÍMBOLOS FIXOS E RESSIGNIFICADOS, QUE POUCO REFLETEM A EXIGENTE VIDA DO QUOTIDIANO MADEIRENSE. A CULTURA FOI TEMPORALMENTE FIXA PARA SER CONSUMIDA E NÃO VIVIDA. (VISIT MADEIRA. <a href="https://visitmadeira.com/pt/o-que-fazer/apaixonados-por-cultura/folclore/">HTTPS://VISITMADEIRA.COM/PT/O-QUE-FAZER/APAIXONADOS-POR-CULTURA/FOLCLORE/</a> .COM).....	235	FIGURA 183: CONGESTIONAMENTO RODOVIÁRIO NO ACESSO AO MIRADOURO DO CABO GIRÃO. (DNOTICIAS.PT) .....	236
FIGURA 179: ESPETÁCULO TRADICIONAL HAVAIANO APRESENTADO NUM RESORT (THE WHITE LOTUS, HBO Max, 2021). A CENA – E A PRÓPRIA SÉRIE		FIGURA 184: ZONA DO RABAÇAL EM MAIO DE 2023, FORA DO PICO TURÍSTICO ANUAL. OBSERVA-SE A PRESENÇA DE TRÊS AMPLOS PARQUES DE ESTACIONAMENTOS E ESTACIONAMENTO INFORMAL NA VIA PÚBLICA. (GOOGLE EARTH PRO) .....	236
		FIGURA 185: A MESMA ZONA EM JULHO DE 2015, QUANDO O TURISMO JÁ SE ENCONTRAVA CONSOLIDADO, MAS AINDA COEXISTIA COM OUTRAS ATIVIDADES. (GOOGLE EARTH PRO) .	237
		FIGURA 186: ZONA DO RABAÇAL EM FEVEREIRO DE 2004. O NÚMERO REDUZIDO DE AUTOMÓVEIS (EM PARTE, TAMBÉM DEVIDO AO PERÍODO DE BAIXO TURISMO ASSOCIADO AO MÊS REFERIDO) EVIDENCIA UM USO MAIS DISCRETO DOS PERCURSOS PEDESTRES E LEVADAS, ASSOCIADOS A AMBIENTES DE SILÊNCIO E CONTEMPLAÇÃO (DE PERCURSO LENTO). (GOOGLE EARTH PRO)....	237
		FIGURA 187: SINAIS DE PISOTEIO CONSTANTE, RESULTANTES DA ELEVADA PRESSÃO DE VISITANTES, NUMA ÁREA FLORESTAL DO FANAL, COMPROMETEM A REGENERAÇÃO DO ECOSISTEMA. TRATA-SE DE UMA ÁREA PROTEGIDA (ZONA DE REPOUSO E SILÊNCIO), COMPOSTA POR DOIS NÚCLEOS DE TIS (OCOTEA FOETENS), ALGUNS DOS QUAIS REMONTAM AO PERÍODO ANTERIOR AO DESCOBRIMENTO DA ILHA. (QUERCUS, <a href="https://quercus.pt/2025/09/a-morte-lenta-do-fanal/">HTTPS://QUERCUS.PT/2025/09/A-MORTE-LENTA-DO-FANAL/</a> ).....	238
		FIGURA 188: REGISTO FOTOGRÁFICO NA BEIRA DE UMA ESCARPA COM CERCA DE 300 METROS, JUNTO AO MIRADOURO DO FAROL DA PONTA DO PARGO (EM CONDIÇÕES DE VENTO CONSIDERÁVEL). ....	240
		FIGURA 189: CAPTURA DE TELA DO WEBSITE VISITMADEIRA.COM, NA PÁGINA DEDICADA À	

ZONA DO FANAL (FIGURA 187). O GESTO BANALIZADO DE FOTOGRAFAR OU FILMAR EXEMPLIFICA A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM EM OBJETO DE CONSUMO. (VISIT MADEIRA, <a href="https://visitmadeira.com/pt/o-que-fazer/exploradores-da-natureza/floresta-laurissilva/fanal/">HTTPS://VISITMADEIRA.COM/PT/O-QUE-FAZER/EXPLORADORES-DA-NATUREZA/FLORESTA-LAUSSILVA/FANAL/</a> ) .....	241
FIGURA 190: PROMOÇÃO TURÍSTICA DA MADEIRA NA BOLSA DE TURISMO DE LISBOA (MARÇO DE 2025). A DIVULGAÇÃO DO ‘PRODUTO MADEIRA’ ASSENTA HOJE NA MAXIMIZAÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES. PARA ALÉM DA PROMOÇÃO FÍSICA, DESTACA-SE AINDA A VERTENTE DIGITAL, ONDE OS TURISTAS SE CONVERTEM EM MILHÕES DE POTENCIAIS CONSUMIDORES. O TURISTA DEIXA DE SER RECONHECIDO COMO SUJEITO E CONVERTE-SE EM OBJETO: PARA O TERRITÓRIO, UM INSTRUMENTO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL; PARA SI MESMO, A ACUMULAÇÃO DE UMA SUPOSTA ‘EXPERIÊNCIA DE VIDA’. EM AMBOS OS CASOS, O RESULTADO É O CONSUMO – SEJA DE ESPAÇO, SEJA DE EXISTÊNCIA. ....	243
FIGURA 191: ZONA DA AJUDA, NO FUNCHAL (EM SEGUNDO PLANO), COMO SÍMBOLO DA PERDA DA NOÇÃO DOS LIMITES NATURAIS HUMANOS. QUANTO MAIS DENSAMENTE CONSTRUÍDO SE TORNA UM ESPAÇO, MAIS SE ESBATE A RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA. A AUTOALIENAÇÃO CAPITALISTA COMPROMETE O AUTOENTENDIMENTO HISTÓRICO DA POPULAÇÃO: ESTA PASSA A ALIENAR-SE NA REALIDADE IMPOSTA PELO PRÓPRIO REGIME, EM VEZ DE SE ENRAIZAR NUMA REALIDADE-DEPÓSITO TEMPORAL DE NECESSIDADES CONCRETAS. ....	252

## Apresentação

Numa das primeiras aulas da disciplina Laboratório de Projeto III, no último ano do curso de Arquitetura, o professor Daniel pergunta aos alunos: *como é que o poder se manifesta, em geral, na arquitetura?* Numa sala silenciosa – dada a insegurança acumulada ao longo do tempo pelo sistema educacional português – surge uma ávida voz brasileira – claro, o André! Com perspicácia, responde: *através da altura*. Imaginemos que estamos envoltos de um ambiente natural e que, adiante, avistamos um conjunto de construções. A construção que divergir – quer vertical, quer horizontalmente – das restantes, logo sabemos ter um papel diferente das outras.

Creio ter transmitido a sensação de surpresa que senti ao ouvir uma rara pergunta e uma energética resposta – que permitiram trazer o meu lado crítico para dentro do espaço universitário e, conseqüentemente, para este trabalho. Como apontou o professor, ao longo das aulas e conforme o programa da disciplina <sup>1</sup>, os alunos de arquitetura são hoje ensinados a agir como agentes neutros e *apolíticos*. A intenção do professor, no entanto, é romper com essas metodologias projetuais, ditas normais, que vêm sendo transmitidas e que moldam alunos, cidadãos e seres humanos acrílicos.

No entanto, devo recuar ao terceiro ano do curso para mencionar a metodologia do professor Gorjão nas aulas de Teoria da Arquitetura. Os momentos mais marcantes foram, sem dúvida, quando o professor se servia dos comentários que escrevíamos – um pequeno dever de casa – sobre os inúmeros textos por ele propostos para analisá-los em conjunto com toda a turma. Finalmente, sentia-me num espaço universitário como aquele que sempre tinha acreditado que existia: um espaço de discussão. Na sala, o professor procurava questionar o *statu quo* a partir dos próprios agentes que o reproduzem: os alunos – muitos de nós, inconscientemente.

De maneira acirrada, mas sempre saudável, chamou-nos a atenção para aquilo que somos levados a acreditar que somos e que, na verdade, apenas re-produzimos. A lente

---

<sup>1</sup> *Arquitetura e Ideologia*. Título do programa da turma 5°C, de Mestrado Integrado em Arquitetura, dado na disciplina de Projeto Integrado III por Daniel Santos de Jesus (ano letivo 2023-2024).

com que olho para o mundo ganhou outros graus – e só isso me permitiu, dois anos depois, fixar, criticamente, o olhar no enunciado do professor Daniel.

Voltando ao quinto ano, é na disciplina Arquitetura da Paisagem, com o professor Jorge, que ocorre outra rara abertura metodológica, a qual nos possibilita – enquanto arquitetos – interpretar a Paisagem. Simplesmente, propõe que cada aluno desenhe, a partir de uma linha, a paisagem que para si seja mais necessária, estruturante do seu ser. Contente com esta atividade, que me fez recordar a liberdade – ou a autonomia (no caso madeirense) – do primeiro ciclo escolar, desenhei a pedida linha: começa a descer... porém, abruptamente cai – mas calma!: é apenas o muro de suporte a uns 50 metros da minha casa, feito de pedra basáltica, construído para segurar a terra e que também servia de limite às brincadeiras com o Bernardo, a meio do bananal e ao lado do chiqueiro –, e logo retoma a suave descida em direção ao mar.

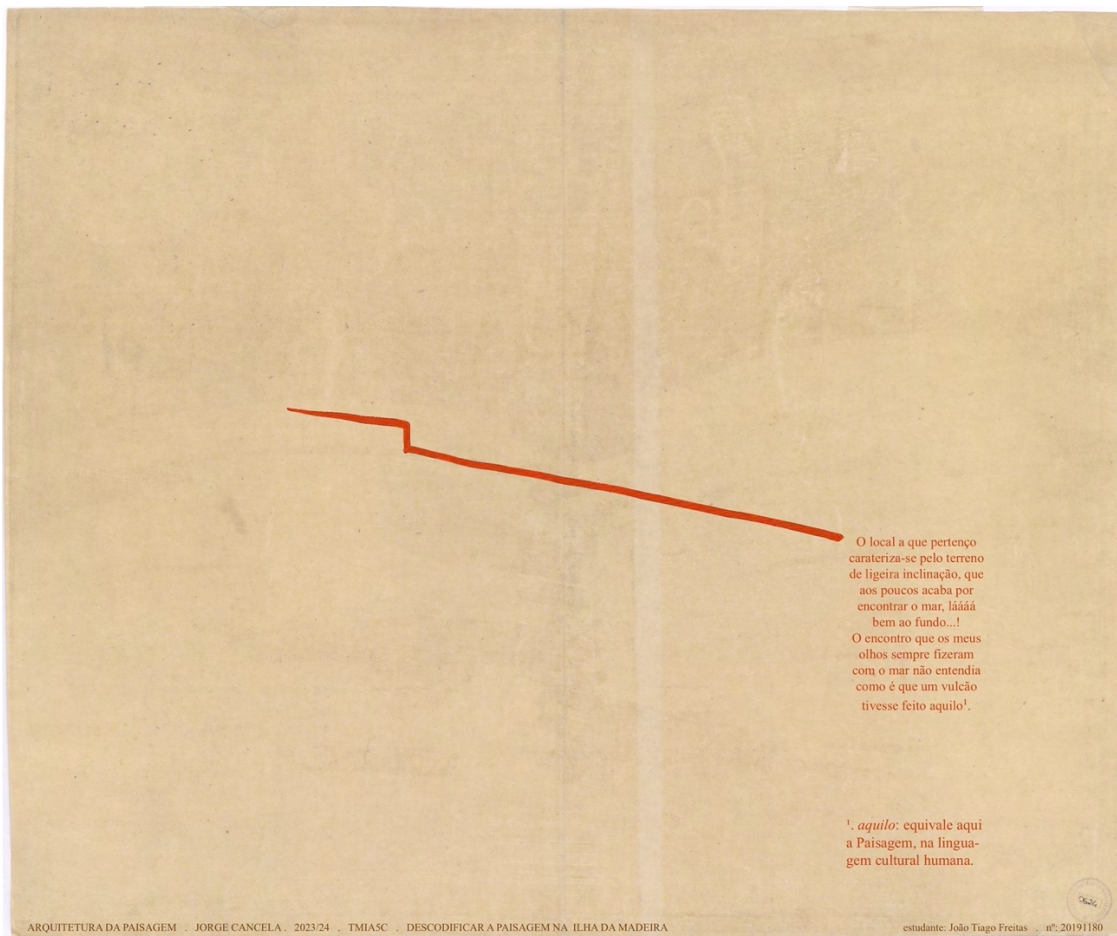


Figura 1: Capa do trabalho final. A linha inicial (desenhada digitalmente) manteve a sua forma tranquila, mas de controlo, e ganhou uma cor: vermelho – da potência incontrolável da lava. A posição do texto procura transmitir a chegada ao mar e simultaneamente o edifício vulcânico submerso até à profundidade marinha. (Fundo: verso do mapa “*The islands of Madeira, Porto santo and Dezertas*” (1873), de Alexander Thomas Emeric Vidal, disponível em: <https://am.uc.pt/item/44658>)

Com base em alguns condicionantes naturais – água, solo, clima, geologia – o professor pede que as utilizássemos para descodificar o nosso “lugar de pertença”. Ao longo das aulas e durante o desenvolvimento do trabalho, percebi que me tinham sido transmitidas as ferramentas-chave (os fatores naturais acima referidos) para compreender não apenas a minha terra natal, mas também a mim próprio. Agora, compreendo que o meu lugar de pertença não necessariamente é a Madeira, mas aquilo que a alma – que agora escreve estas palavras – guarda e vai recordando da mesma. Somos, afinal, seres de estados – como o próprio trabalho demonstrará.

A bagagem formada ao longo da minha vida na Madeira e, depois, transportada para Lisboa permitiu-me, à medida que me fui formando, entender que determinados receios, sentidos desde a adolescência, poderiam um dia ser alvo de uma análise mais profunda – mesmo que como atividade pessoal. À medida que os anos passavam, percebia que pouco a pouco a paisagem ia sendo transformada por construções pontuais. No entanto, muitas dessas construções mostravam-se dissonantes e perturbadoras (fig. 2) para um ser que foi formado e educado a entender que a relação entre natureza e ser humano era muito mais do que passear pela serra e, no meio dela, fazer piqueniques.



Figura 2: Algumas construções dissonantes em Câmara de Lobos (ao fundo, mais à esquerda) e no Estreito de Câmara de Lobos (ao fundo, à direita). Em primeiro plano, no Pico da Lombada, observa-se um muro de *poio* (socalco) em betão, de impacto negativo na paisagem.

Compreendidas as razões que tornaram possível o tema desta dissertação – *Apropriação do território na ilha da Madeira: agricultura, capital e turismo, a partir da teoria da alienação* – passa-se à sua introdução. O principal objetivo deste trabalho é

compreender de que forma uma determinada linha de pensamento se impõe sobre um território. Para tal, analisam-se as atividades agrícola e turística – formas dominantes de apropriação territorial na Madeira –, com o intuito de identificar os regimes e sistemas económicos que as sustentam e lhes dão forma.

Contudo, essas formas de apropriação não se manifestam de forma neutra ou inevitável – isto é, *apoliticamente*. A sua concretização não decorre de um qualquer destino, mas antes de ideologias (do grego: *idéa* = ideia; *logia* = estudo, ciência – isto é, ciência que trata de formalizar ideias) e do *poder* político que lhes dá forma e as torna operativas. Importa sublinhar que nem todas as ideologias se concretizam: por força de necessidades e graus de importância – humanamente hierarquizados ou impostos, e, por isso, falíveis –, algumas vontades acabam por, politicamente, se sobrepor a muitas outras formas de vida.

Essa ação manifesta-se social e economicamente, e materializa-se na *paisagem*. É a partir desta que se procura compreender, tanto do ponto de vista político (isto é, o governo do espaço e das populações) como ideológico, o modo como tal imposição se efetiva sobre o território. Assim, parte-se de um enquadramento natural e histórico da Madeira e, a partir do quarto capítulo, passa-se à interpretação da forma como se tem operado a relação entre sociedade e natureza na ilha.

Desde logo, pretende-se demonstrar que a paisagem madeirense atual pouco ou nada tem a ver com a forma que, durante séculos, esteve na origem de paisagens que refletiam uma unidade entre sociedade e natureza. Importa esclarecer que a paisagem contemporânea não é produto exclusivo da vontade humana – o que seria impossível, já que o ser humano pertence à natureza, e esta acaba sempre por se manifestar. No entanto, é precisamente pelo facto de o ser humano insistir em agir como agente exclusivo da vida – reduzindo a sua ação a uma única linha de pensamento (uma ideologia) – que a paisagem tende a apresentar-se hoje desconetada da natureza.

O primeiro capítulo, *Geomorfologia e Clima da ilha da Madeira*, debruça-se sobre a compreensão dos fatores naturais, sobre os quais os seres humanos não têm controlo. Só a partir destes, todas as vidas, todas as paisagens e todas as críticas são possíveis. Alguns desses fatores, nomeadamente, o geológico, o geomorfológico e o clima, são

tomados para o enquadramento natural da ilha. O objetivo é perceber como o território madeirense foi formado e que implicações ainda persistem na sua contínua transformação natural.

Depois, o segundo capítulo, *História a partir da paisagem*, passa-se para a exposição histórica da ilha. A escolha deste título deve-se ao entendimento de que, a partir da análise e interpretação histórica da paisagem – das ações antropológicas que nela se depositam –, torna-se mais fácil perceber o impacto que o ser humano tem enquanto gestante da *paisagem*. Acaba-se por também perceber de que maneira este se adaptou, num determinado momento histórico, às condicionantes naturais do território que ocupa. Desta forma, desvincula-se a presente análise das formas clássicas de interpretação histórica da Madeira, que, até onde se sabe, expõem a ocupação da ilha a partir dos seus ciclos económicos – e que, na verdade, revelam mais a história do Funchal do que a da ilha como um todo.

O terceiro capítulo compreende uma análise da paisagem da ilha no século XX. Trata-se de um aprofundamento da abordagem do capítulo anterior: se aí se analisou historicamente a paisagem, aqui evidencia-se uma das paisagens que marcam a história da ilha – não como passado arrumado, mas como uma expressão contínua do ser humano no tempo: passado, presente e ‘vir a ser’. E que desvenda, inclusive, uma forma de ser, um desígnio da Madeira e do seu habitante.

Segue-se o quarto capítulo, onde se introduz a teoria da *alienação*, a partir de Gustavo Godinho Benedito (2024), que servirá de instrumento de apoio para a interpretação levada a cabo no restante trabalho. Este capítulo terá a função de mostrar, a partir de elementos constituintes da paisagem descrita no capítulo anterior e mencionados no segundo capítulo, como a *paisagem* expressa a união entre sociedade e natureza.

Por fim, no quinto capítulo, mantendo-se como referente a ferramenta teórica usada no capítulo anterior, procede-se à interpretação da paisagem contemporânea a partir do conceito de *autoalienação* – um processo que deriva da *alienação*. Aqui, a intenção é ressaltar como, na atualidade, a *paisagem* madeirense manifesta a perda de consciência do ser humano em relação à sua própria atividade produtiva. No processo de *autoalienação*, o ser humano desconecta-se da natureza e passa a produzir espaço e

pensamento – ou seja, políticas e ideologias – sem relação consciente com o agente que lhe permite viver – a natureza.



Como é visível na figura 3, o formato da ilha é produto de um “vulcão-escudo”, que se caracteriza, maioritariamente, por explosões do tipo efusivas. Isto é, lavas expelidas de forma abundante e calma (Zbyszewski *et al.*, 1975, p. 6). O aparelho vulcânico surge formado tanto por fases de grande atividade vulcânica, como por fases mais serenas ou mesmo sem qualquer atividade, decorridas ao longo de milhões de anos.

Durante as fases mais calmas, o processo erosivo reduziu a dimensão do edifício vulcânico. Esse processo aconteceu, predominantemente, por meio da “incisão fluvial, pela abrasão marinha, com recuo da linha de costa e criação de arribas, e por processos gravíticos desencadeados pela criação de relevos íngremes pelos processos anteriores”. Ou seja, a erosão desfigura as formas vulcânicas e, conseqüentemente, ocorre a deposição dos seus produtos nos interiores dos vales ou flancos da ilha. Quando as fases de maior atividade vulcânica recomeçavam, os produtos da época vulcânica anterior eram recobertos de maneira irregular, devido aos diferentes graus de erosão e locais diversos. É, portanto, ao longo de extensos períodos de atividade erosiva que se desenvolvem os vales e se configura o relevo acidentado.

#### 1.1.2. A geomorfologia da ilha

Na sua primeira parte do estudo de Abreu *et al.* (2009) são determinadas as “Unidades Geomorfológicas” (fig. 4), que demonstram o grau de erosão da superfície terrestre. Para isso, foi feito um “exercício analítico da rede hidrográfica e da sua influência nas formas do relevo, consoante o grau de incisão e de evolução das linhas de água”. Além disso, basearam-se em parâmetros quantitativos – densidade de drenagem, densidade hidrográfica e coeficiente de torrencialidade – e qualitativos – uso dado ao solo e o tipo de rocha predominante. Depois, procedeu-se à correspondência desses dados com os complexos vulcânicos existentes. Ou seja, procurou-se compreender a relação entre os tipos de rochas – formadas durante os processos vulcânicos – e as formas de relevo à superfície. Como referido anteriormente, as formações rochosas resultam da acumulação dos produtos dos períodos vulcânicos, podendo ainda ser constituídas, em parte, por materiais de erosão posteriormente cobertos por novas camadas de lava.

A partir da correlação desses dados – formas de relevo (fig.5), redes hidrográficas (fig.6) e tipos de rocha vulcânica – foi possível definir as partes do território que se apresentam mais dissecadas (UGR5) daquelas menos dissecadas (UGR1 e UGR2).

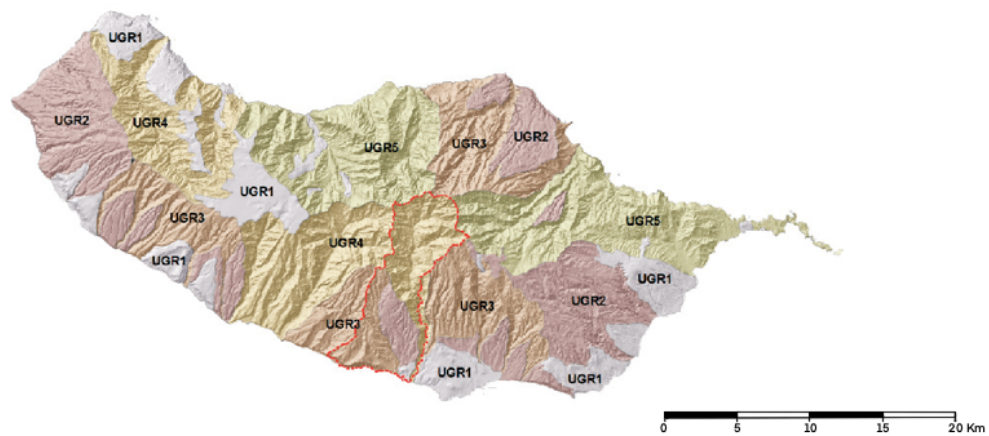


Figura 4: Unidades geomorfológicas regionais e a localização do concelho de Câmara de Lobos. (Abreu *et al.*, 2009)

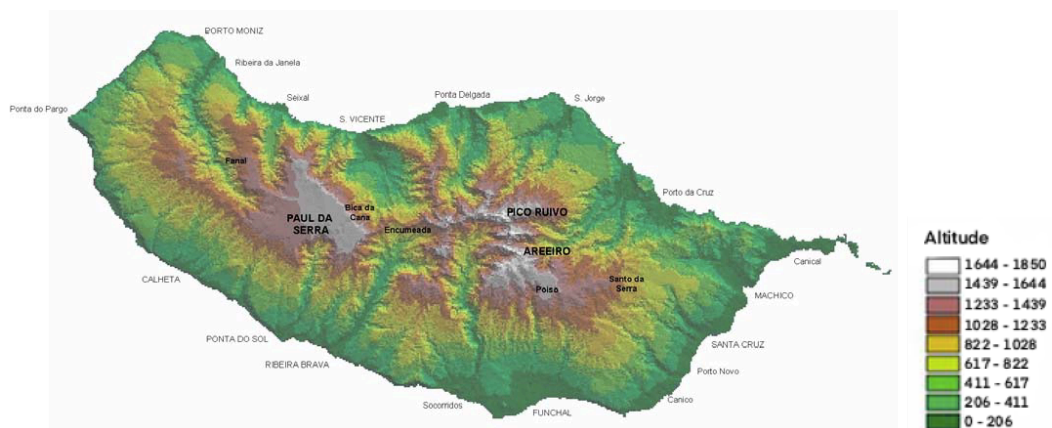


Figura 5: Relevo da ilha da Madeira. (Prada, *et al.*, 2005)



Figura 6: Principal rede hidrográfica. (Adaptado de Marques, *Caracterização hidráulica, hidrológica e do transporte sólido das principais linhas de água (ribeiras) do concelho de Câmara de Lobos - ilha da Madeira.* 2014)

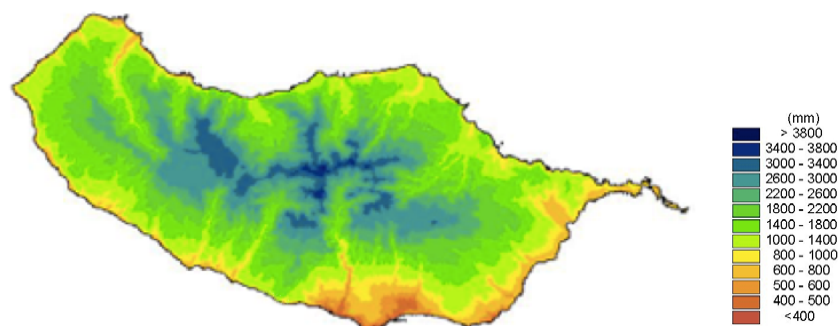


Figura 7: Precipitação anual. A água tem um papel fundamental no processo erosivo. (Azevedo, *et al.*, 2006)

### 1.1.3. Geografia do concelho de Câmara de Lobos

O território norte do concelho de Câmara de Lobos é composto por uma morfologia muito acentuada, “da qual destacamos a importância espacial dos valores superiores a 500m”. É uma condicionante da dinâmica e da intensidade dos processos naturais (erosão, escoamento das águas e formação do relevo), como também influencia a fixação das populações. O concelho compõe-se maioritariamente de um “relevo Montanhoso”, sendo 34% a média de inclinação das vertentes, nas quais se distinguem 2 classes de declive. A de inclinação entre 25 e 35%, associada a taludes onde predominam materiais rochosos pouco coesos, que sofrem erosão mais rapidamente. E a de inclinação maior que 45%, que se associa a “taludes subverticais” constituídos por “escoadas laváticas de grande espessura”, ou seja, taludes densos e coesos.

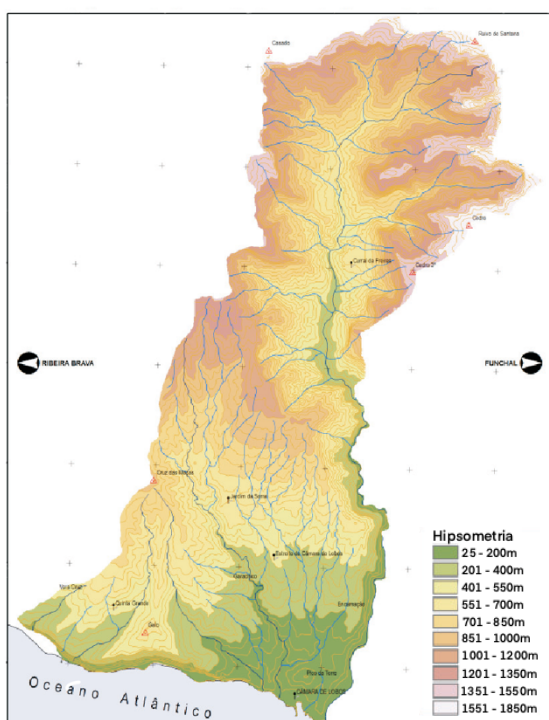


Figura 9: Hipsometria do concelho de Câmara de Lobos. (Adaptado de Abreu *et al.*, 2009)

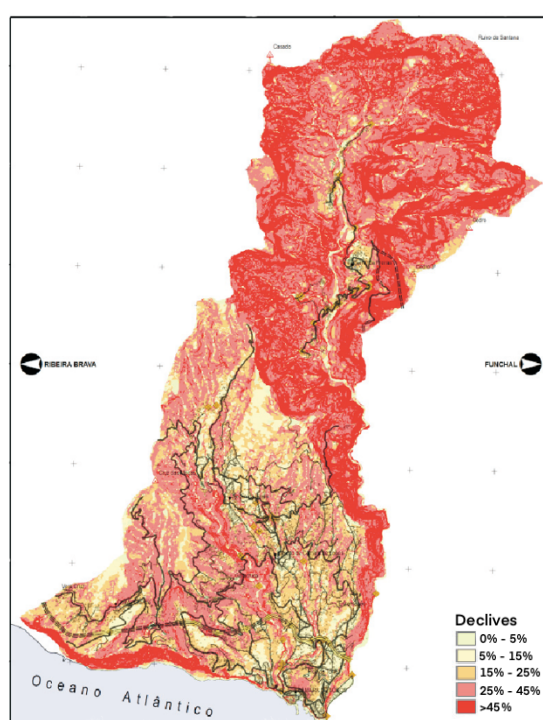


Figura 8: Carta de declives do concelho de Câmara de Lobos. (Adaptado Abreu *et al.*, 2009)

Como supracitado, a formação das rochas resulta da acumulação dos produtos das fases vulcânicas como também dos materiais de erosão, entretanto cobertos por lava. Ficou entendido que o grau de incisão depende da maior ou menor presença de materiais pouco coesos numa formação rochosa. Daí que a “relação direta litologia-declive” seja condicionada por um conjunto de fatores, sendo eles próprios variáveis, nomeadamente: a capacidade da própria rocha (fraturada ou alterada) de suportar terrenos mais íngremes; a estabilidade da rocha devido a veios minerais (filões ou rede filoniana), que afetam taludes e encostas; e a formação de declives devido a falhas ou fraturas (lineamentos).



Figura 10: Camadas de lava e filões (posicionados verticalmente) cortados pela abrasão. (Ribeiro, O., 1985)

Os autores mencionam o caso da “depressão morfológica do Curral das Freiras”, a norte do concelho. Nesta depressão existem taludes subverticais que em alguns casos atingem 600m de altura (desde a base da depressão até à cumeeira), formando linhas de cumeeada “com uma altitude média de cerca de 1.600m, nomeadamente ao longo do bordo Oeste e Norte”. A sul da depressão surge um vale inciso, “com 4km de largura na sua extensão W-E e 6k no eixo N-S” (fig. 11). Na origem dessa “forma morfológica” (uma depressão) está a sua formação geológica. Tal, caracteriza-se pela fragilidade das suas rochas, constituídas por “materiais de natureza piroclástica pouco coesos” e também pela presença de outras rochas (rede filoniana).



Figura 11: Depressão morfológica, ou vale, do Curral das Freiras, vista para sul. (Abreu *et al.*, 2009)

Esses fatores, “aliados a uma elevada precipitação” – recorde-se que grande parte do território norte do concelho se situa acima dos 500 metros de altitude, e que as encostas da localidade atingem os 1600 metros – favorecem a erosão dos vales, cada vez mais encaixados e incisos, que acabam por se prolongar até ao mar. Essa depressão está inserida na Unidade Geomorfológica 4 (UGR4 - Vertentes Medianamente Dissecadas),

que ocupa cerca de metade do território concelhio. Ou seja, metade do concelho está sujeito a uma condição de grande erosão.

Na outra metade, a sul, “constatamos a existência de um relevo menos exuberante e incisivo”. No entanto, também se compõe por “vales estreitos, encaixados e circundados por vertentes de declive acentuado (25%-35%)” e por “lombadas ou lombos [...], em formato de dorso e limitados por linhas de água”. A rede hidrográfica distribui-se heterogeneamente e ocorre de maneira efêmera, devido a precipitação forte e persistente. Além disso, toda a rede acaba por fluir em direção ao mar.



Figura 12: Vista da metade sul do concelho de Câmara de Lobos (Abreu *et al.*, 2009)

#### 1.1.4. Enquadramento socioeconómico do concelho

No concelho em estudo, verificou-se que na sua demografia, entre crescimentos (1920-1970) e decrescimentos (1970-1991), a partir de 1990 existiu um “crescimento médio a rondar os 10% até 2001”, quando o concelho se estabelece com 36.614 habitantes. Quanto à atividade económica – muito diversificada – destacam-se “a agricultura, a construção civil, os serviços, o comércio e a indústria”, mas também outras atividades inseridas nessas categorias mais amplas, como “a fruticultura, a floricultura, a

apicultura e a vinicultura”. Por fim, o uso e ocupação do solo, do qual 41,8% corresponde a superfície florestal, 28,5% diz respeito a espaços naturais e 23,5% relativo à superfície agrícola. Na área social a ocupação era de 2,8%, a área mista (área social mais agricultura/indústria) de 2,6% e a área de transição (rural - urbano, ou agrícola - florestal) de 0,5%.

#### 1.1.5. Perigosidades e desastres

Este subcapítulo começa com o tema da “Sismicidade”, onde são mencionados alguns abalos sísmicos, desde 1748. Esses eventos estão associados a “desabamentos e avalanches rochosas”, que embatem violentamente na superfície do mar. Tais avalanches e desabamentos costeiros são provocados por “grandes ondas (tsunamis)”.

[...] durante os temporais, o embate das ondas nas rochas exerce pressões de várias toneladas por  $\text{cm}^2$ . Para além desta força hidráulica, a água atirada contra as rochas provoca uma compressão do ar no interior das fendas e cavernas. Quando a água se retira dessas fendas e cavernas dá-se uma decompressão rápida que favorece o desprendimento de fragmentos rochosos.<sup>2</sup>

No entanto, esse tipo de “movimento”, mais direto e severo, não é o único a contribuir para a erosão. Como já abordado, o processo erosivo ocorre devido à “orografia acentuada e [a]o grau de incisão hidrográfica, associados a valores elevados de precipitação”.

Depois, desenvolve-se o tema dos ‘movimentos de massa’, no qual são referidos três tipos de movimento. O incremento destes fenómenos dá-se devido à ocupação ou transformação por ação do ser humano e onde “o coberto vegetal é diminuto ou foi alterado”. Além disso, ocorrem em maior número entre Outubro, no começo do período de chuvas, e Janeiro.

Primeiro, tem-se os “movimentos de massa simples”, caracterizados pelas quedas de blocos, desabamentos e avalanche rochosa. Estes, dão-se em taludes de declive acentuado, desenvolvem-se em queda livre e são de tamanho variável. Se na orla costeira

---

<sup>2</sup> *Ilhas Afortunadas*, episódio 3, RTP Madeira, 1990. Disponível em: YouTube, <https://www.youtube.com/watch?v=rGwQ5qcf-oU>. [03:44].

ocorrem pelas implicâncias da dinâmica litoral, nos vales mais profundos dão-se pela ausência de vegetação e elevada precipitação. Maioritariamente, acontecem devido à própria geologia, formada por diferentes tipos de rochas: a presença de camadas distintas – temporal e materialmente – apresentam disjunções, as quais favorecem, “com o avançar da erosão, a desagregação e a consequente queda.” Os autores referem ainda que é este o movimento de massa que ocasiona mais vítimas, não só devido à sua maior frequência, como também pela “localização de habitações e vias de circulação, em áreas sobranceiras a taludes”.



Figura 13: Movimento de massa simples na orla costeira. (Abreu *et al.*, 2009)



Figura 14: Movimento de massa simples no vale da Ribeira dos Socorridos. (Abreu *et al.*, 2009)

Depois, contam-se os movimentos mais elaborados, classificados como deslizamentos rotacionais ou translacionais, e ainda os complexos, resultado simultâneo dos dois tipos de deslizamentos anteriores. Dependendo do local, podem originar o Deslizamento costeiro <sup>3</sup> e o Deslizamento-barragem, nos vales. Esses últimos são registados em áreas onde existe uma considerável quantidade de água, um declive acentuado e pouca cobertura vegetal.

Como exemplo do Deslizamento-barragem, são referidos “os deslizamentos existentes no circo de erosão do Curral das Freiras”, nomeadamente o caso da Achada do Curral e o da Fajã do Capitão, localizado na Ribeira do Curral. O primeiro, categorizado como deslizamento translacional, “depositou um volume de material de cerca de  $100.10^6\text{m}^3$ , cobrindo uma área de  $600.000\text{m}^2$  e um comprimento de  $900\text{m}$ ” – um dos maiores da ilha (figs. 16 e 17). Já o segundo, classificado como um deslizamento rotacional, é um dos muitos exemplos existentes. Estes, na sua maioria, são inferiores a uma massa de  $100.000\text{m}^3$ , e apresentam uma densa vegetação e áreas “antropizadas”, geralmente agrícolas.



Figura 15: Deslizamento rotacional da Fajã do Capitão, entretanto ‘antropizado’. (Abreu *et al.*, 2009)

---

<sup>3</sup> Conhecido também por fajãs.



Figura 16: Deslizamento translacional da Achada do Curral, onde se encontra o maior povoamento do Curral das Freiras. O deslizamento não está totalmente visível na fotografia. (*Ilhatours*, <https://www.ilhatours.com/tours/ver/3>)



Figura 17: O mesmo local em finais dos anos 40 do século XX. Nesta foto é evidente como a Achada do Curral é um grande deslizamento. Note-se o território despojado de arvoredo. (Ribeiro, O., 1985)

Por último, são abordados os “fluxos de detritos” que se dividem em 2 tipologias. O fluxo seco, que ocorre em vertentes mais incisivas e devido ao fator gravidade. E o segundo tipo de fluxo, que se dá nas confluências das ribeiras, onde a água acaba por ter um papel determinante. É iniciado pela rutura de barragens naturais, deslizamentos superficiais ou erosão hídrica. Ocorre pelo acúmulo de materiais, quando se verifica uma precipitação intensa em que a água acaba por atuar como lubrificante, e por fluir com grande velocidade, levando consigo detritos de diferentes dimensões.



Figura 18: Zona da Terra Chã. Representação do fluxo de detritos, (Abreu *et al.*, 2009)

Pela sua violência, é referido que na ilha da Madeira é este o tipo de movimento que tem “uma maior incidência e magnitude, tendo provocado muitas vítimas e prejuízos materiais bastante avultados”, a longo do tempo. É tido como exemplo, a zona da Terra Chã (fig. 18) onde, em 2001, uma ponte foi destruída e várias habitações soterradas, deixando uma parte da zona isolada e cerca de 60 pessoas desalojadas.

Por fim, identificam-se os “movimentos do tipo reptação”, nomeadamente a sudoeste do concelho. Caracterizam-se por serem “depósitos de vertente imaturos, muito grosseiros, de matriz argilosa, resultantes da acumulação em zonas pouco declivosas”. Deslocam-se anualmente “na ordem dos 2cm”, sendo a sua velocidade dependente da “intensidade e quantidade de precipitação anual acumulada”.

Passando ao fenómeno de cheia rápida, este desenvolve-se em redes hidrográficas extremamente jovens, “com pequenas bacias hidrográficas em forma de funil”, definidas pelos declives muito acentuados. Além disso, a degradação do coberto vegetal é também apontada como responsável pela acentuada erosão e torrencialidade, o que agrava os riscos e possibilidades de extravasamento do caudal. Esse tipo de fenómeno é gerado essencialmente devido a “precipitações intensas em curtos períodos de tempo e concentradas espacialmente”. As mesmas podem atingir os 500mm/dia, e provêm de “gotas de ar frio [...] ou depressões que resultam da interação das circulações polar e tropical”<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Estas fenómenos climáticos são tratados mais adiante, no subcapítulo 1.2.2.

Como exemplo de cheia rápida é dado o evento ocorrido a 9 de outubro de 1803, que causou entre 800 e 1000 vítimas mortais. Além das vítimas, provocou elevados prejuízos materiais por toda a ilha, “devido ao extravasamento dos fortes caudais do leito da ribeira”. A origem desta cheia “esteve numa situação atmosférica caracterizada por um vento do quadrante de SW, trovoadas e uma precipitação intensa que terá perdurado por dias”. Mas também pelo facto de não existir o encanamento das ribeiras dentro das áreas urbanas <sup>5</sup>.

Depois, de forma breve, os autores abordam as inundações costeiras, que são resultado de marés vivas, com origem em condições meteorológicas adversas – os ‘temporais’. Estes eventos geram “prejuízos em construções, no mobiliário urbano, em embarcações, etc.”. Exemplificando, um dos prejuízos do evento ocorrido a 29 de outubro de 1993, na Ribeira dos Socorridos, foi a destruição da adutora da Empresa de Eletricidade da Madeira.

Por fim, passando ao tema dos incêndios florestais, os autores mencionam que a floresta introduzida “é a que predomina, e é essencialmente composta por eucalipto e acácias, espécies “propensas à ignição e propagação do fogo”, ocupando 41,8% do concelho. Salientam a “falta de limpeza da floresta, especialmente em terrenos privados, devido ao abandono nas zonas de transição urbano/florestal” <sup>6</sup>, o que constituiu um risco para a “interface rural/urbano”. Além do vento, um último fator propiciador dos incêndios florestais são as vagas de calor – o ‘tempo de leste’. Os incêndios são responsáveis pela destruição do coberto vegetal, que, por sua vez, propicia a erosão dos solos e que, conseqüentemente, afeta a retenção de água, aumentando assim o risco de cheia.

---

<sup>5</sup> Devido a este evento algumas ribeiras sofreram alterações nos seus cursos. Ver subcapítulo 2.2.10.

<sup>6</sup> É provável que este abandono esteja relacionado ao novo modo de vida que, a partir dos anos 90 do século XX, é possibilitado através do desenvolvimento de uma ampla rede rodoviária. Este tema, como também as implicações que o novo modo de vida tem na relação da população madeirense com a Natureza, são aprofundados na secção 5.2.1.2.

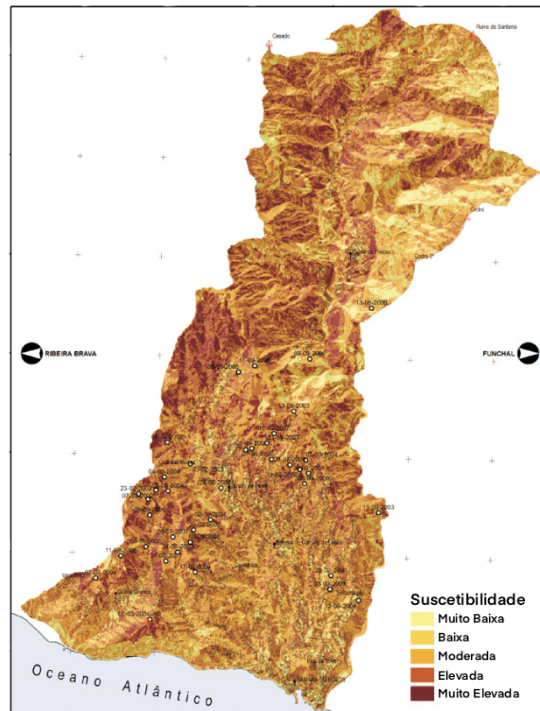


Figura 19: Carta de susceptibilidade aos incêndios florestais de Câmara de Lobos. (Adaptado de Abreu *et al.*, 2009)

#### 1.1.6. Expressão da susceptibilidade

A “Carta de susceptibilidade compósita” (fig. 20) permite concluir que cerca de 70% do território concelhio se insere em escalas de “susceptibilidade elevada a muito elevada”. Destacam-se duas áreas: a depressão morfológica do Curral das Freiras, a norte, e uma área “inter-freguesias”, mais a sul. Contudo, os motivos de classificação destas áreas são distintos. Na área mais a norte, a susceptibilidade é definida pelos fenómenos de movimentos de massa e cheias rápidas, como também pelas precipitações extremas na “área localizada a nor-nordeste” – devido à grande altitude a que se encontra. Enquanto que na segunda área, os principais fatores são os movimentos de massas de “reptação e queda de blocos/desabamentos”, e os “fenómenos meteorológicos adversos”.

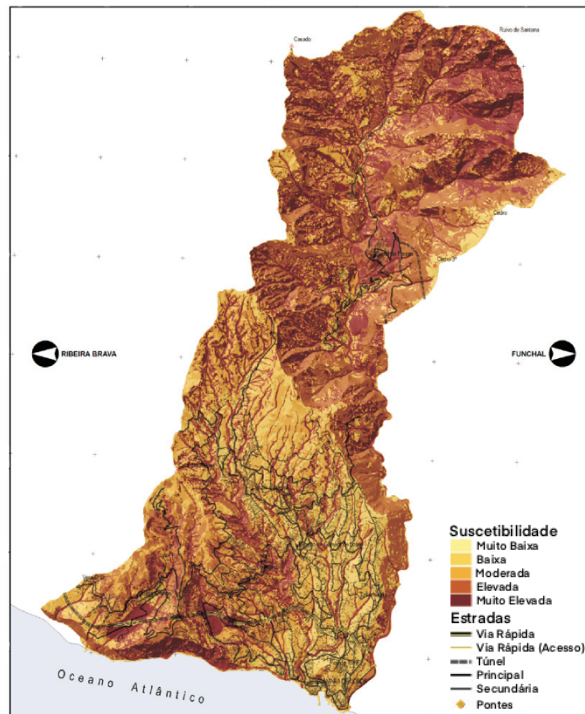


Figura 20: Carta de Suscetibilidade Compósita, (Adaptado de Abreu *et al.*, 2009)

#### 1.1.7. Exposição e vulnerabilidade municipal

Sobre a carta de susceptibilidade do concelho os autores sobrepuseram-na com a cartografia correspondente às “infraestruturas antrópicas”. Essa análise leva em conta o “desenvolvimento económico e social da Região Autónoma da Madeira”: o aumento demográfico propicia a expansão do tecido económico-urbano. Tal crescimento traduz-se na maior presença de infraestrutura antrópica, que gradualmente pressiona o território. A sobreposição cartográfica permite identificar a existência de “pontos críticos” que agravam significativamente os “processos de perigosidade e da exposição das infraestruturas”, aquando da ocorrência dos fenómenos naturais.

Na análise, constatou-se o desenvolvimento de edificação “cada vez mais próxima dos taludes costeiros”, fomentado pela “pressão demográfica sobre a orla costeira”. Como se verificou, nestes locais é propício ocorrer a “queda de blocos e desabamentos, bem como [...] fenómenos meteorológicos adversos”. O desenvolvimento socioeconómico permitiu que espaços adjacentes a “declives acentuados” e a linhas de água, “mesmo no leito maior”, fossem classificados como urbanizáveis. Um exemplo da “transformação do

uso e ocupação do solo” são as áreas intermédias e finais dos principais cursos de água do concelho, nomeadamente, as Ribeiras do Vigário e dos Socorridos (fig. 22).



Figura 21: Presença de infraestrutura na orla costeira, no Cabo Girão (Abreu *et al.*, 2009)



Figura 22: Ocupação do leito da Ribeira dos Socorridos (Abreu *et al.*, 2009)



A ocupação das “planícies aluvionares” destas ribeiras, com “numerosas infraestruturas e equipamentos habitacionais, comerciais e de serviços, industriais, energéticos e desportivos” (figs. 22 e 23), implica a canalização das mesmas. Ao se reduzir o “leito útil de cheia” e a sua capacidade de escoamento, aumenta-se não só o grau de severidade de um processo de risco, como também se expõe as infraestruturas antrópicas, os serviços e pessoas que delas dependem. O grau de exposição das infraestruturas em área urbana também aumenta com a impermeabilização dos solos, que contribui para “um maior caudal e velocidade de escoamento superficial”.

Figura 23: Ocupação do leito da Ribeira dos Socorridos (Abreu *et al.*, 2009)

## 1.2. Caracterização do clima regional

Como se viu, a geomorfologia do território resulta do processo vulcânico, mas também de fatores ligados ao clima. Mais uma vez, saliente-se estes como componentes naturais que ao ser humano não é possível controlar.

Desta maneira, neste subcapítulo procede-se à análise do clima afeto à região onde se insere a ilha. Para isso, primeiro, aborda-se a *Oscilação do Atlântico Norte* que foi estudada em *O Clima de Portugal nos séculos XX e XXI*, de Miranda *et al.* (2006). Este estudo permite observar o ciclo de períodos de precipitações – uns menos abundantes que outros – que afetam a região onde a ilha da Madeira está inserida. Mais à frente, no segundo capítulo, verificar-se-á como as chuvas tinham um papel determinante no território rural – sendo a sua escassez uma das principais causas de anos de fome.

A ocorrência de precipitação no território madeirense é variável nos seus tipos, mas também na distribuição geográfica. O relevo da ilha determina, desde logo, a ocorrência de dois microclimas na região: a norte e a sul. Para perceber essa dinâmica, na segunda parte deste subcapítulo, recorre-se à obra *A ilha da Madeira até meados do século XX*, de Orlando Ribeiro (1985, pp. 27-39). A singular interpretação feita por esse autor sobre o clima madeirense é complementada com dados climáticos relativos ao *O clima observado*, de Valente *et al.* (2006). O objetivo desta abordagem é compreender a simbiose que ocorre entre o clima e o território madeirenses. E com isso identificar os microclimas que ocorrem na ilha, originados pela variada configuração territorial. Por fim, recorre-se ao estudo *Disponibilidades Hídricas da Ilha da Madeira*, de Prada *et al.* (2005, pp. 7-8), para tratar de um fenómeno específico da ilha, que envolve, além do território e do clima, a própria vegetação indígena.

### 1.2.1. Oscilação do Atlântico Norte

A NAO é um fenómeno atmosférico resultante da interação entre o anticiclone dos Açores (sistema de alta pressão) e a depressão da Islândia (sistema de baixa pressão). A diferença de pressão entre essas ‘zonas-chave’ pode resultar numa *NAO elevada* ( $>0.5$ ) – quando o sistema de alta pressão predomina sobre o de baixa – ou numa *NAO baixa* ( $<-$

0.5) – quando predomina o sistema de baixa pressão. Assim, a NAO é reflexo das diferenças de pressão entre esses sistemas, afetando significativamente o clima da Europa e, em particular, da Madeira, com impactos no vento, na precipitação e nas temperaturas médias.

Além de resumir essa dinâmica, a NAO pode ser interpretada como um movimento de massas de ar entre regiões de diferentes latitudes e pressões, entre o norte e o sul europeus. Por isso, adicionalmente, também pode ser definida como um fenômeno que reflete a reconfiguração da pressão, ao nível do mar <sup>7</sup>, entre o Atlântico Norte e o Ártico.

Em Portugal, as observações permitem associar os valores baixos do índice NAO a períodos de grande precipitação, da mesma forma que os valores elevados do NAO estão associados a quadras de precipitação abaixo da média. Na figura 24 é possível verificar como essa correlação ocorre e se distribui espacialmente – num cenário de NAO elevada no inverno.

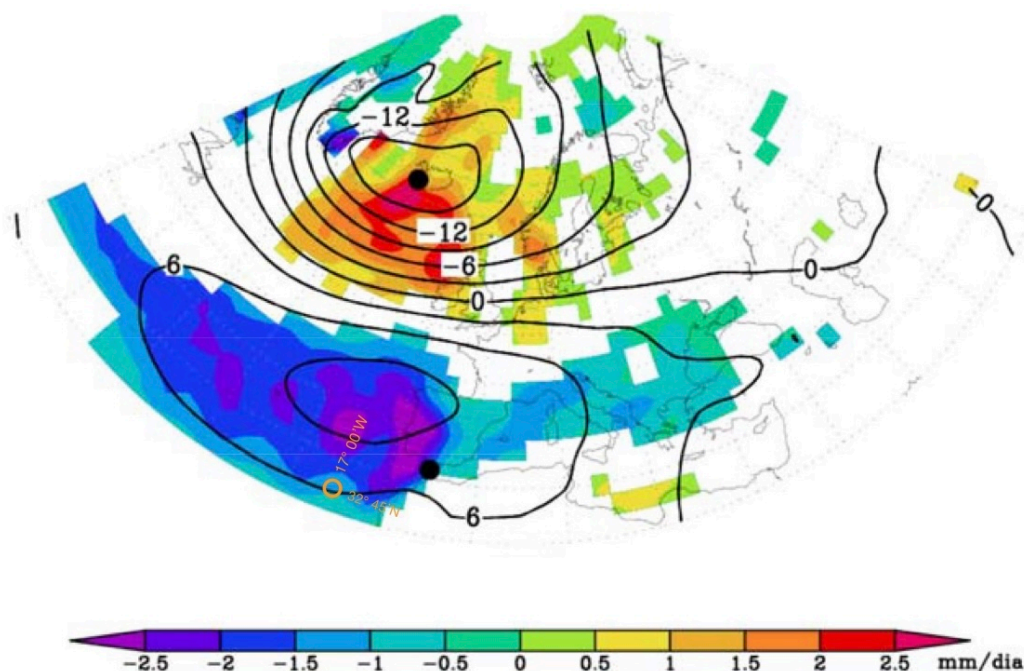


Figura 24: Distribuição espacial da correlação da NAO, em cenário elevado. Calculada como a diferença de pressão entre Gibraltar e Islândia (círculos pretos), com a anomalia de precipitação (a cores) e variação dos campos de pressão (pressão ao nível do mar, representados pelas isolinhas). E localização da ilha da Madeira (circunferência laranja). (Adaptado de Miranda *et al.*, 2006)

<sup>7</sup> Medir a pressão ao nível do mar permite calcular, de forma precisa, a pressão atmosférica de determinadas regiões.

A figura mostra que, em condição de *NAO elevada*, as regiões médias e ao sul da Europa apresentam um aumento da pressão atmosférica. Nessa zona, as isolinhas evidenciam a anomalia positiva da pressão, ou seja, a predominância de um sistema de altas pressões – o anticiclone dos Açores. Este sistema, além de favorecer um clima mais estável, contribui no inverno para uma diminuição da precipitação, refletindo uma anomalia negativa da mesma (representado pelas cores frias). Por outro lado, o oposto ocorre nas latitudes mais ao norte da Europa, onde se observa uma diminuição da pressão atmosférica. Este fenómeno, causado por um sistema de baixa pressão – depressão da Islândia –, por si só, já indica a ocorrência de precipitação. No entanto, com a influência da NAO os valores de pressão são, anormalmente, ainda mais baixos durante o inverno, refletindo valores de precipitação superiores à média.

Por outro lado, num cenário de *NAO baixa*, em que se dá a predominância do sistema de baixa pressão (depressão da Islândia) sobre a zona meridional da Europa, o cenário é o oposto: mais precipitação que a média no sul da Europa e menos no seu território norte. Dessa maneira, existe uma “correlação entre o índice NAO e a precipitação de Inverno na parte Oeste da Península [Ibérica]”. Com a perda de força (pressão) do Anticiclone dos Açores, passa a haver espaço para a descida de sistemas frontais provenientes das “depressões no Atlântico Norte”. E isso significa maior instabilidade atmosférica durante todo o período invernal (dezembro, janeiro, fevereiro e março – “DJFM”), constate e anormalmente mais chuvoso.

Ou seja, existe uma correlação inversa entre a NAO e a precipitação: na *NAO baixa* verifica-se uma quantidade de precipitação acima da média, enquanto na *NAO elevada* observa-se uma precipitação abaixo da média. Essa correlação inversa existente entre o índice NAO e a precipitação, foi confirmada pela análise das séries temporais do índice NAO e da precipitação mensal nos meses de Inverno (DJFM), ocorridos entre 1939 e 2001 (fig. 25). Além disso, os autores concluem que na condição de *NAO elevada* ocorre uma “redução muito significativa da frequência das classes de precipitação mais abundante”. Por outro lado, na *NAO baixa* existe um aumento das classes de precipitação, mas também se mantêm as classes menos abundantes, embora com menor frequência.

Entre 1939 e 2001, que abarca 63 Invernos, a distribuição de Invernos com NAO elevada (20), com NAO baixa (24) e com NAO média (26) é quase homogénea.<sup>8</sup>

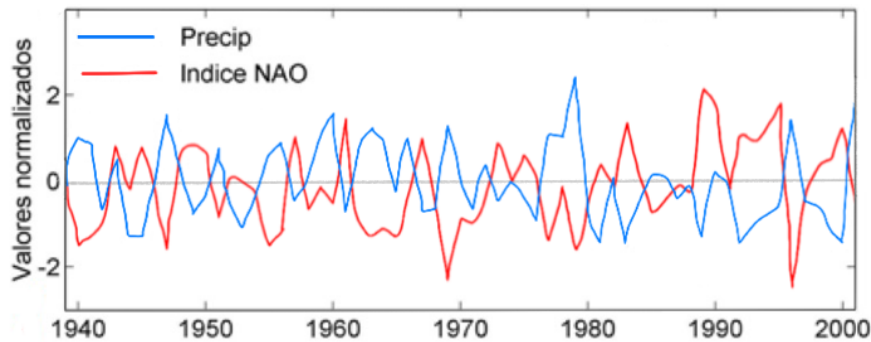


Figura 25: Correlação inversa entre a NAO e a precipitação (DJFM), em Portugal Continental. Valores altos da NAO correspondem a valores baixo de precipitação. (Adaptado de Miranda *et al.*, 2006)

### 1.2.2. Território e o Clima Observado

A ilha da Madeira situa-se numa região subtropical de “clima ameno, tanto no verão como no inverno” (Valente *et al.*, 2006, p. 1). Esta última estação é pouco percecionada na faixa mais junto à costa (Ribeiro, O., 1985, p. 28). Ainda assim, durante o inverno o anticiclone dos Açores desloca-se para sul/sudoeste do arquipélago homónimo, permitindo que depressões ou outros fenómenos – vindos do norte do Atlântico – desestabilizem a amenidade climática desta zona. Nessas situações, os ventos dominantes sopram de Sudoeste e de Oeste, trazendo frio e possibilitando a ocorrência de precipitação e vento, por vezes, persistente e forte, respetivamente.

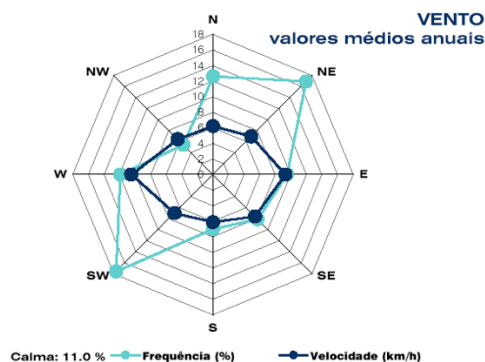


Figura 26: Média dos valores climáticos do vento (1961-1990) da estação meteorológica do Funchal. (Valente, *et al.*, 2006)

<sup>8</sup> MIRANDA *et al.* O clima de Portugal nos séculos XX e XXI, in *Alterações Climáticas em Portugal - Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação - Projecto SIAM\_II*, 2006. p.17.

No verão, com o posicionamento do Anticiclone dos Açores a nordeste do arquipélago homónimo, e pela predominância dos ventos a si associados – norte/nordeste –, o clima caracteriza-se pelo tempo seco, tal como o clima mediterrâneo. No entanto, diferentemente da bacia mediterrânea, a região situa-se rodeada por oceano. Desta maneira, “o movimento das águas superficiais provocado pelo vento geral” faz com que subam à superfície águas profundas e frias (corrente das Canárias). A evaporação dessa água permite que as temperaturas se mantenham muito moderadas em torno da ilha, através do ar bastante húmido vindo de nordeste <sup>9</sup>.

Embora as condições climáticas descritas acima sejam as predominantes no território da ilha, existe ainda uma outra que, por períodos de poucos dias, se manifesta também no clima regional. Dada a proximidade com o continente africano, ocorrem por vezes ventos de Leste, provenientes do sistema de alta pressão, geralmente, localizado sobre Marrocos. O vento e tempo associados a este sistema são muito secos, ou seja, com uma percentagem de humidade muito baixa no ar. Mas, como escreve Orlando Ribeiro, “este tempo sufocante não dura mais que alguns dias e não se repete todos os anos”. O autor ainda demonstra a fraca influência deste fenómeno – o *tempo de leste* – sobre o território, dando o exemplo da zona localizada no extremo este da ilha – a Ponta de São Lourenço. Esta zona deve a sua aridez não à sua localização, mas, simplesmente, ao seu “fraco relevo” <sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Durante o verão, no território continental português, este vento é conhecido por ‘nortada’ e proporciona maior frescura ao território, submetido ao ar quente e seco do interior continental.

<sup>10</sup> Outro exemplo, para efeito de comparação, é o território da ilha do Porto Santo. A sua aridez deve-se ao relevo pouco acentuado, que impossibilita desempenhar o mesmo papel que tem, no geral, a ilha da Madeira. Esta última, ao ser uma grande barreira à massa de ar oceânica, tem capacidade de captar água com ajuda da floresta indígena.

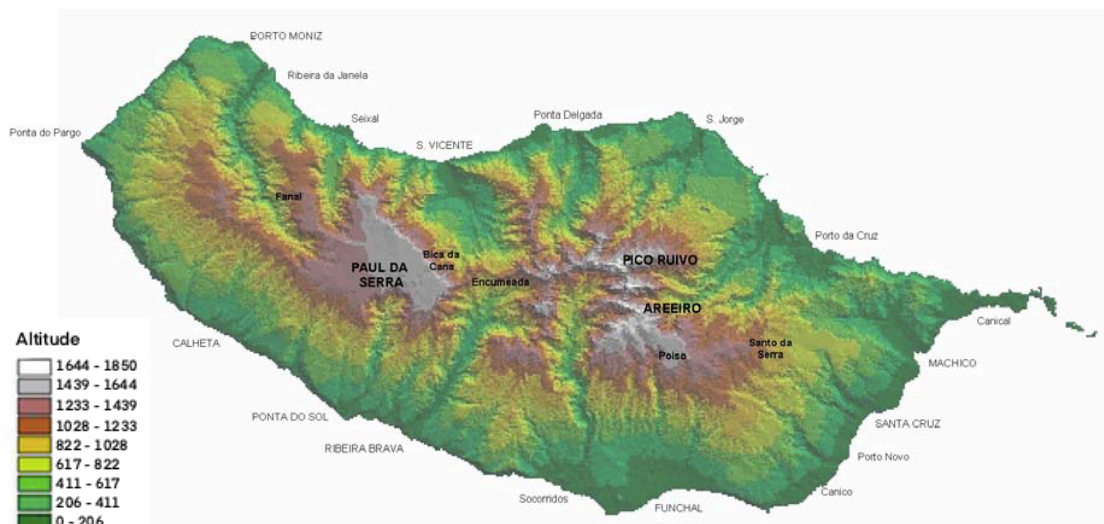


Figura 27: Relevo da ilha da Madeira. Parte oriental: Pico Ruivo (1862m), Pico do Areeiro (1818). Parte ocidental: Planalto do Paul da Serra (>1400m). (Adaptado de Prada, *et al.*, 2005)

A ilha possui uma orografia bastante acidentada, principalmente no seu centro oriental, onde existem “montanhas de grande elevação, separadas por ravinas profundas” (Valente *et al.*, 2006, p. 1). Esta grande massa de relevo, no meio do oceano, faz com que a dinâmica provocada pela “ação dominante do vento geral”, descrita acima, sofra algumas alterações. Ou seja, dadas as características do território existem condições para se desenvolverem outras formas de circulação do ar.

A principal condicionante territorial para o clima é a divisão que ocorre na ilha com a barreira formada pelas zonas montanhosas numa disposição noroeste-sudeste. Esta barreira é praticamente perpendicular aos ventos dominantes de sentido nordeste. Esta condição divide, desde logo, o clima da ilha em dois.

Na parte sul da ilha, protegida do vento predominante pelas montanhas, dá-se a possibilidade de ocorrer outros tipos de circulação de ar. Nomeadamente, a brisa composta pelo fluxo de ar que corre da terra para o mar – a “*terral*” – e a brisa formada pelo fluxo de ar que vai do mar para a terra – a “*embate*”. A primeira brisa ocorre no período noturno e é reflexo da temperatura mais quente da água do mar em relação à verificada em terra. Dado o ar quente ser menos denso e mais leve, por conter menos humidade, o mesmo sobe. E vindo ocupar o seu lugar, desce o ar mais frio, localizado nas encostas da ilha. Por outro lado, dá-se o oposto na segunda brisa. De dia, como a terra aquece mais que a água do mar, o ar quente sobe a encosta sul da ilha, e é seguido pelo ar mais fresco do mar, que, entretanto, aquecerá – repetindo-se ciclicamente este processo

até ao entardecer. Além disso, o ar quente ao chegar em zonas naturalmente mais frias, de “500 metros de altitude no Inverno, e um pouco mais alto no Verão”, condensa-se em forma de neblinas e nuvens.

Ao fim da tarde, quanto o ar das montanhas arrefece e torna a descer, ventos terrestres [as brisas terrais] empurram essas massas húmidas para zonas mais quentes, onde as nuvens se dissipam rapidamente. Às horas mais quentes, este resguardo de condensação [o “tecto de nuvens”] diminui a insolação e mantém, mesmo no Verão, uma temperatura moderada.<sup>11</sup>

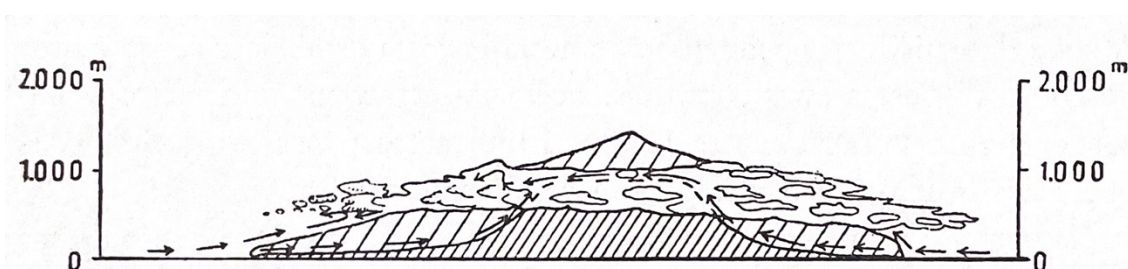


Figura 28: Movimento de massas de ar e formação de um sistema de nuvens. Os altos cumes estão descobertos. (Ribeiro, O., 1985)



Figura 29: Baía do Funchal com o “tecto de nuvens”. (*Diário de Notícias da Madeira*. <https://www.dnoticias.pt/2023/9/7/374274-muitas-nuvens-e-aguaceiros-esta-quinta-feira-na-madeira/>)

Na parte norte da ilha – onde a barreira montanhosa em vez de a proteger, a expõe – os ventos predominantes de sentido nordeste anulam a dinâmica acima descrita. Apenas

<sup>11</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. pp. 28-29.

as “brisas marítimas [embate] e de vale” (no período diurno) conseguem, embora poucas vezes, sobrepor-se à situação geral. As “massas de ar carregadas de humidade”, que percorrem o oceano, embatem na vertente norte da ilha e ao subir, na tentativa de a ultrapassar, logo se condensam, formando neblinas e nuvens. A camada de nuvens começa nos 400 metros, ou mesmo mais abaixo, e vão até altitudes de 1200 a 1400 metros. Pra cima destas altitudes localizam-se os “altos planaltos e os cumes” da parte oriental da ilha, geralmente ensolarados, e sempre mais secos, daí o fraco vigor vegetativo destas zonas.

Na encosta norte o ar é sempre mais fresco e a luz mais doce. É muitas vezes com tempo cor de cinza que se percorre esta paisagem de barrancos profundos e de altas arribas, entre o mar encapelado e o céu sempre sombrio.<sup>12</sup>

Algumas vezes, acontece que o vento predominante de nordeste ao transpor as portelas<sup>13</sup> e cristas das montanhas, depois de condensado, “mergulha nos vales da encosta meridional, [e] toma por vezes a aparência dum verdadeiro *föhn*, quente, seco e impetuoso” (fig. 30). Isto é possível, porque, ao não encontrar resistência de outra massa de ar, o vento húmido e mais denso consegue transpor a barreira orográfica. Ao descer pela encosta sul, em direção ao espaço anteriormente ocupado pelo ar quente que subiu, aquece gradualmente e transforma-se num vento seco e muito quente. Este é um outro exemplo de microclima: o efeito de *Foehn*. Em Valente *et al.* (2006) a zona do Funchal serve como exemplo: está situada a “jusante da orografia da ilha”, na cota dos 0 – 206 metros (fig. 27), e é separado da costa norte pelo mais elevado conjunto montanhoso da ilha<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> *Ibidem.* p. 29.

<sup>13</sup> As portelas são pontos mais baixos das linhas de cumeeira de uma montanha, e funcionam como passagens naturais, por onde o vento consegue transpor as ‘barreiras’ orográficas. A Portela da Encumeada é um exemplo: foi também um ponto de passagem humano, muito importante no passado, por facilitar a ligação entre as zonas da Ribeira Brava e de São Vicente, permitindo uma conexão entre o norte e o sul da ilha.

<sup>14</sup> Foi precisamente este fenómeno que terá contribuído para a progressão do incêndio de agosto de 2016 até à cidade Funchal. O fogo iniciou-se na área florestal, muito acima da cidade. Com o avançar das chamas, é plausível que o ar nas redondezas do Funchal tenha começado a aquecer. Na ausência de uma massa de ar suficientemente forte que contrariasse os ventos dominantes de nordeste, estes conseguiram descer pela encosta sul do Funchal - mais frescos, embora ainda quentes, do que o ar aquecido no Funchal pelo próprio incêndio. O resultado foi uma mudança súbita dos ventos, permitindo que o fogo atingisse a cidade. (Sobre o tema ver: <https://observar.ipma.pt/efeito-foehn-2013-madeira-2013-4-e-5-de-agosto-de-2016/>)

O relevo complexo da ilha da Madeira está na origem da existência de muitos microclimas. Com efeito, em muitos pontos da ilha as encostas apresentam uma grande inclinação, o que origina uma alternância entre zonas de sombra e zonas com exposição solar elevada.<sup>15</sup>

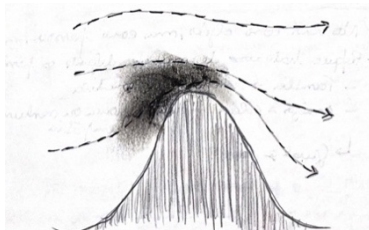


Figura 30: Efeito *Foehn*. A mancha escura irregular representa a condensação.

A variedade de microclimas criados pelas condições topográficas é espantosa e seria tarefa vã tentar descrever toda a sua escala. Limitar-nos-emos a citar o caso das fajãs da costa meridional: expostas ao Sul, abrigadas pela arriba que reflecte o calor, é aí que se registam as temperaturas mais elevadas da ilha. Correspondem ao optimum climático da bananeira.<sup>16</sup>



Figura 31: Vista panorâmica da Fajã do Lugar de Baixo. Protegida pela arriba. Predominância da cultura da bananeira. (Sequoiaro, 2019. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lugar\\_de\\_Baixo\\_viewed\\_from\\_east.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lugar_de_Baixo_viewed_from_east.jpg))

A amenidade climática presente na ilha da Madeira, dada a sua localização e morfologia, é constatável pelos dados relativos à temperatura. Para efeito de comparação, Orlando Ribeiro serve-se das temperaturas de Lisboa, Faro e Funchal. Sublinhe-se que estes dados, referentes à temperatura, são constatações de meados do século passado,

<sup>15</sup> MIRANDA *et al.* 2006. *O clima de Portugal nos séculos XX e XXI*, in *Alterações Climáticas em Portugal - Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação - Projecto SIAM\_II*. p.35.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. p. 31.

apresentadas em 1949 <sup>17</sup>. No entanto, decide-se manter a narrativa do autor, podendo verificar os dados mais atuais através das figuras que se farão acompanhar. Esta abordagem procura respeitar a análise do autor e evitar confusões entre a linha de pensamento do autor e as temperaturas não mencionadas pelo mesmo – embora atualizadas. Consequentemente, dá-se a possibilidade de identificar as temperaturas relativas a dois momentos temporais e, por isso, constatar o aumento das temperaturas, condição que também, de forma breve, à frente se abordará.

Em agosto, no mês mais quente, Funchal e Lisboa apresentam a mesma temperatura, 22,3° e 22°, respetivamente. Em Faro verifica-se 24,1°. Já a temperatura média dos três meses mais quentes (julho, agosto e setembro) é 21,7° no Funchal, 22,2° em Lisboa e 23,3° em Faro. Embora se tenha registado a temperatura máxima de 39° nas três estações, a média das máximas no Funchal é a mais baixa, 24,9°, contra os 27,2° de Lisboa e 28,8° de Faro. Considerando os fatores climáticos e orográficos anteriormente analisados, próprios da ilha, verifica-se que no Funchal o verão é mais moderado que nas “regiões de clima mediterrâneo, mesmo atenuado pela proximidade do Atlântico”, e ainda mais que nas regiões interiores do continente com “vagas de calor tórrido”.

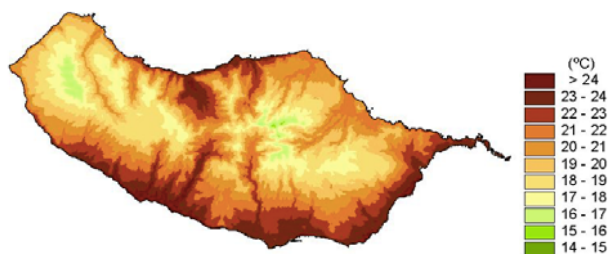


Figura 32: Temperatura máxima em junho, julho e agosto. (Valente, *et al.*, 2006)

No inverno, a amenidade do clima no Funchal é mais notória, registando-se 15,3° nos três meses mais frios (dezembro, janeiro e fevereiro), contra os 11,1° de Lisboa e os 12,1° de Faro. Em fevereiro, o mês mais frio, a média da temperatura é de 15,1° no Funchal, 10,5° em Lisboa, e 11,5° em Faro. Como escreve Orlando Ribeiro, “são estes valores que pesam na média anual”, identificando-se no Funchal 18,3°, 15,9° em Lisboa e 17,3 em Faro, fazendo com que a variação anual de temperaturas seja pouco acentuada. A “reduzida amplitude térmica das temperaturas” dá-se pelo fato da ilha – um pequeno

---

<sup>17</sup> O livro de Orlando Ribeiro, tido como referência neste trabalho, é a 1ª edição portuguesa, lançada em 1985, de um estudo sobre a ilha da Madeira, redigido em francês para o Congresso Internacional de Geografia de 1949.

território isolado no oceano – ser influenciada pelo “efeito moderador do mar” (Valente, *et al.*, 2006).

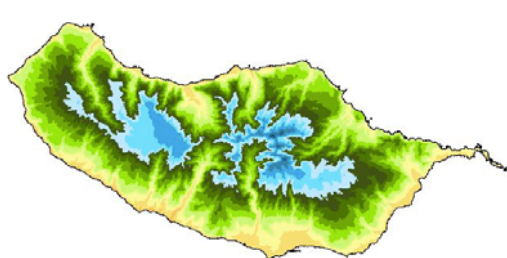


Figura 33: Temperatura média. (Valente, *et al.*, 2006)

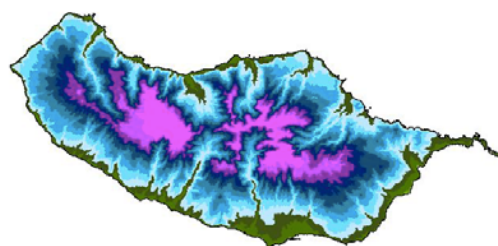
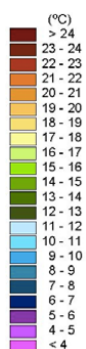


Figura 34: Temperatura mínima em dezembro, janeiro e fevereiro. (Valente, *et al.*, 2006)

[...] o clima do Funchal distingue-se por Verão moderado, muito prolongado (em Outubro ainda ali se regista 20,5°), Outono breve, Inverno sem frio e Primavera geralmente mais fresca que o Outono. A palavra «estação» aplica-se mal [no Funchal] às divisões climáticas do ano. No entanto, a falta de chuvas durante os meses mais quentes permite ainda empregar as palavras *Verão* e *Inverno* aproximadamente com o mesmo sentido que se lhes dá nos países mediterrâneos.<sup>18</sup>

A inconstância orográfica do território madeirense propícia o surgimento de diversos microclimas. Além do Funchal, o autor menciona as fajãs da região sul da ilha como os lugares mais quentes da ilha, no inverno. Dá o exemplo da fajã do Lugar de Baixo (fig. 31), que regista uma média de 16,2° no inverno, cerca de 1° acima do Funchal. Depois, na costa norte, registam-se as temperaturas mais uniformes durante todo o ano, prestando-se do exemplo de Santana: “[...] média anual, 14,8°; Inverno, 12°; Verão, 17,8° [...]”. Por fim, aponta que a cada 500 metros ocorre um “abaixamento da temperatura de cerca de 3°”. Como resultado, nas zonas montanhosas, nomeadamente, no Arieiro (1610 m) o inverno é muito acentuado. Nesse período, regista-se uma média de 5,2°. E durante 8 meses verificam-se médias inferiores a 10°, como também mínimas frequentemente abaixo de 0°, entre novembro e maio. Além da queda de neve, em alguns anos, nos cumes do maciço montanhoso constata-se um verão muito curto: “média de Julho e de Agosto: 14,3°”. Enquanto no mês mais quente se regista 14,5°, na Serra da Estrela – na mesma altitude – ocorre a temperatura de 16,3°. Tal deve-se aos nevoeiros, provenientes tanto do norte como do sul, que diminuem a insolação.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. pp. 31-32.

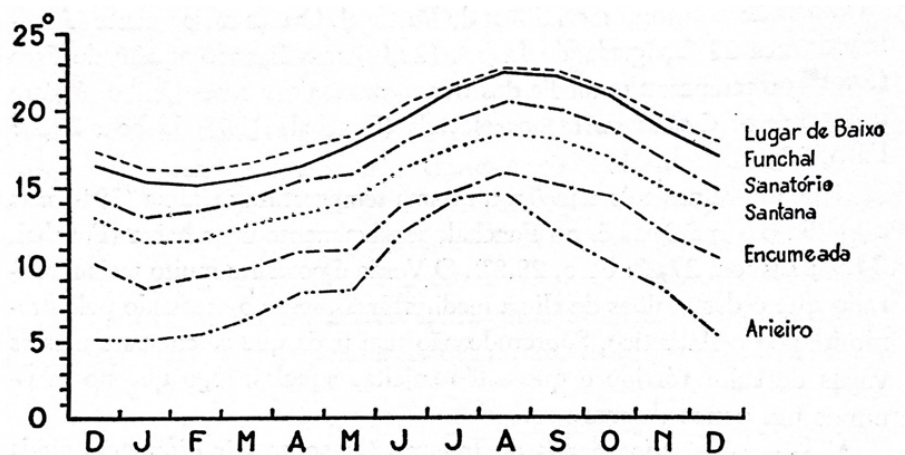


Figura 35: Curvas de variações mensais da temperatura. (Ribeiro, O., 1985)

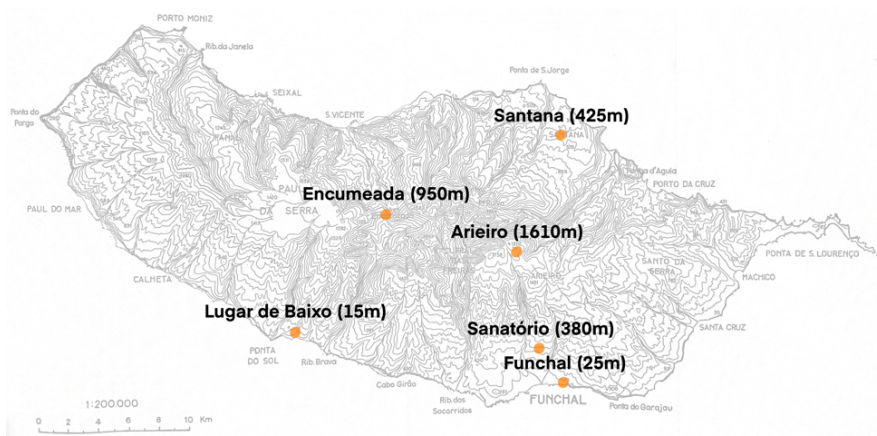


Figura 36: Localização das estações meteorológicas. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

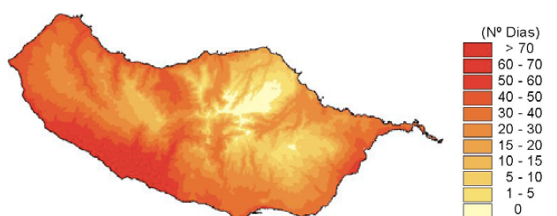


Figura 38: Número anual de dias de verão (dias que tenham temperaturas máximas superiores a 25°C). (Valente, *et al.*, 2006)

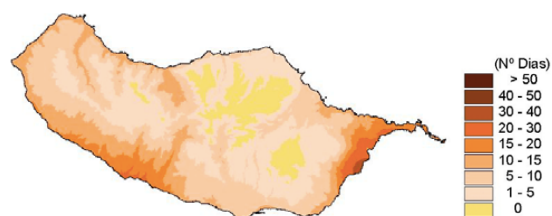


Figura 37: Número anual de noites tropicais (número de dias com temperatura mínima superior a 20°). (Valente, *et al.*, 2006)

Ainda no campo das temperaturas, saliente-se que as atualmente verificadas já refletem o processo de aquecimento climático ocorrido ao longo do século XX. Em Valente *et al.* (2006), foram identificados dois períodos de aquecimento: entre 1910-1945 e 1976-2000. No Funchal, a partir de 1975, a evolução da temperatura máxima é significativa, com um aumento de 0.51°C por década. No caso da temperatura mínima, o aumento é ainda mais acentuado – 0.72°C por década – mesmo após a descida no período anterior. Para demonstrar que esta evolução não é específica nem local, tome-se como

exemplo a vizinha ilha do Porto Santo, influenciada pelo mesmo regime climático. Também aqui se verificou uma tendência positiva de aumento de temperatura desde 1975. Assim, as temperaturas nestas duas zonas vêm aumentando de forma contínua desde então, sendo que o Funchal regista “valores mais elevados do que na média das temperaturas em Portugal continental e nos Açores”. Desta forma, estes dados confirmam que o aquecimento térmico observado não é um fenómeno pontual ou isolado na ilha da Madeira. Pelo contrário, refletem uma tendência climática de escala global, que afeta todo o arquipélago, submetido ao mesmo regime climático.

[...] a Madeira aqueceu substancialmente mais do que o Hemisfério Norte (onde se verificou uma tendência de  $+0.25^{\circ}\text{C}/\text{década}$  para a temperatura média). Saliente-se ainda que a temperatura máxima no Funchal não decresceu entre 1945 e 1975 [...].<sup>19</sup>

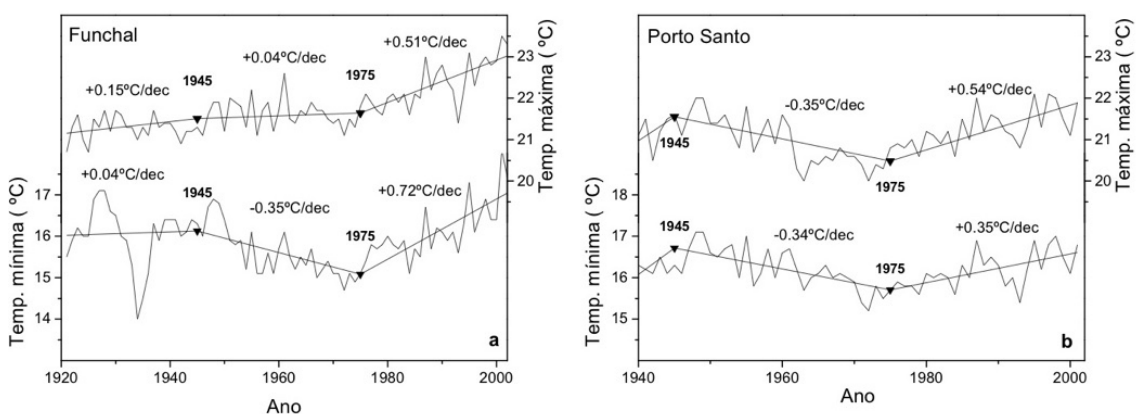


Figura 39: Evolução temporal das médias das temperaturas máximas e mínimas anuais no Funchal e no Porto Santo. (Valente, *et al.*, 2006)

Na costa sul da ilha, protegida pela barreira orográfica, registam-se também ventos de sudoeste, como observável na figura 26 (referente ao Funchal). Estes ventos são característicos da faixa latitudinal em que se insere a Madeira, embora não definam a situação climática dominante, caracterizada pelos ventos de nordeste. Ainda assim, em determinados dias, os ventos de sudoeste podem sobrepor-se aos ventos predominantes, especialmente na parte oriental da ilha, a sul. Nesses casos, o ar quente acumulado nesta zona, ao subir, dá lugar a correntes de ar mais fresco oriundas do sudoeste, que podem contrariar os ventos de nordeste. Segundo Orlando Ribeiro, quando esta situação persiste durante todo o dia, pode mesmo “afastar o sistema de nuvens formado na encosta norte”.

<sup>19</sup> VALENTE *et al.* 2006. *O clima observado*. p.13.

Além disto, o vento do quadrante sudoeste está geralmente associado a sistemas de baixas pressões, ou seja, a períodos meteorológicos mais instáveis. Tal acontece, por exemplo, quando o anticiclone dos Açores se posiciona mais a sul do arquipélago homónimo. Segundo Valente *et al.* (2006), entre o outono e a primavera “alguns sistemas depressionários que atravessam o Atlântico descem até à latitude da Madeira”, o que pode também originar “a formação de depressões na vizinhança do arquipélago”. É neste contexto que se verificam, por vezes, períodos de precipitação abundante.

Segundo Orlando Ribeiro, chove aproximadamente o mesmo no Funchal (640mm) que em Lisboa (600mm), pese embora o período de verão ser marcado pela “raridade das precipitações”, devido à posição subtropical da ilha. Devido a isso, no Funchal as chuvas são mais concentradas, com 65 dias de chuva, contra 99 dias em Lisboa. Esta última, numa latitude superior, encontra-se mais exposta às perturbações atmosféricas do outono e da primavera, e, por isso, com maiores oportunidades de precipitação, daí a menor concentração.

No entanto, como seria de esperar, os regimes de precipitação em toda a ilha variam acentuadamente (fig. 40). Orlando Ribeiro, ao abordar os diagramas, logo refere novembro como o mês das chuvas mais intensas e abundantes. É lógico, porque, como refere Abreu *et al.* (2009), “o Oceano tem uma maior quantidade de calor armazenada, [...] [coincidindo com o] enfraquecimento do anticiclone dos Açores [...]”. Além disso, o calor oceânico intensifica, por sua vez, a recirculação de ar na vertente sul da ilha, processo já anteriormente descrito. É neste período que, segundo Orlando Ribeiro, pode cair no Funchal o “dobro do que cai em Lisboa (191 mm, quase um terço da média anual [do Funchal])”. São nestas situações, portanto, que não raramente ocorrem chuvas intensas e constantes, propiciando a ocorrência de desastres: “enchem as ribeiras, arrastam blocos com algumas centenas de quilos, destroem pontes, danificam casas, inundando a parte baixa das aglomerações situadas à beira-mar, e ponto em perigo bens e pessoas”<sup>20</sup>. Estes acontecimentos são associados, geralmente, ao fenómeno de ‘gota fria’, explicado mais adiante.

---

<sup>20</sup> É aqui que podem ocorrer os fenómenos de movimento de massa (subcapítulo 1.1.5). Os acontecimentos com maior impacto ocorreram a 9 de outubro de 1803 – brevemente abordado nos subcapítulos 1.1.5. e 2.2.10 – e 20 de fevereiro de 2010 (ver figura 64).

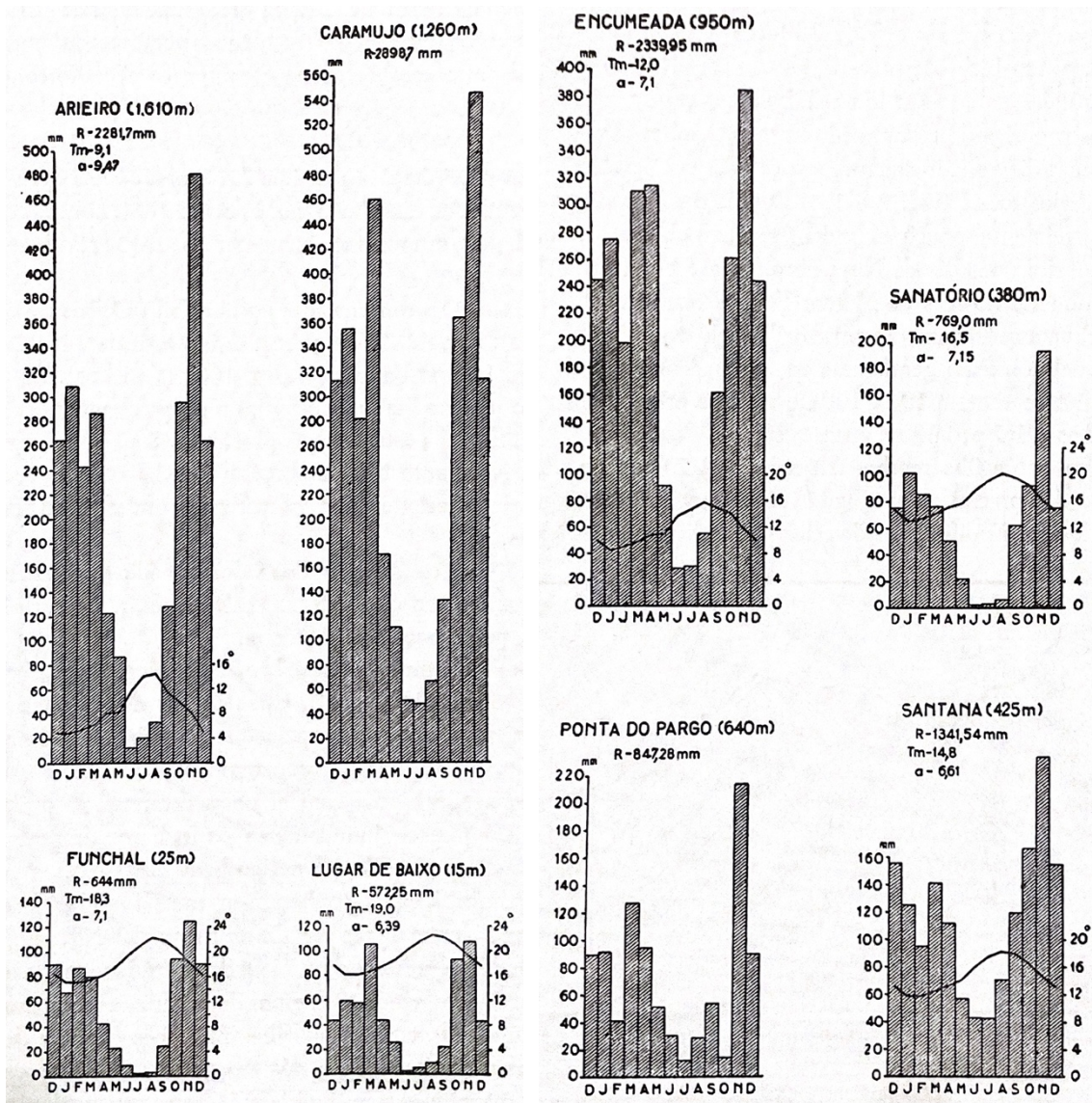


Figura 40: Médias de precipitação e de temperatura (Ribeiro, O., 1985)

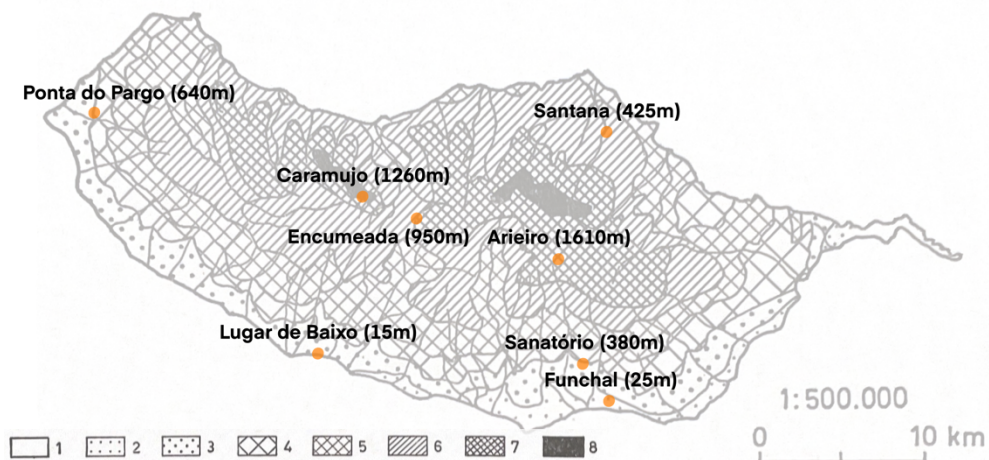


Figura 41: Precipitações médias anuais. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

Legenda: 1 – menos de 500mm; 2 – de 500 a 750; 3 – de 750 a 1000; 4 – de 1000 a 1250; 5 – de 1250 a 1500; 6 – de 1500 a 2000; 7 – de 2000 a 3000; 8 – mais de 3000.

Além do outono, o autor também refere o princípio da primavera como provável para a ocorrência dos eventos de cheia rápida. Entende-se isso quando se verifica que o mês de março regista, em quase toda a ilha, um “máximo secundário” de precipitação. O declínio das chuvas começa em abril e a partir de maio inicia-se o período deficitário de precipitação, estendendo-se pelo verão – longo e seco na costa meridional.

Contudo, este regime de precipitação varia anualmente, o que implica muitas vezes haver anos contínuos sem muita chuva: anos “de uma penúria que atinge a aridez”. Desta maneira, deduz-se que esta condição, exposta por Orlando Ribeiro, pode estar associada ao fenómeno da Oscilação do Atlântico Norte, anteriormente abordado. Na análise das séries temporais do índice NAO (fig. 25) verificou-se como as situações de *NAO elevada* correspondem a períodos de precipitação muito reduzida.

O enfraquecimento do anticiclone dos Açores permite a descida de sistemas de baixas pressões, ou seja, sistemas depressionários. Estes estão associados a frentes frias, que, conforme Abreu *et al.*, (2009), “resultam de invasões de ar frio (polar ou ártico) em altitude” e ocorrem numa “área compreendida entre o SW da Península Ibérica, ilha da Madeira e o Arquipélago dos Açores”. Estas frentes formam-se quando massas de ar frio em altitude descem até latitudes subtropicais e se sobrepõem a massas de ar quente e húmida junto ao oceano: “a temperatura das águas oceânicas é assim importante.” A instabilidade atmosférica daí resultante gera condições de tempo adverso e precipitações, sobretudo nas vertentes a sul da Madeira, dada a ação do vento de sudoeste.

Acresce ainda o fenómeno de ‘gota fria’: uma bolsa de ar frio que se separa da massa principal e circula isoladamente em altitude. Ao encontrar ar quente forçado a subir pelo território, essa bolsa origina períodos de precipitação intensa, em curtos intervalos de tempo e espacialmente concentradas. Enquanto as frentes frias resultam de um confronto contínuo entre grandes de massas de ar, a ‘gota fria’ caracteriza-se por um confronto localizado, em que os ares frio e quente trocam rapidamente de posições, resultando em precipitações (chuvas convectivas) muito intensas. Segundo Abreu *et al.*, (2009), “a individualização das gotas frias” é favorecida pelo aquecimento do oceano, pelo enfraquecimento do anticiclone dos Açores e pela intensificação da circulação de ar na parte meridional da ilha, especialmente no outono.

Além das chuvas de origem frontal e convectiva, ocorre também a orográfica. Esta é o tipo de precipitação mais comum na ilha, dada a predominância dos ventos de nordeste ao longo do ano. Segundo Valente *et al.* (2006), a “topografia com altitudes muito elevadas favorece a ocorrência de precipitação orográfica, tornando algumas zonas da ilha muito húmidas e permitindo a existência de recursos hídricos significativos”. A massa de ar húmida embate no edifício vulcânico, sobe-o forçadamente, condensa, seguindo-se depois a precipitação. Como esta situação ocorre na vertente norte da ilha, existe uma assimetria na distribuição da precipitação, daí a secura caracterizar a parte sul.

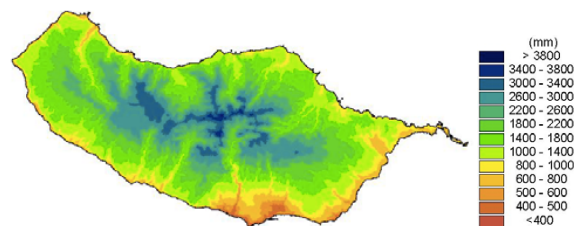


Figura 42: Precipitação anual. (Valente, *et al.*, 2006)

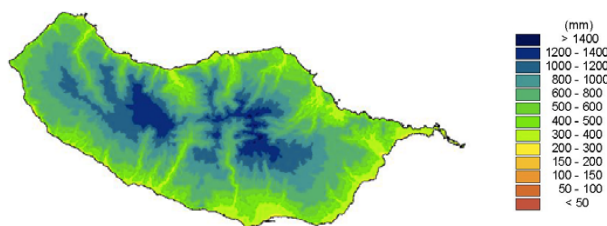


Figura 43: Precipitação de inverno (DJF). (Valente, *et al.*, 2006)

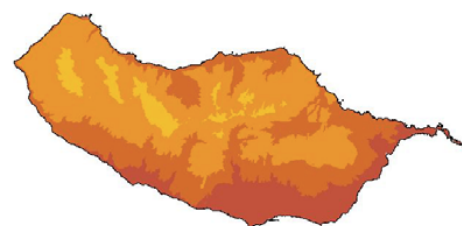


Figura 44: Precipitação de verão (JJA). (Valente, *et al.*, 2006)

O facto de chover mais na parte Norte da Madeira durante o Verão está claramente associado ao rumo dominante do vento (Norte) nesta estação e ao facto de a precipitação ser essencialmente orográfica.<sup>21</sup>

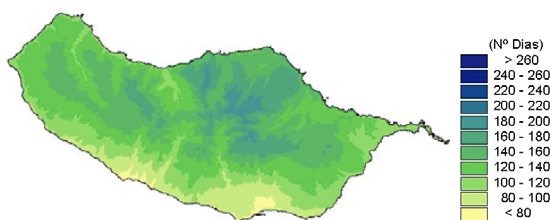


Figura 46: Número anual de dias com precipitação (prec>0.1mm). (Valente, *et al.*, 2006)

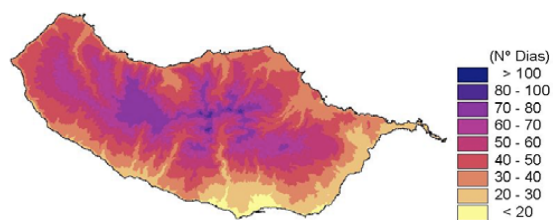


Figura 45: Número anual de dias com precipitação elevada (prec>10mm) (dias chuvosos). (Valente, *et al.*, 2006)

<sup>21</sup> VALENTE *et al.* 2006. *O clima observado*. p.6.

O contraste entre a costa sul e a costa norte é muito marcado no Verão: de um lado as ribeiras estão completamente secas, do outro chega sempre um pouco de água até à foz e numerosas cascatas precipitam-se do alto das arribas. [...] uma parte considerável da água das chuvas infiltra-se e alimenta nascentes, muito mais numerosas, abundantes e regulares na encosta setentrional. Os materiais eruptivos, bastante permeáveis [...] armazenam abundantes reservas para o Verão. As massas de relevo funcionam pois como um gigantesco reservatório natural. As águas, coletadas na vertente norte das montanhas, são desviadas para a vertente meridional, onde alimentam múltiplas irrigações que estão na base da agricultura da ilha.<sup>22</sup>

Ademais, existe ainda na Madeira um outro tipo de precipitação, a oculta, como percebido em Prada *et al.* (2005). Como se entendeu, o vento predominante de nordeste traz consigo o “ar húmido marítimo”, acabando por colidir, perpendicularmente, com o território declivoso da ilha. Isso resulta em “valores médios da nebulosidade na Madeira [...] maiores do que sobre o mar na região em que está situada”.

Os autores mencionam que os nevoeiros são, na sua maioria, exclusivamente orográficos. Formam-se na costa norte da ilha e configuram-se, geralmente, a partir dos 400 metros até altitudes de cerca de 1600 metros. No inverno, entre os 600-800 metros e 1600 metros, fixa-se uma cobertura nebulosa – quando não afastada pelos ventos do quadrante sudoeste –, que no verão desce um pouco. É essa “persistente e espessa cobertura nebulosa” a responsável – na presença de vegetação indígena – “pelo fenómeno da precipitação oculta”.



Figura 47: Gotículas de nevoeiro retidas pela vegetação. (Prada, *et al.*, 2005)

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. p. 37.

Consideramos, assim, que para além da precipitação directa sob a forma de chuva (média anual para a ilha de 1 636 mm), principal fonte de recarga contribuindo com cerca de 363 mm (267 500 000 m<sup>3</sup>/ano) para os nossos recursos hídricos subterrâneos, existe, na Madeira, uma outra fonte de recarga, proveniente da interacção do nevoeiro com a vegetação arbórea das zonas altas da ilha, designada por precipitação oculta.<sup>23</sup>

Com a precipitação oculta entendeu-se como a vegetação é também outra componente essencial do território. No entanto, ao longo dos tempos o ser humano alterou profundamente o coberto vegetal da ilha. À medida que a costa sul era ocupada e cultivada, a vegetação primitiva foi sendo extinta “até uma altitude de 600-700 metros”. Orlando Ribeiro afirma, em 1949, que a faixa de bosque presente a maior altitude é composta por pinheiros-bravos, introduzidos no fim do século XVIII. Acima desta cota, a vegetação, quando existente, era rasteira, devido à exploração da floresta para produzir carvão e criar gado miúdo, prática que impedia o crescimento dos rebentos. Já os cumes da ilha apresentavam-se desnudados.

Na vertente norte da ilha a situação é diferente, mas apenas devido à orografia muito acentuada, que impossibilita a ocupação de maior parte desta parte do território. Por conseguinte, nesta zona, a floresta indígena – Laurissilva – mantém-se intocada, e é significativa (figs. 48 e 49): representa o último vestígio “dos bosques impenetráveis que os primeiros ocupantes tiveram de desbastar pelo fogo”. Dada a intensa exploração da floresta, a Madeira – “que do muito arvoredo assim se chama”<sup>24</sup> – recorreu à importação de espécies não nativas para responder à demanda de lenha.

---

<sup>23</sup> PRADA *et al.* 2005. *Disponibilidades Hídricas da Ilha da Madeira*. p. 8.

<sup>24</sup> Camões (Lusíadas) *apud* RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. p. 38.

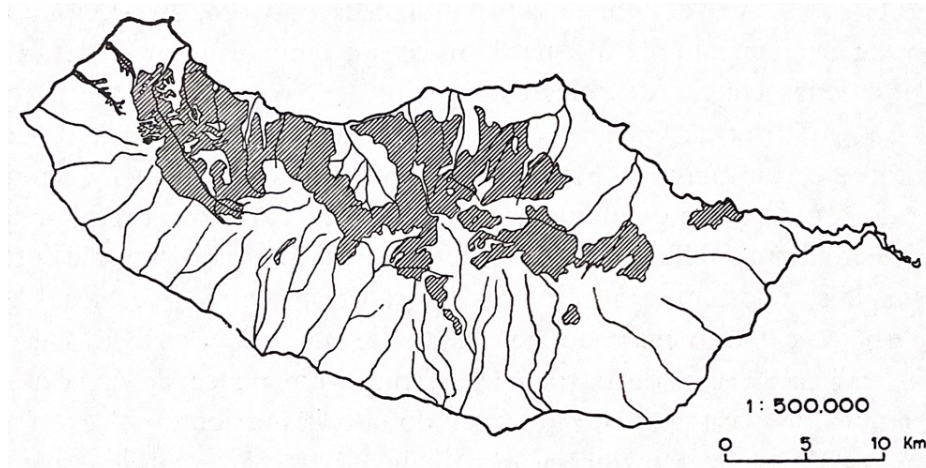


Figura 48: Área florestal de essência indígena. (Ribeiro, O., 1985)

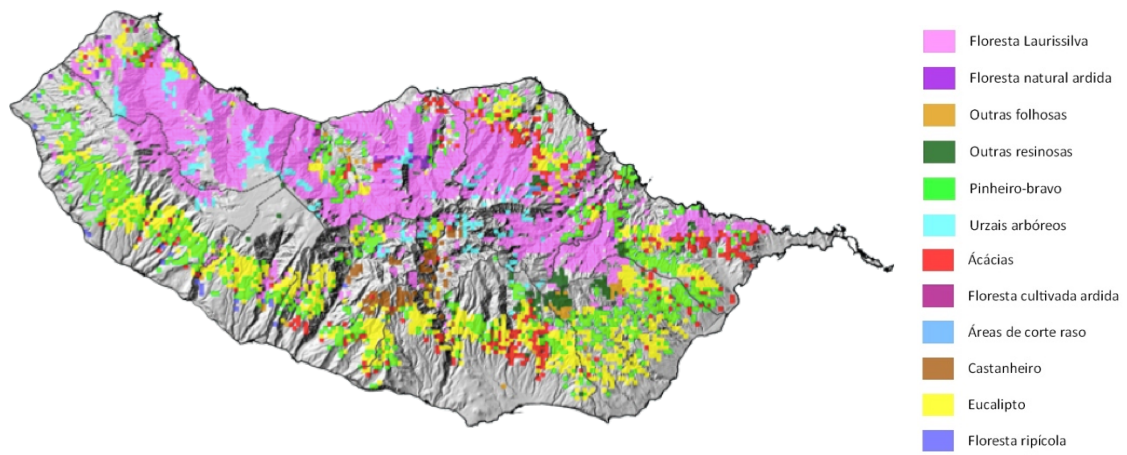


Figura 49: Área florestal da ilha da Madeira e classificação dos géneros plantados. (Adaptado de *IFCN*. [https://ifcn.madeira.gov.pt/images/PROF-RAM/Cartografia/9A\\_OcFlorestal\\_Madeira.JPG](https://ifcn.madeira.gov.pt/images/PROF-RAM/Cartografia/9A_OcFlorestal_Madeira.JPG))

## 2. História a partir da paisagem

Como foi até aqui exposto, a ilha da Madeira impõe diversas condicionantes à ação humana. Como tal, o processo de ocupação e apropriação do seu território acaba sendo condicionado por fatores de âmbito natural. Assim, no território, o encontro entre esses fatores e as necessidades humanas resulta numa paisagem particular, variável ao longo do tempo, formada sobre as mesmas condicionantes naturais.

Conceitualmente, *paisagem* refere-se a tudo aquilo que o ser humano produz no território<sup>25</sup>. As paisagens refletem, por isso, os pensamentos e as vontades humanas, ao longo da história. No entanto, considere-se que, pese embora os pensamentos possam ocorrer livremente, nem todas as vontades foram e são materializadas no espaço. Ou seja, há vontades que se sobrepõem a outras, por serem mais necessárias ou consideradas mais importantes. No entanto, a determinação dessa hierarquia é realizada pelos seres humanos – uns com mais poder que outros. Como tal, *uma paisagem* acaba por refletir uma linha de pensamento e uma correspondente vontade que, num determinado tempo, se sobrepõem a outros. Ela é a materialização de apenas uma das hipóteses imagináveis pelos seres humanos – e que, por razões de *poder*, acaba por prevalecer em detrimento de outras.

Como dito no início, o maior objetivo deste trabalho é compreender como se opera a relação entre a *paisagem* e o *poder* de, ideologicamente, a realizar. Assim, neste capítulo, visa-se perceber a história do território onde essa ação se passa, através da sua paisagem. Numa primeira parte, o enquadramento histórico remete à descoberta e ao povoamento. Num segundo momento, a paisagem será analisada a partir de elementos que compõem um modo de vida específico, num determinado período histórico da Madeira. Além disso, esses elementos não são exclusivamente relacionados à arquitetura, ou a estruturas de caráter urbano e espacial. Na verdade, propõe-se demonstrar como esses

---

<sup>25</sup> Enquanto ‘território’ é uma alusão mental dum espaço concreto, ‘paisagem’ refere-se a uma representação mental da forma como aquele território se apresenta e é imaginado pelo ser humano. Por isso, ‘paisagem’ é um conceito abstrato, porque fruto das capacidades imaginativas e sensoriais do ser humano. A existência desse conceito e, por fim, dessa realidade imaginada só é possível através da existência do ser humano. Se este desaparece-se, o que se define como ‘território’ continuaria a existir – é independente da percepção humana –, no entanto, o mesmo não aconteceria ao que é definido como ‘paisagem’. Por isso, esta é produto do pensamento humano – um ser que, ao mesmo tempo que materializa as suas necessidades concretas e abstratas, acaba por produzir ‘uma paisagem’.

elementos são, em conjunto, cumulativamente necessários<sup>26</sup>. Por exemplo, será possível verificar como o moinho de água é tão fundamental como o cereal, ou ainda, como a cevada é tão necessária como a habitação. Sem prévia hierarquização<sup>27</sup>, todos estes elementos foram essenciais para fundar um modo de vida rural madeirense. Tal resultou no desenvolvimento de uma paisagem, que, por sua vez, através da sua interpretação, possibilita a compreensão histórica de uma população e do território que essa apropria.

## 2.1. Da madeira ao açúcar

A partir do entendimento da *paisagem* como reflexo material do nosso pensamento, percebe-se como o próprio nome da ilha resulta de uma abstração inicial. ‘Madeira’: começa por ser um recurso obtido a partir de uma árvore – entidade concreta. Ou seja, a partir do reconhecimento insular definiu-se o território da ilha pela matéria-prima disponível (pelo que tinha), e não pelo o que é – *A Ilha das Florestas*<sup>28</sup>. Até mesmo Camões foi vítima da sua abstração<sup>29</sup>.

Desde a ocupação da Madeira que os recursos da ilha vêm sendo explorados. Assim, neste subcapítulo, apresentar-se-á brevemente o contexto em que a ilha foi descoberta e povoada. A primeira parte terá como base o *Descobrimento da Ilha da Madeira, ano 1420: Epanáfora Amorosa*, de D. Francisco Manuel de Melo. Depois, para a análise do povoamento, recorre-se à obra *Temas Históricos Madeirenses*, de Jorge Serrão (1992), para perceber como foi apropriado o território da ilha no primeiro momento de ocupação humana depois da colonização portuguesa do século XV.

---

<sup>26</sup> “Percebi que o povo da cidade tinha relações de utilidade e importância, mas não tinha relações de necessidade. Para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. É aquela pessoa que se acha ótima, mas não serve. O termo que tem valor para nós é *necessário*. Há pessoas que são necessárias e há pessoas que são importantes. As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta”. António Bispo dos Santos, *A terra dá, a terra quer*. pos.121 (Kindle edition). O autor fundamenta aqui uma rede de conexões humanas, no entanto, experimente-se substituir o termo ‘pessoa’ por ‘elemento paisagístico’: isso definiria uma paisagem formada por elementos necessários, tanto aos humanos como ao território – à natureza – onde o mesmo habita.

<sup>27</sup> Ver nota anterior.

<sup>28</sup> Alusão ao agrónomo Vieira Natividade. NATIVIDADE, Joaquim V., *Madeira a epopeia rural*. p. 6.

<sup>29</sup> Ver conteúdo relacionado à nota de rodapé 24.

### 2.1.1. Descoberta da ilha da Madeira

Como se entende em Melo (s.d.), o incremento da navegação marítima, a partir do século XIII, vai aumentando o conhecimento dos europeus em relação ao atlântico. Inicialmente, a navegação fazia-se à vista da costa. Mas na tentativa de superar ventos e correntes marítimas pouco favoráveis, ou mesmo, piratas, as rotas eram alteradas, ensaiando-se o afastamento da costa. Foi, provavelmente, nestas circunstâncias que a Madeira terá sido descoberta.

O frequente reconhecimento da região, possivelmente, dava-se no regresso das ilhas Canárias, “onde, talvez a partir de 1336, há sucessivas expedições de portugueses, castelhanos, genoveses, catalães e normandos”. O que motivava estas expedições era a obtenção de escravos, dado que as Canárias eram habitadas pelos guanches, uma população indígena.

Portanto, até onde se sabe, o pouco interesse manifestado nas ilhas do arquipélago da Madeira deve-se ao facto de não existir uma população nativa estabelecida, e, portanto, não responder às exigências económicas da época, fundada na procura escravagista. No entanto, saliente-se o conhecimento da ilha por parte de italianos: no século XIV a ilha era tradicionalmente designada por *Legname* (‘madeira’ em italiano), embora numa carta italiana de 1408 apareça já designação de “Madiera”. É provável que comerciantes italianos tenham explorado o produto de uma árvore indígena da Macaronésia: o dragoeiro (*dracaena draco*). Esta árvore produzia o ‘sangue de drago’: um produto sólido resultante da extração do seu suco. Através de incisões no seu fuste, a árvore liberta uma seiva, que passado algum tempo pode ser retirada já em estado sólido (fig. 50). O ‘sangue de drago’ era usado na medicina, no fabrico de tintas para tecidos, e no fabrico de verniz para violinos. A intensa exploração desta árvore levou ao seu desaparecimento na paisagem da ilha – não chegando a ser extinta –, dada a perda de seiva que a sua exploração implicava.<sup>30</sup>

[...] temos o facto de o arquipélago madeirense, na cartografia medieval, ir aparecendo com uma representação progressivamente mais correcta, resultante do melhor conhecimento que se ia tendo

---

<sup>30</sup> *Ilhas Afortunadas*, episódio 3, RTP Madeira, 1990. Disponível em: YouTube, <https://www.youtube.com/watch?v=rGwQ5qcf-oU>. [16:15]

do arquipélago. Portanto, as viagens à Madeira tinham sido várias, e muito antes da expedição de Zarco, porque a primeira representação cartográfica da ilha da Madeira aparece, o mais tardar, na carta de Angelino Dulcert (1339) [...]. A designação de *J. de lo legname* [...] [tradução de *de Ilha da Madeira*] aparece pela primeira vez no atlas Medici, de c.1370. Na carta de Pasqualini, de 1408, surge o nome *madiera* [...] Mas é de notar que estas cartas estrangeiras, para representarem o arquipélago da Madeira, se baseiam em protótipos portugueses. [...] <sup>31</sup>



Figura 50: Seiva que passado algum tempo solidifica, oxidando, e ganha um tom vermelho.

### 2.1.2. Povoamento da ilha

Segundo Jorge Serrão (1992), a colonização do arquipélago da Madeira dá-se por motivações geopolíticas, catalisadas pela competição luso-castelhana: dominar pontos de apoio estratégicos para proteger o comércio na costa de Marrocos <sup>32</sup>. Além disso, existe também a vontade da metrópole em explorar economicamente novos territórios. Sabendo-se do domínio das ilhas das Canárias por parte dos espanhóis, e que nas suas viagens tinham chegado a visitar a ilha do Porto Santo, Portugal logo atua, de modo a tornar o reconhecimento do território, decorrido entre 1418 e 1419, em efetivo povoamento, o que terá ocorrido, no máximo, a partir de 1425.

<sup>31</sup> MELO, Francisco. (s.d.). *Descobrimto da Ilha da Madeira, ano 1420: Epanáfora Amorosa*. p.106.

<sup>32</sup> Recorde-se que Ceuta foi conquistada pelos portugueses em 1415.



Figura 51: Itinerário de João Gonçalves Zarco no reconhecimento da costa sul da Madeira. Divisão da ilha em duas capitânicas: a metade sul concedida a João Gonçalves Zarco e a do norte entregue a Tristão Vaz Teixeira. (Melo, s.d.)

No processo de ocupação da ilha, a mesma é dividida entres as capitânicas do Funchal, destinada a João Gonçalves Zarco, e de Machico, encarregada a Tristão Teixeira. Os capitães donatários aportam com as suas famílias e com um limitado grupo de povoadores, constituído por alguma pequena nobreza e correspondentes vassalos. Segundo o autor, a ilha oferece aos povoadores: “madeiras para habitações, para construção naval, e, mais tarde, para a exportação; água que, para fecundar adequadamente as terras aráveis, exigia a canalização – as «levadas»; [...] e peixe que, decerto, não tardou a ser meio muito importante da subsistência local”.

Aos capitães donatários foram, portanto, doadas as terras “a título permanente e hereditário” – daí a denominação ‘capitânicas hereditárias’. A eles cabia exercer o poder em nome do Infante D. Henrique, tornado senhorio do arquipélago, logo em 1433, pelo rei D. Duarte (seu irmão). Assim, ficaram responsáveis pela concessão das terras virgens, por meio do regime de sesmaria: primeiro, as pessoas de maior prestígio social com meios financeiros, materiais ou humanos, para tornar a terra produtiva; segundo, as pessoas com menos meios, mas que, vivendo do seu trabalho, especialmente o de “cortar e talhar madeiras”, pudessem explorar ou cultivar diretamente a terra.

A exploração do território inicia-se por meio do fogo, desbravaram-se algumas terras; lançaram-se as sementes e o gado trazidos da metrópole. Os fidalgos logo trataram de ocupar as suas terras: com colonos, que trataram de arroteá-las para a sementeira; com

artífices, que, aos poucos, transformaram o grande arvoredo em madeira para construção civil e naval. Esta última permitiu a cabotagem entre os povoamentos que foram surgindo pela costa sul, começando pela ocupação das terras mais férteis e “imediatamente utilizáveis”, ou seja, a foz das ribeiras (fig.52); por fim, com frades franciscanos “para orarem, e cuidarem da alma desses rudes obreiros de uma empresa, cujo alcance, de certo, lhes escaparia ...”.



Figura 52: Paróquias fundadas durante o século XV. Povoamentos sempre junto à foz das ribeiras – locais de terras férteis e de melhor acesso ao interior da ilha. As angras são bons abrigos para as embarcações. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

O regime de sesmaria ficou vigente até ao início do século XVI, mas foi sendo progressivamente substituído por uma outra forma de regime, em que as terras eram diretamente concedidas pelos senhores aos colonos. É nesta circunstância, portanto, que nasce o regime de colônia. Nesse regime, abordado detalhadamente adiante, ficava estabelecido um contrato – o ‘contrato de colônia’ – entre o senhorio e o colono. Nele acordava-se, além da concessão direta da terra, a meação do que fosse produzido como forma de pagamento. Além disso, o colono ficava totalmente responsável pelo desenvolvimento da cultura, com todos os encargos que isso acarretasse. No fundo, nas palavras de Serrão (1992), o contrato de colônia é fruto, “por um lado, do contrato de sesmaria” – enquanto sistema de concessão de terras com obrigação de cultivo – “e, por outro, da enfiteuse metropolitana” – em que se cultivavam, no território continental português, terras alheias por meio do pagamento de um renda anual fixa, o foro. Dado o estabelecimento deste novo regime, ao longo do século XV, o mesmo acaba sendo reconhecido por D. Manuel, em 1496.

[...] o regime ilhéu das sesmarias levou, rapidamente, a um absentismo local; a maioria dos donos das «fazendas povoadas», em vez de se entregar à administração directa das suas terras, abandonando-as aos cuidados dos «caseiros», e instalam-se no Funchal ou em Machico, vivendo, ociosamente, dos rendimentos obtidos nas condições referidas.<sup>33</sup>

### 2.1.3. Exploração económica da Madeira no século XV e XVI

Como afirma Serrão (1992), desde o início do povoamento, a diretriz económica da ilha assentou-se em dois aspetos: primeiro, o aproveitamento mais imediato de produtos que podiam ser colhidos e vendidos sem grandes investimentos ou processos transformativos. Tais como, a madeira, o pastel (*Isatis tinctoria*) e a urzela (*Rocella tinctoria*), sendo os dois últimos, após a sua transformação, usados como corantes azul e roxo, respetivamente. Eram muito procurados na Europa e, portanto, muito valorizados. O mesmo acontece com a madeira, proveniente de árvores centenárias e, por isso, muito resistente à compressão – essencial no uso como pilar –, à flexão – necessária no uso em vigas – e ao corte, dificultando a sua fendilhação. Além destes produtos, tem-se também o pescado.

[...] grandes quantidades de boas madeiras que saíam da ilha para partes do estrangeiro e para o Reino – aplicadas com bons resultados nas casas de Lisboa, permitindo a ascensão sobradada dos seus alçados e, conseqüentemente, uma reestruturação dos seus espaços interiores.<sup>34</sup>

Ainda sobre os produtos de imediato aproveitamento, é de notar que o ‘sangue de drago’ não é referido no caso da ilha da Madeira. Na ilha do Porto Santo, contudo, o autor menciona a sua exportação ainda em 1455. Até onde se sabe, tal omissão permite deduzir que, após o povoamento, o dragoeiro é já uma árvore rara ou inacessível – dado o declive – na paisagem da ilha maior. Sendo os corantes têxteis produtos muito procurados e valorizados à época, seria lógico esperar que o ‘sangue de drago’ estivesse presente entre os produtos imediatamente rentáveis.

Depois, para a subsistência dos povoadores a longo prazo, pensou-se numa economia de criação de animais e, se possível, de exportação de cultivo: gado, trigo,

---

<sup>33</sup> SERRÃO, João. 1992. *Temas Históricos Madeirenses*. p. 15.

<sup>34</sup> ARAGÃO, António. *Para a História do Funchal*. 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada. 1987. p. 31.

açúcar e vinho. O autor, baseando-se num testemunho de 1455, diz: “[...] quanto à ilha principal, produziria ela, então – trigo (trinta mil alqueires venezianos), carnes, tábuas de cedro e de teixo (exportadas para «Portugal inteiro e outros países»), açúcar (cerca de 400 cântaros), vinhos «bons, mesmo muitíssimos bons»”.

Embora o início do regime agrário da ilha se tenha caracterizado pela policultura, segundo Serrão (1992), houve sempre uma tendência para a monocultura. Primeiramente, a de trigo, que procurou responder à falta de pão na metrópole, e mesmo noutros territórios colonizados, como a Guiné; ou seja, um produto para exportação, e não só destinado à subsistência insular. No entanto, o predomínio do cereal é de pouca dura. Refere o autor que entre 1473 e 1479 faltou pão e que, a partir de 1485, a ilha começou a importar trigo da costa noroeste africana, e de outros portos estrangeiros. Já no princípio do século XVI, e durante séculos, os Açores passaram a assegurar o cereal para a Madeira.

Acontece que a cana sacarina, plantada como experimento, começa a desenvolver-se, e a tomar o lugar do cereal. É possível que o rápido conhecimento do açúcar madeirense nas praças europeias tenha a haver com a origem genovesa do sogro do capitão donatário de Machico, ‘Micer João’. Datado de 1452, existe um contrato para a construção de um engenho hidráulico para a moagem de açúcar. Em 1456, sabe-se, que no meio dos produtos exportados houve uma “partida de açúcar madeirense para Bristol”, na Inglaterra. Mas, certamente antes disso, o açúcar era já exportado para Lisboa.

Nestas circunstâncias, mercadores (judeus, genoveses e portugueses) são atraídos pelo crescente interesse europeu no ‘ouro branco’, fomentando e desenvolvendo, entre 1460 e 1470, a cultura da cana sacarina. Desta forma, estrangeiros e portugueses instalam-se na “povoação incipiente” e contribuem para o seu desenvolvimento. Importa salientar que enquanto o Funchal se desenvolvia, o restante território – na altura, florestal – era explorado de forma inconsequente:

[...] Quantos [tis, cedros da Madeira e vinháticos] teriam sido vítimas da incúria humana?! Quantos [tis] teriam sido desfeitos em lenha para alimentar os engenhos de açúcar?! Quantas vigas para suportar soalhos e varas para lagares teria dado esta espécie?!<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> *Ilhas Afortunadas*, episódio 1, RTP Madeira, 1990. Disponível em: YouTube, <https://www.youtube.com/watch?v=rGwQ5qcf-oU>. [08:28].

Nesse cenário, a população cresce e os canaviais passam a ocupar a parte litoral da vertente sul da ilha. No entanto, o cultivo da cana sacarina depende da água e, como anteriormente entendido, a parte sul da ilha, onde este cultivo se processa, é muito seca, sobretudo, nos meses quentes. Assim, construíram-se as primeiras levadas – canais de água –, responsáveis pelo transporte de água vinda da parte norte da ilha, constantemente húmida. Desta maneira, a exportação do açúcar torna-se a base económica da ilha. Recorde-se que, entretanto, vai-se estabelecendo o regime de colónia, que redefine a forma de acesso à terra para a população.

O porto do Funchal é então visitado regularmente por embarcações portuguesas e estrangeiras, interessadas no tráfico do açúcar, enquanto, nos tempos da colonização primitiva, a Ilha era frequentada apenas uma vez por ano, no Verão, por embarcações idas da metrópole [...].<sup>36</sup>

No entanto, esta base económica é posta em causa em meados do século XVI, com a concorrência do açúcar proveniente do Brasil. Embora de menor qualidade que o açúcar madeirense, o seu baixo custo e a sua produção em grandes quantidades tornaram-no muito mais rentável. Além disso, as rotas marítimas entretanto estabelecidas sofreram alterações. O autor serve-se do porto de Viana do Castelo como exemplo. Este porto, inicialmente dedicado à pesca, começou o seu comércio de açúcar com o Funchal. Com o tempo, desenvolveram-se tripulações segundo os interesses em torno do açúcar. Em 1586, o porto detinha 19 embarcações e em poucos anos o número quadruplicou, mas o número de viagens de e para o Funchal decresceu. A razão assentava no facto do território brasileiro se tornar alternativa muito mais lucrativa para o comércio açucareiro. Ao lucro do açúcar acrescenta-se um outro fator: foram necessárias a deslocação e a construção de muitas embarcações para o comércio de escravos entre as colónias portuguesas em África e no Brasil – daí o desinteresse a que é votada a Madeira. E o lucro era potenciado, com a venda dos escravos que seguiam depois para trabalhar as plantações de açúcar.

Desta forma, as rotas tradicionais ligadas à Madeira foram progressivamente substituídas por outras mais lucrativas. A ilha, isolada e dependente do comércio externo, viu-se então forçada a alterar o seu principal produto de exportação. Este contexto coincide com o início da ascensão do domínio naval inglês, a partir do final do século

---

<sup>36</sup> SERRÃO, João. 1992. *Temas Históricos Madeirenses*. p. 19.

XVI. Ao mesmo tempo, Portugal encontrava-se sob domínio espanhol (1580-1640), o que contribuiu para um período de declínio económico geral, refletido também no estado dos engenhos de açúcar madeirenses. Já em 1649, nove anos após a Restauração da Independência, a Coroa procurou reverter a situação, isentando de impostos aqueles que construíssem ou reparassem os engenhos. No entanto, a cana sacarina passou gradualmente a ser redirecionada para a produção de aguardente, ou seja, álcool – um produto que se tornava alternativa económica pelo interesse britânico, que então rondava a ilha. Apesar disso, o vinho, produzido desde o início do povoamento, reconhecido pela sua qualidade, foi ganhando aos poucos preponderância entre os produtos procurados pelos ingleses.

Depois da Restauração de Portugal, quando se estreitaram os laços duma velha aliança, a influência inglesa tornou-se preponderante. Os ingleses monopolizaram pouco a pouco o comércio que garantia os maiores benefícios: os vinhos, as agências de navegação, o abastecimento dos barcos, o câmbio. Durante dois séculos e meio substituíram a antiga burguesia cosmopolita.<sup>37</sup>

A Madeira foi um dos primeiros espaços ultramarinos utilizados pelos europeus, cujo objetivo, num primeiro momento, passou por explorar recursos, para aos poucos, servir de campo experimental tanto em termos administrativos como de política económica: com efeito, no território da ilha seguiu-se uma lógica de produção e reprodução de bens para o mercado europeu. Fala-se, portanto, das circunstâncias que depois deram origem ao sistema capitalista: produção e reprodução do capital investido.

[...] a Madeira foi como que um campo experimental, não só de administração política e civil de terras ultramarinas mas também da exploração económica mais adequada às condições das novas terras e às necessidades da Mãe-Pátria.<sup>38</sup>

A ilha, provavelmente, serviu como ‘laboratório’ das práticas coloniais que viriam a ser implementadas e intensificadas nos futuros territórios invadidos, como o Brasil. A exploração do território brasileiro foi apenas uma intensificação extrema do que era ensaiado na Madeira. Até mesmo o sistema de distribuição de terras – o regime das sesmarias – foi implementado de forma análoga ao da Madeira. Não obstante, o regime

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*, p. 53.

<sup>38</sup> SERRÃO, João. 1992. *Temas Históricos Madeirenses*. p. 20.

de colônia madeirense não vigora no território brasileiro, porque, entretanto, os navegadores ibéricos tinham descoberto uma forma mais rentável de produção. No lugar de dividir a meias – entre senhorio e colono – o que era produzido, contava-se agora com os escravos para assegurar a faina produtiva; e com estes não era necessário dividir qualquer coisa.

## 2.2. O período do vinho

Como referido no início do capítulo, uma paisagem pode ser interpretada através dos elementos que compõem um modo de vida, porque este é produtor dessa mesma paisagem. Assim, para este subcapítulo, toma-se por base a obra *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*, do antropólogo Jorge Freitas Branco (2019). Este estudo permite imaginar o território rural madeirense num período em que o vinho era a principal base económica da ilha. No entanto, esta obra permite analisar uma outra parte do território durante essa fase económica. Enquanto a cidade do Funchal prosperava economicamente, a restante ilha apresentava uma realidade oposta (fig. 53). Desde logo, isso permitiu perceber que quem vivencia e produz a cidade não é a mesma população do campo. Por isso – reafirmando o pensamento do autor – acredita-se que compreender a história – e, por fim, a constituição da paisagem – recorrendo à historiografia baseada nos ciclos económicos da Madeira, é falível:

A situação no comércio do vinho é enganadora. Ela permite visualizar os movimentos inter-regionais através do Atlântico, e servir de base a uma história, escrita à força do documento arquivado. Tal historiografia é, contudo, a das classes dominantes e daí, simultaneamente, a da cidade do Funchal. Ela quase não fornece indicações para desvendar e compreender o esforço do campesinato para garantir a sua sobrevivência.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 32.



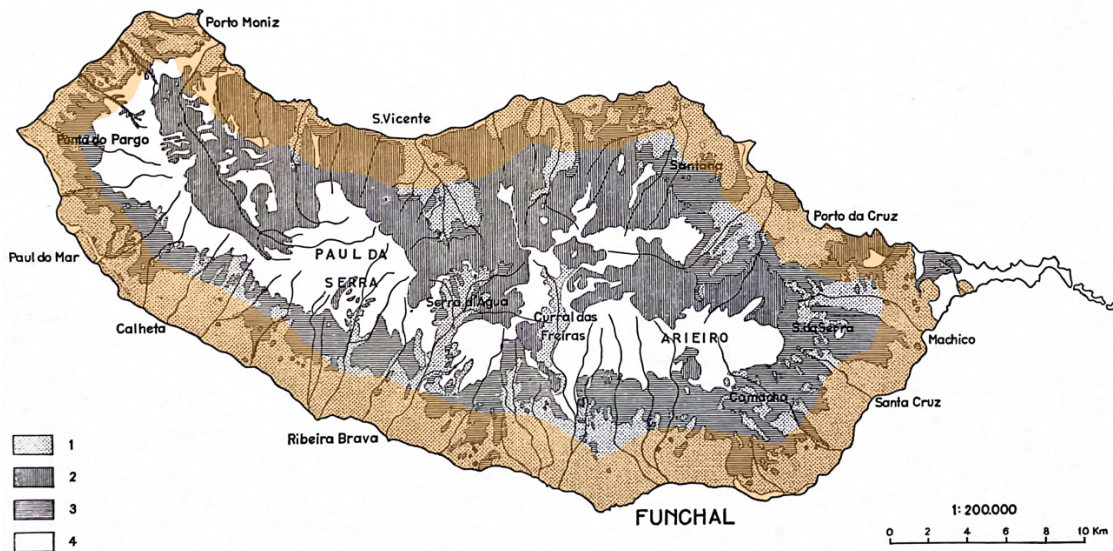


Figura 54: A laranja uma faixa representativa dos 2,5 km de largura que, desde a linha de costa, em geral, corresponde à área disponível para agricultura. Embora a modesta largura (a atual pista do aeroporto da Madeira conta com 2781 metros) a orografia facilmente surpreende pela grande variação de altitude e inclinação, contando com diversos microclimas e diferentes valores de humidade. (Adaptado de O. Ribeiro, 1985)

Legenda: 1 – culturas; 2 – montado e bosques de essências autóctones; 3 – pinhais; 4 – terrenos desnudados.

### 2.2.1. Descrição da paisagem em inícios do século XIX

O carácter da ilha, como sendo “muito montanhosa e compacta”, e com uma “costa extremamente rochosa e recortada”, é logo mencionada pelo autor. Por este motivo, a deslocação através da ilha fez-se sobretudo pelo mar, desde o povoamento no século XV até meados do século XX, com recurso à cabotagem. Saliente-se que, na obra, um dos principais anseios, se não o principal, por parte das populações rurais, é a melhoria das comunicações terrestres.

Desta maneira, entende-se a preponderância da zona onde se encontra a cidade do Funchal, adjacente à baía com as melhores condições de acostagem da ilha. Como ficou visível na figura 27, é a maior baía da ilha, definida por uma encosta de declive suave, até altitudes de 206 metros – diferenciando-se doutras partes da ilha. Além disso, o clima não é tao quente como noutras regiões da ilha. É o Funchal que, em 1813, concentra um quarto da população total de 90.916 habitantes, tratando-se “do único aglomerado populacional com carácter urbano”.

Freitas Branco introduz, brevemente, os elementos que compõem a paisagem a nível superficial. A partir dum relato de 1817, do engenheiro militar Paulo Dias de

Almeida, retêm-se dados que permitem uma percepção da paisagem e do modo de vida dos madeirenses (fig. 55). Destacam-se:

- A ocupação do território feita de maneira dispersa;
- A importante ligação das costas norte e sul, através de um percurso, mais rápido que o normal, quando comparado com o restante panorama insular;
  - O relevo natural, que não deixando de constituir uma condicionante, possibilita essa ligação, e, por consequência, influencia também um outro fator, já antropológico: a comunicação entre zonas. A existência dessa comunicação favorece o desenvolvimento do tecido socioeconómico.
- A preponderância da vinha sobre o cereal;
- A desatenção por parte dos senhorios morgados para com as suas terras, e para com a população nelas empregadas;
- Os terrenos cultivados com outras culturas, que não a vinha, localizam-se em zonas mais afastadas da costa e, portanto, com maior dificuldade de acesso;
- A vida na ilha depende, em grande parte, da vertente norte. Esta é mais húmida e propícia à captação de água, e sustenta a vida e o modo de habitar no Sul, mais árido. Essa dependência estrutural, embora raramente discutida, torna o Norte um pilar ecológico e político da Madeira – características entendidas na análise do clima já anteriormente elaborada;
- Os cumes das serras, na zona do Funchal, despidos de arborização.

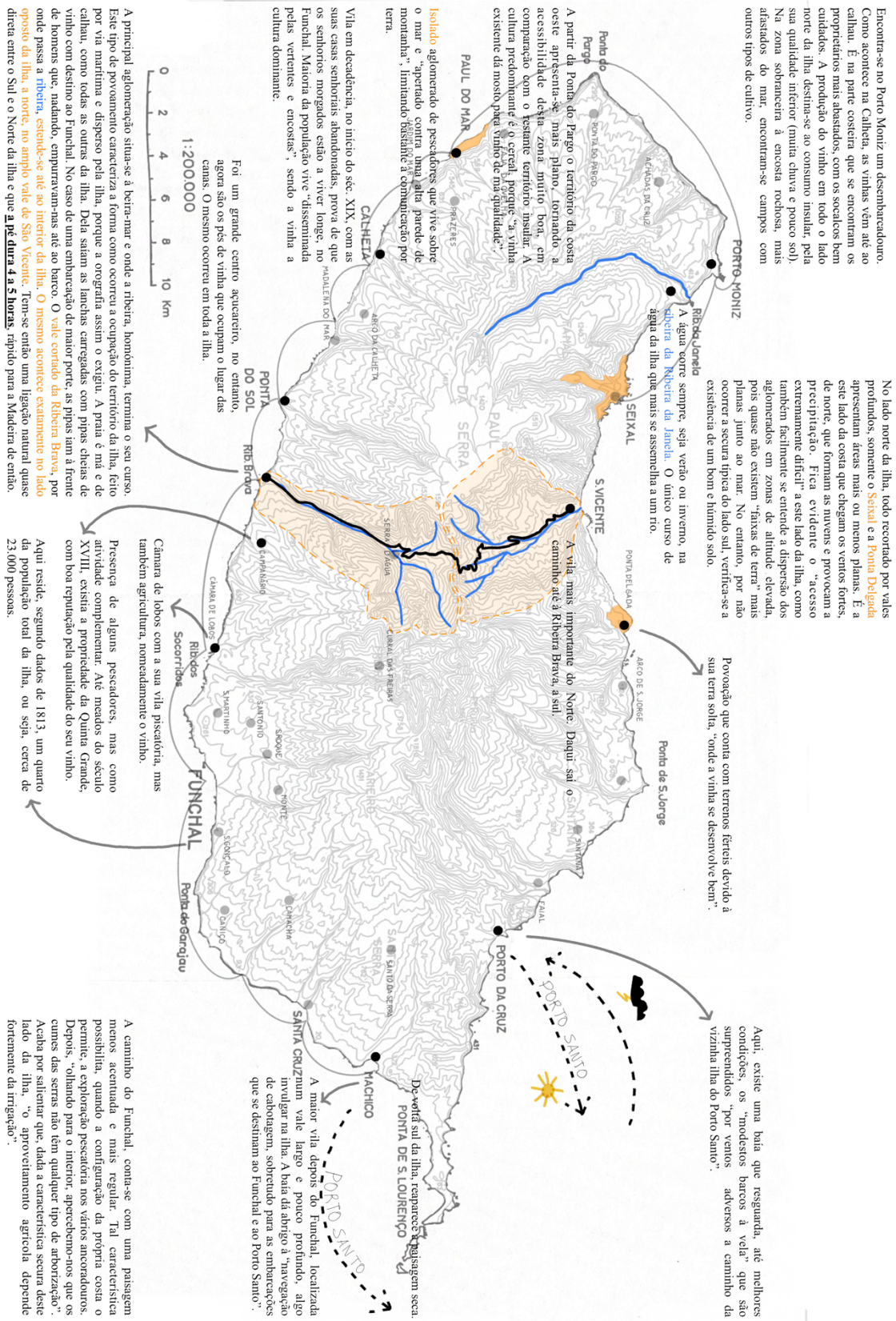


Figura 55: Descrição da paisagem e dos principais povoamentos no início do séc. XIX. Mapas de circulação (cabotagem) e de relevo (equidistância de 100 metros). (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

### 2.2.2. A paisagem defendida no “Tratado ecológico” de meados do século XVIII

Através de um memorando redigido por membros da Câmara Municipal do Funchal, reconhece-se que, em 1759, grande parte da superfície da ilha se encontrava inculta. O documento surge como resposta a “instância superior”, que solicita o aumento da área de cultivo, para, por exemplo, cereal. Este pedido surge no momento em que uma epidemia de fome ocorre em parte da ilha.

Os terrenos em questão localizam-se, maioritariamente, no lado sul da ilha, e caracterizam-se por uma configuração montanhosa. Sempre que se verifica o arrastamento do solo para o mar, quando chove, em desabamentos onde desaparece “qualquer barreira” que a água encontre no seu caminho até confluir no mar, perde-se terra fértil. Como ao longo dos tempos, estas vertentes vêm constantemente perdendo terra cultivável, a sua exposição caracteriza-se pela cor avermelhada característica do terreno argiloso. Depois, “a utilização destes terrenos só viria a provocar a acentuação deste processo”: o seu cultivo implicaria o uso do arado para abrir sulcos, e com movimentação da terra afloram rochas, “não muito atacadas pela ação erosiva”. Tal medida contribuiria para agudizar a “esterilidade” do solo. Por estes motivos, os membros da Câmara sugerem que as terras permaneçam no atual estado, pois assim a superfície do solo endurece, evitando a erosão e prevenindo os efeitos das enxurradas.

Além disto, devido à aridez dos terrenos, porque ao longo dos tempos se foi destruindo a vegetação primitiva, aumentar a área cultivável implicaria “a criação de uma camada de vegetação rasteira”. Passados 6 ou 7 anos, tal vegetação seria ardida para fertilizar o solo, segundo uma técnica já usada pelos camponeses nestas zonas, prática que, no entanto, não se chegaria a sistematizar. Esta última informação é relevante, pois desvela parte da forma como estas zonas do território eram apropriadas pelas populações camponesas, e que adiante se aborda. Aliás, a insistência neste processo geraria um conflito ecológico, pois a queima sistemática da vegetação implicaria a rutura do ciclo da água, já bastante comprometida no lado sul da ilha. Ademais, dadas as condições acima expostas, só era possível realizar uma colheita “onde houvesse irrigação” – assegurada pelas levadas. Estes canais, construídos em diferentes períodos, tiveram inicialmente o propósito de tornar cultivável a parte sul da ilha e, mais tarde, a partir do desenvolvimento

hidráulico em meados do século XX, passaram também a servir simultaneamente à irrigação e à produção de energia elétrica.

Ainda que o memorando proponha, no fundo, não aumentar a área de cultivo, o autor considera-o um “pequeno tratado ecológico”, pois os problemas, soluções e procedimentos abordados fundamentam-se objetivamente no território em questão. Desde logo, a atenção dada ao solo, que demonstra a conscientização ecológica como condição para a sobrevivência na ilha da Madeira. Este facto, também pelo seu valor histórico, reforça o conteúdo exposto na primeira parte deste capítulo, nomeadamente, sublinhando a informação relativa ao movimento de massas. Depois, fica também clara a preocupação com a necessária retenção de água no solo e o tipo de vegetação usada para o efeito, como por exemplo, a giesta ou ainda, as árvores de fruto, que se dão bem por toda a ilha.

### 2.2.3. A Vinha e o Cereal

Além da componente ecológica, o memorando reflete também a realidade socioeconómica da região. Os membros camarários do Funchal concluem que é do interesse dos “povos da ilha da Madeira”, inclusive do próprio “Erário Real”, manter as coisas no atual estado. Até porque só assim se poderia continuar a cultivar o vinho, a principal mercadoria de exportação, que seria afetada pela alteração da “conjuntura ecológica”. Como à frente se entenderá, aumentar a área de cultivo destinada a outras culturas, implicaria o abandono, por parte da mão de obra, da cultura vinhateira. Fica mais clara a razão da recusa em alterar o *statu quo*, como também o que motivou o uso argumentativo da conjuntura ecológica, porque em causa estaria a vantagem económica de um grupo social. Sobrepunham-se os interesses da “aristocracia vinhateira” instalada no Funchal aos da restante população, mesmo perante uma crise de fome – diversas ao longo do tempo. Desta maneira, a vinha tornou-se fator determinante de uma certa realidade e, por isso, definidora de uma paisagem. No memorando constatou-se que grande parte do território estava inculto, e percebe-se também pelo relato de 1817, anteriormente abordado, como a vinha predominava nos terrenos cultiváveis.

Em 1824, entra em vigor uma lei cujo propósito é tornar Portugal menos dependente do grão importado: apenas seria possível importar a quantidade de grão que faltasse, entre o que se colhe e o que a população consome. Se o objetivo tratava de

diminuir a importação, isso implicaria que muitos dos terrenos ocupados com vinhas passassem a ser cultivados com cereais, de modo a incrementar a produção local. Por via legal, o poder insular juntamente com o conselho municipal do Funchal elaboraram um projeto alternativo. Neste, explicaram como a “economia da ilha depende, única e exclusivamente, da exportação do seu vinho”, um comércio que não só está “em mãos estrangeiras”, como também era o caso dos capitais necessários para manter esse comércio ativo (produção, transformação, armazenamento, transporte e rede comercial). Portanto, somente os negociantes estrangeiros “radicados no Funchal” têm capacidade de encomendar cereais nas praças estrangeiras, onde a negociação é feita pela troca com o vinho, produzido e adquirido aos camponeses na Madeira. Como a “população precisará sempre de ser abastecida em cereal [...] além de que o Funchal costuma abastecer o Porto Santo nas [inúmeras] épocas de estiagem prolongada”, esta lei seria catastrófica para a economia e população da região.

Ainda mais: nessa conjuntura teriam então os negociantes a possibilidade de impor um preço ao vinho dos madeirenses, exercendo assim pressões. No fundo, estamos perante o **mecanismo que, há séculos, domina as estruturas de dependência** no comércio atlântico de vinho.<sup>40</sup>

Quando Georg Forster, o naturalista alemão [...] passou pela Madeira no ano de 1772, observou: Como as suas colheitas de cereal não dão sequer para **três meses**, os habitantes servem-se de outros alimentos, principalmente grão norte-americano. Deste produto, importam-se anualmente grandes quantidades a troco de vinho.<sup>41</sup>

#### 2.2.4. Propriedade e posse de terra: o Regime de Colonia

Como descrito, a vinha foi um dos elementos que determinaram a paisagem madeirense. No entanto, essa realidade, além dos fatores climáticos e das características do solo, resultava também da forma como a terra estava distribuída. A repartição da propriedade, no início do séc. XIX, processa-se da seguinte forma: propriedades da Igreja, propriedade inglesa, morgadio e benfeitorias. Para aqui, interessam os dois últimos.

---

<sup>40</sup> *Ibidem.* p. 47. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>41</sup> *Ibidem.* Ênfase em negrito adicionada.

Os morgadios, ou vínculos <sup>42</sup>, eram propriedades “indivisíveis e inalienáveis”, transferidas por herança “sempre dentro da família e exclusivamente através do filho mais velho”. Através de reformas, em 1769, 1770 e 1832, estas propriedades passam a ser possíveis de transacionar, total ou parcialmente. Como diz o autor, trata-se do “lento aparecimento de um mercado de terra”, um novo mecanismo que poderia alterar muito a “estrutura social do campesinato”, que implicaria uma “corrida à aquisição de propriedade”. Além do morgadio, existia outra forma de acesso à propriedade, como as “pequenas propriedades não vinculadas”, ou seja, possíveis de serem vendidas. No entanto, a maior parte dos territórios cultivados estava na mão dos morgados, e eram nesses onde grande parte da população servia e vivia: “[...] em meados do século XIX, cerca de 90% da área agricultável [...] era cultivada no âmbito deste enquadramento legal”.

Resumindo: num dado terreno havia um proprietário da terra – o senhorio – e um colono que, nesta qualidade, também era proprietário, mas unicamente das benfeitorias existentes nesse terreno. <sup>43</sup>

Dado que o morgado não trabalhava, arrendava partes da sua propriedade à população. Em regime de colônia, vigente até ao período da Autonomia (consagrada em 1976), firmava-se o contrato de colônia, “em geral de palavra”, que transformava o morgado em senhorio, e o camponês em colono. A este último caberia a responsabilidade pelo trabalho e amanho da terra. Quanto à natureza da cultura a plantar e a cuidar, e visto ser o vinho a base económica da aristocracia fundiária e dos comerciantes estrangeiros, é certo que os melhores locais de cultivo da ilha estariam predestinados à vinha. Mas, embora a cultura a plantar estivesse predisposta, no processo da sua produção concedia-se autonomia. Isto significa, ao longo do tempo e de gerações, que para tornar mais eficiente a produção, o colono construía “bens e melhoramentos resultantes da sua atividade” – as benfeitorias. Ficava ainda estabelecida a divisão a meias dos produtos

---

<sup>42</sup> Em DE SOUSA (2020, p.548) compreende-se a diferença entre morgado e vínculo. O Morgadio, juntamente com a Capela, que aqui não importa abordar, é uma Instituição Vincular. Dentro desta, existe o Morgado, que se refere ao herdeiro (sempre o filho mais velho), cuja função é administrar o património eternamente vinculado e assim perpetuar o “capital social e simbólico da sua família”. Mas, a partir de um determinado momento, “Morgado” passou a referir-se não só ao administrador – o “senhor morgado” – mas também à propriedade vinculada – “os morgados”.

<sup>43</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 186.

produzidos na terra: e era neste quantitativo preestabelecido que a maioria da massa camponesa considerava residir a injustiça do sistema.

Contavam-se, entre outras coisas, a construção dos muros e dos pois, dos currais ou estábulos, assim como de diversos acessórios inerentes ao trabalho agrícola. Aos investimentos do colono, há que acrescentar o domínio produtivo direto: as árvores e todas as culturas por ele plantadas na terra do senhorio. Tais investimentos do colono estavam abrangidos e contemplados no enquadramento jurídico que fundamentava a colônia; constituíam as benfeitorias.<sup>44</sup>



Figura 56: Conjunto de Poios (ALMEIDA, J.P. Estruturas Pétreas no Território Madeirense, Revista Islenha, nº 53, 2013)

O término de contrato era algo que se tornava muito complicado para ambas as partes: para o senhorio, que podia desfazer o contrato quando quisesse, teria de indemnizar o colono por todas as benfeitorias produzidas, o que raramente haveria de suceder, porque o senhorio, geralmente, não teria meios suficientes para o fazer. Recorde-se quem detinha o capital suficiente para investir comercialmente na única produção da ilha: os negociantes estrangeiros, que intermediavam todo o comércio do vinho. Também para o colono a situação resultava complicada, pois no caso de não conseguir vender as benfeitorias ao senhorio, como comumente acontecia, a única opção seria “encontrar

---

<sup>44</sup> *Ibidem.* p. 185.

outro camponês que lhas tomasse”. Esta situação deixava o colono, e gerações vindouras, presos à parcela de terra. Um outro aspeto a considerar é que, inserido no grupo dos ‘colonos’, existia o ‘caseiro’. Este, além das condições anteriormente dispostas, detinha ainda no seu contrato o direito de morar, ou mesmo construir casa, na terra sob colonia.

Deste modo, apenas na condição de colono, ou caseiro, era possível ter acesso à terra, ao trabalho, e a um possível meio de subsistência. Quando não havia possibilidade de dispor de “parcelas [...] para cultivar”, ou mesmo com uma parcela de terra, mas insuficiente para o sustento familiar, muitos camponeses viam-se na obrigação de “trabalhar ocasionalmente para outros”, denominando-se nessa condição de ‘jornaleiros’.

[...] existiam ainda os colonos ou mesmo pequenos proprietários que, em situações excepcionais de crise, sem abandonarem definitivamente as suas parcelas, se viam obrigados a procurar um trabalho eventual que lhes garantisse a sobrevivência. Foi o que sucedeu a muitos quando da moléstia da batata, em 1848. [...]. Aos milhares, percorriam os “*caminhos reais*” da Madeira, até que o governo, no âmbito de um programa aprovado de urgência em Lisboa, desencadeou o prosseguimento das obras de construção das levadas.<sup>45</sup>

A isto tudo acresce o facto do contrato de colonia ser hereditário. Se é verdade que o Morgado fazia parte de um sistema de vinculação de propriedade, o mesmo parece acontecer com a Colonia. Esta funcionava como um sistema vincutivo de uma “complexa rede de relações sociais”, através da qual o camponês tinha o direito de trabalhar, e por isso, de sobreviver. Este mecanismo tradicional de exercício de poder, pelo qual o Antigo Regime toma forma na Madeira, é resultante de dois fatores: propriedade e processo produtivo. Ambos operavam-se e perpetuavam-se de forma separada: o morgado centrava-se na concentração de terra, enquanto a colonia servia para controlar a população, através da imposição da cultura a plantar. Como se viu, aumentar a área de cultivo para o cereal, ou mesmo passar a cultivá-lo nas propriedades do morgado, implicaria perder o controlo sobre a mão de obra: o sustento dos camponeses passaria a estar dependente da produção para a sua subsistência, em prejuízo da condição de dependência do comércio do vinho.

---

<sup>45</sup> *Ibidem*. p. 205.

Além desse controlo socioeconómico, característico do Antigo regime, e da falta de perspectiva de vida que tal implicava para o camponês – facto notado por viajantes estrangeiros –, ocorria um outro fenómeno: enquanto a propriedade se concentrava em mãos de um Morgado, a terra cedida sob colónia parçializava-se ainda mais, reduzindo-se a dimensão das parcelas. Em regime de colónia, depois, ou mesmo antes, do falecimento do pai, os filhos de sexo masculino procediam à divisão da terra sob colónia, onde se incluem as benfeitorias. Havia casos em que a divisão acontecia não por razão de morte, mas pelo matrimónio de um dos filhos, fornecendo ao filho “uma base de independência doméstica relativa”. Os efeitos que este sistema gerou no parcelamento da paisagem são tais, que atualmente, em 2025, existem ainda parcelas de terrenos por cadastrar, na parte norte da ilha<sup>46</sup>. Dada a sua reduzida dimensão e pelo desconhecimento do paradeiro dos ‘antigos colonos’, provavelmente emigrados ou mesmo falecidos, não é possível proceder ao processo legal de usucapião<sup>47</sup>.

#### 2.2.5. As razões para a apropriação dos terrenos baldios

Como se viu, o cultivo da vinha seguiu por muito tempo como predominante. Os terrenos para o seu cultivo localizavam-se na faixa costeira, mais quente e amena durante todo o ano. Por este motivo, aliás, a cultura da cana sacarina foi introduzida com sucesso no século XV, à qual se sucedeu a cultura da vinha, predominante desde fins do século XVI (Serrão, 1992, p. 19).

A escolha dessa faixa costeira, denominada por Freitas Branco de “primeiro *andar* insular” (fig. 57), para a cultura vinhateira, beneficiou da “intensidade e regularidade dos raios solares”. Por essa razão, e também pela orografia, não se encontra na paisagem norte da ilha o predomínio de cultura equivalente, exceto em algumas zonas circunscritas. Deste modo, é no “primeiro *andar* insular”, subtropical, que se localizam as melhores áreas de cultivo, e, portanto, as propriedades de morgadio.

---

<sup>46</sup> A fonte desta informação é a Direção Regional do Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira. Como já mencionado, este regime vigorou até à Revolução de 25 de abril.

<sup>47</sup> Usucapião: “tem o direito de invocar a usucapião quem tenha sido possuidor de uma coisa durante um longo período, tornando-se proprietário ao fazê-lo”. Definição consultada em *Diário da República Eletrónico*. <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/usucapiao>

A partir do próximo ‘andar insular’, com início nos 250 metros de altitude, entra-se num clima mais parecido ao mediterrânico, onde se sente mais clara diferença entre as quatro estações do ano. É neste patamar que se encontram cereais, legumes, castanheiros, milho e batatas. Já no terceiro e último ‘andar’, nas altitudes mais baixas das zonas montanhosas, dá-se o matagal (lauráceas e urzes arbóreas).

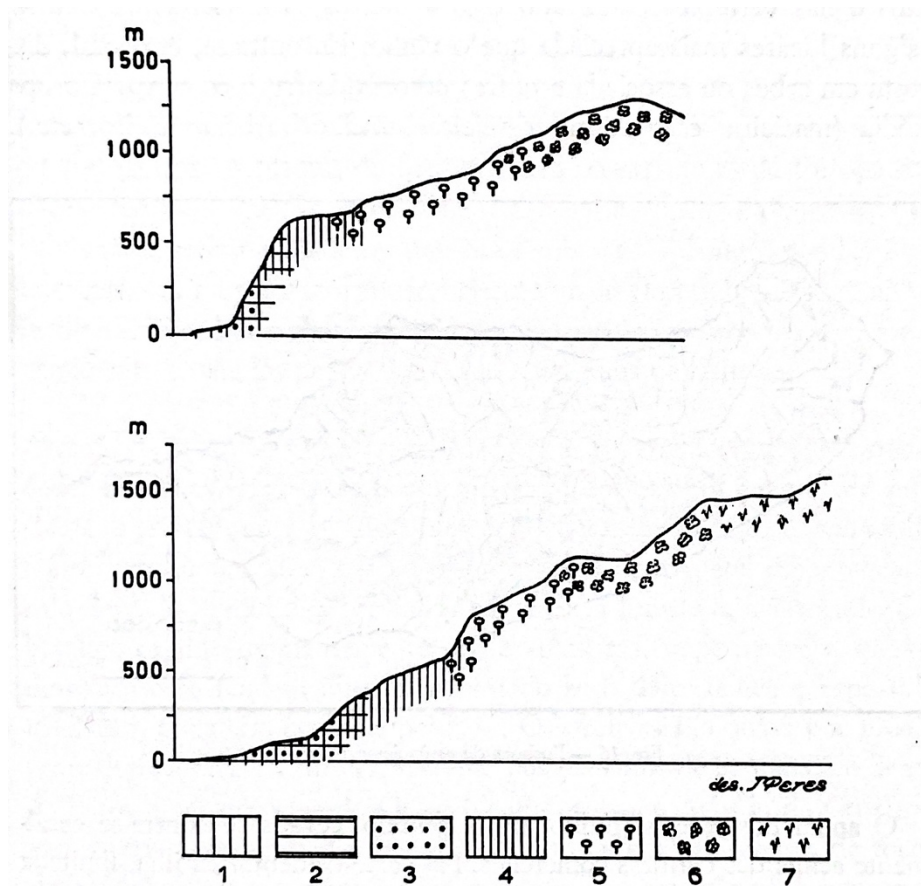


Fig. 15 — Escalonamento das culturas.  
 Em cima: Paul do Mar — Prazeres. Em baixo: arredores do Funchal.  
 Legenda: 1 — cana-de-açúcar; 2 — vinha; 3 — bananeiras; 4 — culturas alimentares; 5 — pinhais;  
 6 — montados e bosques; 7 — pastos altos.

Figura 57: Composição da paisagem rural em 1949. (Ribeiro, O., 1985)

No entanto, como adverte o autor, a descrição da estrutura paisagística rural, feita também na figura 57 (datada de 1949), nem sempre correspondeu à realidade da exploração. Embora o segundo ‘andar’ seja favorável ao cultivo das culturas alimentares, não quer dizer que tenha sido sempre disposto assim. A formação e a manutenção de uma paisagem hortícola tão rica implicam, dada a aridez da parte sul da ilha, constante irrigação por meio de aquedutos – as ‘levadas’ – que transportam a água proveniente da

parte norte da ilha. Como mais adiante se irá abordar, o processo de construção de um novo sistema de levadas apenas se concretiza a partir de meados do século XIX.

Deste modo, a paisagem anteriormente descrita corresponde a circunstâncias inexistentes à época predominante da paisagem vinícola, no sul da ilha. Tal acontece por dois motivos: primeiro, a deslocação da mão de obra para o cultivo que não da vinha implicaria a concessão de autonomia económica dos camponeses, e, portanto, a queda do mecanismo que sustinha, na Madeira, o Antigo Regime. Segundo, os morgados, dependentes dos comerciantes estrangeiros, não detinham o capital suficiente para empreender em obras de infraestrutura monumentais, como era o caso das levadas. Por isto se entende que até cerca dos 250 metros de altitude, ou até onde fosse possível, o território seria cultivado com vinha. O restante estaria inculto, como, aliás, é reconhecido no memorando anteriormente abordado.

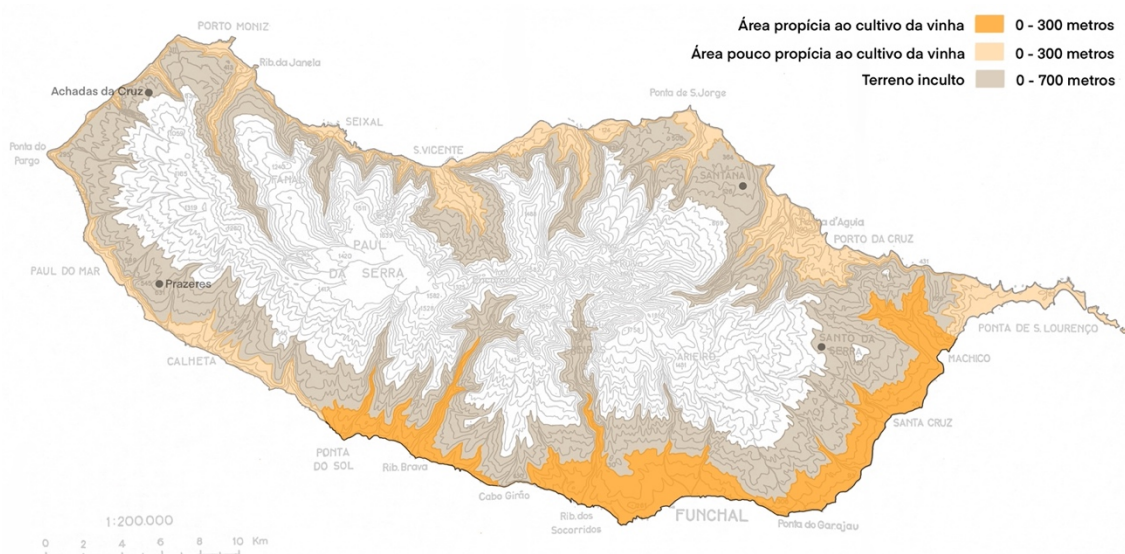


Figura 58: Zonas da ilha da Madeira mais e menos propícias ao cultivo da vinha. A cor castanha translúcida indica o território inculto, que terá servido de suporte às práticas da população. Ainda que incluídas nas áreas laranja e castanha, muitas zonas apresentam declives pouco favoráveis ao cultivo. A cota dos 700 metros foi considerada como limite, por corresponder, no futuro, ao traçado das principais levadas da ilha. A definição política dessa cota pode estar associada à apropriação dos terrenos situados em altitudes mais baixas, geralmente favoráveis em termos climáticos, e, por isso, com potencial económico. Os pontos pretos referem-se às encostas do oeste – dos Prazeres às Achadas da Cruz – e aos planaltos do Santo da Serra e de Santana, zonas com declive mais suaves que permitem o cultivo a altitudes superiores – atípico no caso madeirense. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

No entanto, a constatação de que grande parte da superfície territorial se apresenta inculta e, por isso, desabitada é enganadora, pois não tinha em conta a apropriação feita pelos camponeses dessas zonas. Estas zonas baldias, localizadas na parte sul da ilha (fig. 58), dada a sua topografia mais suave, e daí algum do seu potencial de cultivo, garantiam

água, lenha e pasto, à população rural. Os camponeses viam-se obrigados a fazer uso destas zonas, pelas mesmas não fazerem parte da propriedade morgadia. E por estarem os baldios à disposição de todos as populações, logo contestavam quando surgiam “rumores de concessão particular”.

Era, portanto, do interesse dos camponeses, manter a apropriação daquelas zonas, mesmo sendo pouco acessíveis, porque eram nelas que se semeava e se criava gado. Por outro lado, percebe-se que nos terrenos cultivados com vinha, na parte sul da ilha, os camponeses cultivavam outras culturas por baixo ou do lado da vinha. Mas tal era insuficiente para sobreviver. Na maior parte do lado norte, e extremo oeste da ilha, devido às poucas condições para produzir mosto de qualidade, o escasso espaço disponível para cultivo era ocupado com cereal e outras culturas de circunstância. Cultivo esse, destinado somente ao consumo doméstico, e onde o mosto de vinho produzido se destinava ao mercado interno da ilha. Assim, embora com mais espaço disponível, os camponeses dos povoamentos no sul da ilha viam-se obrigados a usar os baldios para tentar suprir as suas necessidades.

Uma das necessidades vivenciais era a habitação, mas mais especificamente, a constituição do seu coberto. O autor menciona que, nas terras mais altas e montanhosas, o cultivo de trigo não era favorável. Desse modo, eram cultivados cevada e centeio, sendo esta última pouco importante na alimentação da população rural, resultando a sua palha mais duradoura que a do trigo. O centeio era, por isso, semeado, colhido e debulhado, com a palha a “constituir uma reserva de material destinada à cobertura dos tetos”. Esta afirmação é possível devido à perspicaz constatação do autor, enquanto antropólogo, sobre o uso do mangual <sup>48</sup>: sendo a debulha do cereal feita, predominantemente, com o trilho <sup>49</sup>, a técnica do “*malhar*” apresentava-se como um complemento, esporádico e discreto, da vida rural madeirense.

---

<sup>48</sup> Instrumento que permite debulhar o cereal sem quebrar a palha.

<sup>49</sup> Técnica que consiste no arrastamento, por via animal, de uma “peça única de madeira de boa qualidade, como a de *til*” sobre a palha. Além da obtenção dos grãos de cereais, a palha neste processo quebra-se, servindo apenas para a alimentação do gado. (BRANCO, Jorge. 2019). Atente-se ainda no tipo de madeira usado para este elemento do quotidiano rural, proveniente do arvoredo da floresta indígena da ilha – a Laurissilva. Com isto, evidenciam-se como, através de um único elemento antropológico – a peça de madeira do trilho –, se manifestam os processos de ocupação, uso e, por fim, exploração do território da ilha, nomeadamente, da floresta indígena, ao longo de séculos.



Figura 59: Palheiro com telhado de palha (1979). A apropriação dos terrenos baldios era fundamental para o modo de vida das populações rurais. (Branco, J., 2019)

Além disso, neste modo de vida em que a sobrevivência dos camponeses depende das zonas baldias, a sementeira não se dava de forma regular ao longo do ano. Isto porque, dada a aridez do solo nestas zonas, o terreno teria que repousar alguns anos. Para os fertilizar, após período de 4 a 6 anos, os camponeses semeavam os terrenos recentemente queimados, cercados por matagais de giestas e urzes – indício da presença de água. Como afirma o autor, este longo ciclo é reflexo da agricultura de sequeiro, e tal acaba por definir as “sociedades agrárias mediterrâneas”.

No seu contacto com o meio ambiente, o [...] [ser humano] tem de aceitar, na Madeira e no Porto Santo, uma grande dependência, que se traduz numa relação de permanente adaptação. O ritmo de trabalho torna-se nítido, quando observado na sequência das quatro estações do ano, na medida em que, a períodos de maior intensidade de trabalho, se sucedem outros de relativa calma ou mesmo de expectativa. Estes parâmetros objetivos, porque independentes da vontade humana, são caracterizados pela relação temporal entre épocas húmidas e secas.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 58.

Muitas vezes, a grande ilha do arquipélago sentia duramente os invernos de estiagens longas, sobretudo após a ausência de colheitas, seguindo-se a inevitável falta de alimento.<sup>51</sup>

Além do parcial uso agrícola dos baldios, neles dava-se também a criação de gado em regime de manadio. Os terrenos queimados não só propiciavam solo fertilizado para as culturas, mas também favoreciam o crescimento de “erva tenra para pasto”. Por este motivo, era bastante económico criar gado livremente<sup>52</sup>, pois não era necessário tratar da sua alimentação, fazendo com que as idas à serra fossem muito poucas durante o ano. O gado mais miúdo, como ovelhas e cabras, constituía uma fonte de matéria-prima para o calçado e vestuário da população. Já no caso do gado bovino, apenas quando atingissem uma certa idade as reses eram “selecionadas, apanhadas e vendidas para abate no Funchal”. Depois, dado o exíguo espaço de cultivo, somente alguns bois e vacas eram domesticados para auxiliar na lavoura, ajudando a “suportar a canga do arado, do trilho ou do carro”.



Figura 60: Botas em pele e sola de borracha.

---

<sup>51</sup> *Ibidem.* p. 59.

<sup>52</sup> Devido à criação de tipo extensivo, os conflitos entre lavradores e pessoas que criavam gado eram frequentes, embora pontuais. E se é verdade que um camponês pudesse confrontar um outro (criador de gado) sobre o dano causado na sua cultura, o mesmo poderia acontecer inversamente no ano seguinte, ou seja, o anterior queixoso ser agora o suposto culpado. As autoridades muitas vezes eram chamadas a intervir, e arbitravam, geralmente, a favor do lavrador.

## 2.2.6. Crise comercial e reconfiguração do acesso à terra no século XIX

Como até aqui se viu, a paisagem a sul da ilha apresentava-se dominada pelo cultivo da vinha. E a presença do cereal apenas ocorria nas partes mais altas das encostas do sul, ainda que de forma esporádica, a oeste e, timidamente, na vertente norte da ilha, dada a sua orografia.

Uma realidade destas interessava, no final de contas, ao grupo social dominante, os morgados. Especialmente até à guerra da independência americana, estes domínios britânicos constituíam um mercado lucrativo para o vinho embarcado no Funchal.<sup>53</sup>

No início do século XIX, o comércio da ilha beneficiou da conjuntura internacional, dominada pelas guerras napoleónicas. Sob a estratégica ocupação inglesa do arquipélago (1801-1802 e 1807-1814), com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, o comércio do vinho produzido na ilha foi altamente privilegiado, por deter um grande mercado de consumo. Acontece que o mercado do Reino Unido não tinha acesso aos portos europeus, devido ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão. No entanto, após o breve domínio napoleónico, até 1815, dá-se a reabertura dos mercados europeus. Com isso, a exportação de vinho cai, e a Madeira, à medida que a navegação passa a usar mais a energia do vapor, e a depender menos do vento nas velas, perde lentamente a função de “placa giratória” no comércio marítimo.

Como sustenta o autor, dá-se uma “alteração progressiva das condições conjunturais externas”. Neste ambiente, a predominância dos morgados na sociedade madeirense continua a ser uma realidade, pelo menos até meados do século XIX. A produção de vinho e a sua exportação, que estavam na “origem do considerável saldo positivo da balança comercial”, também beneficiavam a Coroa, ao garantir receitas. Ademais, a Antiga conjuntura de dominação favorecia os comerciantes estrangeiros que, facilmente, encontravam população rural disposta a ‘emigrar’ para outros territórios colonizados, “fazendo-lhes promessas e oferecendo algum dinheiro”.

---

<sup>53</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 48.

Já nos anos 20 e 30 do século XIX, a crise do comércio externo começa a ser sentida pelos morgados, dada a dificuldade de escoamento do Vinho Madeira. A base económica dos morgados começou, por isso, a ser afetada, embora o seu papel social estivesse ainda assegurado pelo regime. Por outro lado, o contrato de colónia é posto em causa pelas autoridades, que o associam à “estagnação da produção agrícola”. Este ambiente reflete, portanto, a falta de dinheiro da camada dominante da sociedade, também porque o contrato de colónia estabelece o pagamento (por meação) a partir do produto cultivado pelo colono.

Na tentativa de superar a falta de dinheiro, os morgados começam a “conceder parcelas de terra por uma renda em dinheiro”, paga anualmente. Presume-se que estas novas formas de acesso a propriedade são possíveis devido a reformas ocorridas desde meados do século XVIII, que permitiram o “lento aparecimento de um mercado de terra”. Este novo sistema, baseado na mercantilização da terra, não conta mais com o “direito consuetudinário” presente no contrato de colónia. A preocupação não é mais assegurar a “complexa rede de relações sociais”, que fazia depender existencialmente o camponês do morgado. Agora, o que importa é a obtenção do maior lucro possível, fazendo com que a existência da população dependa diretamente do rendimento obtido com a produção nas suas parcelas. Neste cenário, surge ainda entre o morgado e o colono uma terceira figura, o arrendatário, com o qual “o relacionamento nunca podia ser bom, nem se basear na tolerância paternalista, característica dos antigos senhores”. É a este que o senhorio passa a arrendar partes da sua propriedade. E no entanto, a apropriação das parcelas de terra arrendadas segundo o contrato de colónia não pode ser alterada. Logo, visando a obtenção do maior lucro possível, o arrendatário intensifica a exploração e acaba por agravar as condições de vida do colono. O pagamento do colono passa a ser feito ao arrendatário, mantendo-se o pagamento pela meação “exata e sem perdão” da produção. Se o pagamento não fosse realizado, havia uma nova possibilidade: a hipoteca das benfeitorias do colono.

A um ritmo assustador, começam os colonos a abandonar as suas parcelas, deixando benfeitorias e até a família, para se apresentarem aos inúmeros engajadores que percorriam a ilha, angariando gente para a emigração, em grande parte clandestina. Estes camponeses saíam da Madeira em direção ao outro lado do oceano, na esperança de encontrar nessas paragens uma situação menos

aflitiva. [...] Aqueles que, por imposição das difíceis circunstâncias, aceitavam as novas regras do jogo, logo caíam em dívidas de renda, bastando apenas sorte menos favorável numa das colheitas. <sup>54</sup>

Nestes modos, e na conjuntura que logo à frente se expõe, o camponês via como única escapatória possível a emigração. Em meados do século, o impacto emigratório é tão grave que os senhorios afirmavam estarem a ficar sem mão de obra para trabalhar as suas propriedades. Desse modo, as autoridades enviam uma circular a todos os municípios do arquipélago, objetando a possibilidade de expulsar os colonos das suas parcelas. “Trata-se de uma prova evidente dos excessos que se cometiam”, através da alta especulação praticada. Visava-se somente o lucro – uma nova lógica de pensamento ‘abstrato’ e, portanto, desconhecida do modo de vida rural madeirense.

Já no final do século XIX, reconhece-se, novamente, a predominância da relação entre senhorio e colono. Novamente, prevalece o contrato de colônia e o “direito consuetudinário” a ele associado, que inclui as implicações relativas às benfeitorias. Mas ao mesmo tempo surge uma nova forma de contrato: o pagamento de uma renda em dinheiro. Embora mercantil, a lógica não aparece mais diretamente associada ao máximo rendimento possível da produção, imposto por terceiros, mas sim a uma forma diferente de manter a antiga relação entre senhorio e colono.

#### 2.2.7. A queda da Vinha e do sistema económico

Como acima se percebeu, a situação aflitiva vivida pelos camponeses foi proporcionada pela crise comercial e pela tentativa de modernização através da mercantilização da terra. No entanto, em meados do século XIX, essa conjuntura, em contexto de crescimento demográfico, foi ainda agravada pela conjugação de uma crise de fome no arquipélago com o aparecimento das doenças de oídio e filoxera na vinha. Estas doenças são o golpe final na cultura vinhateira e, por conseguinte, em todo o sistema socioeconómico a este associado – e até aqui exposto.

Por meio da análise do ambiente que conduziu à fome de 1847, entendem-se as razões do agravamento socioeconómico decorrido na primeira metade do século XIX.

---

<sup>54</sup> *Ibidem.* p. 198.

Nas áreas onde a cultura da vinha predominava, após o pagamento em género ocorrer entre senhorio e colono, este logo se dirigia aos comerciantes estrangeiros para realizar a venda do mosto de vinho que lhe cabia. O dinheiro resultante da venda seria usado para suprir as necessidades do camponês, como, por exemplo, comprar cereal – importado das praças estrangeiras. Relembre-se que este cenário apenas acontecia, maioritariamente, nas zonas do sul da ilha. A Norte e a Oeste as produções eram voltadas para o consumo doméstico, devido também à quantidade de habitantes presente nestas zonas, que foi sempre menor em relação às zonas do sul, principalmente, nas áreas adjacentes ao Funchal.

À vista de tal situação – a de dependência do dinheiro de venda do mosto para comprar o cereal – e à crise comercial – em que as exportações do vinho caem e disso resultar a redução da importação do cereal comprado nas praças estrangeiras com o dinheiro do vinho – prefigura-se um cenário fatal para a economia e para a população madeirenses <sup>55</sup>. Uma das principais consequências – o agravamento da escassez de alimento no território rural madeirense – torna mais provável a ocorrência de crises de fome. De maneira a evitar esse cenário, nos anos 20 do século XIX, as autoridades reagem e expandem o cultivo da batata <sup>56</sup>. E os terrenos baldios são as áreas escolhidas para esse cultivo, de forma a evitar disputas com outras culturas. Esta nova base alimentar da população cumpriria o desígnio de prevenir crises de fome, contribuindo para o crescimento populacional, sem chegar, no entanto, para redimir a sistemática condição de escassez.

---

<sup>55</sup> Se a Madeira dependia de territórios estrangeiros para importar cereal, presume-se que também na metrópole essa dependência existisse. Percebe-se então as motivações da lei de 1824, abordado anteriormente no subcapítulo 2.2.3, que visava fomentar o cultivo de cereal e depender menos do exterior. Como se viu, a lei encontrou resistência na Madeira, o que denuncia o descuido político – proposital ou não – da elite económica madeirense.

<sup>56</sup> A introdução do cultivo da batata dá-se na década de 1760, mas passam-se décadas até à sua expansão. Esta informação, que permite evitar o lapso de presumir que a batata chegou à ilha apenas no século XIX, foi obtida por meio de MATOS e SANTOS (2013), um estudo sobre o processo demográfico dos territórios insulares. Com esta segunda referência, sublinhe-se aqui o que a obra de Freitas Branco já permite entender: na Madeira, o crescimento demográfico é reflexo do aumento de área cultivada com culturas de autossustentação, devido ao aumento, embora relativo, das condições para a subsistência humana. É possível deduzir que a escolha da batata não é ao acaso, percebendo, inclusive, a resistência à lei de 1824 (ver nota anterior). Dado os baldios serem as únicas áreas disponíveis para cultivo, mas não serem aptos para o cultivo de cereal, especialmente, o trigo, devido à aridez do solo, a única solução passa pela batata. Logo, esta surge como tentativa de manter inalterado o tipo de cultivo praticado nas zonas mais baixas, ainda dominadas pela vinha.

Anos	Madeira	Funchal
1750	59143	
1767	64624	
1781	69728	11489
1794	79484	
1797	79774	11934
1800	84126	12600
1803	84364	
1805	87704	14194
1806	87754	
1810	91090	14274
1815	93188	11970
1820	94840	11728
1825	102000	13293

Figura 61: Evolução demográfica no arquipélago da Madeira e na Cidade do Funchal. Note-se o contraste entre a relativa estabilidade demográfica no Funchal e a maior variabilidade no restante arquipélago, predominantemente território rural. Nesses dados estão incluídos os da ilha do Porto Santo. (Adaptado de Matos e Santos, 2013)

[Durante a crise de fome, os camponeses], aproveitando a noite, dirigiam-se a locais da costa previamente combinados com os engajadores, onde barcos a remos os esperavam para transportá-los até navios “*desconhecidos e misteriosos*”, que os recebiam a bordo, longe do litoral. O governador lamentava-se, impotente perante os factos, garantindo que em breve não disporia de gente suficiente para manter o mínimo indispensável de homens nos quartéis, ou mesmo de trabalhadores no serviço das estradas.<sup>57</sup>

Eles conduziam os madeirenses para Demerara, onde, após a abolição da escravatura, se fazia sentir grande falta de mão-de-obra [...]. Embora os “*Maderian Portuguese*” seguissem à partida já contratados para as plantações de açúcar, muitos deles conseguiram em poucos anos passar-se para a cidade como pequenos comerciantes [...].<sup>58</sup>

Nestas frágeis circunstâncias existenciais, chega-se a meados do século com um intenso êxodo emigratório, muito dele ilegal; a nefasta figura do ‘arrendatário’ a minar a coesão socioeconómica rural; a cólera, em 1856, que dizima cerca de 9% da população; as parcelas de terra dos colonos votadas ao abandono ou, sublinhe-se, ao cuidado das mulheres; o declínio da exportação do vinho; as receitas da Fazenda Pública a

<sup>57</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 232.

<sup>58</sup> *Ibidem*. p. 233.

diminuírem; uma crise de fome, em 1847; a produção da batata, que compunha grande parte da alimentação dos camponeses, afetada por doença em 1848; e, desde 1846, o oídio a alastrar por quase todas as plantações de vinha. Uma sucessão de eventos conducente à implosão estrutural do sistema económico, que, durante séculos, sustentou a aristocracia madeirense e os comerciantes estrangeiros.

[...] Muitos dos irmãos mais novos dos morgados, à partida afastados do vínculo<sup>59</sup>, iam ocupando preferencialmente postos de relevo no aparelho do Estado, outros estavam ligados aos meios de negócios no Funchal. Parece, pois, natural que a crise de exportação de vinho tenha abalado seriamente a base económica da liderança social exercida por esta minoria.<sup>60</sup>

Em 1863, uma lei extinguiu definitivamente o morgadio em Portugal, Ilhas adjacentes e colónias. Estava aberto o caminho para a liberalização total da propriedade na Madeira.<sup>61</sup>

#### 2.2.8. Da aristocracia fundiária ao proprietário capitalista

Em plena “crise estrutural”, que abala toda a dinâmica insular, os morgados veem-se limitados à espera pela extinção do regime que sustentava os seus vínculos. Com a Madeira cada vez mais isolada do comércio internacional, e com o seu único produto exportador quase extinto, os grandes proprietários, agora ex-morgados, encontram como única saída a venda das suas terras ou o seu parcelamento entre os herdeiros, a partir de 1863.

Apesar do processo de modernização através do surgimento de um mercado livre de terras, muitos dos “antigos sistemas de arrendamento” mantiveram-se. Como se viu, a tentativa dos morgados para ultrapassar as dificuldades financeiras, face à desvalorização comercial do Vinho Madeira, passou pela criação da figura do ‘arrendatário’. Depois,

---

<sup>59</sup> Ver nota de rodapé 42, em que se aborda a diferença entre morgado e vínculo.

<sup>60</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 208. Embora para muitos tal tenha significado “a um toque de finados para a condição até aí privilegiada”, alguns conseguiram se reenquadrar nas áreas de comércio ou de burocracia administrativa. Além disso, afirma o autor, mesmo com a sua influência económica diluída, mantêm a sua esfera de influência junto do poder político. Por esta razão, compreende-se a razão do desenvolvimento do sistema hidráulico (as levadas) – amplamente discutido no meio político e social – em meados do século XIX. Esse assunto político ocultou outras questões de igual ou maior relevância, como se pode constatar no conteúdo associado à nota 74.

<sup>61</sup> *Ibidem*. p. 188.

verificou-se o resultado catastrófico dessa estratégia e do seu impacto no já frágil tecido socioeconómico. Por esse motivo, e à vista da liberalização do mercado da terra, não faria sentido perpetuar tal figura.

No meio de uma crise reafirma-se a antiga forma de posse de terra – o contrato de colónia –, embora alterado o seu conteúdo: à autonomia tradicional do camponês no processo produtivo de cultivo — e nas benfeitorias necessárias à produção — juntava-se agora uma nova liberdade, a de escolher o que cultivar. A forma permanece inalterada, e embora houvesse a possibilidade do colono de comprar a parcela em que trabalhava, o dinheiro para fazer essa compra era amealhado de “geração em geração”. Ainda que ocorressem transações de parcelas para os colonos, esses casos eram isolados. A maioria da propriedade ex-morgadia foi apenas fracionada e dividida por vários herdeiros.

[...] em muitos sítios, continuava-se a retribuir a jorna [pagamento relativo a um dia de trabalho] em géneros. O hábito de trocar alimentos estava muito generalizado [...]. Os pescadores, por exemplo, traziam peixe para o interior, pelo qual recebiam batatas [...]. Embora muitos dispusessem de dinheiro, o camponês evitava a todo o custo gastá-lo. Amealhava-o de geração em geração, na esperança de um dia se poder apresentar pessoalmente ao seu senhorio e comprar-lhe a parcela que há muito vinha trabalhando. Desta forma, o dinheiro não circulava, era quando muito aplicado na compra de jóias ou objetos de ouro, destinando-se ao entesouramento [...].<sup>62</sup>

[...] Durante o século XX que despontava, o regime de colónia deveria continuar a ser a principal forma do campesinato madeirense ter acesso à terra [...].<sup>63</sup>

Portanto, a ‘queda da vinha’ reformulou as relações sociais, ao instaurar “novos mecanismos de acesso à propriedade e à terra”, comprando ou arrendando diretamente ao senhorio. Ao mesmo tempo, ocorre a reestruturação da organização da produção agrícola, porque o vinho não garantia o sustento económico.

Sobre estas duas reestruturações, Freitas Branco diz que o campesinato madeirense não reagiu com o intuito de alterar as “estruturas herdadas”. Não chegaram a

---

<sup>62</sup> *Ibidem.* p. 203.

<sup>63</sup> *Ibidem.* p. 202. Mantida a forma de apropriação da terra, compreende-se a dispersão do casario e a carência de ordenamento territorial ao longo do século XX. Apenas o centro do Funchal foi alvo de planeamento urbano, por conta da atividade turística que começou a ganhar espaço na economia da cidade.

aflorar “quaisquer sintomas de radicalização ou mesmo de essência revolucionária” contra as “estruturas herdadas”, por parte dos camponeses.

Importa, no entanto, esclarecer e aprofundar esta constatação, para se entender a razão da continuidade do Regime de Colonia, ao longo do século XX. Acontece que os camponeses não reivindicaram aquilo que, em meio de um processo que proponha novas formas de acesso à terra, poderia ser entendido como seu por ‘direito’: a parcela de terra que cultivavam e que ao longo de gerações foi sendo construída. A título de exemplo: um poio (fig. 56) é uma estrutura edificada – uma benfeitoria – localizada muitas vezes em zonas onde, por baixo, apenas existe rocha ou um solo exposto, incultivável devido ao declive e à erosão provocada pela chuva. Deduz-se, pois, que poderia ter sido esta uma justificação plausível para que os camponeses reagissem contra as “estruturas herdadas”, procurando garantir o que lhes seria devido. Seria este o ‘direito’<sup>64</sup> que poderia ter dado origem a uma forma de reivindicação. E no entanto, na ausência de reação<sup>65</sup>, os senhorios mantiveram-se como detentores das suas grandes propriedades, concedidas segundo os preceitos do Antigo Regime.

Antes, o poder sobre a terra fundava-se, propriamente, no título de nobreza: donde se dava a sua manutenção por meio da instituição dos vínculos, sendo a propriedade apenas um dos elementos constitutivos desse privilégio. Já no regime emergente, o poder passa a assentar na capacidade de ativar a geração de lucro: e se a terra é o meio através do qual esse lucro se materializa, ela é, sobretudo por ser escassa, sinónimo de poder. Ou seja, tal como antes, os senhorios continuam a exercer o mesmo poder socioeconómico, mas transfigurado sob uma nova condição: a de proprietários da terra. E por isso, como

---

<sup>64</sup> Entre aspas, por existir apenas como hipótese nesta reflexão. A possível razão da reivindicação deste ‘direito’ não ter surgido é à frente abordado, no subcapítulo 2.2.11.

<sup>65</sup> Além do controlo político da elite vinhateira não ter sido afetado (ver nota de rodapé 60), episódios da vida quotidiana rural expostos numa série-documental, gravada em 1976, mostram as ainda vigentes e antigas dinâmicas de poder, formadas na segunda metade do século XIX, exercidas pela classe dominante. Nessa inclui-se a figura dos padres. Estes ajudavam os Senhorios no controlo populacional: exigiam pagamentos avultados para concretizar batizados, casamentos, funerais, etc., manipulando e impedindo a emancipação de vida da população rural. Segundo a população, em 1976, eram só 4 os padres que seguiam ‘o evangelho segundo Cristo e não o evangelho segundo o Dinheiro’. Embora a situação se refira a um momento registado em 1976, o modo de vida exposto nesta série-documental é uma prova do quotidiano rural surgido no território madeirense, após a mercantilização da terra, porque é um outro dado ilustrativo da relação sociedade-natureza fundamentada e mediada pelo dinheiro. *Madeira Uma Ilha Neste País*, Episódio 3 – Parte II, realizado por Joaquim Furtado, transmitido em 24 de setembro de 1976, RTP Arquivos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/madeira-uma-ilha-neste-pais-ep-3-parte-ii>. [05:03]

diz o autor, as estruturas sociais e económicas terem sido ‘herdadas’, mantendo-se tudo praticamente igual, a não ser o novo regime – capitalista – que a agora as passar a reger. É esta a lógica que prospera durante o século XX, e que chega à atualidade.

#### 2.2.9. O papel do cereal no incremento populacional

Um aprofundamento nos temas sobre a continuidade do Regime de Colonia e as “estruturas herdadas” torna-se fundamental para se compreender a configuração da paisagem, que a partir dessas circunstâncias, se constitui até à segunda metade do século XX. Após o alastramento da doença nas vinhas, estas são arrancadas e logo cultivado o cereal, nos terrenos onde a vinha predominou por séculos. São agora as searas a “marcar a cor da paisagem”, a qual, por sua vez, testemunha o “setor produtivo não comercializado e orientado para a subsistência”.

[Entre 1853 e 1857] a área ocupada pela cultura de trigo aumenta [...] em 54%; de milho, em 504%; de centeio, em 35%; e de cevada, em 76%. Tais índices só podem refletir a ocupação de terrenos até então destinados à vinha [...].<sup>66</sup>

Está aqui também a razão do inédito crescimento demográfico que se verifica em finais do século XIX. Esse aspecto é resultado do cultivo de um “leque de produtos”, mencionados logo adiante, que aumentam as condições de sobrevivência. Além disso, para o amanho do cereal, quantos mais membros da família colaborarem, melhor. Ao contrário do amanho da vinha, que é de baixa manutenção, o processo produtivo do cereal é muito ativo: desde a preparação da sua sementeira, à manutenção, passando pela colheita, até à debulha. A isso, acrescentam-se as estruturas e ferramentas necessárias para a transformação do grão para cereal. Se antes, dada a discreta produção cerealífera, era o moinho de mão o instrumento de trituração do cereal presentes em todas as casas, a partir do incremento da produção, este é substituído pelo moinho de água (horizontal). O crescimento desse tipo de estrutura, ao longo do século XIX, é prova de uma necessidade que cada vez se tornava mais importante: a “ida ao moinho era tão comum como a deslocação para ir buscar água para uso doméstico”.

---

<sup>66</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 51.



Figura 62: Moinho de água como testemunha arquitetónica de um processo de acontecimentos ocorridos no século XIX: “supressão dos direitos banais, o crescimento demográfico, a ampliação da rede de irrigação, a passagem à cultura do milho” que elevaram “a procura de farinhas e, daí, a necessidade de uma maior capacidade de moagem”. (Branco, J., 2019)

Se por um lado, crescia a população, por outro, também crescia a vontade de comprar a sua parcela, e garantir nela a construção de uma casa. No entanto, devido ao preço dos terrenos serem muito elevados, dado o pouco espaço disponível na ilha, a solução passa por emigrar. No último decénio do século XIX emigraram 6000 pessoas por ano, ou seja, 60 000 em 10 anos. Para se ter uma noção da escala desse número, veja-se que, entre 1753 e 1779, a população da Madeira aumentou 20 000 pessoas em quase três décadas. Ou seja, em apenas uma década, o número de emigrantes superou largamente o crescimento populacional de todo um período superior de 30 anos.

#### 2.2.10. A paisagem despida de arvoredos

No Funchal, discute-se a política agrária a ser seguida: seguir para um novo produto exportável ou, então, mudar para uma produção que satisfaça as necessidades básicas da população. Entretanto, fora do meio urbano, os camponeses vão-se adaptando à nova realidade, e começam a cultivar para a subsistência. A disponibilidade de mais espaço permite o cultivo do cereal, nomeadamente, do milho. Esta é a cultura que passa a prevalecer dentro das outras mais tradicionais (trigo, cevada, centeio e aveia). Os baldios das zonas altas continuaram a ser apropriados, e nos locais onde antes predominava a vinha, passou a plantar-se milho, entre outras culturas. Tal mudança só foi possível porque esses locais estavam conectados às levadas – canais de água imprescindíveis às novas culturas, que exigem irrigação regular. Saliente-se que esse sistema de regadio já existia, pois, esses mesmos terrenos tinham sido, nos séculos XV e XVI, usados para a produção da cana sacarina, cuja cultura dependia da água abundante. Ou seja, a permanência da ligação à água, herdada da época do ciclo do açúcar, possibilita as culturas que se sucedem à vinha. É precisamente essa relação histórica e territorial que está na base da formação do modo de vida, e das paisagens que se consolidam no território madeirense desde meados do século XIX, e ao longo do século XX.

Nos lugares e terrenos convencionalmente aproveitados para as vinhas, assiste-se a uma lenta reconversão, nesta segunda metade do século XIX, cultivando-se cana sacarina, legumes, batata (*semilha*), batata-doce, inhame, feijão, ervilha e, sempre que possível, um cantinho reservado a cereal. Para além deste leque de produtos, o camponês semeava, em lugar húmido, um pouco de linho [...].<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> *Ibidem.* p. 52.

Com isto, note-se como a ocupação e a utilização do território pouco evolui desde o século XV até ao final do XIX. O espaço de cultivo manteve-se, essencialmente, o mesmo, diversificando somente as culturas nele produzidas. A cultura vinhateira, ao contrário da cana de açúcar e do milho, necessita de pouca água <sup>68</sup>. Daí que o sistema hidráulico da ilha, composto pelas levadas, não tenha evoluído significativamente desde o ciclo económico do açúcar. Ademais, investir no desenvolvimento das levadas significava colocar em risco a política levada a cabo pela elite económica da ilha. Por isso, somente as zonas mais baixas da ilha, localizadas no ‘primeiro andar insular’, é que eram cultivadas. E, portanto, deduz-se que só nessas zonas, porque economicamente rentáveis, se encontravam as propriedades dos ex-morgados.

[...] tudo leva a crer que as cores predominantes na paisagem da Madeira desta época pouco teriam a ver com a diversidade subtropical de períodos futuros; via-se o amarelo das searas maduras, nos anos de boas colheitas, pincelado pelo verde das folhas de vinha. A situação era diferente unicamente nas regiões de montanha, onde pontualmente se mantinham algumas matas, no lado norte bastante húmido e em alguns terrenos irrigados nos arredores imediatos da cidade. As terras a oeste do Funchal, relativamente planas, tinham um aspeto árido. <sup>69</sup>

Como se entende, a paisagem da ilha até ao século XIX – inimaginável nos dias atuais – é reflexo do regime de sequeiro. O típico clima seco da parte sul da ilha foi ainda fomentado pela constante exploração do território, desde o povoamento. Por parte de carvoeiros, madeireiros, criadores de gado e curtidores, que impediram a conservação florestal. O impacto ambiental deste tipo de exploração territorial era evidente, inclusive na ilha do Porto Santo: nesta ilha, “um inglês que lá esteve nos anos 20 do século XIX afirma não ter visto, na altura, mais de vinte árvores”. Outro exemplo, já na ilha da Madeira, é o trabalho de carvoeiro, que consistia na produção de carvão, destinada para consumo no Funchal. Esta atividade exigia a exploração de madeiras em bom estado, resistentes, potenciando o abate das árvores indígenas da ilha, sem quaisquer critérios de sustentabilidade. O autor indica que no final do século XVIII as áreas da Ponta do Sol e da Ponta do Pargo eram exploradas para esse fim. Se o Funchal era o principal

---

<sup>68</sup> Em demasia, a água afeta negativamente a acidez da uva. Por isso, a produção de mosto de vinho nas zonas oeste e norte da ilha era destinada ao comércio interno, devido à pouca qualidade do produto.

<sup>69</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 169.

consumidor, e dada a grande distância dessas zonas ao Funchal <sup>70</sup>, fica evidente que na ilha, a falta do carvão era já sentida. No entanto, tratava-se de um trabalho a juntar ao rol de expedientes a que o camponês recorria para incrementar a sua magra receita.



Figura 63: Representação das zonas montanhosas do Funchal sem presença de arvoredo. (*El al. Académica da Madeira*. 8 de junho de 2023. <https://et-al.pt/2023/06/08/madeira-ilustrada-e-uma-obra-de-extrema-importancia-para-historiadores-e-linguistas/>)

Subentende-se, portanto, que os recursos florestais da ilha eram reduzidos <sup>71</sup>, mantendo-se intocados aqueles que pelo declive seriam inacessíveis, até mesmo ao gado. Ao longo dos tempos, as autoridades e a Coroa falam na necessidade de inverter esta situação, por serem as zonas florestais, nomeadamente, as compostas pela flora indígena, as responsáveis pelo equilíbrio do ciclo da água da ilha e pela manutenção da superfície territorial.

As árvores e os arbustos têm a propriedade de absorverem com as suas folhas uma porção considerável das águas das chuvas e dividir o resto em gotas, que se filtram lentamente por entre o húmus ou terra vegetal, entre as ervas, os musgos e as inumeráveis raízes que formam um denso tapete sobre a superfície do terreno. Esta cama esponjosa, depois de saturada de água, deixa parte da restante penetrar insensivelmente a terra, enquanto outra, dividida em porções infinitas, todas de velocidade muito desiguais, e todas muito demoradas pelos obstáculos, sempre repartidos, que os arbustos e as plantas miúdas lhes apresentam, não pode reunir-se em massa. <sup>72</sup>

<sup>70</sup> Como se pode verificar na figura 55 (subcapítulo 2.2.1), o caminho mais rápido entre duas zonas da ilha (Ribeira Brava – São Vicente) era de 4 a 5 horas.

<sup>71</sup> Já o relato de 1817 do engenheiro militar Paulo Dias de Almeida, abordado no subcapítulo 2.2.1, oferece essa perspectiva: as zonas altas do arredor do Funchal estavam despidas de arvoredo.

<sup>72</sup> CARTITA, *et al.* 2018. *Um olhar sobre as Obras e Providências de Reinaldo Oudinot*. p. 30.

De forma sucinta e com recurso a Carita *et al.* (2018), mencione-se uma tentativa de rearborização da ilha: o *Plano para o Reparo da Ilha da Madeira*, elaborado por Reinaldo Oudinot, em 1804. Este plano deu-se após o aluvião de 9 de outubro de 1803, provocado por um temporal de chuva muito persistente – fenómeno já aqui abordado a partir de Abreu *et al.* (2009). Tal resultou no pior aluvião que há registo na Madeira, afetando com mais intensidade o Funchal, Machico e Santa Cruz. Muitas pessoas morreram (cerca de 1000) e muitos edifícios foram destruídos pela força da água que, ganhando velocidade desde as zonas montanhosas interiores, galga os muros das ribeiras e atravessa ferozmente a cidade.



Figura 64: Força da água na Serra de Água, no interior da Ribeira Brava, a 20 de fevereiro de 2010. Enquanto nas zonas interiores as massas de água reúnem-se e ganham velocidade, em direção às zonas costeiras ganham ainda mais potência. (*Associação Portuguesa em Guernsey*, <http://gsypassociation.blogspot.com/2010/03/temporal-na-serra-dagua.html>)

O brigadeiro Oudinot reforça que a razão do desastre, além das “chuvas desigualmente repartidas”, reside, essencialmente, no facto das regiões montanhosas estarem completamente despidas de arvoredo. Para evitar a repetição do evento, faz algumas sugestões, na verdade, exigências. Essencialmente: que se proceda à rearborização das zonas montanhosas; acabar com os incêndios que se destinam à fertilização do solo e que sustentam uma “agricultura vagabunda” – a praticada pelos camponeses; redefinir o traçado das ribeiras, modificando as suas sinuosidades naturais, de maneira a tornar o seu curso mais linear e em direção ao mar; árvores que devem acompanhar os muros das ribeiras para evitar o seu colapso, propiciado pelo acúmulo de água. Além disso, aborda pormenorizadamente a forma construtiva dos muros das ribeiras, como também as dimensões das mesmas. (Carita *et al.*, 2018).

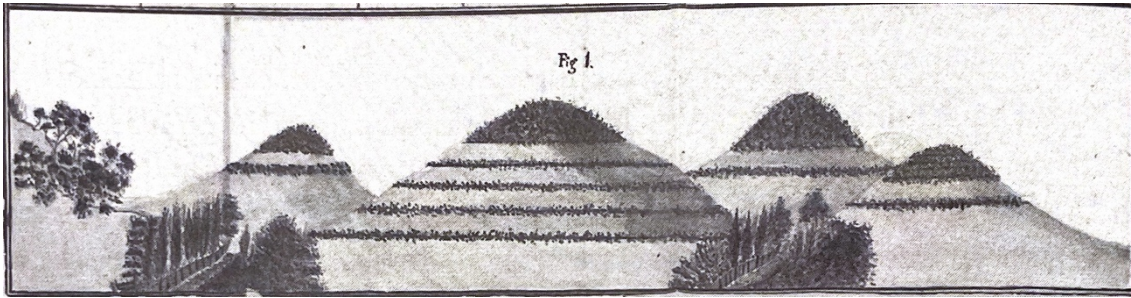


Figura 65: Ilustração esquemática das prioridades do Plano elaborado por Oudinot. (Fotografia de Carita *et al.*, 2018)

No entanto, recorde-se o que se passa contemporaneamente a este projeto: ocorrem as invasões napoleónicas; entretanto, dá-se a partida da família real portuguesa para o Brasil em 1808; e depois, observa-se a ocupação inglesa da Madeira. Uma pequena parte das obras são realizadas e demonstram já eficácia num outro forte aluvião ocorrido em 1815. Mas a realização do plano fica muito incompleto devido a alterações financeiras, como, por exemplo, o “desvio dos fundos da fazenda do Funchal [...], a partir de 1810, para o pagamento das dívidas da corte portuguesa do Rio de Janeiro, em Londres”. (Carita *et al.*, 2018).

Assim, e dentro do difícil contexto socioeconómico que ocorre na ilha a partir do século XIX, o processo de rearborização acaba por ser retardado. No entanto, a principal condicionante que impede a sua continuação é o facto da arborização implicar a ocupação das zonas baldias. Tal origina um conflito social: recorde-se que estas eram as únicas áreas do território onde camponeses podiam “agir segundo os seus interesses mais diretos”. Qualquer forma de acabar com esse meio de apropriação, que garantia real sustento aos camponeses, causava logo grandes manifestações. Deste modo, a paisagem da Madeira, ao longo do século XIX, reflete o modo de vida rural. Sendo este último, como já se viu, determinado através do sistema económico imposto pela aristocracia vinhateira e pelos comerciantes estrangeiros, estabelecidos no Funchal.

A rearborização com flora indígena era – e é – reflexo da necessidade de assegurar o equilíbrio ecológico da ilha, suporte da sua possibilidade vivencial. Ao longo dos tempos são muitas as tentativas de priorizar esta questão, e no entanto, enquanto o modo de vida rural dependesse diretamente dos baldios, a situação não mudaria.

### 2.2.11. A água e a constituição de uma nova paisagem

Devido à condicionante climática e ao fator geológico, o lado norte da ilha é mais húmido, com água sempre a escorrer para o mar. Já o lado sul, mais seco e sujeito a estiagens prolongadas, com uma vertente que se apresenta menos inclinada e menos dissecada, é mais propício à prática da agricultura.

A água na ilha, ainda no século XIX, “brotava abundantemente das inúmeras nascentes”, presentes em zonas montanhosas com alguma vegetação. No entanto, devido à orografia do território, essa água não podia ser aproveitada. Fica claro como os camponeses dependiam da chuva para que as suas sementeiras germinassem. E se o inverno fosse seco, a população sabia que futuro esperar.

O ano de 1799, por exemplo, foi de seca extrema [...]. O Inspetor de Agricultura aproveitou a situação para lembrar que as águas das nascentes do Paul da Serra corriam continuamente para o lado norte, perdendo-se no mar. Chegou mesmo a visitar o local e a estudar o traçado de *levadas* que encaminhassem parte do imenso manancial para os campos secos do sul. [...] A sua proposta só viria a ser concretizada 100 anos mais tarde, embora as obras [...] tivessem tido início quase 50 anos depois [...].<sup>73</sup>

Os recursos hídricos, embora significativos, só podiam ser aproveitados por meio da construção de canais de água. Mas, como não se investiu no sistema hidráulico desde o período económico do açúcar, tal aproveitamento resultava comprometido.

No entanto, com o declínio da vinha, a conseqüente queda do Antigo Regime, e uma maior autonomia no contrato de colônia, o camponês começa a cultivar os terrenos, onde antes havia vinha, com cereais e hortícolas. Com a “consolidação da ideologia liberal oitocentista”, o território passa a ser visto de uma maneira específica: a terra vira um produto mercantilizável. Se o olhar sobre o território se altera, o mesmo acontece para quem o ocupa: o camponês deixa de ser um ‘vassalo’ – sujeito na dependência de outrem – e é transformado num “produtor individual” – um corpo cuja função é a de produzir lucro, e disso depender a sua existência.

---

<sup>73</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 169.

O mesmo processo ocorre com a disponibilidade da água, antes tida como um recurso fundamental para a sustentabilidade socioeconómica da ilha: através do reestabelecimento da estrutura ecológica, muitas vezes proposta pelas autoridades e pela Coroa, poderia garantir mais área de cultivo e subsistência aos camponeses. Tal corresponderia à maior arrecadação do dízimo para a Coroa, como também diminuiria a sua despesa em períodos de fome, pois era essa a responsável por acorrer as populações afetadas, a partir da disponibilização das suas reservas. No fundo, tal exercício procurava corresponder à prática consciente do conceito de ‘economia’: segundo a própria etimologia da palavra, ‘oîkos’ que significa casa, e ‘némein’ verbo correspondente à ação de gerir ou distribuir. Ou seja, organizar o território a partir da produção que o mesmo permite, evitando a escassez e a sua degradação ao longo do tempo. Verificar-se-á, no entanto, no quinto capítulo, que essa prática não se opera na atualidade.

Já a partir do ponto de vista liberal, a água passa a ser vista como um potencial fator de lucro, tanto direto como indireto. Com a crise estrutural de meados do século XIX, o debate político passa a encarar as levadas como uma possível resposta à dificuldade crescente no acesso à propriedade, agravada pelo aumento populacional. As levadas permitem o aparecimento de mais áreas irrigáveis, o que, por sua vez, faz expandir a área de cultivo e, por isso, o surgimento de novas propriedades. Além disso, nos anos 20 do século XIX, a água – até então considerada propriedade pública – é convertida em propriedade privada, e logo mercantilizável. Isso permite o surgimento de novos intermediários entre o senhorio e o colono, que podendo especular sobre esse recurso natural, dificultam ainda mais a situação do segundo.



Figura 66: Canal de irrigação privado, perto do Pico da Lombada (freguesia de São Martinho, Funchal). Podendo ler-se: *Entrada de agua perten-se a Francisco Maria Pestana e a Teresa de Jesus Pestana 6-5-1946*

Assuma-se, no entanto, que a construção das levadas advém da necessidade premente de combater a escassez que há séculos era fenómeno observável na ilha, e tinha origem nos períodos de seca, aos quais se seguiam crises de fome. Mas, o autor chama a atenção para um aspecto: afirma que a questão das levadas e das regas domina a discussão pública a ponto de ocultar outros assuntos, igualmente importantes para os camponeses, como a questão do acesso à terra <sup>74</sup>. O “Estado liberal” lança projetos para a “implementação de uma rede pública de irrigação” e desloca a atenção popular para o problema da água. Os novos projetos hidráulicos permitem que parte do território transite da agricultura de sequeiro para a horticultura (irrigação intensiva). E, com isso, que novas propriedades possam surgir. Se até agora, a recente forma de acesso à terra permite a compra ou arrendamento de uma parcela, então não pareceu necessário aos colonos dar atenção às propriedades já existentes. Ao longo do tempo, com a “ideologia liberal oitocentista”, normalizou-se o capital como única forma de acesso a produtos, então transformados em mercadoria: e a terra, consagrada como tal. Assim, as propriedades dos ex-morgados mantêm-se livres de discussão e de possíveis reivindicações por parte dos colonos, que, divididos pelas várias parcelas, as amanham e constroem em conjunto, há gerações.

---

<sup>74</sup> Conteúdo abordado no subcapítulo 2.2.8.

Este é um dos motivos <sup>75</sup> que levou a que o regime de colônia não tenha sucumbindo juntamente com o Antigo Regime, estendendo-se até à década de 70 do século XX. Tal como antes, era financeiramente desejável para os recentes proprietários – antigos ex-morgados – terem as suas propriedades trabalhadas, arrendadas e depois, se quisessem, vendidas, parcela a parcela, aos colonos por preços especulativos. Se antes, o problema do morgado consistia na armazenagem da grande quantidade de produtos produzidos na sua propriedade pelos colonos (Branco, 2019, p. 95), agora, para o proprietário capitalista, o problema parece ser outro.

Além de tudo isto, a discussão é ainda mais abafada pela situação social: em períodos de crise, de fome e de doenças, as obras públicas das levadas garantiram, durante três gerações, um salário a muitos camponeses. Dessa forma, as obras começaram, timidamente, em 1836, e depois recrudesceram com mais força a partir de 1848, mas apenas no século XX foi possível tirar daí o seu pleno benefício.

No sentido de se assegurar a função de irrigação das levadas, era necessário garantir a sua manutenção. Dessa forma, os camponeses começam a olhar para o gado de outra forma: a sua criação livre implicava a destruição da vegetação que assegurava a estabilidade do solo e evitava abatimentos de terra, nomeadamente, sobre as levadas. As cabras, por exemplo, caminhavam sobre as levadas e entupiam-nas. Ademais, as novas zonas cultivadas eram devastadas, e os poios, recentemente construídos, danificados. Assim, transita-se aos poucos de uma “produção extensiva para um sistema intensivo”, segundo um “regime de estabulação”, cuja função é a produção de leite e de carne para venda: a carne de bovino não fazia parte do consumo doméstico devido ao seu alto valor. É mais uma maneira de o camponês obter algum dinheiro – amealhando-o para a futura compra da sua parcela. É então, neste período, que surgem pelo território muitos palheiros – “pequenos estábulos cobertos com tetos de palha”. No entanto, o gado composto por cabras e ovelhas continuou disperso pelas zonas altas, pois a partir dele se produzia o calçado e o vestuário da população.

Com a disponibilização de mais área cultivável e com a retirada gradual do gado da serra, surge, finalmente, a possibilidade de reflorestar as zonas altas da ilha,

---

<sup>75</sup> No subcapítulo 5.1 elaboram-se as principais razões.

combatendo a erosão. Sabe-se que ao longo do século XX esse processo deu-se com recurso a eucaliptos e acácias, que se caracterizam pelo rápido crescimento e pelas raízes fortes <sup>76</sup>. No entanto, o desenvolvimento da cobertura florestal, e conseqüente mudança da forma de apropriação dos baldios, está mais ligado a necessidades sociais do que, diretamente, a prerrogativas ambientais, como se verificará no terceiro capítulo.

É, portanto, a nova dinâmica socioeconómica e a água que favorecem o surgimento de uma nova paisagem, composta, no primeiro e segundo ‘andares’ da ilha, por uma “vegetação multicolor e de características bastante tropicais”: trigo, milho, centeio, cevada, sorgo, bananeira, tabaibeira, entre outros – paisagem que Orlando Ribeiro viria a descrever em 1949 (fig. 57).

#### 2.2.12. A formação da imagem turística da ilha

Como visto, o surgimento de embarcações movidas a vapor alterou as rotas comerciais atlânticas, contribuindo para a queda dos mecanismos que mantinham o poder da aristocracia vinhateira. No entanto, a autonomia enérgica das embarcações, em relação ao vento, fez com que o contacto entre regiões pudesse ser feito com maior frequência. E embora a Madeira tivesse perdido a função de placa giratória no comércio marítimo, a relação com mercadores estrangeiros, sobretudo britânicos <sup>77</sup>, manteve-se. Tal deve-se ao facto da ilha se situar na “rota atlântica que ligava a Europa do Norte às chamadas Índias Ocidentais e Orientais”, sendo um “um ponto de passagem ou estadia de inúmeros viajantes europeus” (Matos, 2025, p.13).

À medida que o século XIX avança, e a crise do vinho ganha dimensão, a aristocracia começa a adaptar-se ao novo sistema económico que entretanto se estabelece: a produção e reprodução do capital investido – o capitalismo –, dado que a produção e reprodução de bens não mais garantiria a sustentação da aristocracia, como também do

---

<sup>76</sup> Segundo a obra *Árvores e Florestas de Portugal – Vol. 6: Açores e Madeira – A floresta das ilhas*. 2007, p 87. Como se verificou no primeiro capítulo do trabalho, na temática dos incêndios florestais, essas espécies, que compõem a ‘floresta introduzida’, são invasoras e perigosas para a manutenção da floresta indígena – Laurissilva. Não só se propagam pela floresta nativa, como são suscetíveis a incêndios, devido à sua baixa humidade. E os incêndios tanto põem em risco as populações e as estruturas antropológicas, como colocam também em causa a Laurissilva.

<sup>77</sup> Alguns desses comerciantes residiam na ilha, onde após a época da doença na vinha, em meados do século XIX, resistiram 15 das 70 casas de comércio britânico. (Vinhos Barbeito, *Breve História*. <https://www.vinhosbarbeito.com/pt/introduction-madeira-wine/breve-historia.html>).

Regime que a mantinha. Neste contexto, as propriedades entram aos poucos no *mercado*. Assim, algumas quintas são arrendadas ou mesmo vendidas, sobretudo a mercadores britânicos. No entanto, no final do século XVIII, já algumas delas – localizadas nos arredores do Funchal “ao abrigo do estio húmido e quente da baixa da cidade” (Matos, 2025, p. 17) – tinham sido transformadas e preparadas para um novo tipo de exploração económica que então se desenvolvia: o *turismo terapêutico* – uma nova forma de sustento para a classe dominante<sup>78</sup>. Na época em que ainda não existiam infraestruturas para alojar viajantes e, principalmente, enfermos, que vinham à ilha com o propósito de melhorar o seu estado de saúde, estes hospedavam-se nas casas dos comerciantes, muitos deles britânicos.

Desde o final do século XVIII que a Madeira e o seu clima tornaram-se reconhecidos no exterior através de médicos alemães e britânicos, por beneficiar a cura de doenças pulmonares. É nesse contexto que a aristocracia local – descapitalizada e inserida num Regime que começava a apresentar as primeiras ruturas – inicia a venda de algumas das suas propriedades a mercadores estrangeiros. Estes reconverteram as habitações em instâncias de repouso, que, pela prática do *turismo terapêutico*, se designam por *quintas de aluguer* – “vulgarmente conhecidas como quintas madeirenses” (Matos, 2025).

Por necessidade, muitos doentes permaneciam longas temporadas na ilha, sobretudo durante o inverno, fugindo ao rigor climático do norte europeu. Graças à sua localização – tanto geográfica quanto geoeconómica – e ao papel moderador do oceano sobre as temperaturas insulares, a Madeira afirmava-se como uma importante instância de cura. Como observa Matos (2025), a promoção da Região no exterior fazia-se através de um registo que ia desde o “relato de viagem à obra de natureza científica”, produzidos por “enfermos, viajantes, escritores, aventureiros e até exilados [...]”, em consonância com o pensamento romântico então dominante.

---

<sup>78</sup> Saliente-se que o *turismo terapêutico* foi fomentado pelo Bloqueio Continental vigente entre 1806 e 1815, decretado por Napoleão Bonaparte. Nessas circunstâncias, a população britânica via-se impedida de aceder ao território europeu, como por exemplo à Itália e à França, onde, a sul, se encontravam algumas instâncias de cura. (Correia *et al.*, 2023). Enquanto isso, recorde-se que o comércio do vinho prosperava no Funchal, sobretudo, com a ocupação inglesa do Arquipélago (1801-1802 e 1807-1814).

Desta maneira, a prática do *turismo terapêutico* é contemporânea à literatura e ao pensamento românticos do século XIX, cujas motivações, na Madeira, guiavam-se pela relação humana com a paisagem natural da ilha e pelo simultâneo entretenimento e tratamento que a mesma possibilitava:

[...], o «clima» das quintas «era propício à excessiva subjectivação da vida», a um certo alheamento das realidades humanas, a uma solidão onde era fácil «resvalar numa infelicidade sem causa definida (...) mil vezes mais fatigante e aniquiladora que a luta consciente e clara de viver». [...]

[...]

«E sentaram-nos sob as ramagens das laranjeiras e dos limoeiros, em cuja sombra as nascentes brotavam. Ali, a Natureza apresentava-se como um cenário de felicidade e amor, impunha-se com a toda a sua pompa, com todas as delícias e belezas campestres». [...] os jardins da moradia do Sr. Murray [...] «onde se juntam, dispostos com o gosto mais delicado, todos os arbustos e árvores floridas da ilha e isto mantendo um ambiente silvestre que nem sabemos se é trabalho de arte ou da Natureza.»<sup>79</sup>

Deste modo, o jardim revela-se, nas palavras de Matos (2025), tanto um “dispositivo de tratamento quanto [de] manifestação da alma romântica”. A casa – muitas vezes de construção não erudita, remontando ao século XVII<sup>80</sup> e “formando com o jardim uma unidade indissociável” – oferecia, nos seus espaços ao ar livre, condições para o tratamento de diversas doenças, do catarro à neurastenia. Assim, o Funchal acabou descrito como uma cidade de quintas: “[...] as *quintas de aluguer* estruturavam toda a periferia da cidade e a paisagem do grande anfiteatro” (Matos, 2025, p.16).

E por entre a verde folhagem da vinha, laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, bananeiras, mirtos, ciprestes, cedros, etc., surgem numerosas *villas* que pertencem a aristocratas locais ou a mercadores britânicos, e que sendo muito brancas contribuem grandemente para a beleza do cenário.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> MATOS, Rui Campos. 2025. *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo do Photographia Museu – «Vicentes»*. pp. 16-17.

<sup>80</sup> Muitas destas casas, ao serem adquiridas e readaptadas por britânicos, revelam o cruzamento da “arquitetura inglesa de expressão romântica” com a arquitetura local, em particular com a *casa da macaronésia*: “uma casa frugal, de geometria muito simples, quase sempre um paralelepípedo, coberto com um telhado de quatro águas com o característico sanqueado, paredes em alvenaria de pedra e sobrado em madeira”. Por sua vez, Maria Lamas descreve a fisionomia da *quinta de aluguer madeirense* nestes termos: “Nem grandes extensões de terra, nem importantes explorações agrícolas, nem estilos variados na fachada da casa e no arranjo dos jardins: geralmente, são propriedades inteiramente muradas, com uma residência rodeada de relvados, canteiros e árvores e uma ruazinha florida até ao portão de entrada”. (Matos, 2025)

<sup>81</sup> Hopkins (1819) *apud* MATOS, Rui Campos. 2025. *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo do Photographia Museu – «Vicentes»*. p. 16.

Assim, como afirma Matos (2025), o *turismo terapêutico* corresponde à gênese do turismo na ilha da Madeira, desenvolvendo-se ao longo de todo o século XIX e no primeiro quartel do século XX. No período entre as duas guerras, porém, começam a surgir hotéis destinados a um turismo que não só o *terapêutico*, revelando-se que, a partir de então, “a Madeira já não era procurada para a cura de ares”. Já após a Segunda Guerra Mundial, criaram-se condições para o desenvolvimento do turismo de massas, fenómeno que, de forma breve, será analisado no quinto capítulo deste trabalho.

Convém ainda sublinhar que os primeiros hotéis surgem no último quartel do século XIX. Contudo, a verdadeira transição das *quintas de aluguer* para os hotéis desenvolve-se a partir da década de 1920, quando “a cura de ares foi sendo substituída pelo turismo de lazer e do ócio”, concentrado sobretudo no Funchal, entre o Reid, o Savoy e o casino (Matos, 2025). A família Reid teve um papel determinante nesse processo, adquirindo os principais estabelecimentos hoteleiros da cidade, onde, até à segunda metade do século XIX, predominavam apenas hospedarias modestas, frequentadas temporariamente por enfermos e viajantes enquanto procuravam uma *quinta de aluguer* a seu gosto.



Figura 67: Planta do Funchal (por James Johnson, em 1885) assinalando 89 quintas de aluguer nos seus arredores, onde, tendo em conta o contexto insular, geralmente se situavam. No centro citadino localizavam-se as hospedarias em que, num primeiro momento, os viajantes se hospedavam. (Matos, 2025)

Assim, a imagem turística da Madeira consolida-se, durante o século XIX, sobre uma paisagem construída pela água e pelas transformações socioeconómicas que esse

recurso natural viria a possibilitar. No entanto, as descrições da paisagem, na sua maioria, não abordam profundamente o seu significado. Através de Freitas Branco (2019), percebe-se como ao turista – hospedado no Funchal – é dado a conhecer superficialmente a ilha. E embora isso, é essa a visão que molda a imagem da ilha da Madeira para o exterior no século XIX, ao longo do século XX e, inevitavelmente, até ao século XXI.

Poucos eram os estrangeiros que tinham consciência do modo de vida madeirense, ou, por outras palavras, que “viver na Madeira é uma coisa: viver numa quinta madeirense é outra” como observou Maria Lamas em 1956 (Matos, 2025). Como afirma Freitas Branco (2019), a “ideia de exuberância florística” da ilha, na verdade, apenas ocorre nas quintas, nos arredores do Funchal, beneficiadas pela ligação direta à rede de água. Nos seus jardins plantavam-se flores, arbustos e árvores, experimentando-se a potencialidade do clima madeirense para a adaptação de espécies importadas, depois introduzidas na Europa. Já no território rural a paisagem era a de sustento. Os colonos evitavam plantar, se quer, árvores de fruto, pois significava a perda de espaço para plantio, a possível destruição pelas raízes dos muros do poio, e a extração de humidade do solo, pois, recorde-se, os poios eram estruturas artificiais e dependentes da irrigação.



Figura 68: Árvore como símbolo de luxo. Quinta do Til, com o tronco da árvore que deu nome à quinta. 1905. (Arquivo e Biblioteca da Madeira. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/descriptions/333654>)

Além disso, a componente pastoril da vida rural foi também notada pelos turistas, ainda na primeira metade do século XIX. Na Madeira, a literatura bucólica dá corpo ao pensamento idealizado da ‘vida pastoril’, afirmando-a como parte estruturante do modo de vida rural. Como já abordado, sabem-se as verdadeiras motivações da criação do gado em regime de manadio e da sua relação com as condições de vida impostas aos camponeses. Ademais, a idealização romântica, baseando-se no seu imaginário, ignora que os guardadores de gado só se dirigiam às zonas montanhosas na primavera para vigiar o gado e prevenir que comessem as searas – tão raras quanto esperadas – em desenvolvimento. Depois, essa deslocação temporária, feita por um dos rapazes da família, tinha outro objetivo específico: garantir a saúde e força do animal, com a erva fresca da primavera, para a futura debulha – nas zonas onde tal prática se justificasse, ou seja, em áreas não dominadas pela imposição do cultivo da vinha. Portanto, uma atividade complementar da vida rural, mas nunca um ‘modo de vida’ como, romanticamente, idealizado pelos turistas.

Por último, saliente-se uma outra ideia que acabou se formando da ilha: a da suposta “não existência de rodas”. Na verdade, desde o povoamento é provável que circulassem carros de bois, no entanto, mais uma vez é evidente o “desconhecimento considerável da realidade madeirense”. Esses carros eram utilizados, sobretudo, para o transporte de lenha colhida durante o verão e o outono – períodos ideais para evitar nevoeiros e chuvas que dificultavam o acesso às zonas montanhosas, mas, precisamente, aqueles em que o fenómeno do *turismo terapêutico* era pouco relevante, dado serem as estações do ano mais quentes e húmidas. Quando as condições não permitiam a circulação dos carros de bois, devido ao declive acentuado e à presença de rocha viva, o transporte fazia-se a pé, implicando um maior número de deslocações. Apesar disso, essa realidade raramente é descrita pelos autores que escrevem sobre a ilha. Preferem ignorar a presença dos carros de bois – ainda que os mencionem ou ilustrem como curiosidades etnográficas – com o objetivo de produzir da ilha a imagem de ‘paisagem natural’.

É compreensível que a cidade [do Funchal] não conhecesse tal meio de transporte. Nas suas ruas circulavam corsas [veículo de arrasto puxado por uma junta de bois] para assegurar o transporte

de mercadorias, e, por esta razão, algumas das principais vias eram calcetadas com pequenas pedras de basalto bem polido [...] <sup>82</sup>

Desta forma, é indiscutível a imagem que durante o século XIX se consolida sobre a Madeira no exterior. A paisagem que surge a partir do final desse século, à qual muitos viajantes se referem apontando as tonalidades do seu verde, na verdade, reflete a “transição da agricultura [de sequeiro] para a horticultura”.

---

<sup>82</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. pp. 137-138.

### 3. O papel da atividade hortícola na paisagem rural do século XX

O enquadramento histórico até aqui feito através da paisagem permitiu ver como a Madeira vem se sustentando, economicamente, na atividade agrícola. Dessa maneira, neste capítulo pretende-se analisar a paisagem madeirense do século XX através dessa atividade. É esta que constitui o modo de vida e, por conseguinte, a paisagem ao longo de todo o século XX.

Como anteriormente se verificou, a Madeira é uma região que, dada a sua dimensão e o seu isolamento geográfico, necessita de estabelecer relações comerciais com o exterior. A relação com os estrangeiros foi sempre uma constante, e viu-se que gradualmente vai surgindo outra atividade económica, sustentada no turismo. No entanto, tal apenas ocorre nos arredores do centro do Funchal, e à conta dessa atividade surgem algumas evoluções urbanísticas e o surgimento dos primeiros hotéis. Assim, embora essa realidade esteja na origem da imagem que atualmente designa a Madeira, o impacto do turismo na paisagem madeirense é praticamente nulo na época aqui analisada. Apenas nos últimos trinta anos do século XX – ainda que somente no Funchal – a atividade turística começa a desenvolver-se com mais intensidade. Por esta razão, a análise dos efeitos desta atividade sobre o território madeirense será somente desenvolvida no quinto capítulo.

O objetivo neste capítulo é perceber o impacto que a atividade hortícola tem na paisagem da Madeira. Acaba por se apresentar como o desígnio da ilha: o espaço criado pelo ser humano resulta de um e simultaneamente num modo de viver. Esta constatação será importante para a interpretação levada a cabo no capítulo seguinte, a partir da teoria da alienação.

Para analisar a paisagem constituída pela agricultura e, sobretudo, pela horticultura recorre-se ao estudo *A ilha da Madeira até meados do século XX*, de Orlando Ribeiro (1985, pp. 53-102). Saliente-se que, embora abordados pelo autor, os temas da pesca e da indústria (pp. 103-110) não serão analisados. Isto deve-se por se perceber que o impacto na paisagem é quase nulo. Embora a vila de Câmara de Lobos constitua-se como principal centro piscatório apenas 1% da população madeirense exerce essa

atividade. Como esperado, tal acontece por condicionantes naturais: “a queda brusca do relevo submarino [dos taludes] na Madeira não é favorável ao desenvolvimento do plâncton que atrai os cardumes de peixes aos fundos elevados”. Além disso, a indústria madeirense é muito pouco desenvolvida, ficando-se pelo “artesanato estreitamente ligado à vida rural”.

Não há minérios com interesse e a indústria extrativa limita-se à exploração de pedreiras cuja produção é destinada à construção de casas e ao empedramento das estradas. Tanto se emprega o basalto compacto (*pedra viva*), como uma traquidolerite porosa (*cantaria rija*), bastante resistente e mais fácil de trabalhar. Nas construções mais pobres utiliza-se frequentemente uma rocha intercalada no basalto e composta de cinzas e lappili extremamente pequenos (*cantaria mole*). É uma pedra branda, fácil de trabalhar, mas também pouco resistente. [...] <sup>83</sup>

Nomeie-se, a título de exemplo, a ‘indústria’ dos bordados. Iniciada por firmas estrangeiras, a partir de 1890, visavam a exportação em larga escala sobretudo para a Inglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos e o Brasil. No entanto, este artesanato também fomentou o comércio local destinado aos turistas e viajantes de passagem. No Funchal, são 6161 as operárias especializadas nas oficinas do Funchal. E nesses espaços dirige-se a confeção “fornecendo os desenhos e todas as indicações necessárias à execução dos bordados, lavam, engomam e empacotam as peças”. Contudo, o ato de bordar não se realiza propriamente nessas oficinas. Este é feito por cerca de 70 000 bordadeiras, espalhadas pelo território rural da ilha (cerca de 50 000) e arredores do Funchal.

---

<sup>83</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. p. 107.



Figura 69: Bordando no quintal – o lugar mais exposto à luz. Sublinhe-se o pavimento em calhau rolado, um pequeno muro que pode servir de assento, a faixa horizontal na parte inferior da parede da casa que entrega ao espaço um estado de permanência, e que, simultaneamente, protege a cor da parede dos salpicos da chuva. Maçarocas a secar e outras prontas para a debulha, e que depois seguiam para a moagem. Ao fundo, um corredor formado pela vinha e que no verão é sombreando pela mesma. (*Diário de Notícias das Madeira*, <https://www.dnoticias.pt/2020/12/28/244467-as-bordadeiras-rua-dos-ferreiros/>)

Desta maneira, é pouco significativo o impacto na paisagem da maior atividade artesanal da ilha. No máximo, permite o desenvolvimento da cultura agrícola por em momentos de maior florescimento dessa atividade se verificar “um aumento notável do poder de compra em toda a ilha”, segundo parte de um relatório consular citado pelo autor.

### 3.1. O acesso à terra

O aprofundamento no período do vinho permitiu ver que num determinado momento surgiu uma forma de apropriação territorial, através da mercantilização da terra. Com a extinção dos morgados, essa forma de aceder à terra – podendo ser arrendada ou comprada – foi uma novidade no território rural da Madeira. Até 1863, a única forma de se apropriar de uma parcela de terra dava-se pelo contrato de colônia. No entanto, o então recente sistema capitalista – fundamentado na nova ‘lei’ da oferta e da procura – gerou

inflação nos preços da terra, devido ao acentuado crescimento populacional e à reduzida disponibilidade de terra apta para cultivo.

Dessa forma, a falta de acesso à terra e, por conseguinte, ao acesso a uma vida emancipatória, manteve-se inalterado. Se antes, a vinha era uma forma de controlo civil, agora passa a ser o dinheiro, que obriga muitos dos camponeses, no período mais ativo da sua vida <sup>84</sup>, a emigrar para obtê-lo. Não por acaso, Freitas Branco afirmou que durante a reestruturação da produção agrícola, possível com a ‘queda da vinha’, os camponeses perderam uma oportunidade de alterar as “estruturas herdadas” e com isso reivindicar o que a princípio seria ‘seu’ <sup>85</sup>.

O acesso à terra e com isso a paisagem, continuaram a ser constituídos segundo os antigos moldes – reproduzindo as mesmas possibilidades de existência através do contrato de colônia –, embora com pequenas diferenças, como já anteriormente exposto. Assim, a paisagem continuou a refletir essa forma de apropriação – um modo de vida reconhecido em 1496 por D. Manuel e mantido até 1977 <sup>86</sup>. A única diferença é que no lugar da vinha e com a construção das levadas passou-se a ser possível cultivar outras culturas para exportação, embora a produção doméstica agora dispusesse de algum espaço nas parcelas de terra.

Portanto, o espaço de cultivo dedicado para subsistência continua a ser diminuto, pois o restante produziria para exportação. A venda desses produtos, por sua vez, forneceria lentamente o dinheiro necessário para a compra da parcela de terra que à gerações vinha sendo desenvolvida. Fica evidente que o dinheiro se transforma, no século

---

<sup>84</sup> A obra *Torna Viagem*, de Horácio Bento de Gouveia (1979), embora ficcional, baseia-se no modo de vida rural da ilha. Quer voltasse com ou sem dinheiro, o emigrante, de forma geral, ficará para sempre marcado pela angústia da emigração forçada.

<sup>85</sup> Tendo em conta o que foi exposto da nota de rodapé 65, não é de duvidar a imobilização por parte da população rural. O papel dominante da igreja católica sobre a opinião das populações camponesas é evidente. No entanto, entende-se que na ausência do Estado a Religião acaba, sempre, por ocupar o seu espaço no seio de uma população desprotegida e, por isso, sujeita às vontades de Deus ou, como em muitos casos, de um ‘Deus’ mais conectado à terra que ao céu. Sublinhe-se que apenas a entidade ‘Estado’ detém a força suficiente para se impor às vontades de um grupo minoritário com capital político e social: recorde-se que, na Madeira, a aristocracia vinhateira manteve o seu poder político, mesmo após a queda do Antigo Regime.

<sup>86</sup> A remição do contrato de colônia aconteceu em 1977 pelo Decreto Regional n.º 13/77/M. *Diário da República Eletrónico*. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regional/13-1977-277085>

XIX, no mediador direto entre o ser humano e a terra, que, em última instância, significa natureza.

### 3.2. A utilização do solo

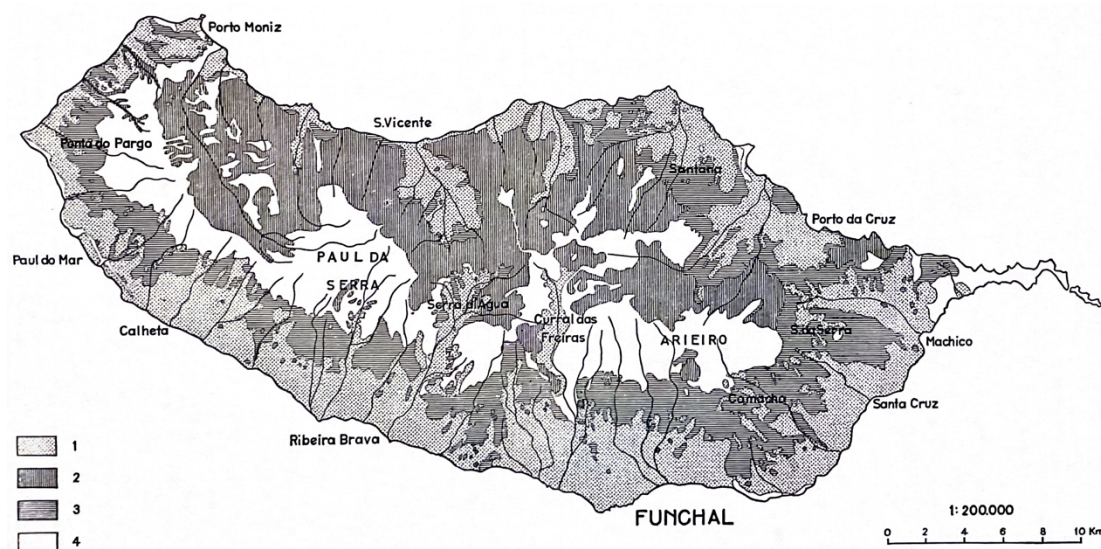


Figura 70: Utilização do solo. (Ribeiro, O., 1985)

Legenda: 1 – culturas; 2 – montado e bosques de espécies autóctones; 3 – pinhais; 4 – terrenos desnudados.

Pela figura, verifica-se como a superfície cultivada é muito exígua <sup>87</sup>, sendo a maior parte do território ocupado por área florestal (indígena e introduzida) e por área inculta. No entanto, estas últimas duas não são improdutivas, pois fornecem lenha, água e área de pastagem. Como adiante se verifica, também são dessas zonas que os camponeses conseguem através do mato parte do seu sustento.

A necessária apropriação das zonas montanhosas implicou a devastação da área florestal e condicionou a sua rearborização com espécies indígenas. Saliente-se que esta questão era já tema de discussão, até onde se sabe, há pelos menos dois séculos, como se viu no memorando de 1759. No entanto, isso já não implica que as encostas se apresentassem sem coberto florestal. Pelo contrário, este era já completo na encosta

<sup>87</sup> Percebe-se que mais exígua é quando Orlando Ribeiro menciona que na superfície cultivada estão inclusos “terrenos pobres, relevos isolados impossíveis de regar, afloramentos de rocha estéril e declives demasiado fortes para se disporem em socacos”. À época (1949), apenas cerca de 72% da área é realmente cultivável, estando 19% ocupados com construções.

meridional, e mesmo na parte norte da ilha as superfícies cultivadas eram geralmente rodeadas por “uma cortina de pinhais”.

[...] estas [as necessidades] crescem com o aumento da população. Cada nova construção necessita de traves de madeira para suporte dos telhados e não é possível impedir o consumo crescente de lenha na cozinha e no aquecimento, sem grandes importações de combustível que arruinariam a economia da ilha.<sup>88</sup>



Figura 71: Casas rurais em Machico, inseridas na parcela de terra e rodeadas de vegetação. (Ribeiro, O., 1985)



Figura 72: Casas rurais em Santana, sendo a da esquerda a cozinha. Evidencie-se o uso da palha nos telhados. A palha (colmo) usada nos telhados provinha da cevada (Freitas Branco, 2019) ou do trigo cuidadosamente ‘malhados’ com o mangual. (Ribeiro, O., 1985)

O surgimento dos pinhais deu-se pelo crescimento populacional que aumentou a procura por madeira. Deduz-se que, com o tempo, para responder a essa necessidade tenham sido plantados pinheiros nas zonas mais altas dos antigos baldios. Estes últimos, nas zonas mais baixas, foram ocupados com áreas de cultivo que passaram a ser irrigados graças às novas levadas construídas a cotas mais altas. E mesmo que a água não chegasse, os baldios – sem a imposição da cultura vinhateira nos terrenos do *primeiro andar* insular, que implicava a apropriação dos baldios para diferentes fins – podiam ser apropriados com pinheiros: “[...] o pinheiro, devido ao seu rápido desenvolvimento, acompanha, como em toda a parte, o crescimento da população e os progressos da ocupação do solo”.

---

<sup>88</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. p. 55.



Figura 73: *Pinhais no limite dos campos.* (Ribeiro, O., 1985)

### 3.3. Os andares de culturas

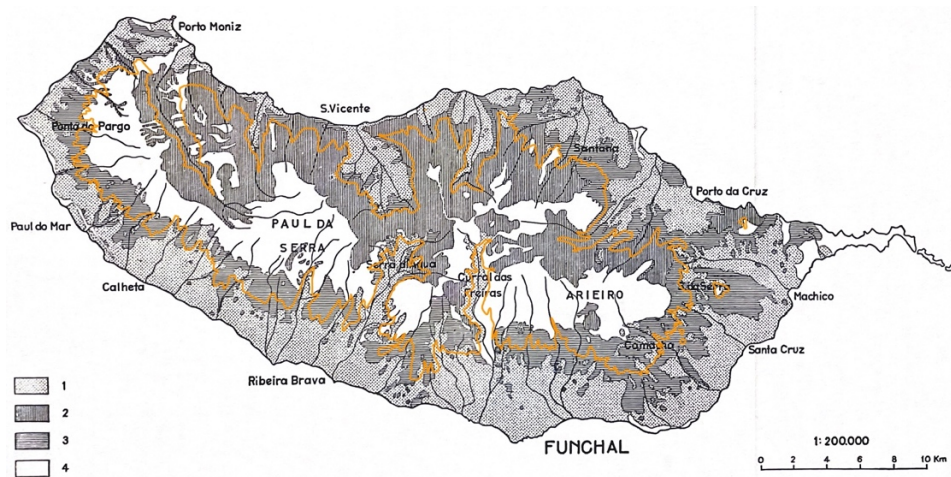


Figura 74: Utilização do solo e a linha de cota dos 700 metros indicada a laranja. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)  
 Legenda: 1 – culturas; 2 – montado e bosques de essências autóctones; 3 – pinhais; 4 – terrenos desnudados.

Como aponta o autor, a superfície cultivada é uma “obra humana”: “vitória sobre o declive, a seca estival e a pobreza do solo”. Este último deve-se à pouca presença de matéria orgânica na superfície, devido à exploração para a lenha e para o gado, e à pouca profundidade que, na falta de sustento vegetal, escorre com a chuva para linhas de água.

Toda a encosta sul, até uma altitude de cerca de 700 metros, foi transformada numa espécie de escadaria gigantesca, percorrida pelas águas das levadas. Na encosta norte, a superfície cultivada forma apenas manchas descontínuas, interrompidas por arribas abruptas ou desapumadas.<sup>89</sup>

A cota dos 700 metros – “altitude média das principais levadas”<sup>90</sup> – marca geralmente a transição entre as zonas cultivadas e as zonas florestais e incultas. Embora essas áreas aparentem falta de relação entre si, na realidade são um todo “perfeitamente organizado, e mesmo singularmente harmonioso”. São as condições naturais do território e a adaptação humana a permitir esse ambiente, possibilitando a diversidade hortícola e agrícola da região e consequentemente a proporcionar a paisagem – a imagem de ‘jardim’ – que conquistaria os estrangeiros de visita à ilha.

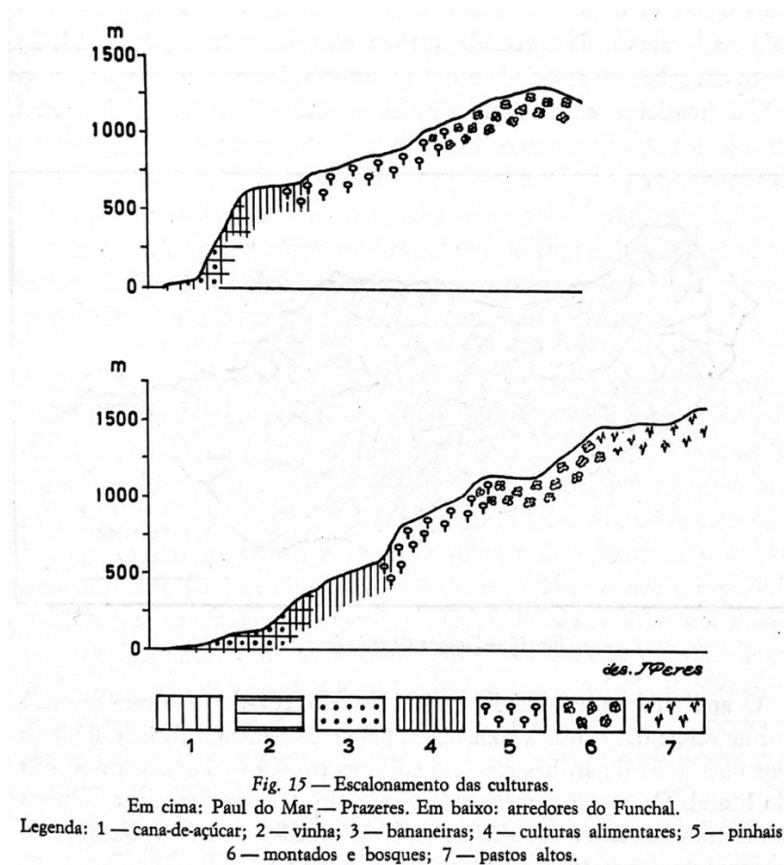


Figura 75: A harmonia e a diversidade ecológica da ilha. (Ribeiro, O., 1985)

<sup>89</sup> *Ibidem.* p. 55.

<sup>90</sup> Com isto, percebe-se como a qualquer zona, onde à partida seria impossível cultivar, passou a ser possível fazer chegar água, como se vê na situação exposta na figura 88, localizada a uma altitude de cerca de 300 metros. O que a princípio era impeditivo (sentimento de *impotência*) – o declive – transforma-se num elemento essencial (capacidade de *gozo*). Sublinhe-se, contudo, que algumas zonas da Madeira (por exemplo, no concelho de Câmara de Lobos) apenas tornaram-se irrigáveis com um outro desenvolvimento do sistema hidráulico de meados do século XX, cuja água seria aproveitada, antes de servir à irrigação, para a produção de energia elétrica.

A produção hortícola dá-se abaixo das principais levadas e divide-se em dois andares. Primeiro, o andar das culturas tropicais: bananeira, que se desenvolve na encosta sul até aos 300 metros, mas melhor nas fajãs onde é mais quente durante todo o ano; anona, papaia, pera-abacate, manga e maracujá “cultivados nos jardins ou dispersos no meio de outras culturas”; cana de açúcar até aos 400 metros na encosta sul e 200 na vertente norte; batata-doce e inhame até aos 600 metros, sendo a primeira sensível à humidade e à frescura acima dos 400 metros. Depois, o andar dos frutos mediterrâneos: figueira, amoreira, nespereira a partir dos 100 metros; árvores citrinas acima dos 200; castanheiro que “não é raro vê-lo sombreando as bananeiras e a cana-de-açúcar”, sendo mais usual e o fruto de melhor qualidade nas partes elevadas dos vales do interior montanhoso (como o Curral das Freiras), e inclusive limitando outras culturas; nessas zonas dos vales também se encontram macieiras, entre os 400 e 900 metros, dispostas em sebes ou partilhando o espaço com outras árvores, como a cerejeira, ameixoeira, marmeleiro e castanheiro. Este último, que pode descer ao andar das culturas tropicais, faz-se muitas vezes acompanhar pela noqueira; pessegueiro na zona de Santana; vinha nas cotas mais baixas, junto ao mar, subindo até aos 600 metros na vertente sul, mas desenvolvendo-se em latada até aos 400. A uva de melhor qualidade desenvolve-se a partir dos 200 metros, e o limite de altitude da produção da vinha é limitado devido “aos nevoeiros de Verão [ar muito húmido e bloqueador da insolação], nocivos à maturação das uvas”.

Das culturas acima mencionadas destacam-se três, nomeadamente, a cana de açúcar, a vinha e a bananeira. Esta última “marca o início de um novo ciclo na evolução das culturas tropicais”, dando origem a uma paisagem marcada por uma única cultura dominante (fig. 76). As três espécies designam-se por “culturas ricas”, pois destinam-se à exportação: “a cultura da bananeira [...] é largamente renumerada, produzindo cada pé num ano, várias *pencas* de 25 a 30 kg” – cada bananeira produz um cacho de bananas composto de várias *pencas*. Se em 1925 foram exportadas cerca de 1000 toneladas de banana, em 1947 eram já mais de 9000.



Figura 76: Monocultura da bananeira na ribeira dos Socorridos, à época (1949) a maior plantação de bananeiras da ilha. É no leito e na foz das ribeiras que estão os melhores solos da ilha. Grande parte do solo que ‘enche’ os poios, construídos sobre a rocha nua, foi transportado em cestos a partir dos leitos das ribeiras. (Ribeiro, O., 1985)



Figura 77: A *Paisagem humanizada* da Madeira – um pleonasma? (Ribeiro, O., 1985)



Figura 78: Desaparecida a vegetação indígena – através do fogo, e com declives tão acentuados – a erosão causada pela chuva arrasta inevitavelmente o solo. Isso obrigou à construção dos poios, depois preenchidos pelo solo de aluvião. (Ribeiro, O., 1985)

As plantações das ‘culturas ricas’, produzidas em regime de monocultura, contrastam com as “áreas de culturas mistas, onde convivem plantas alimentares e forrageiras [destinadas ao gado]”. Estas áreas ocupam 64% da superfície cultivada, ocorrendo desde a beira-mar até aos poios localizados a 700 ou 800 metros, ou seja, mesmo acima das levadas. No entanto, são “empurradas” para cima pelas monoculturas destinadas à exportação. Além disso, apenas cerca de metade (44%) é irrigável de forma intensiva, ocorrendo na restante superfície uma rega incompleta ou mesmo nula.

Para poupar o solo e garantir menor desgaste e maior produtividade o cultivo segue-se pelo regime de afolhamento. Este regime consiste na divisão do terreno – já em si muito reduzido – em partes (folhas) por onde, ao longo do ano, rodavam as culturas: batata-doce (*batata*), batata (*semilha*), inhame, feijão verde, feijão, tomate, cebola, couve, abóbora, fava, tremoço (“usado como adubo e enterrado no local”), ervilha, grão-de-bico, linho (“matéria-prima de uma pequena indústria caseira de fiação e tecelagem, exercida pelas mulheres”), aveia, milho, trigo, centeio e cevada.

No entanto, como o autor demonstra, esta diversidade não ocorre igualmente por toda a ilha, isto é, depende de zona para zona: por exemplo, a cultura do salgueiro – árvore de onde provém o vime para fabricação de móveis –, localiza-se na vertente norte da ilha, pois necessita de muito humidade, e daí ser visto junto a levadas ou nas margens das ribeiras e raramente em poios. Quanto às colheitas, se até aos 400 metros fazem-se duas ou três anuais, a partir mais ou menos dessa altitude verificam-se três colheitas a cada dois anos. Aí, verificam-se parcelas de terra em pousio, sujeitas a “repetidos amanhos”<sup>91</sup>: “[...] o campo apresenta quase por toda a parte o aspecto de um mosaico”.

---

<sup>91</sup> O regular amanho fornece à terra maior capacidade de reter água e torna-la mais fértil. Recorde-se a situação descrita no memorando de 1759 (subcapítulo 2.2.2.), em que os membros camarários preferiam que o solo das zonas mais altas se mantivesse endurecido. Sem o amanho evitava-se a erosão do solo pela chuva e preveniam-se os aluviões. Por este motivo, embora se mantivesse a situação ecológica favorável aos senhorios, pois a subsistência dos camponeses ficava controlada, Freitas Branco afirma que o memorando é um autêntico “tratado ecológico”, porque fundamenta-se em condicionantes naturais do território. Com isto, é possível constatar como a paisagem insular seria, certamente, muito diferente da descrita por Orlando Ribeiro em 1949. A paisagem constituída pelos poios, como elementos estabilizadores de solo, deve-se ao desenvolvimento do sistema hidráulico insular. E a complexa construção do poio (benfeitoria) só se justificaria tendo acesso a água.

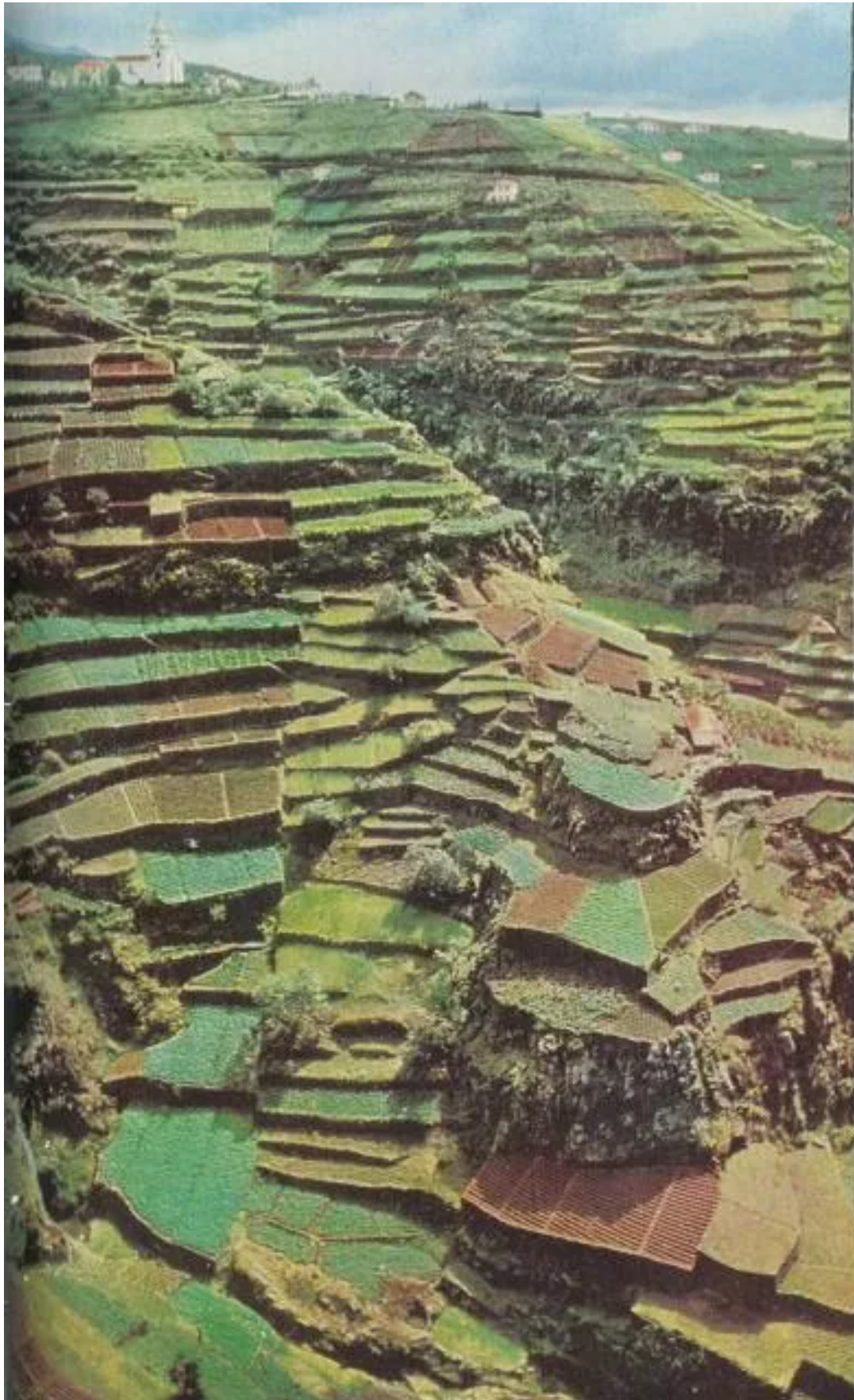


Figura 79: *Ser dono de um poio era ser dono de um tesouro; era não morrer à fome, pois sempre se podia plantar* (fonte oral). Foto publicada em 1959, na *National Geographic Magazine*. (Adaptado de Medium. <https://medium.com/arquitetura-nas-ilhas-da-madeira/os-poiros-agricolas-da-madeira-879391120250>)

Já acima do nível das levadas, nos terrenos montanhosos, a colheita ocorre uma vez por ano. Nestas zonas apenas se cultivam cereais (milho, trigo, centeio e cevada), semeados no inverno e colhidos na primavera e cujos terrenos repousam desde metade do verão até ao outono. Localizam-se em áreas do território pouco ou nada irrigados e partilham espaço com as áreas florestais (bosques e matas) (fig. 80), exploradas para lenha e mato para gado. Além disso, devido à altitude, as precipitações mais frequentes nestas zonas fazem com que a área florestal comece a predominar (entre os 700 e os 1200 metros). Isso constitui uma faixa de arvoredo (fig. 73) que proporciona, para a parte sul, uma barreira protetora contra as “brisas de montanha e dos ventos dominantes” vindos de norte.



Figura 80: *Estolho de trigo e restos de um pinhal.* (Ribeiro, O., 1985)

[...] a extraordinária variedade da paisagem agrária na Madeira, [...] ora lembra as «plantações» das ilhas tropicas, ora a exploração, meio agrícola, meio florestal, das montanhas mediterrâneas. Pode abarcar-se de um mesmo lance aspectos que estão geralmente separados por várias dezenas de graus de latitude.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> RIBEIRO, Orlando. 1985. *A ilha da Madeira até meados do século XX.* p. 59.



Figura 81: *Vedação entre as pastagens e a área de bosques*. Verifica-se, com isto, que os conflitos que ocorriam entre cultivador e criador de gado, até ao século XIX (ver nota de rodapé 52), eram certamente já pouco comuns. (Ribeiro, O., 1985)

### 3.4. O papel da vaca na paisagem

Como visto anteriormente, parte da exploração afeta à área florestal destinava-se ao gado. Este não mais gerido em regime extensivo, como acontecia até ao século XIX, mas criado de forma intensiva nos palheiros. São nas zonas florestais que os camponeses conseguem obter “a reserva de matos indispensável à cama dos animais”, nomeadamente, do gado graúdo, e também os matos para a “preparação do estrume”, destinado à adubação dos solos para cultivo: a “agricultura [...] apoia-se em três factores: a construção de socalcos [poios], a rega e a abundância de estrume”. O mato é colocado no palheiro e após o pisoteio e a mistura com urina e excrementos da vaca é retirado e amontoado por duas a três semanas. Completa a sua fermentação, serve de estrume para as culturas hortícolas. Era essencial que as vacas se mantivessem sempre nos estábulos – durante toda a vida <sup>93</sup> –, para prevenir que calcassem as culturas e que o estrume se perdesse.

Embora a criação de porcos seja necessária para obtenção de gordura e de estrume, muito mais essencial é a criação de vacas – 27 800 bovinos em 1940 e 36 800 em 1942, contra os 16 400 porcos em 1940. Saliente-se que a criação de bois é quase inexistente, destinando-se somente para reprodução. Por outro lado, a vaca, que nem no arado <sup>94</sup> era empregada para não cansar o animal, “é uma verdadeira máquina de produzir leite e estrume”. Eram mungidas duas vezes por dia pelas mulheres, que levavam o leite às desnatadeiras (fig. 82). Evidencie-se que essa rotina implicava que os palheiros ficassem próximos às casas, fazendo com que a cartografia referente à repartição dos bovinos e da população mostre um “paralelismo impressionante” (figs. 53 e 83). Por fim, é do dinheiro obtido com a venda do leite que é possível “arranjar o pequeno capital necessário à exploração agrícola”.

---

<sup>93</sup> Muito raramente saíam dos palheiros, e caso acontecesse seria somente para acasalamento. Segundo fonte oral, devido ao enclausuramento era comum os animais desenvolverem cegueira.

<sup>94</sup> O arado raramente era utilizado na Madeira, devido ao declive e à parcialização da terra. Apenas no extremo oeste da ilha era possível, dado o declive menos acentuado. Com isto, a enxada é um elemento essencial da alfaia agrícola madeirense, como ricamente aborda Freitas Branco (2019).

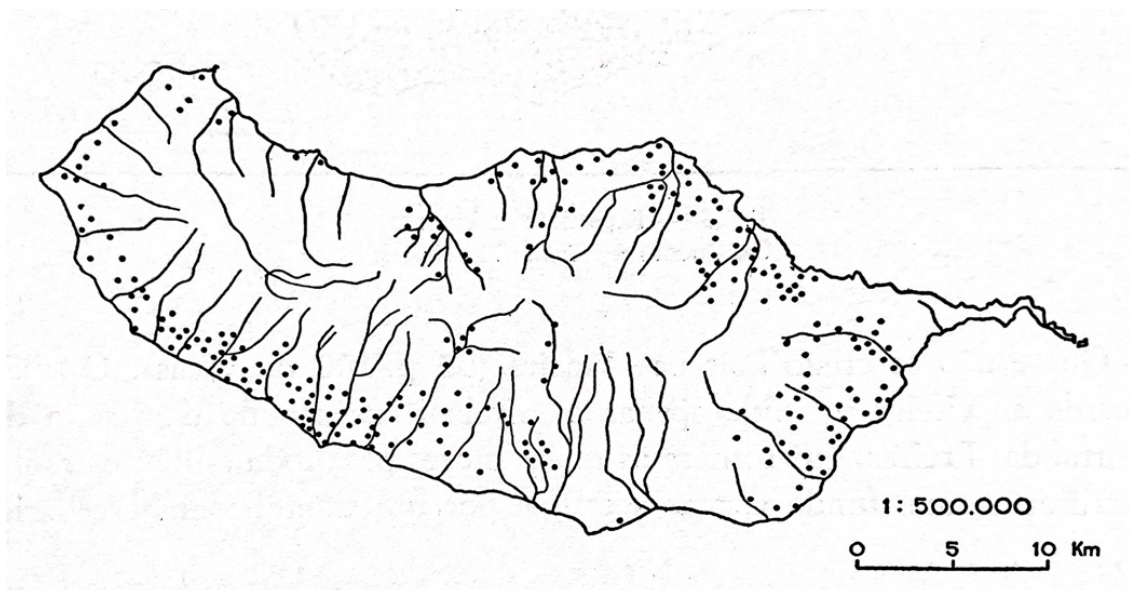


Figura 82: *Repartição das desnatadeiras. Cada ponto representa 25 máquinas.* A partir das desnatadeiras, a nata encaminhava-se para as fábricas de manteiga. “A manteiga, tal como o vinho, o açúcar ou as bananas são produtos comerciais [exportados para Portugal Continental (3/4) e colónias africanas] que o vilão não consome” (p. 98). (Ribeiro, O., 1985)

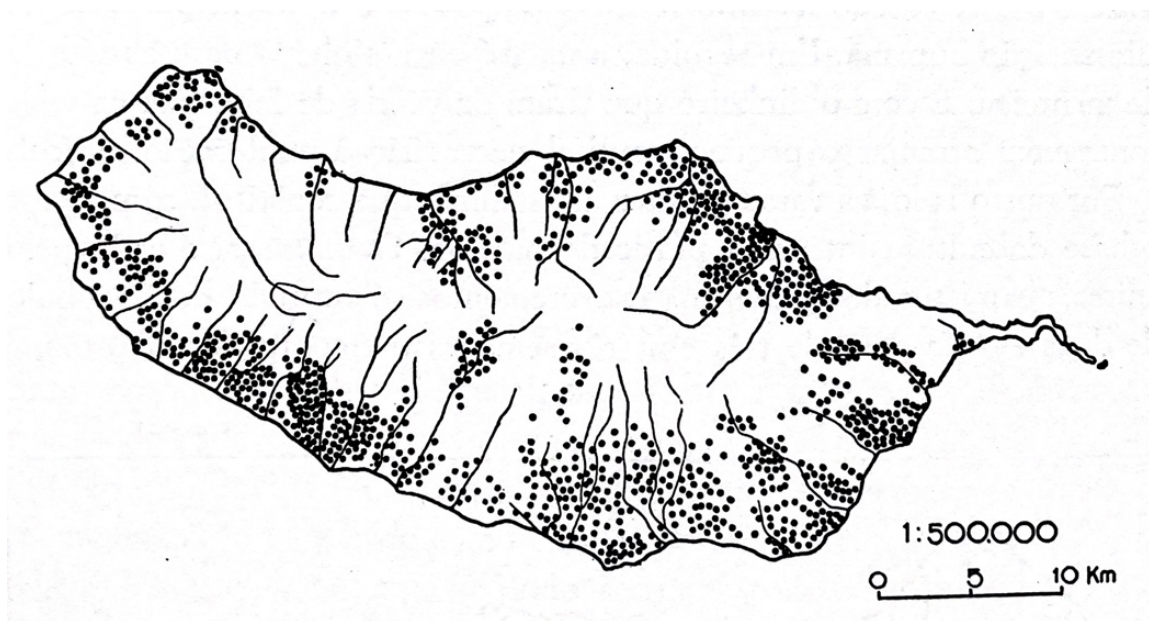


Figura 83: *Repartição de bovinos. Cada ponto representa 25 cabeças.* (Ribeiro, O., 1985)

#### 4. A teoria da alienação aplicada ao território madeirense

A contextualização até aqui feita permitiu verificar como a paisagem da ilha fundamenta-se na forma como o território é apropriado, bem como nas condicionantes naturais que a modelam <sup>95</sup>. A análise da atividade horticultura procurou evidenciar isso.

Neste capítulo, procura-se interpretar essa relação – entre a sociedade e a natureza –, através do artigo *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*, de Gustavo Godinho Benedito (2024). O objetivo é compreender a simbiose que se estabelece entre o ser humano e o território.

Através da teoria da alienação observa-se como, para sobreviver, o ser humano se distancia da natureza, mantendo, no entanto, uma relação permanente com ela. No artigo, o conceito de alienação é analisado através da linha de pensamento de Henri Lefebvre e de Karl Marx. Neste capítulo interessa a interpretação de Lefebvre que, embora embasada em Marx, permite entender a alienação como um processo natural e necessário, e não à partida como algo negativo.

Depois, sendo a alienação um processo estrutural para a existência humana, propõe-se analisá-lo a partir da articulação dos conceitos de ontologia (estudo daquilo que torna possível a existência) e de antropologia (estudo do ser humano). Simultaneamente, essa articulação permite entender a organização deste trabalho: parte-se da análise dos fatores naturais do território, segue-se para a forma como o mesmo é culturalmente apropriado e que culmina na produção de uma paisagem – um espaço alienado na natureza, por via antropológica, ou seja, cultural, mas ainda nela inserido, porque ontologicamente fundamentado.

Por fim, no terceiro subcapítulo, demonstra-se como uma *forma de ser* humana se expressa e inscreve-se no espaço artificialmente moldado, tornando-o produto (como um *fim*), mas ao mesmo tempo um produtor de existência (como *início* de).

---

<sup>95</sup> Por exemplo: o fato de alguns anos apresentarem períodos de pouca precipitação – e aqui questiona-se a possibilidade de isso estar relacionado com o fenómeno NAO – significaria a não germinização das sementes plantadas nos terrenos baldios. É nesses períodos que surgem as crises de fome.

#### 4.1. A alienação como expressão da necessidade humana

Como entendido em Benedito (2024), o conceito de alienação descreve o processo pelo qual o ser humano se distancia de si mesmo, enquanto ser animal e do mundo natural que o rodeia. A *alienação* é, assim, um processo especificamente humano e não necessariamente negativo, pois permite ao ser humano transformar a natureza de maneira a responder às suas necessidades e, assim, a sobreviver.

De maneira oposta aos outros animais, o humano não reage apenas de forma instintiva, pois ele é um “ser de necessidades”: a necessidade manifesta-se de forma passiva (como sentir frio) e de forma ativa fá-lo agir sobre a natureza para suprir a necessidade (construindo um abrigo). Tal ação implica um distanciamento da natureza, mas também significa uma relação com a mesma – é nela que ocorre a atividade transformadora –, estabelecendo com ela uma relação interdependente, tal como com outros seres humanos e objetos. É a dualidade distanciamento-relação para com a natureza que caracteriza a *alienação*. Esta e a necessidade não se manifestam de forma isolada ou puramente individual, pois dependem de fatores externos para se materializar, como a sociedade e os objetos, além da natureza.

A título de exemplo, um dos atos resultantes da *alienação* – gesto de distanciamento e de relação – é o *trabalho*: “pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela”. Em resposta ao sentimento – passivo – de ‘impotência’ o ser humano age – ativamente – com ‘gozo’. Como afirma Lefebvre, o *trabalho* torna-se uma necessidade: ele substitui a impotência natural do ser humano pela capacidade humana criativa e transformadora. O trabalho acaba por refletir-se como “poder de realizar tal ou qual ato”. Saliente-se que *alienação* e *trabalho* não são conceitos equivalentes: o último – um ato puramente humano – é produzido pelo processo da alienação.

Desta forma, a *alienação* corresponde conceitualmente à atividade prática da necessidade humana: um distanciamento da natureza à qual o ser humano faz parte e, simultaneamente, uma relação com a mesma, com outros humanos e objetos.

## 4.2. Antropologia e Ontologia

Embora um abrigo natural (como uma caverna) pudesse responder a uma necessidade básica, a cultura, o desejo, as relações sociais e os modos de produção (fatores externos, ou seja, relacionais), fazem com que essa necessidade – sempre materializada através do *trabalho* – se manifeste, por exemplo, na forma de uma casa desenhada, construída, comprada ou arrendada. Como se entende, além do distanciamento da natureza, cada uma dessas hipóteses significa uma diferente forma de relação do ser humano com a sociedade e a natureza.

A análise do estabelecimento desses processos ao longo do tempo – isto é, da História – vai revelando formas de ser e de estar no mundo. Segundo Lefebvre, essa forma de funcionamento humana – ser de necessidades – é o que ao ser cientificamente estudada define a *antropologia*. No entanto:

[...] A Antropologia [...] tende a imergir o homem na natureza ou a separá-lo dela. Ao contrário, o que é preciso perceber é a relação conflituosa entre o homem e a natureza: unidade (o homem mais desenvolvido não se separa da natureza) e luta (a atividade humana arranca da natureza a satisfação das necessidades humanas, transformando-a, devastando-a).<sup>96</sup>

Embora a antropologia se dedique ao estudo do ser humano, levá-la em conta para justificar o início de tudo é falível. Pensar assim, implicaria justificar a existência do ser humano por meio dele mesmo. Embora verdade, porque biologicamente reprodutível, isso apenas justifica parte da sua existência. Além disso, sem desmerecimento, existir por reprodução é o que define os restantes animais. E ainda que partilhem o mesmo território que os seres humanos, estes últimos são os únicos capazes de – metafisicamente<sup>97</sup> – afirmar que há algo além deles mesmos, isto é, da natureza a si palpável<sup>98</sup>.

Dessa forma, assume-se que a existência do ser humano é inevitavelmente fundada na Natureza. Lefebvre entende que antes da Antropologia está a Ontologia – o

---

<sup>96</sup> BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 2.

<sup>97</sup> Metafísica, etimologicamente, significa: “meta” (além) e “physis” (natureza).

<sup>98</sup> Manifestando-se isso através da religião, da filosofia, da ciência, etc.

estudo do ser. Ou seja, antes de perceber o ser humano por meio dele mesmo deve-se procurar entender o que o torna possível, além do mundo imediatamente palpável.

Somente a partir desse lugar, da ontologia, é possível compreender o ser humano através da antropologia, e, sucessivamente, a partir da história: “tudo o que o homem faz entra no vir a ser, isto é, na História”.

Neste trabalho, o conceito de *ontologia* é usado no sentido de analisar os fatores que tornam possível a existência e permanência do ser humano na ilha da Madeira. Por este motivo, até aqui, organizou-se o trabalho segundo a lógica Ontologia > Antropologia > História: primeiro, abordam-se as condicionantes naturais do território que o ser humano não controla, que predeterminam a sua existência, e que definem a sua atuação no território; segundo, através de um ponto de vista antropológico, interpreta-se paisagisticamente como o ser humano se adaptou aos ‘fatores ontológicos’ e, ao mesmo tempo, como se apropriou do território num determinado momento histórico; e terceiro, a partir de uma específica atividade – apropriadora de espaço – viu-se como se constitui a paisagem madeirense no século XX.

Esse raciocínio permite, por exemplo, verificar o papel preponderante da água na Madeira. Esta em conjunto com as formações rochosas contribui para a erosão do edifício vulcânico da ilha. A intensa precipitação na vertente norte faz dessa parte a mais dissecada da ilha, no entanto, a mais rica em água, devido à vegetação indígena e à condição climática geral. Já a encosta sul, menos dissecada, dado os poucos períodos de precipitação, apresenta os melhores terrenos da ilha para cultivo. Mas sendo a água escassa nesse lado, o ser humano – como *ser de necessidades* que é – pelo *trabalho* transformou e manipulou o território de maneira a obter a água destinada à irrigação dos terrenos cultiváveis – dos *poios* (figs. 56, 87 e 88): a sua *impotência* materializou-se na forma de levadas.

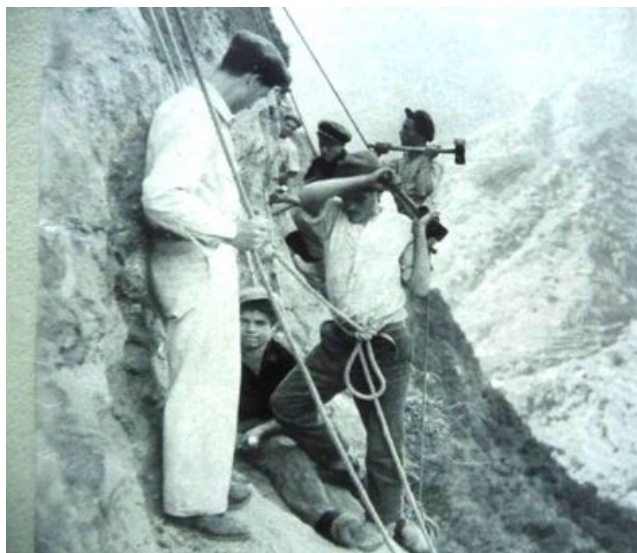


Figura 84: Construção de levada, perfurando e rasgando a rocha, como ato de distanciamento à natureza. (*Levadas da Madeira*. <http://levadasdamadeira.weebly.com/histoacuteria-das-levadas.html>)



Figura 85: *Parede vertical* [ou ‘talude subvertical’ (Abreu *et al.*, 2007)] *rasgada para passagem do canal de água*. (Fotografia de ALMEIDA, J.P. *Estruturas Pétreas no Território Madeirense*, *Revista Islenha*, nº 53, 2013)

As levadas, portanto, são um ato de distanciamento da natureza – um rasgo na rocha <sup>99</sup> –, mas também de relacionamento, pois é nela que se passa a ação: sem contar ainda com o cimento, era necessário ter em conta a porosidade do terreno onde a levada pudesse passar, dado que a água facilmente se infiltra em terrenos porosos (Nóbrega, 2013, p. 40).

---

<sup>99</sup> Escavar não é a única maneira de construir uma levada. Algumas vezes, os seus cursos passam em zonas mais estreitas dos vales profundos, obrigando a que nessa parte do trajeto se construa o canal “por meio de aquedutos de madeira ou de cimento” (Ribeiro, O., 1985, p. 65), sendo esta última técnica mais recente. A madeira dos aquedutos era proveniente das “grandes árvores, [para] fazer cales [transformando o tronco numa ‘caleira’], e ultrapassar, exatamente, os vales com esses troncos. Troncos que, segundo as descrições, chegavam a 60 palmos de comprimento [cerca de 14 metros] e perfurados. E assim a água passava de um lado para o outro. Foram essas as primeiras levadas”. (Como entendido, o abate de árvores implica um distanciamento do ser humano à natureza). RTP. *Visita Guiada 2021*, episódio 9: *Ilha da Madeira, Levadas*, transmitido em 10 de maio de 2021, RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p8647/e543417/visita-guiada>, [18:02].

Além disso, as levadas são ato de relação com outros fatores relativos à sociedade:

Cultura: segundo Raimundo Quintal <sup>100</sup>, é muito provável que o sistema hidráulico tenha sido trazido da região de Entre Douro e Minho, de onde são provenientes a maioria dos povoadores da ilha. Conta-se com o exemplo da Levada de Piscaredo, em Mondim de Basto (Vila Real), datada do século XIII e por isso muito antes do povoamento da Madeira. Além disso, as formas de gestão e manutenção das levadas, segundo Orlando Ribeiro, coincidem com as das populações da parte central e noroeste de Portugal <sup>101</sup>;

Desejo: por exemplo, na segunda metade do século XIX, viu-se que o motivo para o desenvolvimento do sistema hidráulico foi a vontade de aumentar a área de cultivo da ilha. Ademais, o curso de água constitui-se mais propriamente como um percurso, pois permite a conexão entre locais de difícil acesso na ilha, além de possibilitar a manutenção da levada (Almeida, 2013, p. 18);

Relações sociais: a construção das levadas proporciona emprego que, como visto, foi fundamental durante a crise estrutural provocada pela ‘queda do Vinha’; a conexão mais direta, ainda que lenta, entre zonas distantes fomenta o tecido socioeconómico dessas zonas e igualmente da região onde se inserem. Com isto, possibilita novos relacionamentos sociais, ou seja, novas formas de existência que, por sua vez, produzem novas espacialidades.

Modos de produção: além das ferramentas necessárias para a construção das levadas, sublinhe-se ainda o fato das mesmas terem que ser estreitas para evitar a perda de água por evaporação (Almeida, 2013, p. 18).

#### 4.3. A produção do espaço

Como até aqui percebido, todos os gestos de alienação ocorrem na natureza, isto é, no território. Com isto, seguindo a lógica acima descrita, pode-se afirmar que o território transformado pelo ser humano, conceitualmente, pode ser definido por *espaço alienado* ou por *paisagem*. Quer através de um conceito ou de outro, entende-se o espaço

---

<sup>100</sup> RTP. *Visita Guiada 2021*, episódio 9: *Ilha da Madeira, Levadas*, transmitido em 10 de maio de 2021, RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p8647/e543417/visita-guiada>, [43:54].

<sup>101</sup> Relativamente à manutenção das levadas públicas, as mesmas eram geridas pela própria população. Para a gestão da água existia a figura do “juiz da levada”, nomeado pelos camponeses ou por uma comissão, e que detinha uma autoridade muito grande. O autor afirma que “tudo isto evoca o ambiente de regadio do Noroeste e da Cordilheira Central em Portugal, onde àquela autoridade se dá o nome de *almotacé* (antigo fiscal do concelho) ou *juiz da água*” (Ribeiro, O., 1985, pp. 67-68).

como algo artificialmente produzido: fruto das formas de relacionamento que ocorrem numa sociedade – onde, recorde-se, as vontades de uns se sobrepõem às de outros – e também do distanciamento-relação dessa mesma com a natureza.

Segundo Lefebvre, embora o *espaço* seja produzido pelo ser humano, ele não se trata de um simples ‘produto’, mas sim de uma manifestação da própria vida do ser humano. Este último gera-se a si mesmo “por meio de um conjunto de produções”, entre as quais está a produção do espaço. Tudo o que o ser humano produz é uma ‘auto-materialização’. No entanto, tudo o que ele produz através de um modo de vida, nomeadamente, o espaço, acaba por ser também produtor de novas possibilidades de existência. Isto é, de novos modos de vida: trata-se de um processo de “re-produção social”. Ou seja, através do que materialmente produz – como o espaço – o ser humano, ao mesmo tempo, “produz as próprias possibilidades de sua existência como ser social”.

[...] cada elemento da relação [sociedade-natureza] se transforma no outro e pelo outro, produzindo a vida e o espaço [...]. Assim, o ato da produção de vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. (...) as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana.<sup>102</sup>

Como anteriormente entendido, o povoamento da Madeira dá-se com um modo de vida trazido da metrópole portuguesa. A imposição desse modo de vida no território implicou a construção de levadas para garantir água. Este ato de alienação (gesto de distanciamento e de relação) é uma resposta – antropológica – ao que a natureza – naturalmente – não fornece: água igualmente distribuída pelo território. Desta forma, uma levada, enquanto ato puramente humano, é uma ‘auto-materialização’ do ser humano no espaço. Filosoficamente, é como se o ser humano se transformasse em natureza – em última instância ele a é – e se auto-modificasse. Essa ação (de alienação) é uma auto-materialização. Assim, o *espaço* é uma expressão material da vida imaterial do ser humano. No fundo, a Natureza e o ser humano têm o mesmo objetivo: garantir e manter a *vida*:

[...] a primeira condição da história é manter os homens vivos, a segunda é assegurar a sua reprodução.<sup>103</sup>

---

<sup>102</sup> Carlos *apud* BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 14.

<sup>103</sup> *Ibidem*.

Por esse motivo, o ser humano só se torna tal através de “um conjunto de produções” – práticas técnicas, simbólicas e materiais – que garantem a continuidade da sua existência. Por si só, o corpo humano é insuficiente para sustentar o modo de vida complexo que o caracteriza. Essa condição distingue-o dos restantes animais, que simplesmente têm vida. Como estes, o corpo humano é apenas um instante material; no entanto, possui a capacidade única de auto-materializar a *vida*. Assim, é esse modo de vida – e não o simples facto de estar vivo – que, ao formalizar-se continuamente através de instantes materiais (os corpos), dá origem a uma *forma* de *vida*: aquela que se convencionou chamar ‘humana’.



Figura 86: O primeiro ato de alienação segundo o filme *2001 - Odisseia no Espaço*, de Stanley Kubrick (1968). (*Observador*, <https://observador.pt/2018/04/02/50-factos-sobre-2001-odisseia-no-espaco-nos-50-anos-da-sua-estreia/>)

Retornando à Madeira e ao seu modo de vida específico, as levadas acabaram por constituir materialmente uma paisagem, isto é, um modo de vida que embora importado foi adaptado ao território da ilha <sup>104</sup>. Como se viu, na época do povoamento as terras foram exploradas para subsistência e com o fomento das culturas foi necessário assegurar água, especialmente para a cana de açúcar, através das levadas. Como aborda Almeida (2013), com o tempo, o aumento de espaço para cultivo retirou – como ato de distanciamento – espaço à floresta. No entanto, devido ao declive acentuado, as terras facilmente arrastavam-se nos momentos de precipitação. Por este motivo, surge “a

---

<sup>104</sup> Considere-se que a levada é uma solução específica, porque dada num certo tempo e vinda de uma determinada cultura. Com isto, salienta-se que essa solução de manipulação e garante da água, na Madeira, é um acaso histórico. Hipoteticamente, se povoada a ilha noutra tempo e por outro povo, ou até pelo mesmo povo, mas noutra período, a solução poderia ter sido outra. Embora o ato de distanciamento acabe sempre por ocorrer, a forma como se materializa depende de fatores sociais, além dos naturais.

construção de um sistema de muros de suporte em aparelhamento em pedra”, que dão origem aos *poios* – uma auto-materialização de um modo de vida humano, específico, porque resultante das condicionantes naturais do território da ilha da Madeira.



Figura 87: Conjunto de poios, acompanhando o declive natural. A área à volta dos poios, devido ao declive, conta com pouco solo, daí a vegetação baixa. (Fotografia de ALMEIDA, J.P. *Estruturas Pétreas no Território Madeirense*, Revista *Islenha*, nº 53, 2013)

A *paisagem*, ou *forma de vida*, formada pelos poios foi apenas possível pelo anterior *modo de vida* constituído pelas levadas. Se antes funcionavam apenas como canais de transporte de água, de uma zona para a outra, mais tarde tornam-se ainda mais fundamentais para a manipulação e gestão da água. Assim, cultivar zonas de declive tão acentuado – provavelmente impensável aos primeiros povoadores – torna-se possível até mesmo em partes inimagináveis (figs. 56 e 88).



Figura 88: Capacidade humana de transformar uma linha de festo em uma 'linha de água'. (Fotografia de ALMEIDA, J.P. *Estruturas Pétreas no Território Madeirense*, Revista *Islenha*, nº 53, 2013)

[...] Fundamentado nas práticas sociais, o homem, ao mesmo tempo em que produz o espaço, produz a si; corpo e lugar, espaço e civilização como escalas espaço-temporais [...] o homem é sujeito que se apropria e que age produzindo espaço e, dialeticamente associado a isso, a sua consciência. [...] [Assim], o espaço mental e o espaço material se configuram, pois, como dimensões da produção do espaço (social).<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 14.

## 5. Autoalienação na paisagem contemporânea

Até aqui verificou-se como fatores naturais e antropológicos – a que se junta o processo de alienação – são responsáveis pela produção do espaço, enquanto ação auto-materializadora do ser humano. O capítulo anterior, serviu para mostrar que as *necessidades*, variáveis ao longo do tempo, acabaram por constituir determinadas paisagens. De fato, é isso que se verificou também no segundo capítulo. As formas de existência produzidas ao longo do tempo proporcionaram, simultaneamente, outras condições de existência. É, aliás, por isso que a atividade e a paisagem hortícola foi possível. O surgimento dessa deriva da queda da atividade vinhateira: na porção de território irrigável – livres da vinha – os camponeses começaram a cultivar diversas culturas para suprimir a fome que por séculos vinha sendo uma ameaça constante.

Assim, abordou-se a atividade hortícola como um processo de alienação. Cultivar é um ato de distanciamento da natureza, mas também de relação, pois é nela que ocorre e dela que depende: sol, água, terra e clima. No entanto, note-se que o cultivo não é o único processo de alienação. Para acontecer de determinada maneira, foram necessárias várias formas de alienação, como a construção das levadas e dos poios – e ainda muitas outras, pois o ser humano gera-se, material e imaterialmente, por meio de “um conjunto de produções”. Ou seja, a auto-materialização *vida-espaço* compõe-se de inúmeros atos de alienação. Desse modo, a união direta que a princípio existe entre o ser humano e a natureza acaba por ser substituída por uma “totalidade diferenciada”:

O ser humano substitui assim, aquela sua unidade com a natureza – imediata e pouco diferenciada, enquanto ser natural, – por uma totalidade diferenciada. Sendo múltiplo, ele se arrisca a mutilar-se pela alienação. <sup>106</sup>

Enquanto a alienação mantém uma relação concreta e *necessária* com a natureza, a autoalienação representa a rutura dessa consciência – o ser humano deixa de reconhecer o meio natural como fundamento da sua existência produtiva, passando a vê-lo apenas como suporte material da sua própria lógica produtiva. A interdependência é quebrada, e os campos material (*corpo*) e imaterial (*vida*) passam a operar separadamente.

---

<sup>106</sup> *Ibidem.* p. 2.

Sublinhe-se que, nessa linha de pensamento, os corpos humanos deixam de expressar a sua efemeridade material – condição que, precisamente por permitir a transitoriedade, garante liberdade ao humano (por não ser nada em si, pode ser tudo) – e passam a funcionar como testemunhos da própria vida, como se esta fosse somente aquilo que o corpo, material e temporalmente, é.

Neste capítulo, mantendo a mesma base referencial anterior – *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*, de Gustavo Godinho Benedito (2024) –, procura-se interpretar a atual paisagem madeirense a partir da atividade turística – a qual é atualmente a principal forma de apropriação do território.

Se no capítulo anterior analisou-se a atividade hortícola como processo de alienação, aqui propõe-se compreender a atividade turística como manifestação de um processo de autoalienação. Embora derivada da *alienação*, a autoalienação corresponde a uma forma distinta de apropriação do território e de relação com a natureza, marcada pela desconexão humana aos seus fundamentos ontológicos.

Após desenvolver o conceito de autoalienação, procura-se no subcapítulo seguinte verificar como na Madeira a atividade turística domina o pensamento e o espaço. Para isso recorre-se também a referências audiovisuais que, por si, evidenciam já uma específica forma de olhar e de se apropriar do território. A sua análise, com apoio em Benedito (2024), permitirá interpretá-las a partir de questões e espaços da paisagem mais recentes.

Verificar-se-á que na atualidade tanto os espaços como o pensamento político atuam mais como reprodutores sociais do que produtores de novas possibilidades de existência. Inseridos num processo de autoalienação, são produzidos e fechados sobre si mesmos, ficando, assim, apartados do todo social constituído pela imparável produção material e imaterial.

## 5.1. A processo de autoalienação e o território madeirense

Para Marx o conceito de alienação torna-se necessário para entender a relação entre o trabalhador, o trabalho, e a sociedade no capitalismo. Com isso, ele visou perceber como essa relação conduz os seres humanos à “autoalienação”. O autor analisa a alienação no contexto fabril do séc. XIX, onde os trabalhadores são submetidos a uma nova condição existencial – novo espaço (fábrica) corresponde a um novo modo de vida (proletário). Ele identifica e analisa as novas relações estabelecidas no capitalismo: entre o ser humano e o seu trabalho; entre o ser humano (trabalhador) e o produto do seu trabalho; entre os próprios seres humanos (trabalhadores); e entre essa forma de trabalhar (*forma de vida*) e a sociedade como um todo.

Marx complementa a sua análise com dois conceitos, *Entäusserung* e *Entfremdung* – dois fenómenos que ocorrem no processo da alienação. O primeiro conceito – “exteriorização/reificação” –, diz respeito à etapa inicial da alienação, em que o trabalho humano e os seus produtos perdem o seu significado original. Antes do processo de alienação capitalista, o ato de produzir materializava as *necessidades* do criador (auto-materialização), possuindo um significado intrínseco e concreto no espaço. Foi possível constatar isso nos capítulos anteriores embora por meio de outro contexto que não o fabril. O território rural madeirense durante cinco séculos foi constituído por diferentes paisagens e estas, por sua vez, foram moldadas pelas *necessidades* da população que do território se foi apropriando. No entanto, o ato de alienação capitalista passa a corresponder a uma necessidade puramente antropológica e, por isso, ontologicamente desvinculada: a produção de coisas e objetos – mercadorias – passa a responder a uma demanda criada pelo mercado, subordinada à lógica de valor de troca e não mais ao valor de uso – ao que é *necessário*. Ou seja, a coisa produzida – quer seja um espaço, um objeto, uma música, etc. – e que antes materializava uma necessidade real e interior do criador passa por um processo de exteriorização que o esvazia de significado e o transforma numa mercadoria.

Já o segundo conceito, *Entfremdung* – estranhamento –, refere-se à experiência do ser humano ao confrontar algo produzido de forma exteriorizada, mesmo tendo sido criado pelo próprio. O produto do trabalho deixa de ser uma extensão do criador (uma auto-materialização), decorrente de uma experiência objetiva e com significado, para

transformar-se num “poder hostil” e independente. Noutras palavras, a *coisa*, por meio dela mesma, ganha um significado (fetichismo da mercadoria) fornecido pelo *mercado*: é consoante a sua disponibilidade (oferta) e a ‘liberdade’ do ser humano desejar (fetichizar) ou não a *coisa* (procura) – a ‘lei’ da oferta e da procura – que o valor é determinado. Ou seja, o valor apenas resulta de uma condicionante antropológica, daí ser determinado por uma falsa necessidade – a especulação (valor de troca) –, porque ontologicamente desassociada.

Por isto, Benedito (2024) caracteriza a *coisa* como detentor de um “poder hostil”. Se na sua análise Marx refere-se às mercadorias produzidas na fábrica, neste trabalho o objeto de estudo é a *terra*. Esta – que em última instância é natureza – deixa de ser entendida como fundamento ontológico da vida antropológica e passa a ser tratada apenas como suporte de materialização de ideologias – ontologicamente desvinculadas. No entanto, porque o ser humano é um ser natural (*ser de necessidades*), é inevitável que a *terra* – elemento que deveria possibilitar a sua existência – seja percebida de maneira hostil, pelo menos enquanto ainda for apropriada segundo o ponto de vista capitalista.

[...] quatro aspectos principais da alienação [segundo Marx]: a alienação dos seres humanos em relação à natureza, a alienação dos seres humanos em relação à sua própria atividade produtiva, a alienação dos seres humanos em relação ao seu ser genérico [isto é, alienação à sua essência coletiva, que se caracteriza pelo compartilhamento de objetos e objetivos comuns] e a alienação da relação do ser humano entre si [ou seja, a alienação às conexões com outros seres humanos, definidas pelos vínculos e experiências que moldam a sua vida].<sup>107</sup>

Como se compreendeu ao longo do trabalho, na verdade, o desvínculo entre Natureza e Sociedade na Madeira teve início logo com o povoamento, quando o território passou a ser explorado sobretudo para a produção e reprodução de bens. Contudo, a análise aqui desenvolvida, incide especialmente sobre o momento em que a terra se converte em mercadoria no espaço rural, isto é, após a queda do Antigo Regime. As benfeitorias construídas ao longo do tempo segundo as *necessidades* e o *trabalho* viram anulada a sua qualidade de elementos materializantes de vida – erguidos para dar resposta à vida (que junta ontologia e antropologia) e não a um ato de venda (que se reduz a um ato puramente antropológico). De repente, com a mercantilização da terra, esta e as

---

<sup>107</sup> *Ibidem*. p. 1.

benfeitorias nela construídas são associadas a um valor quantitativo, determinado segundo a sua disponibilidade e procura. Com isso, a paisagem passa a ser ciclicamente formada (reproduzida) pelo o que o ser humano nela consegue produzir e acumular – daí o intenso desenvolvimento agrícola e hortícola. Se antes, era o título nobiliárquico a garantir o acesso a terra e por fim a uma vida condigna, agora é o dinheiro que passa a servir de mecanismo de acesso à terra e por isso a uma vida melhor.

Pode, assim, presumir-se, que a paisagem hortícola já reflete um processo de autoalienação. Deixa de resultar de uma mediação de primeira ordem – isto é, da necessidade direta de subsistência (comer), que implica um modo de vida ontologicamente enraizado, específico e produtor de uma determinada paisagem<sup>108</sup> – para passar a responder a uma lógica abstrata (a nova ‘necessidade’): a produção e reprodução do capital. Neste novo regime, o dinheiro torna-se o mediador de segundo grau<sup>109</sup> que permite suprir as várias necessidades humanas, deslocando o vínculo direto entre o trabalho hortícola e a vida quotidiana.

Ainda que, ao longo do século XX, o dinheiro se afirme como mediador central das relações sociais e da relação com a natureza, a paisagem hortícola mantém-se como expressão de processos de alienação – como analisado no capítulo anterior.

Segundo Freitas Branco (2019), essa paisagem e, portanto, esse modo de vida ontologicamente ainda fundamentado mantêm-se por duas razões: primeiro, deve-se ao fato do regime de colônia ter sido mantido, pois o senhorio não tinha liquidez suficiente para indemnizar o colono pelas benfeitorias, tal como o colono não tinha capacidade financeira para comprar a terra. Embora o modelo formal de acesso à terra tenha mudado – passando do pagamento em géneros para uma renda monetária – o *conteúdo* da anterior *forma* manteve-se: a posse da terra continuou nas mãos dos senhorios e a dependência

---

<sup>108</sup> Recorde-se que à necessidade de comer se juntavam tantas outras – um modo de vida fundamentado em necessidades concretas e supridas por via de mediações de primeiro grau. Por exemplo, no processo de cultivo também se plantava a cevada destinada ao telhado da habitação, para abafar e manter a habitação aquecida.

<sup>109</sup> O dinheiro, mas mais propriamente o sistema que se baseia na sua produção e reprodução (capitalismo), passa a ser um terceiro agente entre o ‘agente natureza’ e o ‘agente sociedade’ – é um mediador de segundo grau, porque substitui as mediações de primeiro grau que são respostas diretas, espacial e temporalmente, entre a natureza e a sociedade.

dos colonos permaneceu inalterada <sup>110</sup>. Sucessivamente, a segundo razão está interligada à primeira:

Finalmente, a questão social que caracteriza as sociedades agrárias absorvidas em processos de monetarização: admitindo o caso de os senhorios poderem pagar indemnizações ao campesinato, abandonando estes as terras, para onde se escoaria este contingente de mão-de-obra [num território tão limitado como o da Madeira]? Creio residir neste pormenor a razão da aparente indecisão política da monarquia constitucional na Madeira; no final de contas, perante condições locais insuficientes para se gerarem mecanismos clássicos de desenvolvimento capitalista endógeno, face também à ausência de um enquadramento externo a servir de motor nesse mesmo sentido, o compromisso com o passado – extinção dos vínculos, mas manutenção da colónia – equivaleu a tornar menos aguda a questão camponesa da sua incidência social.<sup>111</sup>

Assim, a segunda razão deve-se ao facto da Madeira não reunir as condições que permitiriam o pleno desenvolvimento do sistema capitalista: tem um território muito limitado <sup>112</sup>, daí a inviabilidade de o reorganizar social e economicamente, mas também por não existir à época uma conjuntura externa como o investimento estatal ou estrangeiro. Por isso, para assegurar a estabilidade social extinguíram-se os vínculos e manteve-se o regime de colónia.

Como visto, e após o período de maior instabilidade social fomentada pelo surgimento do *arrendatário* <sup>113</sup>, o dinheiro passa a substituir os pagamentos em géneros, redefinindo a renda acordada entre senhorio e colono (designado agora por *rendeiro*). Assim, o dinheiro transforma-se no mediador de acesso à terra: o objetivo da apropriação territorial passou de cultivar por subsistência para cultivar, depois lucrar e só daí subsistir. Mas dadas as condicionantes naturais do território e a falta de uma conjuntura externa – em que a potencialização da lógica de ‘produção’ e de ‘reprodução’ do capital foi impossibilitada – verificou-se que na busca por dinheiro era inevitável que grande parte da população tivesse que forçadamente <sup>114</sup> emigrar – emigração esta continuada até às últimas décadas do século XX (Dantas, 2014, pp. 135 e 136).

---

<sup>110</sup> Como mencionado na nota de rodapé 60 (final do subcapítulo 2.2.7), embora diluída a influência económica a aristocracia vinhateira manteve o seu poder político.

<sup>111</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 209.

<sup>112</sup> E ainda mais limitado é o território passível de ser ocupado.

<sup>113</sup> Figura abordada no subcapítulo 2.2.6.

<sup>114</sup> Refira-se, mais uma vez, a obra de Horácio Bento de Gouveia, *Torna Viagem* (1979). Quer voltasse com ou sem dinheiro, o emigrante ficará marcado pela angústia da emigração forçada. Além disso, a emigração

Como já entendido, a imposição dessa forma de apropriação espacial reflete-se numa e por meio de uma *forma de vida*. Veja-se o que diz Freitas Branco (2019) sobre as novas relações sociais estabelecidas:

Tornava-se mais prático para muitos camponeses recorrer a outros camponeses que se apresentavam para trabalhar ao dia. Se, por um lado, tinham de ser renumerados, por outro não se estabeleciam ou fortaleciam obrigatoriedades para posterior retribuição de serviços. Em muitos casos, isto pode ter sido uma vantagem, dando um certo prestígio social. É certo que pagar a jorna a um ou dois homens e alimentá-los durante vários dias de trabalho constituía um fardo para os reduzidos orçamentos domésticos [...], mas aumentava, em contrapartida, o *status* perante a vizinhança. Estes [são] alguns dos elementos que anunciam o incremento progressivo de uma mentalidade de esforço **individual**, implicando uma diferenciação no seio do campesinato insular.

115

Ou seja, percebe-se que as relações sociais dos camponeses – antes caracterizadas pela ajuda mútua – passam a ser definidas por comportamentos mais individualistas, onde os “participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência económica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis [...]” (Mészáros *apud* Benedito, 2024, p. 6). Se tal corresponde a uma *forma de vida*, automaticamente equivale a uma *paisagem*. A individualização social manifesta-se espacialmente através do território minifundiário de intensa produção. O problema não é mais o contrato de colônia, mas a capacidade que a parcela de terra tem de produzir dinheiro. Refira-se, a título de exemplo, para ilustrar as consequências da persistência desse modo de vida na atualidade, a afirmação de um morador do Pedregal, no concelho da Calheta:

Naquele tempo, as pessoas quando faziam casas, [...] ajudavam-se muito uns aos outros. O caminhão chegava, deitada a areia, ou telha, ou blocos, na estrada – [...] [porque] antigamente, as casas era tudo feito ao lado das veredas, não havia caminhos. E então, as pessoas à noite, depois

---

da população europeia para regiões mais pobres (‘pobres’, do ponto de vista ocidental), implicou outros fenómenos sociais impactantes. Os europeus emigrados ocuparam o lugar social das populações pré-existentes, produzindo – sem querer, porque sistémico – vários tipos de segregação.

<sup>115</sup> BRANCO, Jorge. 2019. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. p. 203. Ênfase em negrito adicionada.

do trabalho, ajudavam a acartar a areia, a acartar blocos. Havia mais união entre as pessoas. Hoje em dia, todo o mundo é rico, ninguém quer saber um do outro.<sup>116</sup>

Retornando ao passado, no Antigo Regime o problema essencial era o contrato de colônia que impossibilitava a emancipação de vida do colono, pois a terra (a *natureza*) – a partir dos processos de alienação – mantinha-se como possibilidade direta de existência. Ou seja, a *forma de vida* mantinha-se ontologicamente fundamentada, porque as mediações com a natureza (atos de alienação) ocorriam diretamente na e da própria. Em Benedito (2024), este tipo de mediações – em que as *necessidades* surgem e são respondidas simultaneamente com base nas condicionantes naturais e culturais – designam-se por ‘mediações de primeira ordem’. No entanto, a mercantilização da terra anula a sua característica ontológica e transforma-lhe numa produtora e reprodutora do capital económico mais rendoso, que no caso da Madeira era a agricultura. Assim, a relação sociedade-natureza foi quebrada e no meio desses agentes surgiu um outro, o dinheiro: uma “mediação da mediação” – uma ‘mediação de segunda ordem’.

Ao madeirense passou a ser imposto viver não mais através de processos de alienação resultantes da natureza. É através do dinheiro<sup>117</sup> que a vida passou a formalizar-se: o ser humano molda a vida e o espaço – sempre materializáveis através da *alienação* – com base num produto resultante de um processo de alienação, ocorrido num específico momento histórico. Por outras palavras, os atos de alienação passaram a ocorrer por meio de um outro ato de alienação e não mais por meio da natureza – o agente concreto que permite a existência do ser humano. Como Lefebvre afirma, “sendo múltiplo, ele se arrisca a mutilar-se pela alienação”. Ou seja, o ser humano mutilou-se pela alienação: vive autoalienado.

---

<sup>116</sup> António Caldeira (morador do Pedregal, no concelho da Calheta) em RTP Madeira. *Madeira Profunda*, episódio 4, transmitido em 23 de julho de 2025, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p15127/e866343/madeira-profunda> [05:13]

<sup>117</sup> Saliente-se que o dinheiro, tal como todas as outras produções humanas, é resultado de um processo de alienação – um distanciamento da natureza. Por essa razão, ele não é, em si, o problema, mas sim a forma como vem sendo manipulado pelo ser humano – isto é, o seu relacionamento com a sociedade e com a natureza – em que surge frequentemente sobrevalorizado em detrimento de outros elementos igualmente necessários.

Sublinhe-se que o sistema capitalista, e a autoalienação que o caracteriza, enquanto fenómeno de desvanecimento de auto-perceção humana, “não é fruto do acaso” ou “uma fatalidade da natureza” e menos resultado da “natureza humana”:

Em geral, [...] [a natureza humana] é sempre definida circularmente por filósofos e economistas políticos que adotam o ponto de vista do capital, e que descrevem o mundo em termos da característica de imposição de valores do sistema socioeconómico capitalista que, por sua vez, se supõe ‘naturalmente’ resultante da própria ‘natureza humana egoísta’.<sup>118</sup>

Como se entende, é falível fixar a natureza humana a partir de um só reflexo comportamental – o egoísmo –, desconsiderando outros igualmente caracterizantes. O ser humano é um ser de estados – um *ser de necessidades*. Isso constatou-se através das diferentes paisagens até aqui analisadas, e que, ao longo do tempo, se sobrepuseram no território madeirense. Na verdade, a natureza humana é variável e mutável ao longo da História: “a natureza humana é em si inerentemente histórica”. Assim, é equivocado tomar um dos seus estados, congelá-lo e, conceitualmente, utilizá-lo como originador do “desenvolvimento socioeconómico real”, e que por sua vez convenientemente caracteriza o “modo de reprodução sociometabólico do capital”.

## 5.2. O turismo enquanto projeto político

O arquipélago da Madeira, composto pelas ilhas do Porto Santo, da Madeira, das Desertas e das Selvagens, no período analisado, encontra-se institucionalmente definido como uma Região Autónoma<sup>119</sup>. Isso significa que a Região detém a autonomia suficiente para que a política regional organize o território madeirense segundo as necessidades da sua população. Nas últimas décadas do século XX, os decisores políticos adotaram o turismo como atividade base da economia insular<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Mészáros *apud* BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 2. Exemplo demonstrativo disso é exposto no subcapítulo *A política submetida ao crescimento económico* em Anexos.

<sup>119</sup> Consagrada a “2 de abril: aprovação pela Assembleia Constituinte da Constituição da República Portuguesa, que no parágrafo segundo do artigo 6º define os arquipélagos dos Açores e Madeira como “regiões autónomas dotadas de estatutos político-administrativos próprios”. [...]”. DE CASTRO, Marcelino. 2024. *A Primeira Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira*. p. 99.

<sup>120</sup> Ver subcapítulo *Doutrina para o território madeirense* em Anexos.

No entanto, essa decisão retomou políticas herdadas do Estado Novo – quando o ordenamento do território regional obedecia a interesses externos ou aos de uma elite económica local, em detrimento das necessidades da sua população. A 4 de março de 1964, na Assembleia Nacional, afirma um deputado no final do seu discurso: *Já não há mais terra a arrotear. Sr. Presidente. Que do turismo brote pão para a população madeirense [...]*<sup>121</sup>. Como afirma Matos (2022), é a era da massificação turística que nos anos 60 do século XX ecoa em Portugal<sup>122</sup> e que estava a desqualificar a paisagem de alguns países do sul europeu, nomeadamente, em Espanha:

[...] um mundo «destruído pelas agências turísticas, especuladores e a população local corrompida pelo turismo» Um turismo que [...] estava a devastar a paisagem das orlas costeiras mediterrânicas a uma escala nunca antes vista, feito de «modestos blocos paralelos inspirados numa qualquer ideia equivocada da Bauhaus e da Carta de Atenas».<sup>123</sup>



Figura 89: Postal de Terremolinos – Espanha, década de 60, século XX. (Matos, Rui Campos. 2022)

A captação de clientes turísticos é mais fácil do que a colocação no mercado externo de bens resultantes da indústria em face da concorrência dos poderosos países industrializados.<sup>124</sup>

<sup>121</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, p. 3468. Além disso da Madeira ser alvo de maior atenção, o Algarve é também mencionado como uma região que poderá beneficiar economicamente a metrópole.

<sup>122</sup> A crescente pressão turística chega a Portugal a partir do sucesso económico em Espanha: “Segundo os recentes estudos económicos, o turismo tem representado para a economia espanhola uma fonte tão substancial de riqueza que superou já, no ano passado, o total das divisas provenientes das exportações (...). O que turista procura primordialmente é sol e o mar. [...] Onde quer que haja mar e uma estrada aparece uma casa, depois outra, depois um hotel e pronto” (Corrêa *apud* MATOS, 2022, p. 257).

<sup>123</sup> Mackay *apud* MATOS, Rui Campos. 2022. *Arquitectura e Turismo na Madeira, (Des)Continuidades Históricas*. p. 256.

<sup>124</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, p. 3458.

Na lógica da concorrência capitalista (tema tratado na secção 5.2.1.5), o turismo funciona como um ‘resquício’ do capital económico canalizado para os países periféricos do sul da Europa, tornando-os estruturalmente dependentes dessa ‘indústria’ e mais vulneráveis às crises. Foi nesse contexto que esses

Como se desenvolveu no subcapítulo anterior, no capitalismo, a re-produção de capital económico, juntamente com as suas implicações sociais, é o principal mediador entre a sociedade e a natureza. Isso implica que todas as atividades económicas passam a estar subordinadas a essa lógica. Na Madeira, o turismo começou progressivamente a ocupar espaço na economia da ilha ao lado das atividades agrícola e hortícola. Falar em economia, portanto, é falar de apropriação territorial. É através dessa e da consequente *produção do espaço* que a vida ‘humana’ se materializa, para depois se sustentar: “a primeira condição da história é manter os homens vivos, a segunda é assegurar a sua reprodução” (Carlos *apud* Benedito, 2024, p. 14). Nestas circunstâncias gerou-se uma *forma de vida* constituída por relações sociais e pelo relacionamento indireto – mediado pelo dinheiro – entre o ser humano e a natureza.

Saliente-se que o turismo é o fator externo que na situação descrita no subcapítulo anterior a partir de Freitas Branco (2019) faltara no momento em que foram extintos os vínculos e mantido o regime de colónia, e que impossibilitaram os “mecanismos clássicos de desenvolvimento capitalista”. Agora, embora as condicionantes naturais do território se mantivessem (um território exíguo, mas com um clima ameno), a conjuntura mudou. No plano externo, o fenómeno do turismo que se alastrava pelas regiões de “sol e mar”<sup>125</sup>, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 e a maior capitalização de entidades privadas abriram novas possibilidades. E internamente, a conquista da autonomia regional criou as condições políticas necessárias para consolidar o desenvolvimento do sistema capitalista na Madeira.

Como se viu, o dinheiro produzido através da horticultura era insuficiente para permitir a emancipação de vida da população. Isso deve-se ao território exíguo, ao isolamento insular, mas sobretudo – e agravando essas condicionantes naturais – ao facto de que a estrutura que molda a apropriação do território se sustenta num sistema de relações sociais autoalienadas – num “modo de reprodução sociometabólico do capital”, como cita Benedito (2024, p. 14). Embora a atividade hortícola, em si, seja uma prática

---

países passaram a ser pejorativamente apelidados de *PIGS* (Portugal, Itália, Grécia e Espanha) – acrónimo que, em inglês, significa *porcos*.

<sup>125</sup> Ver nota de rodapé número 122. Igual à ideia de “sun, sand, sea”, imposta sobre a Região, menciona pelo deputado Agostinho Cardoso. (*Assembleia Nacional*, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, p. 3465).

de alienação, a razão pela qual ocorre – ou seja, a ‘necessidade’ de gerar lucro – revela-se como um processo de autoalienação.

Assim, embora o *conteúdo* (a horticultura) revele-se como uma mediação de primeiro grau (*alienação*), a *forma* (a lógica capitalista que a sustenta) transforma essa prática numa extensão da *autoalienação*. Seguindo essa lógica, o *espaço produzido* apenas re-produz possibilidades de existência que replicam o sistema que o produziu – uma lógica onde a produção e a reprodução de capital se impõem como única *possibilidade*, a ‘única alternativa’.

Dessa maneira, qualquer atividade que ocorra numa sociedade baseada nesse sistema ontologicamente desconetado será apropriada por uma lógica abstrata, composta por necessidades puramente artificiais. São nestas circunstâncias que a atividade turística surge como uma ‘possibilidade alternativa’ para a Madeira, cujo objetivo político foi melhorar a qualidade de vida da população – embora inevitavelmente apenas de forma material <sup>126</sup>.

### 5.2.1. O turismo como processo de autoalienação

Este subcapítulo tem como objetivo clarificar a forma pela qual a atividade turística tem, num período mais recente, vindo a processar-se na Madeira: como expressão da *autoalienação*. Sublinhe-se, no entanto, que num primeiro momento o turismo aparentará decorrer como um processo de alienação, ou seja, como uma forma de apropriação ontologicamente fundamentada.

---

<sup>126</sup> A partir da última década do século XX, a qualidade de vida dos madeirenses melhorou, no entanto, apenas no campo material. A paisagem atual, como se verificará, revela uma desvinculação da sociedade com a natureza e, inevitavelmente, uma desconexão entre os seres humanos dentro da própria sociedade. Como afirmou António Loja, na reedição da *Carta a um Governador* (1992, pp. 4-5), a Autonomia transformou a Região em “muitos dos seus aspectos materiais”, como alterou o tecido social, no entanto, permanece a falta de autonomia intelectual marcada por séculos de dependência e de subserviência: “Admita-se que nenhuma sociedade extirpa tão facilmente os seus hábitos de servidão que eles se tornem invisíveis após apenas vinte anos de uma sempre relativa vivência democrática ou após apenas dezoito anos de uma prática autonómica sempre discutível, por ser mais institucionalizada que civicamente vivida”. Por ‘falta de autonomia intelectual’ entenda-se a ausência de sentido crítico na sociedade madeirense que a impede de pensar o seu território, o seu modo de vida e a sua paisagem. Sem essa, até mesmo a autonomia institucional pode, um dia, correr perigo. Ver subcapítulo *A lacuna da autonomia intelectual* em Anexos. É possível presumir que os ‘hábitos de servidão’, nunca verdadeiramente superados, passaram a sustentar a estrutura – o regime – capitalista. Este regime, apesar de garantir algumas satisfações materiais, limita o desenvolvimento intelectual ao manter uma perspetiva unilateral e dificulta a realização imaterial do indivíduo.

Deste modo, analisa-se a entrevista conduzida no programa *Cá Entre Nós* (RTP, 1990) <sup>127</sup>, entre Jorge Carlos Abreu – então secretário regional do turismo, cultura e emigração – e António Trindade – à data presidente do setor de turismo, da Associação Comercial Industrial do Funchal (ACIF). Neste subcapítulo, a entrevista será segmentada em pequenas secções temáticas, iniciando-se cada uma com as falas que se consideram ser mais relevantes para o presente trabalho. Nessas falas, algumas palavras serão destacadas, por constituírem momentos-chave do discurso, que servirão de base para a análise crítica a seguir desenvolvida. Quanto à nomeação dos entrevistados, António Trindade será ‘ACIF’, enquanto representante do setor económico privado, e Jorge Carlos Abreu será ‘Governo Regional’, porque representante do poder público. Por fim, cada secção terminará com uma leitura crítica do conteúdo citado, articulando-o com a produção espacial recente da ilha. Essa análise será ainda complementada com outras fontes de modo a reforçar e a aprofundar a interpretação proposta.

Sublinhe-se que algumas secções apresentar-se-ão de forma autónoma à entrevista, isto é, sem a ela recorrer, pois a mesma não aborda temas que para aqui importam aprofundar. No entanto, mantêm-se as referências a outras fontes que procurarão sustentar a interpretação levada à cabo neste capítulo – conceitualmente fundamentada em Benedito (2024).

#### 5.2.1.1. O turismo e a condicionante territorial

Entrevistador: [...] que turismo para a Madeira [...]?

ACIF: Definitivamente um turismo de qualidade. Eu julgo que nós temos uma especificidade muito própria. Nós **não temos as características dos de destino de grandes massas**. Nós somos um destino turístico insular, [...] e somos suficientemente pequenos para termos de apostar numa infraestrutura, quer ao nível do setor privado, quer [...] do setor público, na melhor qualidade possível.

Entrevistador: Senhor secretário, porquê esta [...] grande aposta, sobretudo e acima de tudo, no **turismo de qualidade**?

---

<sup>127</sup> RTP. *Cá Entre Nós*, Episódios: *Cá Entre Nós – Parte I e Parte II*, transmitidos em 17 de setembro de 1990, RTP Arquivos.

Governo Regional: Bem, o turismo faz parte, praticamente, da cultura dos madeirenses e, consequentemente, temos que ter em conta que a **Madeira não é uma terra com uma dimensão** para ser um destino turístico com **muitas camas**. [...] Teremos, justamente, que fazer da Madeira um destino com qualidade. E quando nós falamos de qualidade, falamos de qualidade em todos os setores da vida madeirense. Não pensemos só que estamos a falar de qualidade no serviço de hotelaria ou das agências de viagens. Qualidade em tudo o que se refere à Madeira e, sobretudo, teremos que ter os cuidados convenientes para que a **Madeira não se adultere**. Para que a Madeira consiga **conciliar seu progresso convenientemente com o seu ambiente**. Esta é realmente a grande aposta que o Governo da Região Autónoma da Madeira quer fazer [...] para que possamos salvar a Madeira. E para que as gerações vindouras possam olhar para a Madeira e ter a certeza que este **património – que não nos pertence** – terá que passar de geração em geração. Terá que ser um património sempre transformado tal qual transformaram os nossos antepassados a Madeira [...], feita do **basalto**, nos **jardins** que a Madeira é hoje. Teremos [...] que fazer da Madeira, realmente, uma terra em pleno desenvolvimento e um destino turístico de qualidade.

Entrevistador: Já agora, fale-me daquele turismo que não tem qualidade.

Governo Regional: Bem, eu não vou falar de turismo que não tem qualidade. Eu penso que o turismo [...] é qualquer coisa de profundamente humano. [...] O turismo é qualquer coisa para humanizar os povos, é um direito quase. [...] Se uma máquina que é uma máquina tem que parar para lubrificar, eu entendo que o ser humano terá também de ser humanizado, conhecendo outras culturas ou recriando-se, ou praticando desporto. [...] É preciso não esquecer que o turismo é hoje uma força muito forte. [...] é uma prestação de serviços, digamos, em permanente movimento que cada vez mais envolve milhões de pessoas. [...] Eu prefiro não dizer turismo que não tem qualidade. [...] mesmo aquele que não é praticado nos hotéis de luxo, [...] ou nos hotéis que tenham menos estrelas, acho que ele **tem que ter uma determinada qualidade**. Porque eu acho que o elemento humano, o Homem não se pode degradar, e o turismo, consequentemente, não se pode degradar. [...] E eu prefiro dizer, o turismo deverá que ser cuidado convenientemente, porque **ele é feito pelo Homem e dirige-se ao Homem**. [...]

O aprofundamento sobre o conceito de turismo, deixa claro como o mesmo, a princípio, é considerado uma *necessidade* do ser humano. Também se entende como nas primeiras décadas em que se fomentou a atividade turística na Madeira, existiu um cuidado na integração dessa atividade com o território. O pouco espaço passível de ser usado e ocupado na ilha exige que se adote uma específica forma de turismo. Ficou evidente como a atividade turística madeirense – enquanto processo de alienação – foi

moldada pelos condicionantes naturais do território em que se insere, como também pelas necessidades da população que nele reside. Além disso, João Carlos Abreu deixa evidente que a paisagem alcançada à altura – “jardins” – resultada da adaptação do ser humano às condicionantes ontológicas – o “basalto”, a pedra vulcânica mais comum na ilha. E, da mesma forma que até então a paisagem tinha sido moldada, defendia-se que esse princípio deveria continuar a ser a diretriz do desenvolvimento da ilha – promovendo o seu progresso em conciliação com o meio ambiente e garantindo a sua transmissão, com o mínimo de adulterações, às gerações vindouras.

O nível de conscientização acima exposto, considerando a dimensão territorial e a necessária adaptação das atividades económicas, entre as quais a turística, à condicionante natural, contrasta com o pensamento contemporâneo. Atualmente, o poder público madeirense passou a fomentar um modelo de turismo massificado – indigno se se considerar o turismo como *necessidade* humana e prejudicial num território tão pequeno. A adoção desse modelo de turismo foi defendida, por exemplo, numa entrevista<sup>128</sup> ao então secretário regional de economia, turismo e cultura, ocorrida em 2024. O entrevistado comparou a Madeira com a ilha de Menorca (ilhas Baleares, Espanha), a partir de um dado estatístico – a intensidade turística (“dormidas pela população que existe”). O indicador madeirense aponta 29,5 dormidas por habitante, enquanto que o indicador menorquino é de 58. Duas vezes mais que o da Madeira, e como afirmou o próprio “[...] a Madeira para chegar a uma situação de excesso de turismo tinha que ter o dobro das dormidas do que tem”.

À primeira vista, a comparação entre a ilha de Menorca e a Madeira parece válida, já que ambas têm áreas semelhantes, respetivamente, de 702 km<sup>2</sup><sup>129</sup> e 758,42 km<sup>2</sup><sup>130</sup>. A área total das regiões é um dos dados utilizados na estatística turística. Importa notar, contudo, que o raciocínio do secretário regional contém uma falha estrutural que, em vez de contrariar, acaba por confirmar que a Madeira já adota um modelo de turismo massificado.

---

<sup>128</sup> RTP Madeira. *Telejornal da Madeira*, entrevista a Eduardo Jesus, transmitido em 28 de setembro de 2024, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p85/e797653/telejornal-madeira>

<sup>129</sup> Menorca. *El paisaje geológico de Menorca*. Menorca.es. Disponível em: [https://www.menorca.es/en/Menorcas\\_geological\\_landscape/13386](https://www.menorca.es/en/Menorcas_geological_landscape/13386).

<sup>130</sup> Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)

A comparação ignora a morfologia do território. A maior parte da superfície de Menorca encontra-se abaixo dos 300 metros (fig. 91), apresentando um relevo predominantemente plano, o que permite a ocupação humana de quase toda a ilha. Na Madeira, por outro lado, a maior parte do seu território localiza-se entre os 400 e os 1000 metros de altitude, sendo escassas as áreas de planície. Como se verificou, grande parte da sua área é composta de zona montanhosas e, por conseguinte, vales profundos e encostas abruptas. Se se considerasse apenas a área até à cota dos 300 metros (fig. 90), de maneira a haver uma comparação mais verosímil com Menorca, a superfície útil da Madeira seria muito inferior à da ilha espanhola. E mesmo considerando a área até à cota dos 700 metros – “altitude média das principais levadas” para irrigação (Ribeiro, O. 1985) – a superfície útil manter-se-ia diminuta e contando já com zonas de vales muito profundos e, portanto, impossíveis de ocupar. Assim, o valor de 29,5 dormidas por habitante na Madeira, comparando com 58 em Menorca, torna-se ilusório: proporcionalmente à área efetivamente utilizável, a intensidade turística da Madeira poderá ser muito superior.

[...] apenas 11% da área total desta ilha tem um declive inferior a 16% e um quarto da superfície está acima dos 1000 metros de altitude (áreas não habitáveis). Está realidade leva à construção em áreas de risco [...].<sup>131</sup>

Portanto, a conclusão – e a decisão política que dela decorre – do secretário regional assenta numa comparação desequilibrada. Em vez de demonstrar que existe margem para expandir o turismo, o raciocínio acaba por confirmar que a Madeira já ultrapassou os limites físicos razoáveis para um turismo sustentável – tal como se defendia nas primeiras décadas de planeamento turístico, quando havia alguma preocupação, tanto do setor público como do privado, em adequar a atividade turística à realidade física e social da ilha.

---

<sup>131</sup> DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. p. 167. Veja-se os exemplos de construção em áreas de risco a partir das figuras 21, 22 e 23, expostas no subcapítulo 1.1.7.

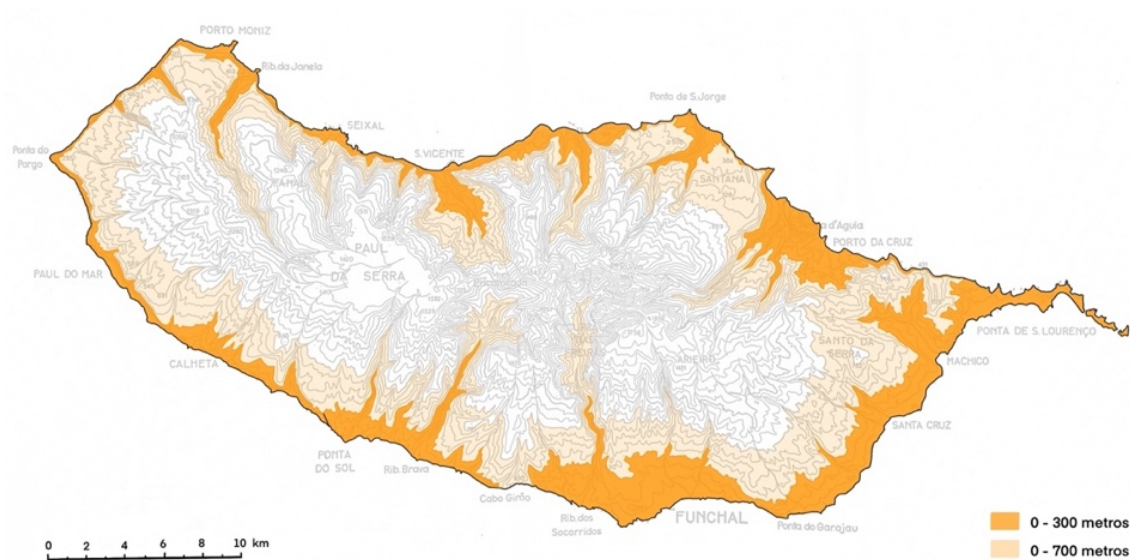


Figura 90: Mapa hipsométrico da ilha da Madeira. (Adaptado de Ribeiro, O., 1985)

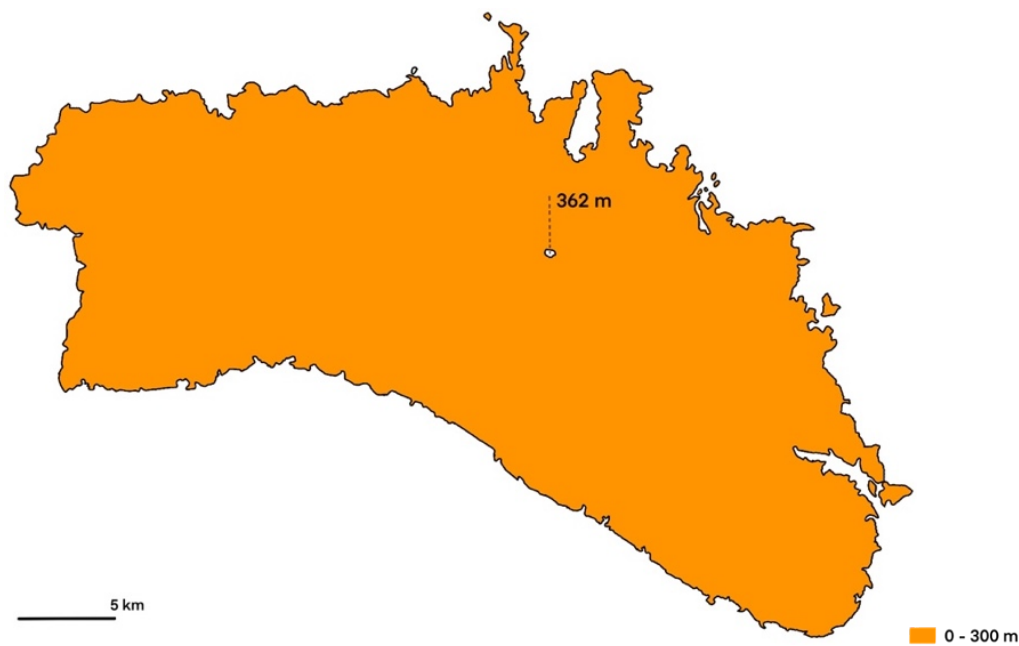


Figura 91: Mapa de relevo da ilha de Menorca.

Desta forma, torna-se evidente que a atividade turística se processa de formas distintas nos dois períodos comparados. No primeiro, trata-se ainda de um processo de alienação e, por isso, ontologicamente fundamentado. No segundo, passa a configurar-se como um processo de autoalienação – centrado na produção e reprodução da própria atividade – ao se afirmar que existe ainda muito espaço para ser explorado, e, com isso, perdendo-se a relação consciente com os limites do território. Tal forma de gestão política

contraste com a conscientização explícita no memorando de meados do século XVIII que Freitas Branco (2019) considerou ser um “pequeno tratado ecológico”<sup>132</sup>.

#### 5.2.1.2. O novo modo de vida e a transformação da paisagem

Após a resposta anterior, segue-se a exposição de uma reportagem sobre o turismo na Madeira. É apontado que, de maneira a aproveitar os **fundos estruturais comunitários da União Europeia**, “assiste-se a uma espécie de **febre na construção**”, que visa aumentar o número de camas do parque hoteleiro – das então cerca de 13 000 para as mais de 20 000. Depois, é afirmado que existe uma preocupação ambiental sobre o impacto do grande número de obras de futuros hotéis que decorrem e que introduzirão mais 6000 camas, **alterando a paisagem da cidade do Funchal**. Além disso, é mencionado que as autoridades falam da “necessidade de se preservar o património paisagístico e ambiental”, mas que praticamente as coisas ocorrem de outra forma – foram construídos “alguns monstros que afetam a paisagem”.

[...]

Desviando-se temporariamente da temática central do turismo, esta secção propõe compreender o contexto socioeconómico em que essas novas construções – e os espaços que elas produzem – ocorrem. A análise espacial desenvolvida permitirá perceber melhor os conteúdos das secções seguintes. Assim, aproveita-se a referência aos “fundos estruturais comunitários da União Europeia”, que possibilitaram a construção de muitas infraestruturas hoteleiras, como ponto de partida para analisar o novo modo de vida introduzido na região a partir da última década do século XX.

Essa mudança alterou profundamente a paisagem, nomeadamente a do Funchal, como referido na reportagem analisada. Por isso, considera-se relevante abordar, num segundo momento, as razões que levaram o Funchal a assumir o papel predominante que ainda hoje desempenha sobre a restante região. A hipertrofia do Funchal acabou por predeterminá-lo como o principal polo turístico da ilha, e, por conseguinte, de outras atividades económicas. Assim, recorre-se ao estudo *Cidade e rede urbana na Região Autónoma da Madeira*, de Gilda Dantas (2014, pp. 84-169).

---

<sup>132</sup> Abordado no subcapítulo 2.2.2.





Figura 93: Mapa com a Via Rápida (VR) e as Vias Expresso (VE), em 2004. (VR – composta por duas faixas de rodagem e com velocidade máxima de 100 Km/h e VE – formada por uma faixa e com velocidade máxima de 80 Km/h). (Adaptado de Dantas, G., 2014)

O povoamento disperso, a orografia acidentada e o atraso em que a Madeira estava mergulhada devido, fundamentalmente, à política discricionária seguida pelo Governo de Salazar em relação às gentes do Arquipélago da Madeira, provocada, em particular, pela Revolta de 1931 que ponha em causa esse regime político, tornaram estas obras de uma importância fundamental para o desenvolvimento económico e social da RAM [Região Autónoma da Madeira].<sup>134</sup>

São essas obras as responsáveis por tirarem do isolamento muitos núcleos populacionais, formados pelo casario disperso e pelas inúmeras parcelas de terra cultivadas – expressões da realidade económica rural, por séculos baseada no regime de colónia. A partir da última década do século XX “a ilha torna-se mais pequena, em relação à distância tempo”<sup>135</sup> – surge uma nova espacialidade. Assim, ocorrem novos fluxos de pessoas e de bens na ilha – surgem novas relações económicas e sociais –, que permitem desenravar politicamente o território e fazer surgir um novo tecido socioeconómico regional. Tem-se o exemplo, abordado no primeiro capítulo, do Concelho de Câmara de Lobos (Abreu *et al.*, 2009), composto por um rico tecido socioeconómico: agricultura,

<sup>134</sup> DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. pp. 92-93.

<sup>135</sup> Sublinhe-se que nem todos os lugares foram beneficiados. Alguns ainda continuaram muito distantes e, inclusive, viram diminuir as taxas de variação populacional residente, de variação das famílias residentes e de variação dos alojamentos familiares. Tal deve-se, no exemplo exposto pela autora no concelho de Santana (norte da ilha), pela Via Expresso não passar nessas localidades. Na verdade, foi essa a razão do êxodo populacional dessas zonas para as localidades – dentro do próprio concelho – onde passava, precisamente, a Via Expresso.

construção civil, serviços, comércio e indústria, e mais especificamente, fruticultura, floricultura, apicultura e vinicultura.

Note-se que nesse ‘conjunto de produções’ foi produzida uma nova necessidade: a aquisição de viatura própria. Segundo Dantas (2014), mesmo com uma boa rede de transportes públicos, o madeirense por comodismo prefere deslocar-se com carro particular – contribuindo, num espaço tão reduzido como o da Madeira, para uma grande mobilidade populacional.

[...] levar o carro particular para o trabalho ou utilizar o transporte coletivo. Nesta escolha, os dois fatores que mais pesam são o ter garantia de estacionamento para a sua viatura e o preço do combustível. **Raramente o cidadão se questiona sobre o bem público**<sup>136</sup>, quer relativo às questões ambientais, engarrafamentos, ou a uma maior importação de petróleo e, consequentemente, a uma mais elevada dívida externa.<sup>137</sup>

Ou seja, o *espaço produzido* – com o regime de colónia já extinto, em 1977 – possibilita o surgimento de novos modos de vida, nomeadamente, os “novos nómadas/sedentários”, que se deslocam diariamente entre a casa e o trabalho, sobretudo com recurso ao automóvel particular, embora o transporte público também esteja presente. Assim, o trabalho já não se executa, necessariamente, no *poio* junto à casa – torna-se mais variável, pois a agricultura deixa de ser a única opção de trabalho do morador rural, podendo ser exercido em qualquer ponto da ilha.

No conjunto de atividades económicas que surgem nas últimas décadas, o turismo é uma das mais significativas. Como dito na reportagem de 1990, é no Funchal que se assiste à “febre na construção” de hotéis. Com isso, fica evidente como o Funchal foi – politicamente – definido como o principal polo recetor da atividade turística. Sendo o turismo uma das principais fontes de rendimento da ilha, e gerando muitos empregos diretos e indiretos, subentende-se que uma parte significativa da força rural passou a deslocar-se para o Funchal.

---

<sup>136</sup> Ênfase a negrito da própria autora. Mais uma vez, demonstra-se o individualismo gerado numa sociedade orientada pela lógica autoalienada capitalista. Sobre isso ver conteúdo relativo à nota 115.

<sup>137</sup> DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. p. 116.

Da mesma maneira, é também no Funchal que se concentram os principais órgãos do poder público regional, criados a partir da institucionalização da autonomia, e que absorvem uma outra parte relevante da população ativa. Por fim, note-se que o papel hipertrófico – ou macrocéfalo segundo Dantas (2014) – atribuído à cidade do Funchal não foi criado nesse momento, mas já vinha sendo evidente desde meados do século XX – e mesmo desde o povoamento, devido à ampla baía de declive suave e ao microclima ameno, o que favoreceu os cultivos, sobretudo o da vinha (fig. 58).

Com a expansão da navegação a vapor, o Funchal passou a desempenhar um papel estratégico, devido à sua localização entre a Europa e a América, no abastecimento de carvão, de água e alimentos frescos. [...] Para além destes barcos, o Funchal, entre as duas guerras mundiais, voltou a ser um importante porto de escala, em especial nos sectores do turismo e comércio. [...] Este desenvolvimento era restrito à cidade, centro de aglomeração populacional. Nas vertentes sobranceiras e freguesias periféricas as casas apareciam muito dispersas.<sup>138</sup>

A intensa emigração verificada desde a mercantilização da terra na segunda metade do século XIX deve-se, como se viu, ao escasso rendimento agrícola – agravado pelo regime de colónia. No entanto, na Madeira, esse fenómeno desenvolve-se também devido à migração por parte das populações rurais para a zona do Funchal (o êxodo rural)<sup>139</sup>. Esse processo intensificou-se desde a “inauguração do último troço da Estrada Regional, em 1955, que permitiu ligar todos os centros urbanos do litoral”. No entanto, como expõe Dantas (2014), a cidade não estava preparada para receber esse movimento. Por este motivo, é nos arredores do Funchal, e não propriamente na cidade, que se verifica o maior desenvolvimento da zona a partir da primeira metade do século XX.

[...] o principal crescimento do Funchal resultou, desde o princípio do século XX, de um processo de dispersão lento e persistente de pequenas moradias que se foram espalhando por todo o anfiteatro ao sabor e conveniência da estrutura rural e das explorações agrícolas, aproveitando os caminhos públicos e ocupando os poios que se encontram “a jeito”, consoante a divisão da propriedade [regime de colónia]. Não houve uma prévia estruturação urbana, “voluntária” mas sim uma ocupação “espontânea” e semi-rural do território agrícola.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> *Ibidem*. p. 153.

<sup>139</sup> Recentemente, o Funchal não é o único fator de escolha, mas sim zonas que tenham direto acesso às vias rodoviárias. Na migração ocorrida na década de 1990 houve migrações desse tipo, mesmo dentro da área concelhia. Sobre este fenómeno ver nota de rodapé 135.

<sup>140</sup> Rafael Botelho *apud* DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. p. 156.

[...] o concelho do Funchal, sendo o mais urbanizado, é também, um tanto paradoxalmente, o mais agrícola.<sup>141</sup>



Figura 94: *Baía do Funchal 1907 – 1911*. Note-se a baixa densidade de construções nos arredores da cidade. (Dantas, G., 2012)



Figura 95: Parte este da baía do Funchal, em meados do século XX. (Dantas, G., 2012)

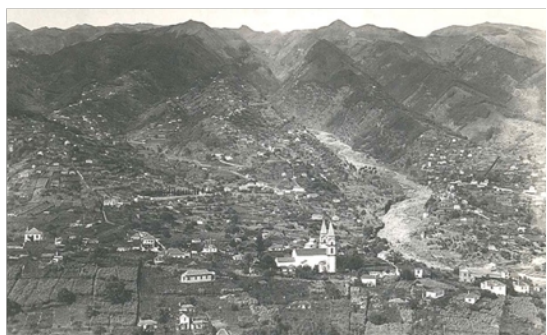


Figura 96: *Freguesia periférica do centro do Funchal (Santo António) – ano de 1936*. (Dantas, G., 2012)



Figura 97: A mesma freguesia, em 2010. A expansão urbana descontrolada chegou à cota dos 780 metros nesta freguesia. (Dantas, G., 2012)

Desta maneira, compreende-se a razão que levou o Funchal a consolidar-se como único polo económico-financeiro da ilha. A partir segunda metade do século XX, a cidade passa a concentrar ainda mais não só as principais infraestruturas governamentais, como também uma diversidade de outros setores, complementares e necessários para sustentar a oferta turística de qualidade que se pretendia implementar: “o comércio de bens mais sofisticados, os bancos e seguradoras, os médicos especialistas, o hospital, os *stands* de automóveis”, etc...

Posteriormente, o surgimento das Vias Expresso e da Via Rápida (fig. 93), a partir da última década do século XX, introduz uma nova forma de mobilidade. Com elas, surge um novo modo de vida, baseado nas deslocções mais rápidas entre localidades e

<sup>141</sup> Pereira *apud* DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. p. 156.

definindo uma nova paisagem: habitação, emprego, comércio, serviços e lazer passam a ocorrer em lugares distintos. Sublinhe-se que Abreu *et al.* (2009) menciona a pressão demográfica que a partir da última década do século XX começou a ser sentida sobre o território, implicando a presença de infraestruturas antrópicas em zonas de riscos (figs. 21 a 23).

A reconfiguração do modo de vida e, portanto, do espaço exige uma circulação constante, sobretudo com recurso ao automóvel – criando, assim, uma nova dependência. Contudo, a aquisição de uma (ou mais) viaturas particulares depende do nível económico das famílias, o que torna esse “mundo da mobilidade” inacessível a parte da população:

É um mundo da mobilidade, de uma vida de consumo que leva a uma diferenciação hierárquica cada vez maior. [...] a relação mobilidade/espacialidade é sinónimo de produção de desigualdade social e até de exclusão.<sup>142</sup>

As novas acessibilidades alteraram o espaço de vida quotidiano dos habitantes que passou a estender-se por uma área muito mais alargada [...] obrigando-os a circular por vários lugares, no mesmo dia, quase sempre com recurso ao automóvel [...].<sup>143</sup>

Dessa maneira, desvanece-se a distinção entre espaço rural e urbano na Madeira: “o ‘mundo rural’ deixa de estar intimamente ligado ao sector agrícola” sendo progressivamente substituído por um modo de vida mais funcional e segmentado – embora “deixando antever novas oportunidades para quem aí vive”. Pela primeira vez na sua história, o território rural da Madeira começa a apresentar-se como uma paisagem fragmentada – ontologicamente desvinculada. Convém salientar que esta é provavelmente a principal razão do abandono das zonas de transição urbano-florestal. Abreu *et al.* (2009) já havia constatado o abandono destas zonas, e este tema foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho. A introdução abrupta de um novo modo de vida na ilha, sem tempo para adaptação, interrompeu a histórica manutenção do espaço rural e florestal, criando condições propícias à ocorrência de fogos florestais.

---

<sup>142</sup> DANTAS, Gilda. 2014. *Cidade e rede-urbana na Região Autónoma da Madeira*. p. 134.

<sup>143</sup> *Ibidem*. 156.

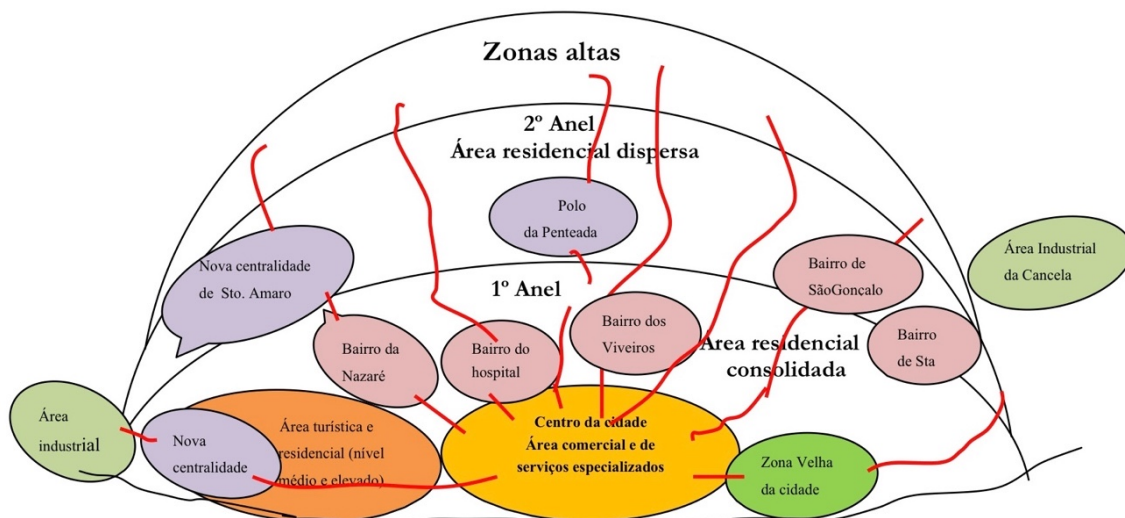


Figura 98: Esquema da organização espacial do Funchal e dos arredores, sendo estas últimas áreas, no passado recente, já consideradas rurais. (Os traços a vermelho representam as vias de ligação). Ineditamente, o espaço encontra-se dividido de forma funcional, sem qualquer ligação ontológica entre as diferentes áreas. (Adaptado de Dantas, G., 2012)

Ineditamente, o espaço apresenta-se dividido de forma funcional, sem qualquer ligação ontológica entre as diferentes áreas – trata-se de uma paisagem moldada pela lógica da autoalienação. O território deixa de funcionar como base estruturante (ontológica) da vida – como “espaço de vida” (Dantas, 2014) – para passar a servir, neste caso, de suporte à lógica abstrata e funcional da mobilidade.



Figura 99: Isolamento do campus Universitário da Penteadá. (Rui Marote. *Diário de Notícias*, Suplemento do Diário de Notícias da Madeira, do dia 11 de setembro de 2000)

Considere-se o exemplo do campus universitário da Madeira (fig. 99), que foi deslocado para a atual localização em 1998. O principal espaço de educação da Madeira é acessível quase exclusivamente por automóvel. Apesar de existirem linhas de autocarro que passam nas imediações não é possível estas linhas determinarem o campus como ponto estruturante da rede de transportes públicos. Este espaço, devido ao seu isolamento e à sua funcionalidade única, acaba por ser apenas um ponto de passagem.

Este cenário exemplifica como a Educação, na lógica capitalista, torna-se objeto do processo de autoalienação: é entendida como uma atividade – um ato de alienação – separada do restante tecido urbano e social, como se pudesse existir por si mesma – autoalienada –, expressando-se como fragmento da atual *forma de vida*.

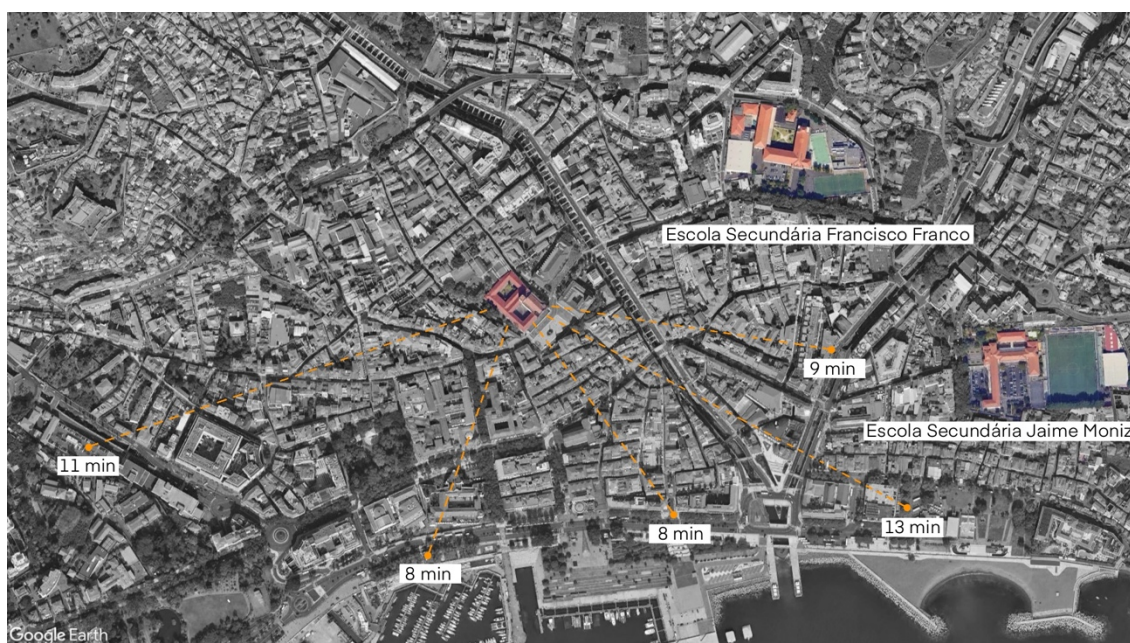


Figura 100: Antiga localização do polo universitário, atualmente sede da reitoria, no centro do Funchal. Os pontos a laranja indicam os principais nós da rede de transportes públicos da ilha. Os tempos apresentados correspondem à duração média do percurso pedonal entre esses pontos e o antigo polo universitário. Em contraste, as principais escolas secundárias da ilha estão inseridas no tecido urbano da cidade, proporcionando à população escolar um maior nível de qualidade de vida. (*Google Earth Pro*)

Já a antiga localização do espaço universitário (fig. 100) permite ver que esse espaço não se encontrava isolado, mas inserido num tecido urbano denso e diversificado, que contribuía para melhorar a qualidade vida da população escolar (estudantes, funcionários e professores). A educação, nesse contexto, não se apresentava como ato isolado, mas como parte integrante de um todo social – de uma *forma de vida* integrada.

A deslocação das instalações para o polo da Penteada representa a materialização de uma lógica de apropriação funcionalista do território, revelando um uso empobrecido do automóvel – não como ferramenta de liberdade, mas como única condição de deslocação no espaço. Neste contexto, o ato de deslocar-se deixa de estar integrado numa rede de relações sociais e territoriais, como antes sucedia (fig. 100). Tal como acontece com a educação, torna-se uma prática isolada, realizada por meio do automóvel, repetida por si mesma e indiferente ao lugar – pois já não é necessário compreender o território nem saber como superá-lo numa escala humana. Em outras palavras: a atividade de deslocação, enquanto mobilidade necessária (ato de alienação), passou a existir por si só – autoalianada –, desconsiderando o impacto negativo do automóvel no processo de fragmentação de uma *forma de vida* autoalienada.

Assim, zonas de lazer, de saúde, de educação, de habitação, de comércio e serviços passam a estar separadas no espaço, impondo a mobilidade por carro, em detrimento da mobilidade pedestre – que não implicaria a inexistência do carro. Recorde-se que uma *paisagem* corresponde a uma *forma de vida* – a nova paisagem fragmentada é expressão de um modo de vida individualista:

Este sistema de mobilidade conduz a alterações sociais no seio familiar e até no **próprio ser**. A **casa passa a ser o local de passagem**, onde já se chega tarde e cansado e se parte de manhã cedo porque as distâncias a percorrer são grandes e o trânsito é cada vez mais intenso. Não há tempo para o convívio familiar entre pais e filhos, entre cônjuges. Assim, nesta vida nómada/sedentária deixa de haver tempo para saber o que se passa no **espaço de proximidade**, para a criação de relações de amizade. São, simplesmente, lugares de passagem. [...] <sup>144</sup>

Reconhecer-se esta paisagem como nova, implica identificar que, anteriormente, a paisagem era organizada segundo as necessidades da população e em comunhão ontológica com o território. Ou seja, durante séculos existiu uma paisagem moldada pela integração entre a sociedade e a natureza.

Os problemas sociais que essas paisagens podiam deixar evidentes não provinham da Natureza em si, mas das próprias relações humanas nelas estabelecidas. A lógica autoalienada do capitalismo, por sua vez, intensifica esses problemas, pois propõe

---

<sup>144</sup> *Ibidem*. p. 134. Ênfase em negrito adicionada.

soluções que se baseiam exclusivamente no ser humano – precisamente o agente que gera esses problemas. Assim, o ser humano desconecta-se da natureza – o agente que lhe permite viver, e que não é o ‘problema’. Por este motivo, tais soluções, por serem abstrações exclusivamente antropológicas, são nomeadas por Benedito (2024) como *mediações de segundo grau*: entre a sociedade e a natureza, num determinado momento histórico, interpôs-se uma rede de relações baseada na produção e reprodução de capital económico, cujo objetivo não é a materialização da vida em si, mas a reprodução de uma forma específica de vida, fundamentada nas ‘necessidades’ do próprio capital.



Figura 101: Esboço do novo túnel na zona Funchal, atualmente em construção. (Google Earth Pro)

Assim, as mediações de segundo grau distinguem-se das de primeiro grau, porque não resultam de *necessidades* que procuram, por meio de atos ontologicamente fundamentados, soluções concretas. Tenha-se o exemplo do novo túnel na zona do Funchal (fig. 101), projetado para aliviar o problema do congestionamento rodoviário. Em vez de se enfrentar a raiz do problema, como propõe Dantas (2014) – através da redução da dependência do automóvel (mediação de primeira ordem) –, foi apresentada uma mediação de segundo grau: uma solução técnica que, ao invés de resolver o problema, fomenta ainda mais o uso do carro.

O problema do congestionamento é fruto do processo de autoalienação do ato de deslocação. Este ato de alienação passou a existir por si mesmo – autoalienado pelo

automóvel – e, por isso, a solução proposta é igualmente alienada, pois continua a basear-se no próprio automóvel. Trata-se, portanto, de uma mediação de segundo grau: não ontologicamente fundamentada – o que implicaria reconhecer o automóvel como parte do problema de uma *forma de vida* fragmentada. Assim, ao basear-se no próprio ato de alienação, o ser humano foi levado a crer que o automóvel é, ele próprio, o meio *natural* da solução.

### 5.2.1.3. O tempo e o espaço como expressões abstratas da Autoalienação

Como se analisou, a dinâmica socioeconómica acima descrita, composta por diversos processos de autoalienação, insere-se na lógica capitalista, caracterizada pela produção e reprodução de capital. Nesse sistema, qualquer atividade tende a ser orientada por uma lógica abstrata, artificialmente fundamentada na ‘necessidade’ de gerar lucro – sobrepondo-se a outras necessidades tão ou mais necessárias. Assim, tal como a atividade hortícola que ocorre de maneira ontologicamente fundamentada, mas inserida numa estrutura de autoalienação, o mesmo acontece com as atividades atuais, moldadas no novo contexto político – igualmente inserido na estrutura autoalienante do capitalismo <sup>145</sup>. Em sociedades organizadas por esse sistema, qualquer atividade – o *conteúdo* – será sempre condicionado pela *forma* abstrata e autoalienante que a estrutura.

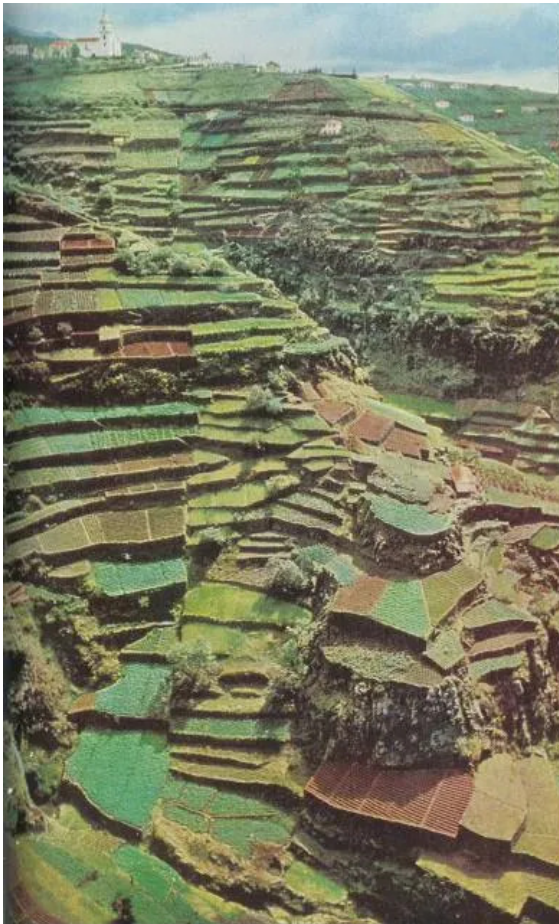
Ou seja, se antes a relação sociedade-natureza na Madeira se fundamentava, ontologicamente, com base na manutenção do espaço agrícola-hortícola, agora essa relação – já antes integrada no sistema capitalista – toma outra dimensão. O vínculo direto com o território, ainda presente na agricultura, mesmo quando orientada pelo lucro, é progressivamente substituído por atividades cada vez mais desvinculadas da terra – do *poio* – e, como seria de esperar, orientadas exclusivamente pela rentabilidade. Na Madeira, tal como em muitas sociedades agrárias integradas na lógica capitalista, o primeiro impacto foi um aumento do bem-estar material <sup>146</sup>. No entanto, esse ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ limita-se ao plano económico <sup>147</sup>, e deixa de lado componentes sociais, ecológicas e culturais.

---

<sup>145</sup> Foi o próprio poder público que propôs o túnel na zona do Funchal (fig. 101).

<sup>146</sup> Quanto à ideia de ‘material’, ver nota de rodapé seguinte e também a número 126.

<sup>147</sup> Ver subcapítulo *A política submetida ao crescimento económico* em Anexos, onde se transcreveu parte da discussão plenária sobre o Orçamento Regional para o ano de 2025, ocorrida a 9 de dezembro de 2024 na Assembleia Legislativa da Madeira. Fica evidente como os aspetos económicos mencionados



1959



2015

Figura 102: Comparação entre a paisagem constituída por mosaicos hortícolas e a paisagem sintomática de um modo de vida que secundariza componentes sociais, ecológicas e culturais. (Medium. <https://medium.com/arquitetura-nas-ilhas-da-madeira/os-poiros-agricolas-da-madeira-879391120250>)

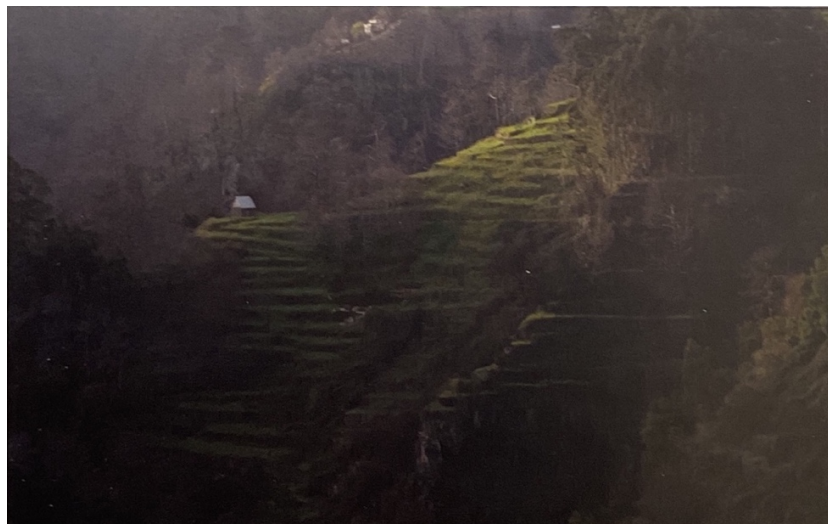


Figura 103: *Território expectante*. (Fotografia de ALMEIDA, J.P. *Estruturas Pétreas no Território Madeirense*, *Revista Islenha*, nº 53, 2013)

transformaram-se, na lógica capitalista, em fatores condicionantes das restantes componentes sociais – que antes teriam a mesma relevância que os económicos.

Como anteriormente abordado, o *trabalho* surge como ação materializadora de necessidades concretas – trabalhar por sobrevivência (necessidade) e por vivência (alienação). Contudo, num momento histórico específico, esse ato foi convertido numa atividade autoalienada – trabalhar por dinheiro. Note-se que a ideia de *trabalho*, interpretada no presente estudo e analisada em Benedito (2024), não é apenas um conceito, mas sobretudo o reconhecimento de uma forma social abstrata que ocorre no mundo real. De facto, o ato de trabalho no processo autoalienante capitalista não é algo concreto ou natural – é uma prática abstrata. No entanto, inevitavelmente, produz efeitos reais: organiza o tempo, forma os espaços e molda modos de vida – embora todos estes acabem por também se apresentar de forma abstrata. Trata-se, como afirma o autor, de um processo “real e não ilusório”. Como se viu na secção anterior, embora abstratas, as novas formas de mobilidade e de ocupação do território acabaram por produzir uma paisagem real – fragmentada e orientada por funções. Sendo o espaço abstratamente produzido e, por isso, simultaneamente produtor de novas abstrações – como se observa na proposta do novo túnel no Funchal (fig. 101): uma solução puramente funcional, que intensificará a abstração do modo de vida dependente do automóvel e fomentará ainda mais a fragmentação da paisagem.

Do mesmo modo, os conceitos de “tempo abstrato” e de “espaço abstrato” referem-se a processos que, embora artificiais, não deixam de ser expressões reais da “nova ordem social” estabelecida pelo capitalismo. Segundo Postone, o *tempo*, que anteriormente era resultado de uma atividade – de um processo relativo à duração de uma atividade, e apenas concreto no final da mesma – passa a funcionar como fator condicionante dessa mesma atividade. O *tempo* foi transformado em algo concreto desde o início – um elemento estruturador: “o próprio tempo foi constituído como absoluto e abstrato”, ou seja, quase como se fosse um objeto manipulável ou um agente externo da atividade, e não apenas um processo imaterial.

[...] O novo tempo proclamado pelas torres de relógio – frequentemente erigidas em frente aos campanários das igrejas – era o tempo associado a uma nova ordem social.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> Postone *apud* BENEDITO. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 8.



Figura 104: Capela e Torre de Relógio Nossa Senhora de Fátima, construída em meados do século XX num ponto alto do Vale de São Vicente, no Pico da Cova. (Simo Räsänen, *Wikimedia Commons*.. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capela\\_de\\_Nossa\\_Senhora\\_de\\_Fátima\\_in\\_São\\_Vicente,\\_Madeira,\\_2023\\_May.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capela_de_Nossa_Senhora_de_Fátima_in_São_Vicente,_Madeira,_2023_May.jpg))



Figura 105: A sua presença visual e sonora impõe-se sobre todo o vale, sendo perceptível por todos os habitantes. O edifício religioso não acolhe o típico espaço convívio socio-religioso, assumindo-se antes como espaço de controlo político – a religião ao serviço do Estado ditatorial. Além disso, o controlo temporal é necessário para as águas de giro. (Terelyuk, *Shutterstock*. <https://www.shutterstock.com/pt/video/clip->

Assim, se o “tempo abstrato” reflete a dimensão temporal do processo de autoalienação, o mesmo ocorre com o “espaço abstrato”. Este, por sua vez, é reflexo da dimensão espacial da lógica capitalista. Ou seja, se o tempo para a realização de uma atividade passa a ser – antropológicamente – predefinido, também o é a materialização do espaço. Desse modo, o espaço não é mais resultado de uma apropriação temporal, ontologicamente fundamentada <sup>149</sup>, como ilustram as figs. 106, 107 e 108, mas sim produto de uma necessidade puramente antropológica (figs. 98, 99, 101, 109 e 110).



Figura 106: Planta do Funchal 1485-1600, reconstituição de António Aragão. Passados 170 anos desde 1430, observa-se uma transformação do espaço construído relativamente contida. (Góis, Luísa. *As inundações no Funchal: contributos para o Ordenamento do Território*. 2014, p. 33).



Figura 107: Planta do Funchal 1430-1485, reconstituição de António Aragão. O processo de constituição do território no que poderia ser entendido como um ‘tempo antigo’. (Góis, Luísa. *As inundações no Funchal: contributos para o Ordenamento do Território*. 2014, p. 33).

<sup>149</sup> Através do conteúdo associado à nota de rodapé 50, compreende-se, por outra via, a necessária relação de adaptação entre o humano e a natureza. Por outro lado, a análise da paisagem da Ribeira dos Socorridos (Câmara de Lobos) permite compreender como em tão pouco tempo uma paisagem foi alterada (fig. 23), ainda que, por séculos, tenha sido apropriada de forma ontologicamente fundamentada (fig. 76).



Figura 108: Planta do Funchal em 1894, reconstituição de António Aragão. 294 anos depois, o Funchal apresenta-se como único núcleo citadino da ilha, com caráter mediável. A sua malha resulta de um processo temporal e ontologicamente fundamentado. (Góis, Luísa. *As inundações no Funchal: contributos para o Ordenamento do Território*. 2014, p. 35).



Figura 109: Zona da Ajuda, Funchal. Ortofoto de 1997. Paisagem ainda dominada pelo espaço agrícola e casario disperso. (GeoFunchal)



Figura 110: Ortofoto de 2023 da mesma zona. Passados apenas 26 anos, a paisagem é dominada por edifícios de grande escala, incluindo unidades hoteleiras junto à linha de costa. Essa nova forma de configuração, onde o espaço é organizado em torno de uma única função, revela-se noutros elementos: as vias rodoviárias e o uso do automóvel – passam a ordenar abstratamente o território, moldando um modo de vida fragmentado. (*Google Earth Pro*)

#### 5.2.1.4. A autoalienação da atividade turística

[...]

Entrevistador: [...] diga-me qual é o calcanhar de Aquiles do turismo madeirense, se é que tem!

ACIF: [...] há situações onde a oferta se pode encontrar um pouco antiquada. [...] E, evidentemente, hotéis que eram considerados muito inovadores no fim da década de 70, infelizmente, já não o são e há uma **necessidade**, talvez, de uma certa **lufada de hotelaria nova**. Até para despertar nos hotéis mais tradicionais uma **necessidade** muito grande de se renovarem e voltarem a criar inovações como criaram há **uma década** atrás.

Governo Regional: [...] os **conceitos filosóficos do turismo mudam de ano a ano**, [...] se é qualquer coisa de humano têm uma evolução **imediate**, visto que o Homem é um ser iminentemente inteligente, **ele está sempre inventando e tem sempre novas exigências**. E, portanto, o turismo sofre de uma **adaptação constante**. Hoje, o conceito de hotelaria é diferente do conceito de hotelaria de **há dez anos atrás**, ou de **há vinte anos atrás**. Hoje, o conceito da decoração e da funcionalidade dentro dos hotéis é completamente diferente. Enfim, julgo que estes aspetos têm que se **adaptar às próprias circunstâncias de cada momento** e penso que cada um de nós terá que colaborar para que esta imagem da Madeira seja sempre e cada vez melhor.

A autoalienação da atividade turística manifesta-se, por exemplo, naquilo que é frequentemente identificado como uma necessidade de uma “lufada de hotelaria nova”. Esta maneira de pensar dá a impressão que o espaço insular é ilimitado, além de evidenciar a constante insistência em se investir sempre na mesma atividade. Apesar de muitos dos edifícios hoteleiros serem relativamente recentes, observa-se a pressão constante para que sejam repensados ou remodelados, de maneira a responder a “novas exigências” – justificando-se assim a sua “renovação” e a necessidade de “inovar”.

As falas revelam um pensamento ontologicamente desconectado: aquilo que se pensa, sugere e executa fundamenta-se no ciclo de *espaço e tempo abstratos*. Ao afirmar-se que é necessário “criar inovações como criaram há uma década” naturaliza-se uma prática que se reproduz sobre si mesma – uma atividade que existe por si, cujas necessidades não proveem da realidade concreta da ilha, mas sim de desejos externos ao lugar.

Atualmente, ainda que, a princípio, se pense que o turismo responde diretamente a necessidades económicas da ilha isso não se confirma na prática: a sua organização e manutenção dependem de vontades temporárias – desejos de mercado e padrões de consumo globalizado, que se traduzem em modismos (figs. 111 e 112). O espaço turístico torna-se, assim, um espaço abstrato – funcional e imediato, sem relação com o tecido cultural e territorial da ilha.



Figura 111: Baloço gigante e zip-line, atividade turística isolada do contexto local e cuja implantação exigiu a construção de um estacionamento. O espaço foi assim reduzido a um único uso – o turístico (sugerido também pelo próprio nome inglês do projeto) –, em que a própria construção revela o seu desvínculo da paisagem local. Trata-se de um projeto sem relação cultural ou territorial – autoalienado. (Adrenaline X-treme Adventures Madeira. <https://adrenalineadventures.pt>)



Figura 112: Proposta do Teleférico no Curral das Freiras, em plena Zona Especial de Conservação de Paisagem Protegida. O projeto prevê dois teleféricos, restaurante, parque de aventuras radicais e zip-line – equipamentos pensados exclusivamente para fins turísticos. Trata-se de uma paisagem convertida em mercadoria, reflexo do processo de autoalienação turística – ou *Disneyficação* – da Madeira, onde só um modelo de turismo massificado justifica empreendimentos tão dispendiosos e descontextualizados. (CidadaniaLX, <http://cidadaniaLX.blogspot.com/2022/03/apelo-cooperacao-movimento-civico.html>)

A autoalienação da atividade turística produz uma paisagem fragmentada: o território passa de espaço vivido a produto de consumo, ocupando-o de forma imediata, sem consideração pela sua escassez nem pelo seu contexto. Por isso, como resultado, a espacialidade da atividade corresponde mais a modismos do que a uma leitura atenta do lugar. A frase “o turismo sofre de uma adaptação constante” resume essa forma de pensar: é imposto sobre o território uma lógica de impermanência e mutabilidade constante, esquecendo que a edificação é, em si, duradoura e transformadora.



Figura 113: Primeiro hotel Savoy, construído em 1912. Espaço verde imenso, com um tipo vegetação que denota a presença de solo profundo. (*Restos de Coleção*. <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2013/01/savoy-hotel-da-madeira.html>)



Figura 114: Enquadramento na paisagem do primeiro hotel. O edifício possui escala humana e proporcionalmente responde à paisagem. (*Restos de Coleção*. <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2013/01/savoy-hotel-da-madeira.html>)



Figura 115: Savoy Hotel, em 2009 (edifício rosa ao fundo), remodelado ao longo do século XX. Presença, ainda, de alguma vegetação. (Paulo Camacho. *Funchal Daily Photo* <https://www.funchaldailyphoto.com/2024/11/o-savoy-classico-que-hoje-ja-nao-existe.html>)



Figura 116: Savoy Palace Hotel em construção (2017). (*Funchal Notícias*. <https://funchalnoticias.net/2017/10/10/savoy-palace-governo-regional-autoriza-aumento-para-1128-camas/>)

Note-se que a atividade turística, pelo menos da forma como é aqui abordada, aproxima-se inevitavelmente da atividade arquitetónica. É por meio desta última que uma das necessidades fundamentais do turismo – o alojamento – se materializa.



Figura 117: Savoy Palace aberto em 2019, com 1128 camas. Em primeiro plano a fachada este, e em segundo a fachada sul, voltada para o mar e acompanhada pela Rua Imperatriz Dona Amélia. A norte, voltada para a Avenida do Infante, tem-se a entrada do hotel. Conta com acesso direto ao mar através de uma ponte pedonal que o conecta a um outro hotel da companhia, o Royal Savoy (edifício rosa em primeiro plano na figura 115). (Adaptado de Paulo Camacho. *Funchal Daily Photo*. [https://www.funchaldailyphoto.com/2022/04/savoy-palace\\_01018076105.html](https://www.funchaldailyphoto.com/2022/04/savoy-palace_01018076105.html))

A comparação entre os três estágios do Hotel Savoy, como acima exposto, permite compreender o edifício mais recente como expressão de um *espaço abstrato*, e, por consequência, fruto de um *tempo abstrato* – de uma ação e de um pensamento imediatistas. Para completar esta leitura, recorre-se à descrição feita pelo próprio escritório de arquitetura responsável pelo projeto exterior <sup>150</sup>:

O Savoy Palace Hotel é o conjunto da arquitetura colonial britânica e contemporânea com elementos tradicionais do antigo hotel que se encontrava exatamente no mesmo local. Este projeto é um lembrete icónico de uma representação multitemporal, e os seus elementos iconográficos não só revelam o passado, como também predizem e geram a nova instalação. Além disso, quando comparado com o volume anterior, o alojamento cresceu significativamente juntamente com a capacidade de oferecer um ambiente mais relaxante e com maiores padrões de qualidade. Além disso, o projecto apresenta uma interdependência harmoniosa entre forma e função, proporcionando o equilíbrio perfeito para um futuro hotel de 5 estrelas. <sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> Sublinhe-se, desde já, a fragmentação do ato arquitetónico. O projeto foi elaborado, separadamente, por um escritório responsável pela parte externa e por um outro, juntamente com uma designer de interiores, encarregado pelo interior do hotel.

<sup>151</sup> Saraiva e Associados, *Savoy Palace*, <https://www.saraivaeassociados.com/pt-pt/project/savoy-palace/>.

Contudo, note-se que a leitura do projeto como “multitemporal” é infundada. O edifício atual foi erguido de raiz, sem qualquer integração com elementos pré-existentes. Nem mesmo a orientação da entrada foi mantida: foi deslocada da rua Imperatriz Dona Amélia – que permitiria conservar o toque de discrição, típico do período romântico da espacialidade do primeiro hotel (fig. 113), em oposição à atual entrada voltada para a Avenida do Infante, via marcada pela monumentalidade e pelo caos rodoviário.

Embora o discurso do projeto mencione “elementos tradicionais do antigo hotel”, esses não foram reinterpretados a partir do tempo presente, mas apenas reproduzidos como referência estética à arquitetura colonial britânica (figs. 118 e 119). Além disso, o Savoy histórico estava inserido num jardim amplo e arborizado – elemento essencial da arquitetura britânica romântica –, preservado até à sua demolição em 2011 (fig. 115). Atualmente, o único espaço verde ainda existente situa-se a sul da rua Imperatriz Dona Amélia, fora dos limites do lote atual do hotel. Por estar acessível apenas aos clientes de um restaurante, e apesar de preservar a sua função ecológica, configura-se como um espaço abstrato – isolado, sem integração social e revelador da fragmentação da paisagem contemporânea.



Figura 118: Conjunto arquitetónico edificado de raiz, sem qualquer integração com elementos pré-existentes. (Adaptado de *Skyscrapercity*. [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-13?nested\\_view=1&sortby=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-13?nested_view=1&sortby=oldest#replies))

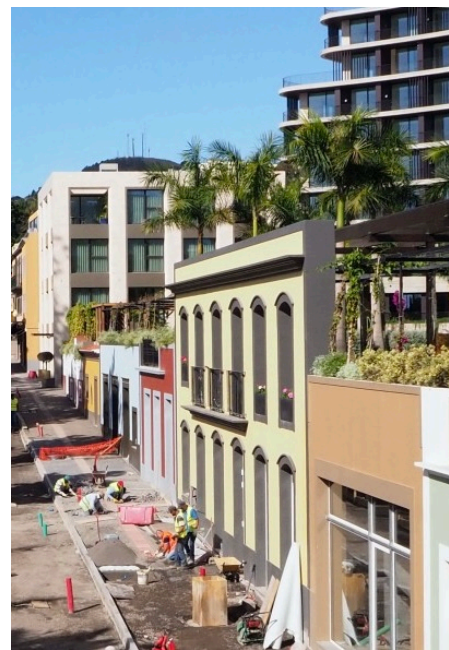


Figura 119: O mesmo espaço, na fase final da construção. Perdeu-se a oportunidade para de reinterpretar criticamente a presença britânica na ilha. (*Skyscrapercity*. [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-32?nested\\_view=1&sortby=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-32?nested_view=1&sortby=oldest#replies))



Figura 120: Terreno completamente vazio, sem preservação de qualquer edificação pré-existente. Ao fundo, à esquerda, observa-se a Rua Imperatriz Dona Amélia, onde foram posteriormente implantados edifícios em estilos do passado, sem reinterpretação crítica. (*Skyscrapercity*. [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-11?nested\\_view=1&sortBy=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-11?nested_view=1&sortBy=oldest#replies))

Deste modo, o espaço verde, elemento crucial da arquitetura britânica romântica – como o ‘jardim à inglesa’, símbolo da fuga da burguesia britânica da cidade industrial para a ordem idealizada da natureza (o *caos organizado*) – perdeu o seu significado. A própria dimensão do lote do antigo hotel procurava responder a essa relação espacial, como testemunha o ambiente romântico das quintas madeirenses, muitas vezes propriedade de britânicos. Na relação interdependente entre moradia e jardim, este último era marcado, simultaneamente, pelo engenho técnico e pela sensibilidade estética<sup>152</sup>. Em contraste, o projeto atual propõe áreas verdes com vegetação meramente decorativa, composta por espécies exóticas e genéricas, e desconetadas do solo natural. Essas áreas estão implantadas sobre estruturas (figs. 120 e 121) que impossibilitam a drenagem natural e inviabilizam o uso de espécies autóctones da ilha, ou mesmo de maior parte da vegetação que, ao longo do tempo, foi introduzida nas quintas madeirenses e se adaptou ao clima regional. Este tipo de configuração, onde a totalidade do lote é ocupada por construções e superfícies artificializadas – reflexo de uma lógica em que o espaço é

---

<sup>152</sup> A estética é também uma *necessidade*. Como sublinhou Aurora Carapinha no curso *Da paisagem ao jardim na cultura portuguesa*, desenvolvido em sete aulas, entre 6 de novembro de 2024 e 15 de maio de 2025, pela Fundação Calouste Gulbenkian.

apropriado como instrumento de reprodução do capital <sup>153</sup> –, contrasta com a espacialidade do primeiro hotel de 1912, cuja implantação dialogava com o terreno e privilegiava a integração na paisagem.



Figura 121: Massiva infraestruturação e impermeabilização do terreno, comprometendo qualquer relação direta com o solo natural. (*Skyscrapercity* [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-12?nested\\_view=1&sortby=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-12?nested_view=1&sortby=oldest#replies))



Figura 122: Embora a escala do hotel anterior já denunciase a pressão urbanística sobre a paisagem, ainda havia espaço para a integração com a vegetação e com o tecido urbano envolvente. (*Skyscrapercity*. [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-14?nested\\_view=1&sortby=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-14?nested_view=1&sortby=oldest#replies))

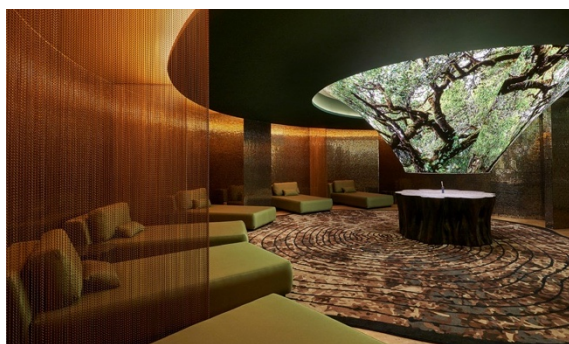


Figura 123: Uma parte do spa do Hotel. Espacialidade artificializada, onde a natureza é convertida em cenário de fundo, interiorizada e estetizada – reflexo da rutura entre o ser humano e o território. A desvinculação ontológica gera, paradoxalmente, uma necessidade de reconexão com a natureza, pois, em última instância, é a ela que o ser humano pertence. Numa sociedade autoalienada, essa ausência transforma-se em carência. (Savoy Palace, <https://www.savoysignature.com/savoypalacehotel/en/spa/>)

<sup>153</sup> Recorde-se que a intensa atividade agrícola-hortícola é reflexo dessa lógica. Até onde a água das levadas chegasse, ou, em alguns casos, mesmo acima das suas cotas, construam-se o máximo de poios possíveis.

Assim, esta abordagem nega a relação ontologicamente fundamentada que moldou a imagem de ‘ilha jardim’ – símbolo que, ironicamente, impulsionou o turismo madeirense desde o início. Com isso, responde-se à questão colocada pelo entrevistador no início: o “calcanhar de Aquiles do turismo madeirense” é precisamente a perda da relação simbiótica entre sociedade e natureza – uma relação que por séculos foi estruturante de uma *forma de vida*, mas substituída por uma lógica funcional e abstrata de apropriação do território.

No lugar de afirmar essa relação, a atividade arquitetónica, por estar alienada em si mesma, reduz-se a uma suposta “interdependência harmoniosa entre forma e função” – materializando um produto estético abstrato, que ignora a concretude social e territorial da ilha. Assim, o projeto revela-se desprovido de referências ao lugar ou à população. O seu volume impacta negativamente os edifícios vizinhos a norte, ao sombrear a Avenida do Infante e comprometer a exposição solar das habitações permanentes. No inverno, a inclinação menos perpendicular dos raios solares acentua as zonas de sombra, intensificando a sensação térmica de frio. Esta condição afeta não só os residentes como também os utilizadores da rede pública de transportes, dado que a zona funciona como um nó de ligação rodoviária para a parte ocidental da ilha <sup>154</sup>. A escala do edifício pode favorecer a recirculação do ar devido às variações de pressão provocadas pelo contraste térmico – sendo as zonas sombreadas naturalmente mais frias. Essa condição torna o local mais suscetível a trocas de ar e, conseqüentemente, à ocorrência de vento.



Figura 124: Fachada norte do Savoy Palace (em construção). A disposição do edifício favorece a vista para os que se alojam ou visitam o espaço por curtos períodos, em detrimento dos que habitam permanentemente a ilha – precisamente aqueles que mais necessitam de uma relação quotidiana com a paisagem que habitam e produzem. (*Skyscrapercity*. [https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-20?nested\\_view=1&sortby=oldest#replies](https://www.skyscrapercity.com/threads/madeira-hotel-savoy-palace.300002/page-20?nested_view=1&sortby=oldest#replies))

<sup>154</sup> Esta situação é completamente diferente da do anterior hotel, que recuava bastante em relação à Avenida do Infante e onde, nesse mesmo recuo, havia um amplo espaço arborizado (figura 115).

A atividade turística, ao ocorrer de forma espacialmente isolada e desvinculada do território, revela o seu processo de autoalienação. O espaço de alojamento, em vez de servir de base para a descoberta de um território, é apresentado como destino em si – conduzindo os turistas a consumir o espaço. A ideia de “ambiente mais relaxante e com maiores padrões de qualidade”, representada, por exemplo, pelas piscinas privativas nos quartos de hotel, apenas reforça o isolamento e a individualização de uma atividade que, como reconhecido nas falas da primeira secção, deveria corresponder a uma *necessidade* profundamente humana. Pergunta-se: o turista vem conhecer a ilha, ou usufruir dos serviços do hotel? Como Tom Zé canta, referindo-se ao edifício Itália (São Paulo, Brasil), o edifício *só pensa em dinheiro*, porque *o que bate no seu peito é máquina de somar*:

[...]

E o Hilton sorridente  
disse que o Edifício Itália  
tem um jeito de Sansão descabelado  
e ainda mais, só pensa em dinheiro  
não sabe o que é amor  
tem corpo de aço,  
alma de robô,  
porque coração ele não tem pra mostrar  
Pois o que bate no seu peito  
é máquina de somar.

[...] <sup>155</sup>

Além disso, a banalização do uso da água em piscinas privativas – transformando-a em artigo de luxo – oculta a trajetória histórica das formas de apropriação do território, onde paisagens agrícolas, hortícolas e ajardinadas só foram possíveis devido à inteligente manipulação dessa matéria-prima. A vertente sul da ilha – naturalmente seca – tornou-se fértil graças à ação continuada do ser humano, mas também devido à vertente norte – uma zona-chave da ilha, como se constatou no subcapítulo 2.2.1. Sem a intervenção humana constante – simultaneamente produzida e produtora de uma *forma de vida* –, a aridez voltaria a ser realidade. Foi, e ainda é, a gestão cuidadosa da água que possibilitou a

---

<sup>155</sup> Excerto da música de Tom Zé, *A Briga do Edifício Itália e do Hilton Hotel*. No álbum *Se o Caso é Chorar*. São Paulo: Continental (3), 1972.

riqueza ecológica, cultural e paisagística da Madeira. Contudo, numa sociedade autoalienada, essa memória é abafada – por expor a vulnerabilidade da condição humana, que um sistema ontologicamente desvinculado insiste, artificialmente, em negar:

[...] toda a história da humanidade é uma luta entre o Homem e Natureza. E até agora o Homem **soube dominar** a Natureza. Pagou preços altos quando não soube respeitar devidamente a Natureza. É uma luta em que se tem que respeitar o adversário! [...] Mas fez-se o que é hoje a civilização. E hoje, que a nossa **civilização atingiu um nível de desenvolvimento e tecnológico** que não há memória [...], que nunca houve na história da humanidade, não é agora que o Homem se vai render à Natureza. O Homem tem é que **desenvolver a ciência** no sentido de o Homem poder **continuar a dominar o planeta**, mesmo havendo alterações climáticas.<sup>156</sup>

Essa omissão é reveladora da relação ontologicamente desvinculada da atividade turística na Madeira. Tendo-se tornado a principal base económica da Madeira, o turismo passa a redefinir o espaço e os relacionamentos sociais, apropriando-se do território segundo uma lógica fragmentária. Alienado na sua própria forma, produz – e reproduz – um espaço e um modo de vida abstratos, cada vez mais desligados da vida concreta da ilha.

#### 5.2.1.5. A ideia de concorrência

[...]

ACIF: [...] eu julgo que a noção de qualidade é sempre uma coisa muito relativa. Não se fala só numa perspectiva de qualidade só para ter cinco, só para ter quatro estrelas. Julgo que deve ser fundamental pros empresários regionais e para um setor público e um setor autárquico [...], é **sermos melhores do que a concorrência**. Nós já temos uma ilha que é, efetivamente, paradisíaca, que é melhor do que muitos dos destinos que nos são alternativos. [E] que se fizeram muitos erros [...] nos nossos grandes concorrentes – as ilhas Canárias. Nós temos é que ser é necessariamente **melhores**, quer em termos das

---

<sup>156</sup> Alberto João Jardim (presidente do Governo Regional da Madeira entre 1978 e 2015). *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder*, Episódio 8: *O boom das obras públicas*, realizado por Virgílio Nóbrega, transmitido em 4 de maio de 2017. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p3325/e287019/albertojoaojardim37aopoder>. [40:15]. Ênfase em negrito adicionada.

Por medo, o ser humano passou a desconfiar da natureza e a confiar apenas em si. No entanto, paradoxalmente, acaba por descreer de si mesmo, porque, em última instância, é também um ser natural. Este medo equivale ao conceito de ‘Cosmofobia’, abordado em Bispo dos Santos (2023): ver subcapítulo *Progresso, Desenvolvimento, Crescimento (ou: Progresso, Desenvolvimento, Crescimento)* em Anexos.

infraestruturas de cidade, quer [...] de ilha em si. Os nossos **hotéis de cinco estrelas têm que ser melhores que os cinco estrelas da concorrência, os de quatro estrelas, os de três estrelas...** [...]

Entrevistador: [...] diga-me qual é o calcanhar de Aquiles do turismo madeirense, se é que tem!

ACIF: [...] há situações onde a oferta se pode encontrar um pouco antiquada. [...] E, evidentemente, **hotéis que eram considerados muito inovadores no fim da década de 70, infelizmente, já não o são** e há uma necessidade, talvez, de uma certa lufada de hotelaria nova. Até para **despertar nos hotéis mais tradicionais uma necessidade muito grande de se renovarem e voltarem a criar inovações** como criaram há uma década atrás.

Como se verificou no início do capítulo com Freitas Branco (2019), a intensa atividade hortícola expressou, sobretudo, a necessidade de produzir em cada parcela de terra o máximo de produtos possíveis. Num contexto em que não existiam condições suficientes para o clássico desenvolvimento capitalista, deu-se a ampliação do sistema hidráulico madeirense com a intenção de tornar cada camponês um pequeno produtor agrícola. Ou seja, o camponês foi, ainda que parcialmente, inserido no ‘mercado’ – uma abstração regida pela lógica de lucro – que transforma a vida numa competição, daí as relações humanas ocorrerem cada vez mais de maneira individualizada.

[...] o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevaletentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores.<sup>157</sup>

Ainda que Benedito (2014) se refira à ideia de concorrência como uma diretriz da lógica capitalista presente nos Estados nacionais<sup>158</sup>, é possível interpretar esse princípio também nos campos informais da sociedade, já que, em última instância, é ela que constitui o próprio Estado. Como visto, no contexto capitalista torna-se praticamente impossível sustentar a ideia de uma totalidade coesa. Isso expressa-se tanto na paisagem

---

<sup>157</sup> Mészáros *apud* BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 6.

<sup>158</sup> Ver nota de rodapé 124.

como nos modos de vida – até mesmo nos campos sociais mais íntimos: “não há tempo para o convívio familiar entre pais e filhos, entre cônjuges” Dantas (2014).

Desse modo, o mesmo acaba por ocorrer nas atividades exercidas pelo ser humano, nomeadamente no turismo. Na fala fica evidente como a qualidade de tal atividade se orienta não a partir das características que o território em que se insere pode oferecer, mas a partir das características da mesma atividade exercidas na “concorrência”, onde ocorrem condições territoriais e climáticas diversas às da Madeira, e, portanto, incomparáveis <sup>159</sup>. Por não estar ontologicamente fundamentada no território e nas necessidades reais da população, a atividade – inicialmente um ato de alienação – acaba por se referenciar apenas em si mesma, transformando-se num fim em si mesma, num processo de autoalienação.

Além disso, é significativo observar que, referindo-se à concorrência, não foi preciso mencionar especificamente uma região. As ilhas Canárias são mencionadas, mas mais como símbolo genérico de concorrência e não como uma referência concreta. É precisamente isso que a lógica autoalienada permite: que o valor de qualquer lugar ou produto não dependa das suas características próprias, mas apenas da posição que o mesmo ocupa no abstrato “mercado mundial”. É a lógica da procura e da oferta que determina o valor de maneira hostil e desligada do território – refletindo o fenómeno de *Entfremdung* (estranhamento), no qual o valor já não responde às necessidades concretas do território ou do trabalhador, mas a uma abstração do desejo humano mediada pelo mercado.



Figura 125: A Madeira exposta na Bolsa de Turismo de Lisboa (março de 2025), integrada numa montra com outros destinos turísticos. O ‘produto’ apresenta-se pronto a ser consumido – e não necessariamente vivido.

<sup>159</sup> Nisto inclui-se a ilha do Porto Santo, vizinha à Madeira, mas completamente distinta.

Esta lógica aplica-se, aliás, dentro do próprio território madeirense. A autoalienação do turismo – ao existir fechado em si mesmo – restringe a sua economia às suas próprias exigências (abstratas). A atividade turística, constituída por diversas unidades turísticas e de alojamento, passa a depender do seu próprio consumo: o refinanciamento da atividade depende do ciclo capitalista de produção > consumo > valorização > reinvestimento. A sua existência passa a ser justificada apenas pela continuidade desse ciclo. Por este motivo se afirma, nas falas citadas, que os hotéis mais antigos – com pouco mais de uma década – devem renovar-se constantemente para responder às novas (e efémeras) exigências de mercado.

Assim, os aspetos naturais e sociais do território são desconsiderados, como se os seus problemas tivessem origem – e solução – apenas em si mesmos, sem relação com o todo social e ambiental. O resultado é um modo de vida fragmentado, que se materializa também no espaço, na paisagem. A fragmentação e a individualização da vida, como afirma Benedito (2024), são fruto das “precárias condições de coexistência económica” e da tentativa constante de eliminar os rivais, o que dissemina as “sementes de conflitos cada vez mais destruidores” no tecido socioeconómico.

O *trabalho* turístico é um exemplo deste contexto, pois está inserido num ambiente ontologicamente desvinculado, refletindo, por isso, a desconexão entre o trabalho e um modo de vida enraizado no território. Por estar orientado por lógicas de mercado e não por necessidades concretas da população e do território, o trabalho não materializa a vida. Mas, antes, está sujeito a ciclos de instabilidade – opondo-se ao necessário clima de estabilidade e de certeza <sup>160</sup> que a predominância da lógica capitalista exige –, tornando-se o *trabalho* e, com ele, uma *forma de vida*, vulneráveis às exigências abstratas do mercado.

---

<sup>160</sup> Sobre este ponto, ver nos Anexos o subcapítulo *A política submetida ao crescimento económico*, onde na análise a predominância do capital económico sobre outras dimensões, como o trabalho. O título da obra *1890-1914: No tempo das certezas*, de Costa e Schwarcz (2002), também abordada nos Anexos, sublinha ironicamente a ‘certeza’ que o sistema capitalista necessita para se manter – uma certeza fundada em si mesma, que abafa a natureza incerta e imprevisível do mundo natural, do qual, em última instância, o ser humano também faz parte.

#### 5.2.1.6. O aeroporto como ferramenta de controlo populacional

ACIF: [...] em termos de aeroporto, eu julgo que nós estamos a pensar em termos de desenvolvimento desta região. Para 13 500 camas temos um aeroporto que, efetivamente, nos serve. [...] aumentar o número de camas, e não é só o problema da pista [curta] do aeroporto, é também um problema de placa. No momento presente, não podem vir mais aviões à Madeira, na medida em que o aeroporto não os pode receber. Há determinadas horas em que o aeroporto já está, extraordinariamente, congestionado. E se queremos pensar em **aumentar o turismo na Madeira**, que é, efetivamente para nós um ponto fundamental para o desenvolvimento regional – nós não podemos pensar nos grandes desenvolvimentos agrícolas, [...] quer ao nível da pecuária, quer ao nível da pesca, infelizmente não temos condições para este desenvolvimento <sup>161</sup> – temos que nos virar muito para as áreas dos serviços e, sobretudo, para o turismo. E para [...] termos o turismo como mola dinamizadora do desenvolvimento regional **temos que ter uma infraestrutura aeroportuária maior**.

Como percebido, a quantidade de camas e de hotéis na Madeira dependem da infraestrutura aeroportuária. Desta maneira, o aeroporto, mais do que uma porta de entrada, é, sobretudo, uma ferramenta de controlo populacional. Para melhor perceber isso, recorre-se à edição do dia 14 de setembro de 2000 do Diário de Notícias da Madeira. O jornal desse dia foi dedicado ao tema do novo aeroporto, onde se tratou de apresentar o novo projeto e se deu a entender a sua importância através de entrevistas a figuras essenciais para a sua concretização.

Um dos números mais presentes no jornal é o máximo de 3,5 milhões de passageiros que a nova infraestrutura permitirá suportar anualmente – “com uma hora de ponta de 3.600 passageiros, entre chegadas e partidas” (p. 28), que equivale a 16 aviões de médio porte ou 14 e 2 de grande porte estacionados na placa (p. 18). Percebe-se o entusiasmo nesse número, pois significou passar-se das cerca de 23 000 camas, existentes no ano de 2000, para as 40 000. De facto, o fomento da atividade turística, possível a partir do primeiro aeroporto inaugurado em 1964, foi uma alternativa económica à

---

<sup>161</sup> Esta afirmação parece ser – convenientemente – infundada dado que o agrónomo Vieira Natividade, em 1947, propôs o desenvolvimento frutícola da ilha, a partir do estudo *Fomento da Fruticultura na Madeira*. Além disso, na Madeira, embora a industrialização seguindo os moldes tradicionais de mecanização da agricultura seja impraticável isso não impede a manutenção da atividade agrícola, mesmo com o desenvolvimento do turismo. Na verdade, o complemento do turismo com a atividade agrícola mostra-se essencial, como demonstrou o deputado Agostinho Cardoso, em 1964 (ver texto associado à nota seguinte).

atividade agrícola-hortícola, que desde 1425 vinha predominando a economia e, com isso, a paisagem e o modo de vida madeirenses. Como diz um entrevistado: “Com o aeroporto conseguiu-se passar de 3 mil camas para 11 mil. Isso representou muito mais do que passar das 20 para as 40 mil camas” (p. 32).

Como afirmou o deputado Agostinho Cardoso, em 1964, o turismo comporta-se como uma *exportação invisível*: “[...] a sua contribuição cada vez maior pela entrada de divisas para equilibrar o défice das balanças de países como Itália e a Espanha [...]”. No caso português – e especialmente no da Madeira, onde faltam condições estruturais para o desenvolvimento industrial – o deputado assume que o setor turístico possui uma elevada capacidade de absorção de mão de obra, superior à da indústria: “[...] indetermináveis factores e actividades por onde o turista dissemina divisas e na compartimentação de indústrias subsidiárias, como a de construção civil, mobiliário, vestuário, produtos alimentares, etc., que a indústria turística mobiliza” (CARDOSO, 1964, p. 3457).

Nesse sentido, embora aponte o turismo como necessidade estratégica para a Região, o deputado também chama a atenção para a necessidade de incluir a agricultura no planeamento regional:

[...] não constitui uma entidade isolada, antes se **integra no pequeno conjunto económico local**. [...] esse **turismo tem de pressupor uma estrutura agro-económica que o suporte**. O turismo com efeito envolve, com a entrada de divisas, o movimento de massas humanas, que pela sua capacidade de consumo pesem na frágil **economia da ilha que tem de alimentá-las**. Uma insuficiente produção em muitos sectores das necessidades humanas para um aumento de consumo corresponderia à rarefação e sobrevalorização de produtos: desequilíbrio da balança comercial, e, em parte, perda de divisas, agravando o custo de vida, que se repercutiria sobretudo no funcionalismo e nos que trabalham por conta de outrem. Considere-se ainda para tal efeito o preço elevado dos transportes marítimos, os encargos portuários e o conjunto de taxas locais que constituem uma verdadeira barreira alfandegária. **Há que estudar o consumo, orientar a produção e ensinar o agricultor.**<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, pp. 3462-3463. Ênfase em negrito adicionada.

Além disso, através da edição do *Diário de Notícias da Madeira* de 2000, subentende-se que a nova infraestrutura aeroportuária permitiria também o fomento da agricultura regional, devido à operação de aviões de carga: “Estou a lembrar-me da fruta subtropical que podemos colocar, no Inverno, a preços competitivos na Europa. Até agora não podíamos fazer isso, pois uma pêra-abacate da Madeira, exportada para Paris, chegaria mais cara que uma de Israel” (p. 44).

Assim, verifica-se que, politicamente, tanto a agricultura como o turismo passaram a ser considerados fatores estruturantes do sustento económico-financeiro da Região. Neste cenário, o aeroporto surge como terceiro pilar necessário para completar esse ciclo, funcionando como o agente responsável tanto pela exportação direta de bens como pela *exportação invisível*, proporcionada pela atividade turística.



Figura 126: Expansão do aeroporto, em 1999. Ao fundo, a antiga pista. (Fotografia de Jornal *Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000)

No entanto, o cenário onde a agricultura funcionaria como um pilar económico da ilha não chegou a concretizar-se plenamente – pelo menos, até onde se sabe, a partir da última década do século XX. Como se verificou, o desenvolvimento da rede rodoviária fragmentou o território em espacialidades abstratas, compondo um novo modo de vida. O vínculo direto com o território – até então influenciado pelas condicionantes naturais – foi substituído por *formas de vida* mais rentáveis, impostas pela apropriação capitalista do território. Assim, a prática hortícola como expressão de *necessidade* foi definitivamente excluída, como demonstram as figuras 102 e 103.

Desse modo, a atividade turística foi apresentada, direta e indiretamente, como a alternativa económica à população madeirense. Além disso, sublinhe-se a hipertrofia da zona do Funchal, onde se concentrou grande parte da atividade turística. Essa polarização gerou um êxodo rural em direção a zonas próximas da nova rede viária, que rapidamente facilitavam o acesso à cidade. Tal, configura uma rutura ontológica definitiva entre sociedade e natureza.

Como se lê no jornal, na última década do século XX, desde 1991 (13 713 camas), ocorre um grande incremento de novas unidades hoteleiras na ilha, com o surgimento de uma média de 922 camas por ano, até abril de 2000 (22 936). Como antes visto, tal é efeito dos fundos estruturais comunitários da União Europeia. No entanto, note-se que essa expansão é muito significativa, pois até 1991 o número vinha gradualmente aumentando numa média de 426 camas por ano, desde 1964 (com 2203 camas). Ou seja, enquanto no primeiro período – quase 30 anos – o crescimento foi mais estável, nos 9 anos seguintes esse processo intensificou-se consideravelmente, como, aliás, foi referido na reportagem mencionada. Com isso, torna-se evidente a dimensão do impacto da abertura do Savoy Palace (figs. 116 e 117) – por si só, este hotel gerou tantas camas (1128) quanto aquelas que, nos anos anteriores, apenas se conseguiam com a abertura de múltiplos hotéis num único ano.

Ano	Unidades hoteleiras	Capacidade de alojamento	Hóspedes	Dormidas	Pessoal ao serviço
<b>Abertura do Aeroporto de Porto Santo</b>					
1960			10.179	97.785	
1961			11.661	116.293	
1962	29	1.628	15.936	155.085	
1963	34	1.865	26.454	224.300	
<b>Abertura do Aeroporto da Madeira</b>					
1964	+1	2.203	26.695	272.579	
1965	42	2.199	42.782	340.539	
1966	43	2.222	46.308	349.934	1.238
1967	42	2.295	50.545	356.018	1.294
1968	59	2.935	57.453	414.063	1.451
1969	61	3.500	68.319	474.470	1.668
1970	60	3.625	84.488	606.270	1.851
1971	60	3.832	107.831	786.577	2.006
1972	87	7.020	142.556	999.392	2.951
1973	92	8.248	156.572	1.133.157	3.376
1974	88	8.971	161.356	1.197.335	3.244
1975	88	9.528	189.038	1.422.897	3.401
1976	91	10.140	265.582	1.947.611	3.675
1977	90	10.835	329.970	2.388.529	4.222
1978	90	11.314	295.023	2.166.722	4.337
1979	87	11.245	324.367	2.319.116	4.357
1980	81	11.454	328.256	2.410.689	4.520
1981	79	11.517	315.492	2.267.196	4.529
1982	78	11.794	308.162	2.195.682	4.450
1983	79	11.418	321.357	2.185.989	4.184
1984	76	11.325	346.027	2.397.197	4.254
<b>Projecto de Segurança no Aeroporto da Madeira</b>					
1985	75	11.120	376.416	2.674.595	4.284
1986	76	11.273	413.064	2.854.411	4.479
1987	77	11.800	425.779	2.819.109	4.368
1988	81	12.145	442.303	2.910.537	4.594
1989	86	12.749	449.740	2.880.057	4.690
1990	85	13.419	520.515	3.256.178	4.491
1991	86	13.713	583.102	3.577.332	4.967
1992	99	14.646	543.898	3.315.912	5.098
1993	112	16.504	486.507	2.984.325	5.004
1994	121	17.256	569.724	3.965.119	4.991
1995	135	17.492	530.441	3.965.119	3.269
1996	150	18.151	565.707	4.101.041	5.222
1997	165	19.364	586.427	4.217.208	5.371
1998	167	19.996	634.024	4.483.127	5.426
1999	181	21.205	698.744	4.782.759	5.632
2000*	186	22.936	284.507	1.713.978	5.798

Figura 127: Evolução do turismo (com anotações do autor da dissertação). (Fotografia de *Jornal Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000)

Na leitura do jornal transparecem, além do evidente desafio político-financeiro que o projeto representou para a Região, duas impressões marcantes. Primeiro, a crença de que o ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ dependem exclusivamente da tecnologia – expressão de um ponto de vista centrado no ser humano e dissociado da natureza. Tanto que se afirma: “[...] é a obra de toda a História da Madeira. Penso que será preciso muita imaginação para que nos próximos 500 anos se faça uma obra com este volume económico e com esta complexidade de engenharia“ (p. 44). Esta opinião – proveniente de uma mente que pensou e moldou politicamente a Região – reflete um pensamento assentado na lógica reprodutiva do capital: uma visão que separa a Antropologia da Ontologia, relegando esta última para segundo plano. Dessa forma, a História é vista

como um mero produto antropológico sem qualquer vínculo ontológico, tornando possível considerar-se o aeroporto como *a obra de toda a Madeira*. Contudo, ao reposicionar a Ontologia sobre a Antropologia – entendendo o ser humano por meio do que o torna possível – torna-se evidente que “a superfície cultivada é pois [...] [a verdadeira] obra humana, uma vitória sobre o declive, a seca estival e a pobreza do solo” (Ribeiro, O., 1985. p. 55). Na verdade, o aeroporto é apenas parte integrante dessa *obra*<sup>163</sup>. O espaço da ilha foi, ao longo do tempo, sendo moldado para possibilitar a atividade turística e, por consequência, produzir uma *necessidade* como o aeroporto.

A segunda impressão, igualmente relevante, é a de que o território passou a ser concebido e organizado com base exclusiva em números. O efeito desse tipo de gestão foi abordado na secção 5.2.1.1, onde se observou que a política atualmente aplicada à atividade turística – ou seja, à base económica dominante no território – se apoia em dados quantitativos, privilegiando indicadores como a ocupação e o número de visitantes, em detrimento de aspetos qualitativos como a intensidade turística. Além disso, atente-se no que o representante da ACIF afirma na entrevista do programa *Cá Entre Nós* (RTP, 1990):

Quanto ao plafond máximo das camas. Tem-se referido muito que o número de camas ideal seriam as 20 000, seriam as 25 000, seriam as 30 000. Parece-me a mim que é muito importante é que o Estudo da Oferta Turística da Madeira seja uma realidade, dentro de um prazo, relativamente, curto. Porque, 20 000 camas para a Madeira, se forem todas concentradas no Funchal, por exemplo, ou numa zona num raio de 3 ou 4 quilómetros, serão muito. 30 000 camas para a Madeira, se forem devidamente estruturadas, se forem devidamente divididas pelos concelhos [...]

---

<sup>163</sup> Apenas a geologia concedeu um pequeno território ao clima; apenas o clima, cessada a atividade vulcânica, esculpiu a forma atual da ilha; apenas a forma da ilha permitiu a adaptação de um tipo de floresta; apenas a floresta intocável permitiu a existência de madeira e de bons solos; apenas os bons solos fixaram os povoadores; apenas os povoadores impuseram a agricultura; apenas a agricultura exigiu a busca pela água; apenas a água permitiu a ‘humanização’ do declive através dos poios; apenas os poios permitiram o cultivo hortícola; apenas o intenso cultivo hortícola permitiu a criação de uma paisagem singular; apenas a paisagem hortícola e o território natural conquistaram a atenção dos visitantes; apenas os visitantes idealizaram a ilha; apenas a idealização romântica da ilha permitiu difundir a ilha a outros povos; apenas o interesse desses povos motivou o fomento do turismo; apenas o turismo gerou a necessidade de se construir um aeroporto; etc... Tal como Benedito (2024, p. 2) afirma, “tudo o que o homem faz entra no vir a ser, isto é, na História”.

Esse processo revela não apenas um encadeamento histórico, mas a auto-materialização de um raciocínio ontologicamente fundamentado. A Madeira é uma obra tecnológica: etimologicamente, *tecnologia*, segundo a origem grega, vem da combinação de *techné* (técnica, arte, ofício) e de *logos* (estudo, razão). A palavra refere-se ao estudo ou à razão do saber-fazer, envolvendo um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas aplicados na produção de bens ou serviços. Por esse motivo, é possível afirmar que a Madeira é, ela mesma, uma obra tecnológica – resultado de um contínuo *saber-fazer* territorial. Ver nota de rodapé 255 e texto a ela associado no subcapítulo *Progresso, Desenvolvimento, Crescimento (ou: Progresso, Desenvolvimento, Crescimento)* em Anexos.

não serão muito. Julgo que é fundamental que haja este Estudo de Oferta [...]. Chegar a plafonds, a partir de uma inventariação das nossas capacidades é apresentar uma nova oferta turística de qualidade, inovadora [...] <sup>164</sup>

Fica claro que, durante cerca de três décadas, a atividade turística desenvolveu-se sem qualquer sustentação territorial e social. Essa lógica limitada, sustentada exclusivamente no número de camas e nos lucros que cada uma representa, também se expressa no jornal: ao ser questionado sobre o aumento da pista do aeroporto, um entrevistado responde que o seu efeito no desenvolvimento da Madeira “é ainda um ponto de interrogação” (p. 32). Torna-se, assim, evidente que a organização territorial se dá segundo uma lógica abstrata, sem qualquer enraizamento nas necessidades concretas da população ou nas especificidades do espaço insular.

A partir da década de 1970, após a Revolução de 25 de abril, a política regional optou por seguir a via capitalista. Desse modo, o objetivo do desenvolvimento do aeroporto foi claro: ampliar a capacidade de re-produção do capital económico associado à atividade turística regional. O crescimento das unidades hoteleiras, e com elas o aumento de camas, na década anterior, foi apenas parte de um projeto político mais amplo. De fato, o aeroporto, as infraestruturas viárias e os equipamentos turísticos construídos durante a década de 1990 configuram, em conjunto, um mecanismo territorial voltado para a acumulação de capital. Essa estrutura, baseada na atividade turística, visava não só melhorar a qualidade de vida da população, como também garantir a produção cíclica de capital suficiente para cobrir as dívidas geradas por essas mesmas obras.

Dessa forma, o território é apropriado segundo uma lógica abstrata, na qual, o mecanismo económico-financeiro se integra numa macroestrutura capitalista – ou *doutrina* <sup>165</sup> –, que assegura simultaneamente a manutenção da autonomia económico-financeira da Região e a consolidação de uma nova *forma de vida*. Recorde-se que esta abordagem política foi responsável por uma fragmentação inédita da paisagem madeirense, apropriando-se do espaço a partir de uma lógica puramente funcional e impondo o modo de vida *nómada/sedentário*.

---

<sup>164</sup> *Cá Entre Nós – Parte I*, transmitido em 17 de setembro de 1990, RTP Arquivos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ca-entre-nos-parte-i/> [15:44].

<sup>165</sup> Se se optar pela denominação de Alberto João Jardim – presidente do Governo Regional durante 37 anos, até 2015. Ver subcapítulo *Doutrina para o território madeirense* em Anexos.

Essa forma de apropriação territorial faz do aeroporto uma ferramenta de controlo da população turística. É a partir desse ponto de entrada que se desenvolve não apenas a dinâmica turística, mas também a sustentação económico-financeira da Região – ainda que baseada numa *doutrina* ontologicamente desvinculada e imposta ao espaço insular<sup>166</sup>. Essa *doutrina* é expressão de um processo de autoalienação: a sua própria existência depende da constante produção e reprodução de capital económico. Por sua vez, está inserida numa escala ainda mais ampla de autoalienação – a da macroestrutura capitalista da União Europeia. Recorde-se que, ao re-produzir capital económico, a *doutrina* autofinancia-se e, ao mesmo tempo, gera os recursos necessários para amortizar as dívidas contraídas com a infraestruturização da Região.

Apenas nestas circunstâncias se compreende a adoção do atual modelo de turismo massificado. A entrada de companhias áreas de baixo custo possibilita a chegada de fluxos populacionais intensos à ilha, acentuando a dinâmica turística. Considere-se o exemplo mais impactante para a Região: a entrada da companhia aérea Ryanair, que “[...] traduz um conjunto de oferta de lugares superior a 22%, que corresponde a mais de 350 mil novos lugares que são colocados, **de uma só vez**, à disposição da Madeira”<sup>167</sup>.

No entanto, recupere-se o alerta do deputado Agostinho Cardoso, em 1964, afirmado num contexto demográfico semelhante ao atual<sup>168</sup>:

[...] O turismo com efeito envolve, com a entrada de divisas, o **movimento de massas humanas**, que pela sua **capacidade de consumo pesem na frágil economia da ilha** que tem de alimentá-las. Uma insuficiente produção em muitos sectores das necessidades humanas para um aumento de consumo corresponderia à rarefação e sobrevalorização de produtos: desequilíbrio da balança

---

<sup>166</sup> Trata-se, como afirma Benedito (2024, p. 8), de um processo “real e não ilusório”. Seguir uma lógica sem fundamento concreto nas condicionantes naturais – às quais, em última instância, os seres humanos pertencem – é possível, e, por isso, real. No entanto, por ser abstrato, esse processo é fixo, limitado e ontologicamente desvinculado – e, conseqüentemente, tende a colapsar, originando crises políticas, sociais, económicas e ambientais que, em tese, seriam evitáveis.

<sup>167</sup> Governo Regional da Madeira, *Governo Regional concretiza com a Ryanair 3.ª companhia de Lisboa e a 4.ª do Porto*. Direção Regional do Trabalho e Ação Inspetiva. Disponível em: <https://www.madeira.gov.pt/drtrabalho/pesquisar/ctl/ReadInformcao/mid/3120/InformacaoId/148139/UnidadeOrganicaId/28/LiveSearch/Ryanair>. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>168</sup> No período 1960-1970 eram 251 135 os residentes na ilha, já em 2011 contabilizaram-se 267 938 (Matos e Santos, 2013. p. 106). Em 31 de dezembro de 2023, eram 256 622 os residentes, segundo a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM).

comercial, e, em parte, perda de divisas, **agravando o custo de vida**, que se repercutiria sobretudo no funcionalismo e nos que trabalham por conta de outrem. [...] <sup>169</sup>

Torna-se claro, portanto, que a política turística atual instrumentaliza, de forma desequilibrada, a infraestrutura aeroportuária, gerando um cenário social e economicamente insustentável para a Região. Esse desequilíbrio é reflexo de uma organização territorial e populacional apoiada num sistema autoalienante, na qual dados qualitativos estão subordinados aos quantitativos, quando deveriam ser considerados igualmente essenciais.

Por tal motivo, é apenas sob tais condições e argumentos – sem fundamentação ontológica –, que é possível afirmar que a presença de companhias aéreas de baixo custo é estruturalmente necessária para a manutenção do sistema económico imposto sobre o território e a população: “[...] a economia regional depende essencialmente deste setor, em mais de 26%, [...] pelo que teremos um impacto económico relevantíssimo” <sup>170</sup>.

Usar o aeroporto como uma simples porta de entrada – e não como ferramenta de controlo populacional – desestabiliza a *doutrina* que sustenta o atual modo de vida e a qualidade de vida da população que, com muito esforço político, nas últimas décadas se alcançou. Sublinhe-se que se trata de uma doutrina, em si, já frágil por se apoiar unicamente em condicionantes abstratas.

Importa salientar que, no passado, também as unidades hoteleiras funcionavam como ferramentas espaciais do controlo da atividade turística. Veja-se, por exemplo, o que foi afirmado numa entrevista publicada no jornal do ano de 2000 (p. 44):

- Não teme que [...] possa haver alguma tendência para o turismo de menor qualidade?
- Não é por acaso que não autorizamos hotéis que não sejam de quatro ou cinco estrelas. E daqui para o futuro apenas serão autorizados cinco estrelas ou estalagens pequenas, mas de grande qualidade. A Madeira não tem desemprego. Daí poder dar-se ao luxo de ser requintada naquilo

---

<sup>169</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, pp. 3462-3463. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>170</sup> Governo Regional da Madeira, *Governo Regional concretiza com a Ryanair 3.ª companhia de Lisboa e a 4.ª do Porto*. Direção Regional do Trabalho e Ação Inspetiva. <https://www.madeira.gov.pt/drtrabalho/pesquisar/ctl/ReadInformcao/mid/3120/InformacaoId/148139/UnidadeOrganicaId/28/LiveSearch/Ryanair>

que faz. É de prever que não haja grandes alterações ao tipo social de turista que vem à Madeira. Penso que os operadores vão trazer mais gente em aviões maiores e que a vantagem de lucro, na exploração nos novos termos para operadores e hoteleiros, vai ser na redução dos custos de transporte aéreo e não na baixa dos preços [...].

Fica evidente que o controlo desses espaços-chave não só permite o equilíbrio interno da *doutrina* como também proporcionava empregos sustentáveis e relativamente bem remunerados. O objetivo não era apenas a maximização do lucro, mas, sobretudo, manter a maior estabilidade possível de um modelo económico e de um modo de vida específico – ainda que este se inserisse numa lógica capitalista.

Sublinhe-se que, nessas circunstâncias, a atividade agrícola-hortícola ainda tinha condições mínimas para subsistir. No entanto, hoje, com o predomínio da atividade turística – num processo que se assemelha ao da então monocultura vinhateira, dominante entre os séculos XVII e XIX <sup>171</sup> – outras atividades económicas dificilmente conseguem afirmar-se. Tal configura o clima concorrencial capitalista, supostamente ‘saúdável’, mas, na prática, limitador e excludente: “[...] os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência económica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores” (Benedito, 2024, p. 6).

---

<sup>171</sup> O mesmo passou-se no ciclo do Vinho. A predominância dessa atividade económica impôs um modo de vida por ela fundamentado. A partir do momento em que os problemas na produção do mosto de vinho e a diminuição do escoamento de vinho nos mercados estrangeiros se sucederam, todo o modo de vida insular foi afetado – tanto a elite como o campesinato. No primeiro grupo, verificou-se que a queda da cultura vinhateira correspondeu à falência dos postos comerciais onde a elite vinhateira (os descendentes sem acesso ao vínculo do Morgado) trabalhavam. No segundo grupo, especialmente, a população das zonas onde a vinha era imposta, na falta de dinheiro – apenas obtido com a venda do mosto de vinho – não podiam, por exemplo, pagar as dívidas contraídas ao longo do ano, que se destinavam ao desenvolvimento das benfeitorias, ou, mais grave, comprar outros bens, como comida – daí as crises de fome. A autoalienação não é propriamente um problema do atual sistema capitalista, mas sim a *forma* como o mesmo sistema, há séculos, vem sendo imposto no território. Desde o século XV a mesma *forma* mantém-se inalterada – apenas mudaram os agentes que a manipulam. Em geral, se desde o século XV essa *forma* é designada por *mercantilismo*, a partir do final do século XVIII passou a ser denominada por *Capitalismo* – desde a Revolução Francesa, em que o agente possuidor dessa *forma de apropriação* torna-se a figura do Burguês (agente privado) e não mais à da Coroa (agente público). Sobre esta reflexão, ver o subcapítulo *Progresso, Desenvolvimento, Crescimento* (ou: *Progresso, Desenvolvimento, Crescimento*) em Anexos.

#### 5.2.1.7. A autoalienação da habitação

Como entendido no final da secção anterior, o predomínio da atividade turística faz a economia insular depender dessa atividade. Esse cenário expressa-se num modo de vida e numa forma de apropriação do espaço subordinados a um único uso, mesmo que tal implique consequências negativas a nível social, económico e ambiental. Assim, a implementação do novo modelo turístico massificado <sup>172</sup>, ao introduzir na ilha um intenso fluxo populacional de turistas, gera uma nova realidade e com isso um novo espaço.

Nesta secção propõe-se compreender o impacto que a destabilização da doutrina capitalista madeirense tem na espacialidade da habitação. Tal sucede devido ao desequilíbrio dos pilares económicos – por si já frágeis, porque ontologicamente desvinculados. Para demonstrar isso, recorre-se, além de algumas fontes até aqui usadas, à reunião plenária decorrida na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a 23 de outubro de 2024, onde se debateu o tema da habitação. A partir de um conjunto de intervenções verificar-se-á, adiante, como a ideia de habitação é atualmente tratada, num cenário em que o turismo foi predeterminado como a única atividade capaz de reproduzir constantemente o capital económico suficiente para manter o acúmulo abstrato da lógica capitalista.

Considere-se que a *habitação*, antes de estar inserida na autoalienação da atividade turística, enquadra-se primeiramente na macroestrutura capitalista (na *doutrina*) a que o território foi e continua a estar sujeito, e que é responsável pela manutenção económico-financeira da Região Autónoma. Assim, nesse cenário, qualquer *conteúdo* desenvolvido é submetido não a uma, mas a duas *formas autoalienadas*. Além disso, a *estrutura autoalienada* transforma o seu *conteúdo* em meras abstrações funcionais – cuja função é sustentar a própria *forma* e não, necessariamente, o agente que a princípio possibilita a sua existência: o ser humano ou a natureza, à qual o primeiro pertence. Assim, a *habitação* surge como um processo de autoalienação: passou de *fator* mediador da vida – de conteúdo ontologicamente fundamentado e antropologicamente materializado – a *aspeto* final da vida – a conteúdo antropologicamente formado e

---

<sup>172</sup> Assume-se que a nova fase política começou em 2015, ano em que saiu do Governo Regional a equipa e a presidência responsáveis pela *doutrina* madeirense, que, com estabilidade, permaneceram no poder durante 37 anos, desde 1978.

materializado, correspondendo no cenário capitalista a uma mercadoria efemeramente desejável.

Por essa razão, Dantas (2014), no contexto atual, refere-se à casa como local de passagem em oposição ao local de permanência, que implica um tipo de relacionamento temporal e espacial com a habitação como no passado comumente se verificava, e que neste trabalho se procura explicitar. Por exemplo, a montagem do coberto da habitação rural era um dos elementos integradores de um modo de vida (fig. 59). A palha provinha do cereal cultivado nos baldios apropriados pela população e para prepará-la deveria ser cuidadosamente debulhada com o mangual. Toda esta ação não existia por si só, pois dependia de outros fatores: era necessário um específico instrumento de debulha (mangual), um lugar de possível cultivo (restavam os baldios), um inverno com alguma chuva para as sementeiras germinarem, num contexto em que as levadas ainda não eram uma realidade amplamente presente, etc.

Com isto, é possível distinguirem-se, até onde se sabe, três fases da produção de *habitação* no território rural da ilha da Madeira: a primeira – vigente por séculos – ocorria como mediação de primeiro grau (fig. 128), isto é, como materialização da adaptação do ser humano às condições naturais do local e igualmente aos fatores sociais que determinavam a sua existência: a dispersão do casario acontecia conforme a disponibilidade de terra para cultivo, estando esta última, por sua vez, muitas vezes sujeita ao imenso parcelamento resultante do regime de colônia. Além disso, era o microclima e a altitude do relevo da ilha a predeterminarem as culturas de cultivo e por isso, em parte, a determinarem a condição socioeconómica de uma ou mais pessoas <sup>173</sup>.

Os atos de pensar, comer, cultivar, habitar – em suma, o ato de produzir – ocorriam de forma indissociável: produzia-se uma *forma de vida* específica (madeirense <sup>174</sup>), não

---

<sup>173</sup> Saliente-se que, apesar das condicionantes, muitos habitantes recordam esse período de forma positiva, referindo que o trabalho e as dificuldades eram encarados como parte natural da vida. O problema residia sobretudo na ausência de apoio estatal, que, inclusive, fazia da religião um necessário suporte comunitário. Em inúmeros testemunhos recolhidos ao longo do programa *Madeira Profunda (RTP Madeira)*, várias pessoas afirmam que, mesmo com as limitações materiais, a vida era melhor do que atualmente, sublinhando que as dificuldades fazem parte da existência e que a questão central não é eliminá-las – como, de forma simplista, a lógica capitalista e o modo de vida burguês a tal subjacente tendem a sugerir –, mas saber coexistir com elas.

<sup>174</sup> Note-se que que não se pretende determinar esse modo de vida como uma referência a ele voltar. Este modo de vida foi específico, porque determinado por circunstâncias naturais e sociais que atualmente não mais existem, pelo menos na sua totalidade – recorde-se que os fatores naturais permanecem e hoje são

orientada por necessidades abstratas impostas pelo ‘incontrolável mercado mundial’, mas enraizada nas condições concretas do território. Essa autonomia permitia evitar a padronização da vida e da paisagem.

A paisagem singular que daí resultava era expressão direta dessa *forma de vida*, desenvolvida num tempo naturalmente humano – com esforço, sim, mas um esforço que não era vivido como castigo ou fardo, e sim como parte normal, digna e até gratificante da existência <sup>175</sup>, como a espacialidade rural madeirense, analisada adiante, o comprovará. Sublinhe-se que, segundo Freitas Branco (2019), os camponeses apenas reclamavam da injusta meação da produção por si realizada, mas nunca do trabalho em si. Como escreve Benedito (2024, p. 2), “[...] o trabalho substitui a necessidade como sinal de impotência, pela necessidade como capacidade de gôzo, como poder de realizar tal ou qual ato [...]”.



Figura 128: Paisagem como fruto de mediações de primeiro grau. Início do século XX. Embora a dispersão do casario e o isolamento dos povoamentos, os laços sociais das comunidades locais eram fortemente ativos. (Adaptado de Castro, 2008)

---

potencializados pelas alterações climáticas. O objetivo desta abordagem é dar a entender como já houve uma *forma* de viver sustentada em condicionantes naturais e sociais, e não apenas nas sociais – como atualmente ocorre, insiste-se em afirmar e recusa-se em sair. Sobre esse comportamento comodista ver subcapítulo *A lacuna da autonomia intelectual* em Anexos.

<sup>175</sup> Ver nota de rodapé 173.

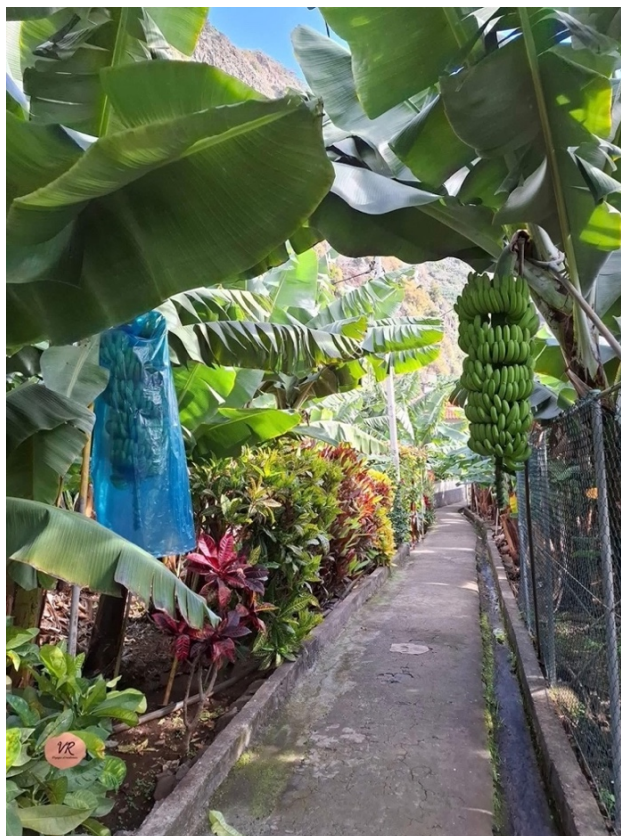


Figura 129: Uma vereda acompanhada pelo curso de água destinado à irrigação das parcelas de terra. A vereda é um espaço resultante da dispersão do casario pelo território. (Facebook, Grupo *A Madeira na História*)



Figura 130: O *quintal* ou o *terreiro* é quase uma extensão da vereda, onde a sombra das bananeiras – na parte sul da ilha – é muitas vezes substituída pela sombra da vinha. A entrada composta por diversas plantas faz lembrar as entradas das quintas madeirenses. (Facebook, Grupo *A Madeira na História*)



Figura 131: Os *assentos* das habitações vernaculares. Com a habitação reduzida aos compartimentos estritamente necessários – por razões sobretudo financeiras –, os *assentos* emergem como expressão arquitetónica da *necessidade* de sociabilidade quotidiana. Este espaço de sociabilidade configura-se como materialização de uma necessidade, como ato de alienação. (Pedro Gonçalves. *Memória | Território | Desenho - Ilha da Madeira: Por uma arquitetura como paisagem*. 2016. p. 131)



Figura 132: Assentos construídos em 2004. Tal como os *terreiros*, configuram-se como espacialidades que podem ser apropriadas de múltiplas formas: para a lida da casa, como pista de carrinhos para as crianças, como local de repouso para convidados num primeiro momento do convívio familiar, entre outros usos. Um *terreiro* (ou *quintal*) com vasos e composto por diversas plantas pode representar uma evolução do contacto secular entre a casa e o espaço agrícola adjacente (ver figura 71), característico da ruralidade madeirense, além de evidenciar possíveis influências dos jardins das quintas madeirenses.

A segunda fase da produção habitacional no território madeirense corresponde ao momento em que o discurso do ‘progresso’ e do ‘desenvolvimento’, intensificado sobretudo a partir da década de 1990, viabilizou a emergência de um novo modo de vida. A sua origem remonta, no entanto, à segunda metade do século XIX, com a mercantilização da terra – processo que, apesar de determinante, encontrou à época condições locais pouco propícias à afirmação da lógica capitalista. Esse modo de vida ressurgiu timidamente na década de 1960, quando a atividade turística é politicamente introduzida como pilar económico da Região. Contudo, a sua plena afirmação – baseada na reprodução constante de capital – apenas se concretiza com a entrada de grandes montantes de capital económico, a partir da última década do século XX. Apenas os fundos estruturais provenientes da União Europeia permitiram o financiamento da atividade turística, configurando-se como o motor da estrutura económico-financeira da Região <sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> Note-se como o dinheiro é designado pela nomenclatura ‘fundos estruturais’. Na lógica capitalista é ele o único estruturador (substituindo a Natureza) que possibilita a ativação de motores movidos à base da recirculação do dinheiro (substituindo os motores de vida) (ver figura 134).

Assim, o turismo – a chamada *exportação invisível* – apresentou-se como pilar da macroestrutura capitalista regional. Garantido a dinâmica da sua atividade através do aeroporto, e, com isso, o ciclo reprodutivo do capital económico, proporcionou-se a autossuficiência da lógica capitalista. Essa realidade *autoalienada* gerou possibilidades de existência, embora limitadas ao nível do seu *conteúdo* – e não da *forma*. Qualquer elemento da vida (o *conteúdo*) pode ser transformado numa mercadoria, funcionando como veículo de re-produção do capital económico – como é o caso da *habitação*. Tal lógica manifesta-se claramente na edição do dia 14 de setembro de 2000 do *Diário de Notícias da Madeira*, onde, a par da cobertura sobre o aeroporto, identificam-se numerosos anúncios (19) relativos a empreendimentos habitacionais (figs. 133, 135, 136 e 137).

ALDEAMENTO DAS EIRAS  
moradias T3 e T4  
TERMO STEEL  
Construção inovadora

EMPREENDIMENTOS LOCALIZADOS A 3 MINUTOS DA NOVA VIA RÁPIDA

**FUNCHAL - AEROPORTO**

GARAJAU TERRACE  
T2 e T3  
condomínio fechado - piscina - louças Roca  
lampquet - cozinhas dinâmicas/saaz/ tambo em granito

COMERCIALIZAÇÃO  
**IMO CAIRES**  
Sociedade de Mediação  
Licença IMOPPL 1590 - AMI

Invista em imóveis. Valorize o seu \$\$\$

VILAS DO ATLÂNTICO  
moradias T3 (Canço de Baixo)  
Prontas a estrear

JARDINS DO GARAJAU  
T1 e T2

EDIFÍCIO CÂNDIDA  
Assomada - Mão de Deus  
T2 - prontos a estrear

QUINTA DO PRINCIPE  
Santa Cruz - T1 e T2 em construção  
T1 e T3 com escritura imediata

MORADIAS "PALMEIRA MAR"  
Santa Cruz - T2 e T3  
entregas em 60 dias

Rua Brigadeiro Oudinot - Edifício Oudinot, 3º andar - sala 312/3 • 9050 Funchal  
Telef.: 291201170 • Telemóveis: 962980304 / 967043618

Figura 133: Anúncio de empreendimentos habitacionais, localizados a “3 minutos da nova via rápida”. Na grande maioria dos anúncios sublinha-se a proximidade à via-rápida. (Fotografia de Jornal *Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000).

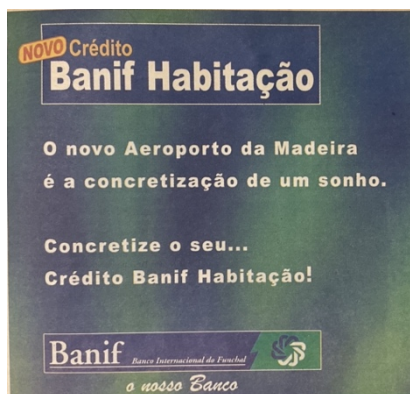


Figura 134: O dinheiro como agente de mediação entre o ser humano e a natureza. (Fotografia de Jornal *Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000).



Figura 135: Anúncio de empreendimentos habitacionais. Note-se, a menção ao Centro Comercial do Madeira Shopping, como uma das novas espacialidades abstratas e de função única. É nesse espaço – acessível com o automóvel – que se passa a comprar os produtos alimentares. Com isso já se desvela o futuro da *parcela de terra*, isto é, da agricultura. (Fotografia de Jornal *Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000).

A transformação da *habitação* numa mercadoria implicou a sua conversão numa mediação de segundo grau. Antes, ela atuava como mediação direta entre ser humano e natureza – um ato próprio de alienação, que materializava a *necessidade concreta* de habitar. Agora, essa mediação passou a operar dentro da lógica capitalista: primeiro, a habitação atravessa o *incontrolável mercado*<sup>177</sup> onde adquire um valor especulativo e abstrato, e só depois tenta responder à necessidade de habitar. Assim, como qualquer mercadoria, serve sobretudo para garantir a autossuficiência do corpo “sociometabólico do capital” (Benedito 2024, p. 14): *Invista em imóveis. Valorize o seu \$\$\$* (fig. 133, escrito a laranja).

<sup>177</sup> Além do ato de habitar passar para segundo plano, o valor da habitação depende da lógica da oferta e da procura, que, por sua vez, contribui com um conjunto de outras mediações abstratas: “[...] os preços das casas [...] subiram, a [...] inflação também subiu [...], a construção está mais cara, não temos mão de obra, que se torna mais cara”. (José Moniz, consultor imobiliário, afirmação em *Interesse Público*, RTP Madeira, 22 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p14397/e824652/interesse-publico>. [18:05]).

**Aldeamento das Eiras**  
Moradias T3 e T4



Excelente oportunidade de ter uma moradia numa zona sossegada com boa exposição solar.  
Fácil acesso

**Final da 1ª Fase**  
T3 - 24.500c T4 - 28.500c

Áreas de construção entre 166 m<sup>2</sup> e 221 m<sup>2</sup>

- Quintal - Garagem
- Acabamentos:
  - Soalhos em cerejeira com caixa de ar
  - Portas em cerejeira
  - Janelas em P.V.C. com vidro duplo
  - Cozinhas dinamarquesas modelo melamina com tampo em granito

**TM.: 964823620 966400231**

**PROMOTOR:**  
Pro POWER  
Techno - Earth  
Telef.: 291232098 Fax: 291231213  
Tm.: 964702301

**CONSTRUTOR:**  
Techno STEEL  
Telef.: 291936088 Fax: 291936129

Figura 136: O espaço abstrato versus o espaço concreto. (Fotografia de Jornal Diário de Notícias da Madeira, 14 de setembro de 2000).

Na figura 136 torna-se visível a distinção entre o espaço abstrato e o espaço concreto. Este último é representado pelas casas pré-existentes, aparentemente dispostas de forma desordenada. No entanto, trata-se de um *caos organizado*: a sua implantação espacial respondia, com grande probabilidade, tanto a condicionantes naturais da área como às necessidades concretas dos seus moradores. Com o tempo, essas casas parecem ter moldado um percurso que se constitui como uma pequena via estrutural de acesso. Trata-se, portanto, de um espaço de vida – tal como exemplificado nas figuras 129, 130, 131 e 132.

Já a espacialidade do novo aldeamento representa o oposto: estão já decididos o número de quartos; os materiais que vão compor a casa; a abertura dos vãos e, portanto, a ventilação e o direcionamento da luz interior; a posição da casa, independentemente de fatores territoriais e climáticos; o espaço exterior, onde estará estacionado o automóvel, pois esse permite o acesso ao isolado aldeamento e ao trabalho. De facto, o que está decidido é a própria *vida* que, tal como o espaço, passou a não surgir simbioticamente com o tempo. Cada lote equivale a uma determinada quantia de dinheiro – é este que determina o espaço e, portanto, a vida.

# Balancal Palheiro Golf

## O local ideal para viver





**Temos o prazer de apresentar, para venda na Madeira, um condomínio privado com 30 lotes de terreno. Balancal Palheiro Golf, uma urbanização magnificamente situada, junto aos jardins da Quinta do Palheiro Ferreiro e ao campo de golfe internacional "Palheiro Golf".**

*Para mais informações, por favor contacte a sala de vendas.*

Sítio do Balancal, São Gonçalo, 9050-206 Funchal, Madeira  
Tel: 351-291795161 Fax: 351-291795150

<http://www.madeira-real-estate.com> E-mail: [balancal@mail.telepac.pt](mailto:balancal@mail.telepac.pt)

Figura 137: Fragmentação da vida: trabalho, casa, espaço verde, mobilidade (carro) – espacialidades isoladas. O mercado oferece, desde logo, o “local ideal para viver”, em vez de serem os habitantes a construí-lo material e imaterialmente. (Fotografia de *Jornal Diário de Notícias da Madeira*, 14 de setembro de 2000).



Figura 138: Ponta do Garajau, na freguesia do Caniço (2023). O Caniço é, por vezes, referido como ‘dormitório’ do Funchal: através da própria linguagem e estrutura do pensamento – produtos de um determinado modo de vida – torna-se evidente o uso estritamente funcionalista do espaço, contribuindo para uma crescente fragmentação da paisagem. (*Google Earth Pro*)

Como seria de esperar, também na atualidade se confirma esta forma de pensar. A apropriação capitalista do território está socialmente tão naturalizada que termos como *valor*, *procura* e *oferta* fazem já parte do vocabulário quotidiano. Além da linguagem, o exemplo do túnel (fig. 101) demonstra que até as soluções propostas no seio do sistema capitalista autoalienado assentam, na verdade, na sua própria lógica de existência – isto é, na reprodução contínua de capital económico. Ilustrativas dessa lógica são duas intervenções dirigidas ao Governo Regional da Madeira, durante a reunião plenária sobre o tema da Habitação, decorrida na Assembleia Legislativa da Região, a 23 de outubro de 2024:

Intervenção 1: [...] Na Madeira, o **valor** das casas anunciadas para **venda** está 57% mais elevado do que o **valor da procura**. Esse **valor** sobe para 58% no Porto Santo. Isto é uma constatação. A nível nacional, o valor anunciado das casas para **venda** está 22% mais elevado que o **valor da procura**. O que é que isto significa? Que o preço médio anunciado da **oferta**, a nível nacional, é de 188.000 euros, sendo que as pessoas procuram casas no **valor** de 150.000 euros. Na Madeira, as pessoas procuram casas a custar em média 245.000 euros – 245.000 euros –, sendo que anunciadas à **venda**, estão [no] **valor**, em média, de 385.000 euros. Veja-se a discrepância entre o **valor da procura** e o valor da **oferta**. [...] <sup>178</sup>

Intervenção 2: [...] ainda esta semana eu vi um palheiro, [...] [sem] condições [...], por 700 euros por mês, e vi também um apartamento por 850.000 euros, que consubstanciava em 5000 euros o m<sup>2</sup>. [...]. Em suma, a questão é, será esta política de habitação um instrumento ou uma colaboração para o controlo da especulação imobiliária [...]?? <sup>179</sup>

Com Lefebvre, compreende-se que o ser humano se forma através de um conjunto de produções – entre elas, a produção espacial. Produzir um espaço é também reproduzir uma forma de pensar, a qual, por sua vez, resulta do espaço pré-existente. Há, portanto, um ciclo simbiótico entre natureza e sociedade, em que a realidade concreta se constitui.

No entanto, quando o pensamento se aliena nas condicionantes abstratas – desconetando-se daquelas que, ao longo do tempo, permitiram a adaptação às necessidades humanas –, torna-se impossibilitado de se transformar. Nessa imobilidade,

---

<sup>178</sup> Paulo Alves. Intervenção sobre Habitação. Reunião Plenária, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 23 de outubro de 2024, Reunião n.º 25. Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21641/Reuniao-Plenaria-n-25>. [00:44:40].

<sup>179</sup> Sara Madalena. *Ibidem*. [01:04:14].

o espaço e a própria realidade permanecem abstratos: não se reconfiguram, não criam novas possibilidades de existência.

Por isso, nas intervenções mencionadas anteriormente, reconhece-se que a raiz do problema da habitação na Madeira reside no valor de troca – expressão da lógica capitalista. Contudo, o espaço e o pensamento dominantes – normalizados <sup>180</sup> – inibem a possibilidade de se questionar a própria realidade (*a forma*), ou seja, de repensar o próprio enquadramento ontológico do problema. A discussão política, assim, cinge-se a propor soluções momentâneas, operando por mediações de segundo grau – construir ainda mais habitações –, sem alcançar as possíveis origens estruturais do problema: o tratamento *autoalienado* do dinheiro (fig. 134) ou, dentro da lógica capitalista, a pressão exercida pelo elevado número de visitantes num território exíguo.

Desta maneira, chega-se à terceira fase de produção da habitação na Madeira. Se a segunda refletia o novo modo de vida imposto ao madeirense – através do automóvel e pela expansão infraestrutural –, a terceira fase expressa um modo de vida impingido diretamente ao território, a partir do aeroporto.

Tratar o aeroporto como simples porta de entrada a turistas – sobretudo com a instalação de bases de companhias aéreas de baixo custo – significa tornar acessível, de forma massificada, um território pequeno e já em si exíguo.

Sublinhe-se que a ilha é já sobrepovoada, como alertou Agostinho Cardoso em 1964 (p. 3462): “1000 habitantes por quilometro quadrado arável”. Também Bodo Freund, em 1976, reforça essa percepção:

---

<sup>180</sup> A normalização de um pensamento, inicialmente não dominante, processa-se ao longo do tempo por via do *poder*, sobretudo político, tornando-se realidade. Recorde-se que o desenvolvimento do sistema hidráulico da ilha, a partir de meados do século XIX, ocultou um problema concreto: o acesso da população camponesa à terra que vinha amanhando há gerações. A colocação desse tema em segundo plano na discussão política garantiu a continuidade das estruturas de poder do Antigo Regime, como demonstrado no subcapítulo 2.2.8., assegurando-se, assim, a realidade pré-existente e impossibilitando-se a emergência de outra. Como analisado no subcapítulo 2.2.11., não apenas se impediu o debate político sobre a questão, como se potenciou, progressivamente, a apropriação capitalista do território: o desenvolvimento das levadas multiplicou propriedades, gerando a ilusão de resolução do problema. Tal solução configurou-se, portanto, como uma *mediação de segundo grau*.

[...] Se se admite a permanência da economia largamente destinada à pura subsistência, e se se exige uma alimentação mais equilibrada, então parece-lhe que era necessário uma SAU [Superfície Agrícola Utilizada] mínima de 1200 m<sup>2</sup> por pessoa. Fazendo a comparação com a média de 830 m<sup>2</sup> actualmente disponíveis (cabem 1290 pessoas num km<sup>2</sup> de SAU!), conclui com algumas reservas que a Madeira tem uma capacidade suportadora para 170 000 habitantes, quer dizer, que existe um terço da população (80 000) a mais. <sup>181</sup>

A apropriação capitalista do território transformou o próprio num produto – numa mercadoria. Embora Agostinho Cardoso se refira originalmente aos produtos agrícolas, a sua afirmação aplica-se igualmente a outras mercadorias, como uma parcela de terra ou uma habitação:

[...] Uma insuficiente produção em muitos sectores das necessidades humanas para um aumento de consumo corresponderia à rarefação e sobrevalorização de produtos: desequilíbrio da balança comercial, e, em parte, perda de divisas, agravando o custo de vida [...]. <sup>182</sup>

Para compreender como essa lógica se manifesta na atualidade, observe-se a reunião plenária dedicada ao tema da Habitação, realizada a 23 de outubro de 2024, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira:

Governo Regional: [...] O **mercado imobiliário** tem diversas variáveis. O **Mercado, em si, está sujeito à lei da oferta e da procura**. E, à medida que a **Madeira é mais atrativa**, que **atrai mais residentes estrangeiros**, que atrai pessoas com **maior capacidade aquisitiva**, essa situação faz com que os **preços vão subindo**. Seja no **arrendamento**, seja noutras áreas, ou mesmo nos **preços de aquisição**. O que é que acontece? Há poucos anos atrás, a maioria dos concelhos [...] tinham uma situação económica, quer para os proprietários das casas, quer para os proprietários de estabelecimentos comerciais ou doutra natureza, que **não é comparável com os dias de hoje**. Ou seja, nós estamos a falar aqui de situações onde dezenas ou centenas de **famílias**, hoje, beneficiaram dessa dita especulação imobiliária. Estamos a falar de **especulação**, mas tem aqui um dado..., por exemplo, se [se] retirar quantas **famílias**, na Madeira, neste momento, é que estão a auferir de rendimentos complementares muito importantes devido ao **AL** [(Alojamento Local)]? Muitas! Quantas **famílias**, neste momento, é que arrecadaram rendimentos substanciais relativamente a edifícios que valiam muito pouco ou tinham valores residuais e que neste momento estão no mercado a valores elevados?! Ou seja, a maioria das **pessoas** que tinham **terrenos** ou

---

<sup>181</sup> FREUND, Bodo. 1976. *Madeira: demografia, estrutura social, economia e turismo numa ilha superpovoada*. p. 285.

<sup>182</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, pp. 3462-3463.

**casas** ou **palheiros** nesses concelhos, neste momento, tiraram rendimentos disso. Quantas **famílias** e quantas **pessoas**, nos concelhos, neste momento, tiram rendimentos, relativamente a um **conjunto de serviços** (de **restauração**, de **manutenção de piscinas**, de **arranjo de jardins**) que não existiam antigamente? Portanto, **isto é o Mercado em si**. [...] <sup>183</sup>

Confirma-se, pela intervenção transcrita, o cenário anteriormente descrito pelos deputados relativamente ao problema da habitação. Se todo o território – tanto o seu conteúdo como o mesmo – é tratado como mercadoria, e se o seu valor é determinado pela lógica abstrata da procura e da oferta, então, observando os valores atualmente praticados e a realidade financeira da população madeirense, conclui-se que a oferta, embora exista, é inacessível. Não por ausência de imóveis, mas porque os seus valores são incompatíveis com os rendimentos locais.

Este raciocínio, sustentado por um vocabulário e pensamento unicamente capitalistas, tende a concluir que o problema reside nas condições económicas e sociais da população, ou seja, nos baixos salários e na aparente carência de habitações. Isso leva a que a política regional procure resolver a questão através de *mediações de segundo grau*, como a inconsequente construção de habitação (figs. 139, 140 e 141), que visa aumentar a oferta para, supostamente, reduzir a procura e, conseqüentemente, os preços; ou ainda através do aumento dos salários ou a redução dos impostos <sup>184</sup>. No entanto, tais respostas, mais do que resolver as causas estruturais do problema, que logo adiante se aborda <sup>185</sup>, funcionam como simples mitigações que acabam reforçando a lógica dominante: construir ainda mais.

---

<sup>183</sup> Miguel de Albuquerque (atual presidente do Governo Regional da Madeira). Intervenção sobre Habitação. Reunião Plenária, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 23 de outubro de 2024, Reunião n.º 25. Disponível em: <https://www.aram.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21641/Reuniao-Plenaria-n-25>. [01:05:20].

<sup>184</sup> Trata-se de medidas pensadas a curto prazo, por serem mediações de segundo grau – o que denuncia o seu possível caráter eleitoralista. Recorde-se, a título de exemplo, o caso do túnel (fig. 101).

<sup>185</sup> Sobre este tema ver nota de rodapé 190 e conteúdo a si associado.



Figura 139: Recente conjunto habitacional no Pico da Torre, em Câmara de Lobos. Dissonância da nova construção na paisagem, ao interromper drasticamente a descida suave da Pico.



Figura 140: Edifício de apartamentos na Ponta do Sol, exemplo de caos arquitetónico e paisagístico. Aqui, não foi a implantação que se adaptou ao espaço, mas o espaço preexistente que se adaptou à nova inserção. Note-se a discrição dos poios vizinhos.



Figura 141: Acima, a ‘Quinta das Lagartixas’. Trata-se de um raro espaço bem integrado na malha urbana do centro do Funchal. Abaixo, uma proposta de projeto habitacional que implica a demolição da quinta. É evidente a ausência de familiaridade do projeto com qualquer traço funchalense. (Adaptado de *Diário de Notícias da Madeira*, <https://www.dnoticias.pt/2023/10/31/381260-mais-72-novas-residencias-para-jovens-no-funchal/>)

A figura 139 ilustra um conjunto habitacional destinado ao programa de renda reduzida, no Pico da Torre (Câmara de Lobos). A construção, ao interromper de forma abrupta a descida suave da encosta, evidencia a dissonância entre o edifício e a paisagem envolvente. A escala desproporcionada e o grande muro de betão – erguido para permitir o acesso do parque de estacionamento à rua superior – revelam a inadequação do projeto à geomorfologia local. O investimento dispendioso neste muro, bem como no enchimento de terras para nivelamento, serviu a um único propósito: garantir a existência de um parque de estacionamento. Tal opção materializa um modo de vida fragmentado, marcado pela dependência do automóvel e pela ausência de integração com malhas urbanas maduras, capazes de possibilitar o uso do transporte público.

Já a figura 140, também relativa a um projeto destinado ao programa de renda reduzida, expõe de forma evidente um caos arquitetónico e paisagístico. Aqui, não foi a implantação que se adaptou ao espaço, mas o contrário, originando um conjunto dissonante, marcado, novamente, pelo uso ostensivo de muros de betão. A presença dos poios vizinhos, discretamente integrados pela pedra basáltica, acentua o contraste entre práticas construtivas tradicionais e a lógica padronizada da nova edificação. Embora se trate de um único bloco, este surge visualmente fragmentado pelos cheios e vazios da fachada, pelos efeitos de luz e sombra e pela multiplicidade de materiais e cores: cinza do betão, tonalidades de bege, revestimento castanho resultante da azulejaria bicolor e texturizada do piso térreo, vãos em claro e escuro, varandas salientes e, no topo, painéis solares. O resultado é uma paisagem visualmente saturada, na qual o excesso de elementos compromete qualquer possibilidade de harmonia com o lugar – algo inédito na paisagem rural madeirense e em claro contraste com a afirmação do promotor, que descreveu a obra como um “edifício de estética moderna, [e de] linhas simples”<sup>186</sup>.

A figura 141 revela um caso particularmente simbólico do tratamento dado na atualidade ao percurso histórico da ilha, e neste caso ao do Funchal. Na parte superior encontra-se a ‘Quinta das Lagartixas’ (final do século XIX), adquirida pelo Governo Regional e atualmente sob gestão da PATRIRAM – empresa pública responsável pela administração e reabilitação de património privado transmitido ou concessionado à Região Autónoma da Madeira. A quinta, com um jardim-pátio de acesso público, constitui um raro espaço, referente ao passado da cidade, bem integrado na malha urbana do Funchal, funcionando como refúgio da vida cidadina e preservando a relação visual com as zonas montanhosas. No entanto, o projeto habitacional proposto – pela referida empresa pública – para o local prevê a sua demolição, substituindo-a por um edifício padronizado, de inspiração externa e sem qualquer relação com a identidade arquitetónica funchalense, ou mesmo madeirense.

O contraste entre o valor patrimonial e paisagístico destes casos evidenciam a fragilidade da política habitacional, que, a favor de solução imediatistas, compromete espaços e paisagens singulares. Assim, as medidas políticas mostram-se incapazes de

---

<sup>186</sup> Disponível em: <https://www.ihm.pt/pt/visita-tecnica-ao-empreendimento-habitacional-da-ponta-do-sol>

dialogar com o território, porque subordinadas a uma lógica que desconsidera o modo de vida preexistente e reforça a padronização da paisagem.



Figura 142: A progressiva conversão da ‘Cidade das Quintas’ – onde quintas e casas intercalam com densos espaços verdes – numa mera cidade padronizada, segundo referências alheias ao local. Os modismos afetos às novas construções refletem uma prática arquitetónica alienada em si mesma, desvinculada da Cultura onde se insere.

Além de tudo isto, as soluções que tentam resolver os problemas dos baixos salários ou da carência de habitações num prazo tão curto, acabam por tornar a economia insular ainda mais dependente de fundos estruturais europeus <sup>187</sup> e, sobretudo, da atividade turística – desviando-a da frágil *doutrina* que, com engenho, foi desenhada nas primeiras décadas da Autonomia. Acentua-se, assim, a histórica e traiçoeira dependência económico-financeira da Madeira face ao exterior.

No caso do período vinhateiro, verificou-se como essa dependência assentava nos comerciantes estrangeiros, que, com o dinheiro da venda do vinho, adquiriam noutras praças os bens essenciais, como os alimentos, que seriam depois revendidos à população.

---

<sup>187</sup> No início da reunião plenária sobre o tema da Habitação, decorrida na Assembleia Legislativa da Região, a 23 de outubro de 2024, o Governo Regional começou por mencionar que seriam adquiridas cerca de 800 habitações até 2026 para tentar responder à crise de habitação, “no quadro do PRR [(Programa de Recuperação e Resiliência)], de renda reduzida”. Sublinhe-se que o número de famílias à espera de habitação é de 5000 (Agência Lusa, *Madeira com cerca de 5.000 famílias em lista de espera para apoios habitacionais do Governo. Diário de Notícias da Madeira*, 21 de maio de 2022, <https://www.dnoticias.pt/2022/5/21/312009-madeira-com-cerca-de-5000-familias-em-lista-de-espera-para-apoios-habitacionais-do-governo/#>).

Foi precisamente esse mecanismo de dependência que sustentou o Antigo Regime na Madeira, mais tarde substituído pelo regime capitalista.

Deste modo, a origem da atual crise social é mais estrutural – se desde já excluirmos da equação a apropriação capitalista do espaço: o cerne do problema está no grau de acessibilidade territorial <sup>188</sup>. O território está hoje facilmente acessível – tanto espacial como financeiramente – a sujeitos externos à realidade madeirense, com um capital económico que o território e, portanto, a população local é incapaz de produzir e reproduzir (fig. 143).

Na apropriação capitalista do território – onde se impõe a lógica da procura e da oferta – a entrada de capital externo, facilitada pela conectividade aérea, faz com que se verifique uma desigualdade estrutural entre o poder de compra de quem habita e de quem visita ou investe. Inclusivamente, tratando-se esta última como uma mera experiência recreativa (ato de alienação), mesmo que desligada das consequências territoriais e sociais que tal ação implica. Tal como as infraestruturas viárias da década de 1990 encurtaram distâncias dentro da Região, também o aeroporto, ao ligar diretamente a Madeira a outras regiões do planeta, encurtou o tempo e o espaço – mas agora entre realidades socioeconómicas completamente distintas <sup>189</sup>. É justamente nesse desequilíbrio que se enraíza a atual crise habitacional, acentuada a partir da entrada da companhia aérea de baixo custo Ryanair – num contexto pós-pandémico em que a Região procurava, de forma desesperada e, por isso, sem ponderação estratégica, reanimar a atividade turística.

---

<sup>188</sup> Refira-se que a entrada das companhias aéreas de baixo custo foi também justificada pela diminuição do custo das passagens aéreas para os residentes madeirenses. No entanto, nas épocas-chave da Região, no Natal, por exemplo, os preços continuam iguais e mais caros, devido à elevada procura. Além disso, considera-se anormal que a coesão territorial de um Estado (Portugal e Regiões Autónomas) esteja dependente de uma ou mais entidades privadas. Assim, crê-se ser dever do agente de poder público garantir essa coesão. Por esse motivo – garantir direitos – é que existe a Autonomia Institucional.

<sup>189</sup> Note-se que antes da apropriação capitalista o próprio território já ontologicamente predeterminava a condição económica da população: os habitantes da vertente sul eram beneficiados por nessa parte da ilha se encontrarem as melhores zonas para a prática agrícola. Contudo, essa predeterminação dependente também da maneira como se opera a apropriação espacial. Recorde-se: o ato de alienação manifesta-se, além do distanciamento-relação com a natureza, pela relação entre e com a sociedade. Por exemplo, se antes, na vertente sul, encontrava-se a parcela de população mais fragilizada, porque sujeita à imposição da vinha e aos preços dos produtos importados das praças estrangeiras, após a Queda da Vinha e o empreendimento das levadas é essa mesma que sai beneficiada. Essa vantagem prossegue na atualidade: é na encosta sul que a atividade turística – e a forma como, no momento histórico presente, essa atividade é socialmente exercida – encontra as condições climáticas e sociais para a seu desenvolvimento.



Figura 143: Empreendimento *Madeira Dubai* nos arredores do Funchal (zona da Ajuda) (imagem ilustrativa do projeto ainda em construção). Um amplo projeto no escasso solo edificável da ilha, mas não direcionado ao habitante madeirense. Exemplo de caos paisagístico e arquitetónico. A escala da intervenção, já em si problemática (como demonstram as edificações no entorno), associada à paleta cromática utilizada, introduz uma dissonância visual evidente na paisagem. A alta densidade de edificação e, sobretudo, a cor escura dos edifícios, denota a falta de atenção dada ao espaço verde, introduzindo nesse espaço coletivo a sensação de insegurança. O projeto não procurou adaptar-se ao local de inserção. Note-se, ainda, que o website da promotora imobiliária se apresenta, prioritariamente, em língua inglesa. (*Varino*. <https://www.varino.pt/en/dubai-madeira>)

A entrada de um fluxo incontrolável de turistas – e, com ele, de um novo tipo de capital económico – destabilizou a já frágil *doutrina* madeirense. Segundo o discurso do Governo Regional, essa dinâmica turística parece beneficiar os concelhos fora do Funchal. No entanto, essa afirmação apenas revela a fragilidade e a limitada diversificação da base económico-financeira desses concelhos. Confirma-se a dependência estrutural desses concelhos em relação ao turismo, que se tornou a principal – senão a única – fonte de rendimento possível. Por sua vez, novamente fica evidente a macrocefalia do Funchal, que concentra a maior parte das infraestruturas turísticas, polarizando as dinâmicas económicas diretas e indiretas que desse setor resultam.

Nessas circunstâncias, definir o turismo como base económica da Região – a partir da massificação do turismo – implica condicionar, politicamente, o destino socioeconómico desses concelhos. Os habitantes dessas zonas, perante a apropriação capitalista do espaço, vêm-se forçados a recorrer à atividade económica disponível no território. Na ausência de infraestrutura turística, restam-lhes as únicas mercadorias existentes na sua zona: o terreno e a habitação. Na tentativa de melhorar materialmente

as condições de vida, vendem terrenos a entidades com um capital externo, muitas vezes alheio à realidade madeirense. Além disso, recorrem ao arrendamento temporário de casas a turistas, através do Alojamento Local (AL).

No artigo *18% da aposta nacional no AL foi feita na Madeira*, publicado na edição do dia 5 de janeiro de 2025 do *Jornal da Madeira* (pp. 4-5), foi destacada a descentralização da aposta no Alojamento Local ocorrida no ano de 2024. Nesse ano, foram criadas 1110 novas unidades de AL – o que corresponde a 5653 camas. Para comparação: entre 1964 e 1991 (cerca de 30 anos), surgiam em média 426 camas/ano; entre 1991 e 2000 (em 9 anos) a média foi de 922; em 2019, o hotel Savoy Palace introduziu sozinho 1128 camas. Em 2024, só o AL acrescentou cerca de 6000 camas no mercado.

Ainda assim, os dados de 2024 ficaram “aquém dos observados em 2023, então com 1.250 novos AL [...] refletindo-se, nesse ano, em mais de 5.877 camas”. Segundo o artigo, a Madeira contabilizava 6848 alojamentos locais em 2024, mas dados mais recentes indicam a existência de 7354 em 2025 <sup>190</sup>. Ao mesmo tempo, cerca de 5000 famílias aguardam o apoio habitacional do governo <sup>191</sup> – um número que, apesar de não haver base científica direta, sugere uma possível correlação com a intensificação da crise da habitação.

No que diz respeito à empregabilidade da população rural, segundo o próprio governo, restam essencialmente atividades do setor terciário, como a restauração, a manutenção de piscinas e o arranjo de jardins. Como afirmou o deputado Agostinho Cardoso ainda em 1964: “a mão de obra que [a atividade turística] utiliza, excepto no

---

<sup>190</sup> LUÍS, Miguel. *Regra de Albuquerque fechava metade dos alojamentos locais*. Diário de Notícias da Madeira, 2 de agosto de 2025. Segundo o artigo, 3772 Alojamentos Locais situam-se em edifícios de habitação coletiva (blocos de apartamentos). De acordo com o *Jornal da Madeira* (5 de janeiro de 2025), a maioria localiza-se nos municípios do Funchal (3137) e da Calheta (1153). Esta concentração gera uma sobrecarga populacional insustentável, que ajuda a explicar uma das principais justificações para a suposta necessidade de construção de um túnel na zona do Funchal (fig. 101). A obra visa, entre outros fatores (ver secção 5.2.1.9.), responder ao agravamento do congestionamento rodoviário, problema que se tornou constante no período pós-pandémico, precisamente quando a Região adotou o modelo de turismo massificado. Assim, esta situação demonstra que, hoje, não só os residentes estão dependentes do carro, mas também os visitantes, dada a típica dispersão do casario madeirense – convertido, em parte, para Alojamento Local.

<sup>191</sup> Agência Lusa, *Madeira com cerca de 5.000 famílias em lista de espera para apoios habitacionais do Governo*. Diário de Notícias da Madeira, 21 de maio de 2022, <https://www.dnoticias.pt/2022/5/21/312009-madeira-com-cerca-de-5000-familias-em-lista-de-espera-para-apoios-habitacionais-do-governo/#>

setor dirigente, é pouco especializada e fácil de treinar [...]” (1964, p. 3457). Fica, assim, evidente a pobreza social e económica a que o território rural está sujeito, à qual se soma ainda a dimensão a ambiental:

Intervenção 3: [...] Mais do que a **construção desenfreada**, [pergunta-se] se há também um planeamento a esse nível, porque aquilo a que estamos a assistir é um **excesso de construção**, mas não estamos a assistir, por exemplo, à reabilitação de prédios devolutos.<sup>192</sup>

“O que turista procura primordialmente é sol e o mar. [...] Onde quer que haja mar e uma estrada aparece uma casa, depois outra [...] e pronto” (Corrêa *apud* MATOS, 2022, p. 257). A apropriação capitalista do território manifesta-se hoje na ‘construção desenfreada’ no solo rural madeirense – particularmente na vertente sul da ilha, onde se concentra a maior parte da população. Essa ocupação não é fruto do acaso ou de capricho, mas sim de uma necessidade<sup>193</sup> histórica e geográfica, como exposto ao longo deste trabalho.

A cedência territorial a pessoas com maior poder aquisitivo levou a que o Alojamento Local fosse também explorado por estrangeiros que adquiriram casa na Região<sup>194</sup>. A predominância da atividade turística mantém-se assegurada pelo tratamento do aeroporto como mera porta de entrada, alimentando um modelo de turismo massificado que garante elevada procura por alojamento e, conseqüentemente, a reprodução do capital económico. Nestas condições, os investidores externos obtêm não só o refinanciamento, mas também o lucro das suas mercadorias, isto é, da própria habitação.

---

<sup>192</sup> Mónica Freitas. Intervenção sobre Habitação. Reunião Plenária, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 23 de outubro de 2024, Reunião n.º 25. Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21641/Reuniao-Plenaria-n-25>. [01:24:26].

<sup>193</sup> Grande parte da população vive e trabalha nesta zona, pelo que a conversão de habitação permanente em alojamento local (AL) gera condições de crise habitacional. Assim, o problema não é a escassez de casas, mas o descontrolo da entrada de visitantes (ver nota de rodapé seguinte). Além disso, o AL concentra-se sobretudo nos concelhos de maior densidade populacional (ver nota de rodapé 190), acentuando a dependência económica do turismo nessas áreas e marginalizando os concelhos historicamente secundarizados. Seria, portanto, economicamente benéfico limitar a atividade de AL nos concelhos mais povoados e permitir o seu desenvolvimento controlado nos concelhos economicamente desfavorecidos, regulando sempre o fluxo de visitantes através do aeroporto, para evitar a sobrecarga demográfica e a construção desordenada que daí resulta (figs. 145, 147 e 149).

<sup>194</sup> Segundo o atual secretário do Turismo, Ambiente e Cultura, “muitas das casas compradas [por estrangeiros] são para habitação própria ou segunda habitação, mas outras destinam-se ao mercado de arrendamento e ao Alojamento Local (AL)”. Entrevista a Eduardo Jesus. *Voos diretos na Madeira impulsionam compra de casas por estrangeiros*. *idealista/news*, 9 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2024/07/09/64661-voos-diretos-na-madeira-impulsionam-compra-de-casas-por-estrangeiros>.

O atual uso dado ao aeroporto, sem qualquer mecanismo de controlo populacional, expõe o território à lógica do turismo massificado. Esse turista, descrito por Agostinho Cardoso (1964, p. 3460) como “estandardizado – ia dizer, despersonalizado [...]” não procura o território por uma necessidade ontológica (ligada ao autoconhecimento), mas por um impulso abstrato de consumo. Embora o deputado se referisse ao visitante temporário, a mesma lógica pode ser aplicada ao estrangeiro residente, cuja permanência – sustentada por um capital económico alheio à realidade madeirense – impõe um modo de vida distinto, materializando-se no espaço e condicionando a organização territorial:



Figura 144: Zona no Estreito da Calheta em 2004. (Google Earth Pro)



Figura 145: Mesma zona da figura anterior em 2023. (Google Earth Pro)



Figura 146: Zona nos Prazeres (Calheta) em 2004. (Google Earth Pro)



Figura 147: Mesma zona da figura anterior em 2023. A predominância de uma atividade económica impossibilita a manutenção de outras, como a agricultura. (Google Earth Pro)



Figura 148: Zona do Pinheiro das Voltas (Funchal) em 2004. (Google Earth Pro)



Figura 149: Mesma zona da figura anterior em 2023. Destaca-se o amplo espaço destinado apenas ao automóvel e a implantação desarticulada do empreendimento, tornada ainda mais evidente na piscina – um espaço sobrando, sem integração com o conjunto. (Google Earth Pro)

Nas imagens acima, observa-se não apenas um consumo irreversível do solo – recorde-se que o espaço edificável e utilizável na ilha é extremamente limitado –, mas também uma padronização das tipologias habitacionais e dos seus métodos construtivos.

[...] [o solo] sendo um recurso finito e que uma vez utilizado para outros usos é irreversível. Se nós construirmos um prédio por cima de solo rústico com potencial produtivo, mesmo que nós daqui a 50 anos decidamos que queremos usar aquele solo de volta para produção, já não vai ser possível. Mesmo que retirássemos o prédio, a sua degradação é completamente irreversível.<sup>195</sup>

Tal como os atos de deslocação, de educação ou do turismo – anteriormente analisados como manifestações de autoalienação – também a arquitetura se insere nesse mesmo processo. O exercício arquitetónico manifesta-se, frequentemente, de forma indiferenciada em relação ao território em que se implanta. A autoalienação do modo de vida que esse ato materializa revela-se com clareza quando se constata que a sua viabilidade depende quase exclusivamente do automóvel. A isto soma-se a proliferação de piscinas – elementos de elevado consumo de água potável, implantados precisamente na zona mais quente da ilha (fig. 150) e em contradição com a proximidade do mar.

<sup>195</sup> *Biosfera 2025*, Episódio 10: *Alteração à Lei dos Solos*. RTP, transmitido em 8 de março de 2025. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p14287/e834812/biosfera>. [22:18].

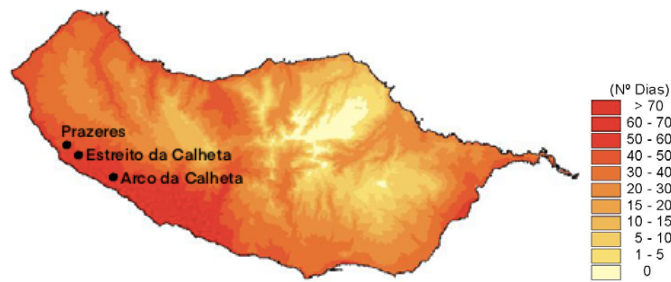


Figura 150: Localização das freguesias. Número anual de dias de verão (dias que tenham temperaturas máximas superiores a 25°C). Estes dados são uma constatação e não uma previsão. A zona sul da Madeira, por efeito das alterações climáticas, tornar-se-á ainda mais quente. (Adaptado de Valente, *et al.*, 2006)

Segundo especialistas <sup>196</sup>, as alterações climáticas poderão provocar uma redução em 50% na disponibilidade hídrica da Madeira <sup>197</sup>. Uma das soluções propostas tem sido a redução das perdas nas redes de distribuição, que rondam, os mesmos 50%. No entanto, importa questionar se tais estimativas consideram o crescimento exponencial da construção de piscinas (fig. 151) – como também dos espaços relvados – promovido por um modo de vida que, ontologicamente desvinculado, transforma a água num artigo de luxo e o território num cenário indiferenciado de consumo.



Figura 151: Zona do Arco da Calheta, em 2024. De forma geral, é possível identificar as construções mais recentes pela sua forma retangular padronizada e pela presença marcante do azul das piscinas. Note-se ainda a impermeabilização quase total de muitos desses lotes, em contraste das casas mais antigas – geralmente desprovidas de piscina. Muitas das novas construções correspondem a habitação temporária (AL). (Google Earth Pro)

<sup>196</sup> RTP Madeira. *Madeira em números 2024*, episódio 8, transmitido em 20 de junho de 2024, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p12747/e777939/madeira-em-numeros-2024>

<sup>197</sup> Cerca de 50% da água consumida da ilha é proveniente da precipitação oculta (tema tratado no subcapítulo 1.2.2). Repare-se como a vertente norte da ilha e a floresta indígena são os fatores decisivos, e por isso políticos, da vivência na ilha.

Num contexto em que as temperaturas sobem sucessivamente num curto intervalo de tempo; em que a vertente sul da ilha regista uma intensificação da humidade e uma redução da intensidade e frequência do vento (aumentando a sensação de calor); e em que os episódios de precipitação são cada vez mais escassos e concentrados – agravando o risco das cheias rápidas –, a proliferação de piscinas deve ser entendida como um fator adicional de pressão sobre os recursos hídricos. Este dispositivo materializa, uma vez mais, a desvinculação ontológica do modo de vida imposto ao território, ignorando a relação histórica da população com a água.

Ademais, a área construída dos novos empreendimentos ocupa a totalidade do lote, levando à impermeabilização generalizada do solo. Ineditamente na ilha, o espaço verde residual revela-se modesto e descaracterizado, reduzindo-se a um relvado – um elemento altamente consumidor de água e profundamente descontextualizado da paisagem e do clima madeirenses.

Se no caso do Hotel Savoy Palace ainda se identificam tentativas de reprodução estética de elementos arquitetónica do passado, aqui tão pouco há referência ao uso agrícola que durante séculos terá marcado aquele lugar – foram nestas zonas que Freitas Branco (2019) realizou a experiência de campo, entre 1979 e 1980. A habitação apresenta-se, assim, como uma mercadoria moldada para responder à procura efémera de um ser humano alheio ao território que consome.

Por tudo isto, torna-se pertinente repensar o papel do aeroporto, transformando-o numa porta de controlo do fluxo turístico. Tal permitiria – sem necessidade de recorrer a ineficazes mediações de segundo grau – reduzir a pressão social, económica e ambiental, regressando a números sustentáveis, voltando à prática de um turismo humanizado, e reequilibrando a já frágil *doutrina* madeirense, enquanto a lógica de apropriação capitalista persistir.



Figura 152: Zona no Arco da Calheta (março, 2025). Diferença entre as construções mais recentes, na parte superior, e as antigas, logo abaixo. Destaca-se o impacto visual negativo dos grandes vãos envidraçados e dos seus reflexos, que acentuam a desproporção dos edifícios. Ao contrário das dimensões clássicas das aberturas (cerca de um metro acima do piso), estas janelas sobredimensionadas comprometem uma leitura equilibrada e humanizada da escala arquitetónica.

Intervenção 4: [...] verifica-se qual o **paradigma deste Governo** [...] relativamente à habitação, [...] é a **habitação de luxo**. É a habitação com **piscina**, com **jardins**, que quem consegue comprar, não são os madeirenses, mas são sim **estrangeiros residentes**. E isto não é investimento naquilo que deve ser a orientação pública por parte de um Governo Regional. [...] <sup>198</sup>

Como se tem vindo a constatar, o território está subordinado a uma única função: materializar, através do capital económico dominante, as vontades temporárias e – no momento histórico presente – externas ao contexto madeirense. Vontades estas produzidas pela lógica capitalista abstrata, fundada na lógica da procura e da oferta. No mundo concreto, essa lógica manifesta-se na paisagem e na arquitetura, que deixam de ser fruto de um processo gradual e contextualizado, para passar a expressarem-se apenas como produtos de ideias imediatistas <sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> Lina Pereira. Intervenção sobre Habitação. Reunião Plenária, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 23 de outubro de 2024, Reunião n.º 25. Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21641/Reuniao-Plenaria-n-25>. [01:39:20].

<sup>199</sup> É precisamente da ideia de Arquitetura como produto final (imediatista) que o professor Daniel (ver capítulo da Apresentação) propositadamente tenta se desvincular – distanciando-se das metodologias projetuais tidas como normais, porque decorrentes do processo de autoalienação capitalista. A arquitetura não é um fim – como recorrentemente ensinado –, mas um meio. É um ato de alienação, conjuntamente resultante do distanciamento-relação do ser humano com natureza (ontologia) e das inúmeras formas de relacionamento (atos de alienação) do mesmo dentro da sociedade em que está inserido (antropologia).

[...] o estrangeiro que vem para aqui é um estrangeiro com dinheiro. Ele tem para fazer uma casa e tem dinheiro para viver o resto da vida. Ele **não vem** para aqui **fazer vida** nisto aqui!<sup>200</sup>

É esse cenário que a citação acima e a figura 152 ilustram. Desde logo, destaca-se a dissonância gerada pela infraestrutura de betão que serve de base às novas construções – as quais não são projetadas para se adaptar à geomorfologia local, nem aproveitam, até onde se sabe, a pedra extraída na sua própria construção (fig. 143). O intervalo verde outrora presente entre as casas – característica das edificações mais antigas – desapareceu por completo. Isso não só deixa as novas construções expostas à radiação solar intensa, como obriga ao recurso generalizado a sistemas de climatização artificial, dado o aumento do ganho térmico causado pelos grandes vãos envidraçados. No inverno, pelo contrário – e considerando a exposição direta desta zona da ilha aos ventos de sudoeste, que intensificam as trocas de ar devido à diferença de pressões entre o exterior e o interior – os vãos desproporcionais facilitam a perda de calor interior, impondo o recurso a sistemas de climatização e ao conseqüente aumento do consumo energético. Trata-se, assim, de uma arquitetura desligada do lugar, que recorre a soluções externas, padronizadas e, por isso, insustentáveis, que responde a um modelo padronizado de habitar e, portanto, ignorando as especificidades climáticas e culturais do território onde se insere.



Figura 153: Extração de rocha na zona da Ajuda (Funchal) (julho, 2024), para a construção do empreendimento *Madeira Dubai* (ver figura 143). Ato de alienação fundamentado na lógica de re-produção do capital – e não na necessidade de habitar – que implica conseqüências social, económica e ambientalmente negativas.

---

<sup>200</sup> Armando Portela (morador da Lombada Velha, no concelho da Calheta) em RTP Madeira. *Madeira Profunda*, episódio 4, transmitido em 23 de julho de 2025, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p15127/e866343/madeira-profunda> [22:58]

Sublinhe-se a raridade do uso de aparelhos de climatização nas habitações do comum madeirense, o que se deve, sobretudo, a dois fatores: primeiro, muitas dessas casas estão rodeadas por vegetação ou plantações (figs. 129 e 130), e, nalguns casos encontram-se inseridas no interior destas (fig. 154), beneficiando naturalmente de sombra e frescura no verão – além do efeito moderador que o oceano tem na amplitude térmica geral. A própria vegetação e a sombra por si proporcionada alteram a temperatura da superfície envolvente, criando um microclima mais ameno e favorecendo a circulação de pequenas brisas, resultantes das trocas de ar entre zonas mais quentes e mais frias. No inverno, essa mesma vegetação atua como barreira ao ar frio e, ao estabilizar a temperatura do solo através da sombra que projeta, reduz a amplitude térmica entre a terra e o ar, tornando menos propícia a formação de correntes de ar mais intensas. Segundo, a arquitetura tradicional recorre a janelas de dimensão moderada, frequentemente acompanhadas de *tapa-sóis* (fig. 155), que ajudam a controlar a entrada de luz, a proteger da chuva e a regular a ventilação. Além disso, os telhados de água, ao criarem o espaço muitas vezes denominado sótão, contribuem para o controlo térmico do edifício, uma vez que absorvem o calor do sol sem que este incida diretamente sobre a laje. Recorde-se que o ar quente tende sempre a subir, acumulando-se nesse espaço intermediário e impedindo o sobreaquecimento dos compartimentos inferiores. Estas soluções, simples mas eficazes, traduzem uma inteligência arquitetónica profundamente enraizada no conhecimento do lugar – porque aí se vive, e não apenas efemeramente se consome.



Figura 154: Casa em ruínas (2004) (construção em pedra) numa zona rural do Funchal. Junto à casa existia uma pequena edificação (à esquerda da casa, na parte inferior) de apoio agrícola, mas também destinado a cabras. O conjunto insere-se num bananal e a casa era circundada por vinha. (*Geofunchal*. <https://geofunchal-1-cmfunchal.hub.arcgis.com>)



Figura 155: Janelas com os respetivos *tapa-sóis* (tipicamente são em madeira e de cor verde escuro). Neste caso, mesmo sem telhado de águas, o sombreamento da vinha no verão permite o controlo térmico no andar inferior, e no inverno contribui para o aquecimento da casa, uma vez que, sendo caduca, a vinha perde a folhagem e permite a incidência direta de radiação solar. No verão, a exposição indireta ao sol torna o terraço, ou *quintal*, um espaço sempre habitável. (Zona sul da ilha).

Desta forma, desvela-se mais uma faceta da antiga relação entre a agricultura e o ser humano na Madeira, possibilitada pelos microclimas, pelas levadas e pelos andares de culturas. O espaço exterior – ou verde – não se constituía de maneira fragmentada e isolada como, atualmente, a espacialidade abstrata trata de materializar, mas antes como um espaço de vida e até de extensão da espacialidade interna da casa. Como se observa das figuras 128 a 132, é nesse ambiente que se desenvolve a sociabilidade. Aí se convivia – e em certos contextos ainda se convive – com a vizinhança (muitas vezes a própria família), revelando uma comunhão social enraizada na população local.

Contudo, essa característica social tem vindo a desaparecer progressivamente das construções mais recentes. Tal mudança decorre, por um lado, do modo de vida fragmentado imposto no território – fomentado pelo papel dominante do automóvel – e pela forma como este é apropriado, isto é, tratado como mercadoria acessível apenas mediante o poder de compra; e, por outro, da emergência de novas formas de comunicação, como a internet, que tendem a substituir a convivência física – e até o *trabalho* (como no caso dos *nómadas digitais* <sup>201</sup>) – por interações virtuais. Assim, o

---

<sup>201</sup> Um nómada digital é um indivíduo cujo trabalho, mediado por tecnologia (geralmente um computador), é realizado de forma remota, sem necessidade de um espaço fixo. Essa mobilidade permite estabelecer-se em outros países. No entanto, a massificação desse modo de vida tem impactos sociais e económicos negativos nos locais escolhidos para residir, como relata Alex Holder – nómada digital que refletiu sobre a

espaço exterior deixa de ser vivido como uma extensão do espaço social e, gradualmente, perde a sua função enquanto espacialidade ontológica, onde a *vida*, através do corpo humano, se materializa.

É nestas circunstâncias que surge um elemento arquitetónico: o muro alto (fig. 158) – até então exclusivo das quintas madeirenses localizadas, sobretudo, nos arredores do Funchal. O recurso inconsequente e banal a esse dispositivo é possibilitado pelo novo modo de vida fragmentado: a construção, os seus habitantes e o próprio espaço da casa (o lote) tornam-se isolados do contexto envolvente – quer seja do território, quer da população que nele pré-reside. Este elemento, enquanto dispositivo de separação espacial, é estranho ao território rural madeirense e reforça uma sensação de insegurança que, embora fizesse parte pontualmente do quotidiano de um contexto dispersamente povoado, assume agora um carácter permanente e simbólico – normalizando a perceção de que é necessário isolar-se do contexto envolvente e, assim, fomentando o próprio modo de vida fragmentado.

---

sua experiência em Lisboa: “O que acontece quando os espaços partilhados da sua suposta comunidade são cafés banhados pelo sol e estúdios de fitness boutique? O que significa nunca ser voluntário, ou passar tempo com uma pessoa idosa, raramente usar transportes públicos ou ler as notícias locais? Significa um desligamento da cultura que molda a vida quotidiana. [...] A verdade é que não estou suficientemente integrada para retribuir na mesma medida em que recebo.” (tradução livre do inglês). Ver *‘There’s an arrogance to the way they move around the city’: is it time for digital nomads like me to leave Lisbon?*. *The Guardian*, 27 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/jul/27/lisbon-portugal-digital-nomads-foreign-remote-workers-integration>.

A escolha pela mobilidade é possibilitada pela *autoalienação do trabalho* – como se pudesse existir desligado do espaço e da cultura onde é executado – e sustentada pela busca de custos de vida mais baixos (como refere Alex), decisão moldada pelo sistema capitalista autoalienado e, portanto, fundamentada sobretudo em termos antropológicos: custo de vida – ou, custo de consumir. Na Madeira, a vila da Ponta do Sol é exemplo desse fenómeno, sendo promovida como *Nomad Village*.



Figura 156: O mesmo terreno da figura 154, em 2025. A espacialidade das novas construções (ao centro) é demarcada pelos muros retos e contínuos, evidenciando como a totalidade do lote foi ocupada e compartimentada. O resultado é uma configuração espacial pobre e mecânica, alheia à morfologia pré-existente do território. (Google Earth Pro)



Figura 157: As implementações recentes e o desenho das habitações (o ato arquitetónico) ignoraram os lanços de água destinados à irrigação, alguns dos quais serpenteavam o *terreiro* da casa pré-existente (representada a tracejado vermelho). As habitações converteram-se num mero lugar de passagem, desvinculado da paisagem local e dominado pela mobilidade automóvel, destacando-se o amplo espaço impermeabilizado para estacionamento na construção mais abaixo (mancha vermelha), quase equivalente à área da casa antiga. A linha azul mais espessa corresponde a uma levada, que passa junto a um contínuo muro de pedra basáltica (ver figura 158). (Adaptado de Google Earth Pro)



Figura 158: Muro de betão erguido sobre o antigo muro de pedra basáltica, que acompanha parte da levada do Curral e Castelejo. A nova construção ignora o lanço de água ainda funcional (no canto inferior direito), desperdiçando a oportunidade de reintegrar esse dispositivo – essencial durante séculos – na espacialidade da nova habitação. Trata-se também de um elemento que oferece o som da água a correr, enriquecendo a experiência sensorial do lugar. Onde antes o olhar do caminhante alcançava a plantação, hoje vê-se apenas um muro cinza e opaco de betão. (Fotografia tirada do ponto vermelho da figura 157).

Além disso, mais uma vez, sublinhe-se a introdução da relva no espaço exterior destas habitações – expressão de uma pobreza tanto social como ambiental. O espaço verde não precisa, necessariamente, de corresponder a práticas agrícolas ou hortícolas; com essas práticas ou não, pode – e deve – ser constituído por espécies de carácter ornamental, contribuindo, inclusive, para a recuperação da flora indígena (fig. 159), em grande parte desaparecida da encosta sul, ou incorporando espécies exóticas não invasoras adaptadas ao clima regional.

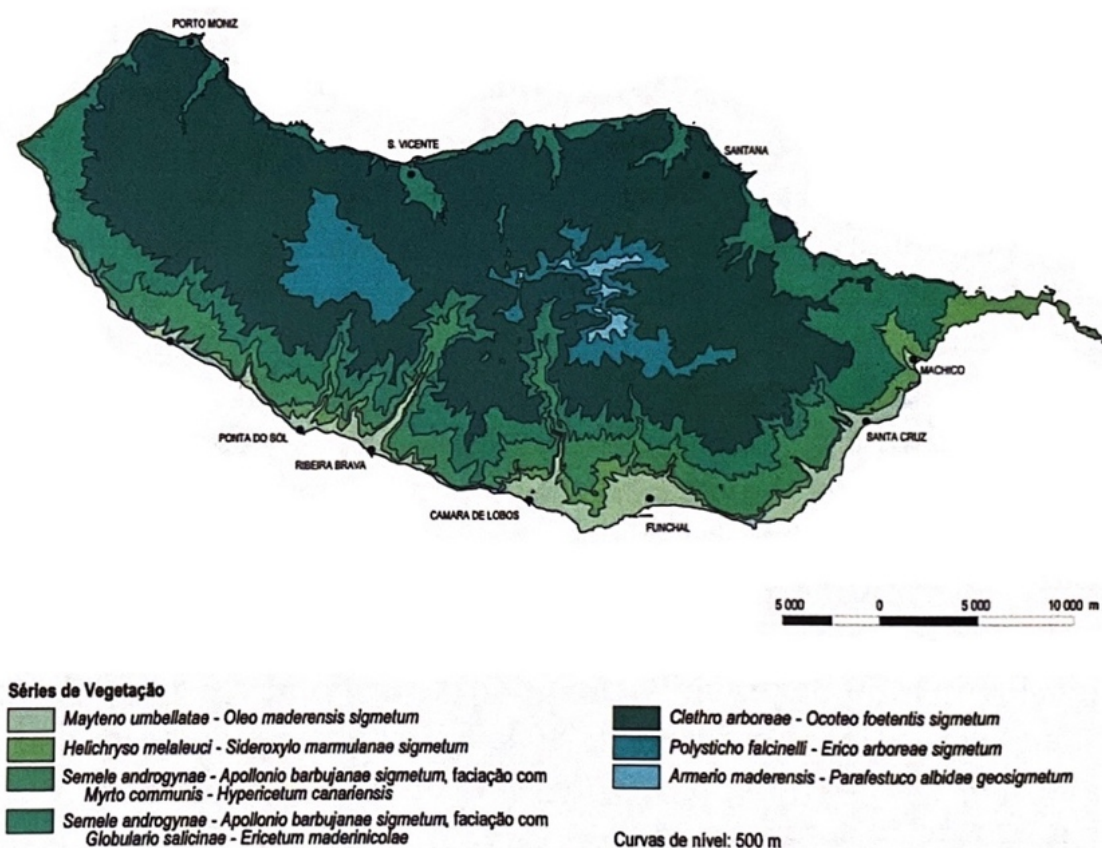


Figura 159: *Mapa de vegetação potencial*. Para as zonas habitadas da ilha importa considerar, sobretudo, as florestas de Micro-bosque marmulano, que ocorre entre os 200 e os 300 metros de altitude na encosta sul e os 0 e 80 metros na vertente norte, e a Laurissilva do barbuzano, que começa nas cotas dos 300 metros e vai até aos 800 na encosta sul, e dos 50 metros os 450 a norte. (*Árvores e Florestas de Portugal – Vol. 6: Açores e Madeira – A floresta das ilhas*. 2007, pp. 86–96)

Esta espacialidade, além de corresponder a uma necessidade estética e de extensão do espaço íntimo da habitação, responde a uma outra necessidade ontológica: a de funcionar como elemento natural de climatização da casa. Tal característica, ausente nas construções mais recentes, tem vindo a ser progressivamente apagada pela apropriação autoalienada do território – o que poderá comprometer não apenas a identidade da paisagem madeirense, mas também, por consequência, a do próprio habitante. Afinal, é

na continuidade desse gesto natural de alienação – historicamente enraizado – que assenta o bem-estar e a qualidade de vida das populações. Essa condição foi determinante para o desenvolvimento de uma paisagem que, por sua vez, em larga medida, fomentou – e ainda estimula – a própria atividade turística. Tudo isso expressa-se, de forma concreta, na paisagem que a população habita e modela.

Como exemplo ilustrativo, e mais recente, de um processo antropológico e ontologicamente fundamentado, salienta-se o caso da habitação e do jardim da artista madeirense Lourdes de Castro:



Figura 160: Casa e jardim (ou tela *Crosta Terrestre*) de Lourdes de Castro e seu marido (Manuel Zimbro) no concelho do Caniço (2023), com zonas destacadas pela autora no documentário *Lourdes Castro: Pelas Sombras* (2010), de Catarina Mourão. (Adaptado de *Google Earth Pro*)

Na obra da autora verifica-se como caprichos e vontades humanas podem se manifestar em comunhão com a natureza: a especificidade dos nomes atribuídos a certos espaços, a forma de apropriação dos mesmos, a própria habitação, e a separação da

cozinha em relação à casa principal <sup>202</sup> não decorrem apenas de escolhas humanas, mas também de fatores como o clima, a geomorfologia do terreno, a qualidade da terra e o controlo da água. Este último, por exemplo, ocorre através do lanço de água que serpenteia o terreno, e, conseqüentemente, predetermina o limite do lote.

Repare-se como um ato de alienação – o lanço, espacialmente precedido pela levada – possibilitou outro: a provável delimitação da propriedade. Esta, por sua vez, deu origem a um novo gesto de alienação: a definição da propriedade como privada, segundo a organização socioeconómica vigente. No entanto, este último gesto antropológico – ao ser determinado de forma autoalienada – não permite a emergência de novas possibilidades de existência. Limita-se, antes, à manutenção de uma única forma de vida: aquela que se sustenta na reprodução contínua de capital económico, à qual o terreno – ou seja, a *Natureza* – permanece subordinado. Como se observou com Benedito (2024), tal condição confere ao território – à terra – um poder hostil <sup>203</sup>.

Atividade, divisão do trabalho, troca e propriedade **privada** constituem conceitos-chave dessa abordagem da problemática da alienação. O ideal de uma transcendência positiva da alienação é formulado como suplantação sóciohistórica necessária das mediações: propriedade – troca – divisão do trabalho, que se **interpõem entre o ser humano e a sua atividade** e o impedem de encontrar satisfação no seu trabalho, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas) e na apropriação humana dos produtos de sua atividade. <sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Segundo fonte oral, no passado, a cozinha era construída separadamente da habitação (ver figura 72) para evitar o fumo da queima do carvão e, no caso das ‘cozinheiras’ (fogões) a petróleo, também o ruído que produziam. Recorde-se que o carvão era obtido a partir de árvores das zonas montanhosas – daí a figura do carvoeiro (tema abordado no subcapítulo 2.2.10) –, facto que, entre outros motivos, explica a histórica paisagem desprovida de arvoredo no sul da ilha. Embora tudo isto, não se sabem as reais motivações no caso de Lourdes de Castro, isto é, se a separação da cozinha em relação à casa surge por capricho ou por necessidade.

<sup>203</sup> Conceito abordado no subcapítulo 5.1. Numa sociedade fundamentada na lógica reprodutiva do capital, sublinhe-se o condicionalismo a que o herdeiro da propriedade está sujeito e que relevou num artigo do jornal Público: “O arquivo, a casa, as obras, são o património que ela quis que ficasse para mim e que eu quero usar para deixar à minha filha, que a tia adorava, uma vida melhor” [...]. “Gosto de ouvir as pessoas falarem da importância da obra da tia, de como pertence a todos os portugueses, e do jardim que faz parte dela, mas quem  **paga** o jardineiro sou eu. A casa do Caniço tem um custo anual considerável e, sendo muito húmida, precisa de estar aberta e vivida para conservar o que lá está. Sinto-me responsável por aquilo tudo. Até agora não pensei em  **vendê-la**, até porque a ideia da tia era fazer dela um arquivo onde as pessoas pudessem ir e estudar o que ela fez, o que fez o tio Manuel, os amigos deles, mas não sei até quando poderei  **mantê-la**.” CANELAS, Lucinda. *O que fazer com o jardim, a casa e o arquivo de Lourdes Castro?*, Público, 26 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/09/26/culturaipsilon/noticia/jardim-casa-arquivo-lourdes-castro-2105443>. (Ênfase em negrito adicionada).

<sup>204</sup> Mészáros *apud* BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 4. Ênfase em negrito adicionada.

Em oposição ao modo de vida padronizado e autoalienado – que, no presente momento histórico, se sustenta na lógica da procura e da oferta, isto é, na re-produção do capital económico – o modo de vida expresso pela artista revela-se único (a par, certamente, de muitos outros madeirenses). Trata-se de uma *forma* de existência enraizada na experiência sensorial de um corpo humano que, consciente e ontologicamente, considerou o território, o clima e a população – e, por isso, implicitamente, a História insular – como fundamentos da sua existência material.

Essa mesma lógica reaparece, sob outro ponto de vista, no campo artístico – e é precisamente a autora quem, há 15 anos, a expressou:

Comecei a escrever umas notas sobre o que tou a fazer [referindo-se ao terreno e à casa], porque me perguntam sempre: *Ah, continuas a pintar* [isto é, a moldar o terreno] *e não sei quê?! Ah, tas trabalhando!* Pois, todo o dia... quer dizer, não há férias, **é o viver**, é o respirar [...]. Porque, no fundo, isto aqui é a minha pintura, o jardim... [...]. E depois lembrei-me de escrever, assim, umas coisas. Olha, eu vou-te ler, mas ainda tá tudo muito verde... [...] E ajuda escrever... para se clarificar, assim, as ideias, não é?! [...] Comecei assim: [...] A minha pintura é esta. Logo ao passar a corrente da entrada começa-se a pisar a tela Crosta Terrestre. Não a posso transportar, ela nem quereria mudar de sítio. Há muitos anos, com o Manuel, escolhemos a tela. Levamos quatro anos a encontrá-la. Ela acolheu-nos e nós demos prioridade em a proteger enquanto possível. **Em vez de a pintar, ela é que nos pintou.** É o nosso autorretrato. [Deixando de recitar] Pois, depende de como é que tu segues as coisas, se tiras a erva, se deixas a erva, se deixas alguma, e como é que são os teus passos. E assim vai-se fazendo. [Voltando à recitação] Vem ver a pintura que estou a fazer! Um bocado grande, não cabe em museu nenhum, e tão pequena, tão pequenina, que todos que passam por aqui nem dão por isso. Uma tela com forma esquisita. O que vale é que não é preciso esticá-la. Por si só, ela está sempre pronta a receber **pinceladas, ventos, estações, chuva, sol.** Tem 12 000 m<sup>2</sup>. Às vezes, a tela enfolta quando chove a valer, estica demasiado com o calor de agosto. Continuo a **pintar um quadro**, um só, e **nunca estará pronto.** Mesmo depois de mim, ele se irá fazendo. Só quando o mundo acabar! Não a comecei sozinha, mas a dois. Agora é que continuo sozinha.<sup>205</sup>

---

<sup>205</sup> *Lourdes Castro: Pelas Sombras*, realizado por Catarina Mourão (Lisboa: Midas Filmes, 2010), DVD. [1:07:17]. Ênfase em negrito adicionada. Saliente-se, em particular, a afirmação “não há férias”. As férias, enquanto suspensão temporal do trabalho, são reflexo de uma conceção de tempo padronizada e previamente estruturada (ver secção 5.2.1.3.). Recorde-se que, numa sociedade autoalienada, o tempo é objetificado, racionalizado e instrumentalizado, funcionando, no contexto capitalista, como fator estruturador do trabalho – e, por conseguinte, da própria vida.



Figura 161: Alpendre da casa dos avós de Lourdes de Castro. Sublinhe-se a extensão da espacialidade interna da casa permitida pelo clima madeirense. Segundo a autora, o quarto de jantar dava para este alpendre e, no verão, o almoço “era sempre cá fora”. A faixa horizontal que, geralmente, serpenteia as paredes exteriores das casas madeirenses reforça o papel que o *terreiro* da casa tem como espaço de permanência (ver figura 69). Note-se o pavimento de calhau rolado, cujas características elementares são decorativamente aproveitadas. O jardim em frente ao local de convívio servia de climatizador natural desta zona da casa. (Castro, 2008)

[...] A fazenda, a vindima, a apanha da cana-de-açúcar, o jardim. Eu acrescentava: como a palmeira cresceu! Havia um araçaleiro, muitos muitos mangueiros, um poio inteiro, um cardeal vermelho vivo e outro com as pétalas bem recortadas da flor que pendia, uma goiabeira, uma árvore que dava flores cor-de-rosa, adorava metê-las na boca, sabiam a papel de seda... [...] Uma anoneira tão grande como uma casa, boninas à sombra no caminho até ao palheiro atraindo os besouros ao fim da tarde, um lígustro ao pé do muro, mióporos para **proteger do vento de sudoeste**; a figueira – bêberas brancas com mel no bico – perto do pombal, a alfarrobeira ao pé do portão da entrada, pitangas das pretas, um jacarandá, jasmim, gaitinhas no xadrez, que se enchiam de flores alaranjadas pelo Natal. E a canforeira! Enorme, plantada pelo Tio Luiz. [...] <sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> Lourdes de Castro em *A Praia Formosa» fotografias do meu avô Jacinto A. Moniz de Bettencourt – ilha da madeira*. (2008). Livro que reúne fotografias com cerca de 100 anos (no momento da publicação). Ênfase em negrito adicionada.



Figura 162: Palmeira ainda pequena. É o espaço, o tempo, e o ser humano que devem alterar e produzir as necessidades humanas e não apenas um desses agentes. (Castro, 2008)

#### 5.2.1.8. O efeito da autoalienação na agricultura

Como já entendido, o território madeirense está política e economicamente subordinado à ideologia capitalista. Repare-se que o fundamento ontológico da *re-produção da vida*, ao ser substituído pela lógica autoalienada da *re-produção do capital*, fez com que a agricultura deixasse de se afirmar como possibilidade económica. Tal acontece porque, no capitalismo, as atividades económicas – e até os seus agentes internos – não procuram cooperar entre si, mas concorrer. E na Madeira, é o turismo que sustenta e faz progredir, de forma constante e insustentável, o aspeto acumulativo dessa lógica.

Assim, o elemento histórico e estruturante do madeirense – a parcela de terra – desapareceu drasticamente da nova produção espacial, pondo em causa uma paisagem e um modo de vida que, ao longo de séculos, se moldou e se renovou ontologicamente, e que atualmente vê a sua readaptação impedida. O efeito da atual abordagem política nesta atividade económica expressa-se no abandono da terra agrícola (figs. 102 e 103) ou na sua apropriação para a atividade económica dominante – o turismo (figs. 145, 147 e 149).



Figura 163: Projeto do campo de golfe da Ponta do Pargo, atualmente, em construção. Segundo as informações disponíveis, incluirá duas áreas residenciais – presumivelmente inacessíveis à maioria da população madeirense, num território onde o solo é escasso – e outras duas destinadas a unidades hoteleiras. A agricultura, que durante séculos predominou, deixa assim de se apresentar como possibilidade económica. (Adaptado de *Diário de Notícias da Madeira*, <https://www.dnoticias.pt/2022/12/3/338888-veja-o-video-sobre-o-futuro-campo-de-golfe-da-ponta-do-pargo/>)



Figura 164: A zona da Ponta do Pargo, em 2004. Segundo o Plano para o Ordenamento do Território na Região Autónoma da Madeira (PROTRAM), enquadra-se na área de *Produção agrícola*. (Google Earth Pro)

Atualmente, um dos exemplos mais expressivos dessa lógica é o campo de golfe da Ponta do Pargo (fig. 163) – um desporto de elevado consumo hídrico, alheio à realidade social madeirense, mas que ocupa uma vasta área num território já de si exíguo (fig. 166).

Saliente-se que no Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira (PROTRAM) (2022), segundo a planta do Sistema Socioeconómico <sup>207</sup>, a zona aparece classificada como área de *Produção agrícola*.

Outro caso, que traduz a apropriação do território como se fosse uma ‘folha em branco’ – ignorando condicionantes climáticas e geográficas em função de meras vontades humanas – é a central solar fotovoltaica, instalada nas zonas montanhosas da freguesia do Arco da Calheta (fig. 165). A ausência de cobertura vegetal numa área tão extensa contraria as recomendações do brigadeiro Oudinot <sup>208</sup>, aumentando a suscetibilidade a aluviões.

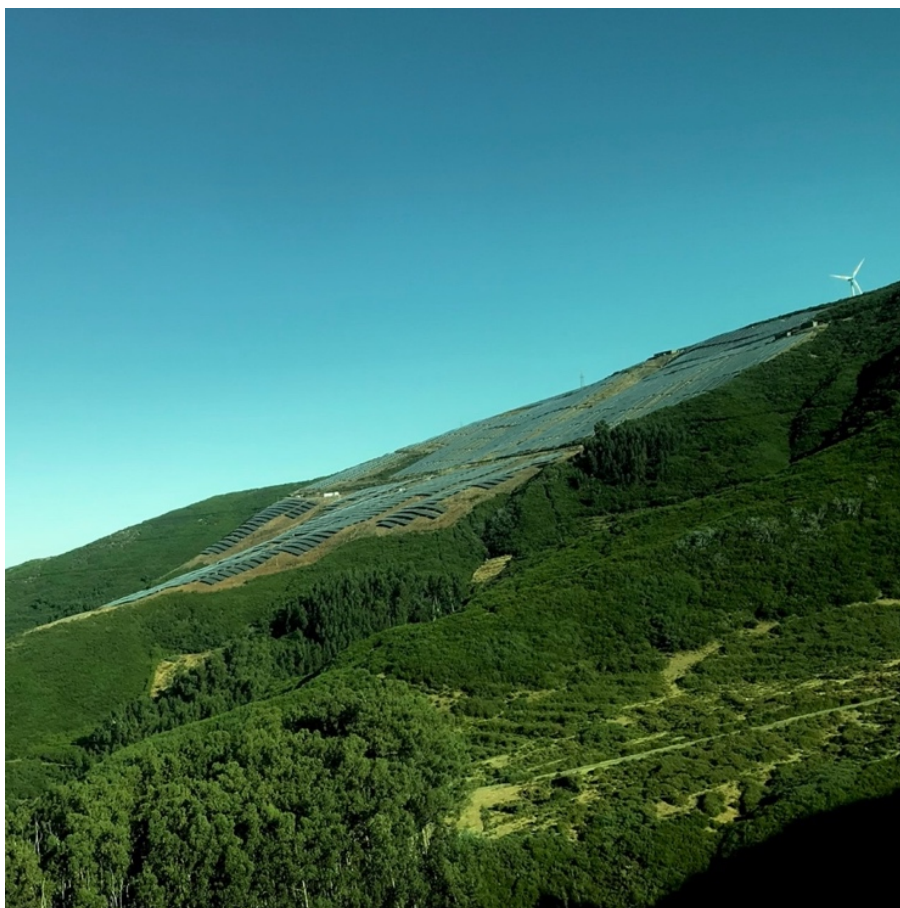


Figura 165: Central solar fotovoltaica na zona montanhosa da freguesia do Arco da Calheta, junto ao planalto do Paul da Serra (agosto, 2025). Mesmo sabendo da sua existência, o seu avistamento impacta sempre negativamente.

---

<sup>207</sup> Região Autónoma da Madeira – Direção Regional do Ordenamento do Território. *PROTRAM: Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma da Madeira*. Versão final – fase 5. Anexo 2 – Peças desenhadas: Sistema Socioeconómico. Secretária Regional do Ambiente e Recursos Naturais. 2022. PDF. Disponível em: <https://www.madeira.gov.pt/drote/Estrutura/DROTE/ctl/Read/mid/12228/InformacaoId/149415/UnidadeOrganicaId/46>

<sup>208</sup> Abordadas no subcapítulo 2.2.10.

Esse risco agrava-se com a intensificação de fenómenos de precipitação extrema, que tendem a ser mais frequentes e intensos devido às alterações climáticas. Em consequência do declive e da exposição direta do solo compactado, a água da chuva deixa de ser retida pela vegetação e pelo terreno, passando a escoar rapidamente pelas encostas. Esse processo não só sobrecarrega os solos situados a jusante – já cobertos por vegetação – e favorece os movimentos de massa, como também compromete a recarga natural dos lençóis freáticos.

Como já compreendido, a porção de território realmente utilizável na ilha é muito reduzida devido ao forte declive e aos efeitos da erosão pluvial, que transporta o material para os vales ou flancos montanhosos. A sedimentação deste material (orgânico e inorgânico) nas zonas menos inclinadas acaba por gerar o solo mais fértil possível no contexto insular, tornando essas zonas fundamentais para a atividade agrícola. Contudo, exatamente por se tratarem das áreas de menor declive, essas zonas também se mostram, desde o povoamento, as mais adequadas para a fixação humana – como sugere a ampla baía do Funchal, favorecida ainda pelo seu microclima.

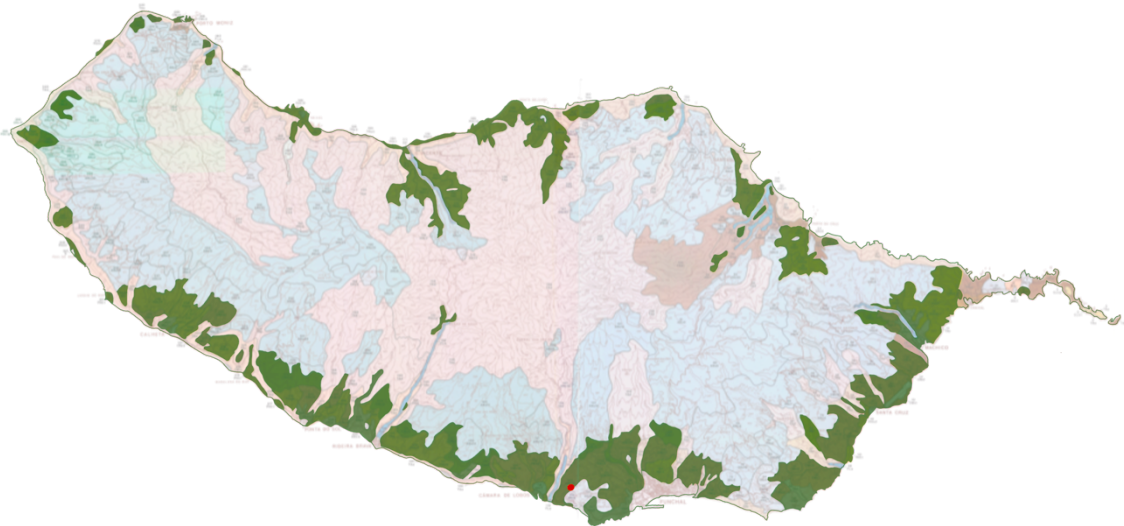


Figura 166: O escasso conjunto de solos mais aptos para agricultura, representados a cor verde escura. Simultaneamente, devido ao declive acentuado da ilha, esses solos são os mais adequados para construção e fixação humana. A localização do novo Hospital Central da Madeira está representada pelo ponto vermelho, nos arredores do Funchal. A grande porção de solo no ponto extremo oeste da ilha corresponde à zona da Ponta do Pargo, onde, atualmente, está a ser construído o terceiro campo de golfe da ilha. (Adaptado de European Soil Data Centre (ESDAC). Disponível em: <https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira> e <https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira-0>)

Deste modo, torna-se evidente a extrema escassez de espaço a que os habitantes da Madeira estão sujeitos. Ainda assim, como até aqui se demonstrou, a atual política regional tende a ignorar essa condicionante natural a favor da manutenção de uma ideologia específica que, ao longo do tempo, se cristalizou como realidade <sup>209</sup>. É nesse contexto que a construção do novo Hospital – apontado pelo atual presidente do Governo Regional como a maior obra do género em Portugal – surge como exemplo paradigmático do uso inconsequente do território efetivamente utilizável da ilha.



Figura 167: Implantação do novo hospital, em construção (2025). (Google Earth Pro) Figura 168: A mesma área da figura anterior, em 2004. (Google Earth Pro)

Na discussão política em torno desta obra – cuja execução implica o agravamento da dívida pública regional – algumas entidades defenderam que o novo hospital deveria ser construído no local anteriormente ocupado pela PREBEL (figs. 171 e 173), uma empresa dedicada à construção e à pré-fabricação. Trata-se de uma área plana e ampla – característica rara no Funchal, como em toda a ilha – que facilitaria a implantação da infraestrutura. Além disso, o local não apresenta habitações preexistentes, evitando expropriações e, conseqüentemente, gastos adicionais de dinheiro público.

Já o local escolhido para o novo hospital (fig. 167), em Santa Rita, encontrava-se ocupado por plantações de bananeiras e por algumas casas – e pelas vidas nelas enraizadas <sup>210</sup>. Apresenta também um declive acentuado, exigindo obras de grande profundidade e elevado custo para a adaptação ao tipo de infraestrutura em causa.

---

<sup>209</sup> Justamente por ter-se tornando realidade, essa ideologia torna-se difícil de suplantado por outras menos anacrônicas e mais consentâneas com os regimes democráticos atuais. Sobre o processo de formação de uma determinada realidade ver nota de rodapé 180.

<sup>210</sup> Segundo fontes orais, um habitante da zona expropriada manifestou grande sofrimento ao perceber que teria de abandonar o lugar onde sempre vivera. O seu estado de saúde agravou-se nesse período, vindo depois a falecer. Até onde se sabe, não existe correlação direta entre a expropriação e a sua morte, no entanto, o testemunho revela o impacto emocional profundo que tais processos podem ter nas populações.

[...] A escolha do local, onde foi construído o hospital, por si só já foi um erro. Aquela obra pode derrapar, já se fala, para os 500 milhões de euros. [...] porque à partida nós já sabíamos os custos que ia implicar construir hospital naquele local. [...] Eu acho que se nós construíssemos o hospital ali, na zona da PREBEL, podíamos poupar imenso dinheiro ao contribuinte no custo da obra em si.<sup>211</sup>



Figura 169: O escasso solo com potencial produtivo ocupado de maneira inconsequente. Preparação do terreno para o novo hospital, com a construção de grandes muros de suporte – paisagisticamente desproporcionais. Para a execução da obra houve necessidade de realizar muitas expropriações, implicando gastos financeiros públicos. (Madeira Web. <https://www.madeira-web.com/pt/noticias/novo-hospital-da-madeira.html>)

---

<sup>211</sup> Ainda sobre a posicionamento político do Governo Regional sobre o assunto, a entrevistada afirma: “[...] E eu tou a dizer que muitas vezes tomam-se decisões políticas, de forma propositada, para favorecer os *lobbies* empresariais, nomeadamente, das obras públicas. E isso tem um custo, um impacto, muito grande a nível orçamental, que depois absorve praticamente todas as verbas que deveriam acudir a saúde, [...] a habitação. [...]”. Raquel Coelho, afirmação em *Eleições Regionais 2025 – Entrevistas*. Episódio 5. RTP Madeira, 27 de fevereiro de 2025. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p14596/e833311/eleicoes-regionais-2025-entrevistas>. [00:17:10]



Figura 170: Novo Hospital Central e Universitário da Madeira. É evidente a desarmonia entre o edifício, a geomorfologia e a paisagem envolvente. (Joaquim Viseu - Engenharia, Unipessoal, Lda., *Facebook*)

Além dos impactos financeiro e social, a obra acarreta também um impacto paisagístico evidente. A escala da construção (fig. 170) e os muros de suporte – mesmo revestidos com pedra basáltica – revelam-se desproporcionais e não se integram na paisagem. Essa desarmonia é igualmente verificável a partir do Plano Diretor Municipal do Funchal (2018) (PDMF) – documento concedido, em princípio, para orientar o ordenamento e prevenir tanto a desqualificação paisagística como o desordenamento territorial.

De acordo com o PDMF (fig. 171), o terreno do novo hospital encontra-se classificado como Área de média densidade (artigo 42º). Desde logo, enquadra-se no n.º 1 do mesmo artigo, por não corresponder a uma frente urbana consolidada nem a uma situação de colmatação, como a figura 168 evidencia. Nessa tipologia de área, a altura máxima de qualquer fachada<sup>212</sup> é de 9 metros (alínea d, n.º 1), e o número máximo de pisos totalmente desafogados (isto é, não enterrados nem parcialmente encobertos pelo solo) é de 2 (alínea c, n.º 1). Esse limite pode, excepcionalmente, ser alargado a 3 pisos, mediante autorização da Câmara Municipal (n.º 4 do artigo), desde que “a volumetria

---

<sup>212</sup> Neste PDM, a cobertura, que no caso do telhado inclinado poderia ser um fator considerado, não entra para o cálculo, e mesmo na existência de mansardas estas também não contam, desde que não disponham de pé direito regulamentar (PDM do Funchal, 2018, p. 85).

resultante não apresenta inconvenientes para a inserção urbanística e integração na envolvente edificada” – isto é, na paisagem.

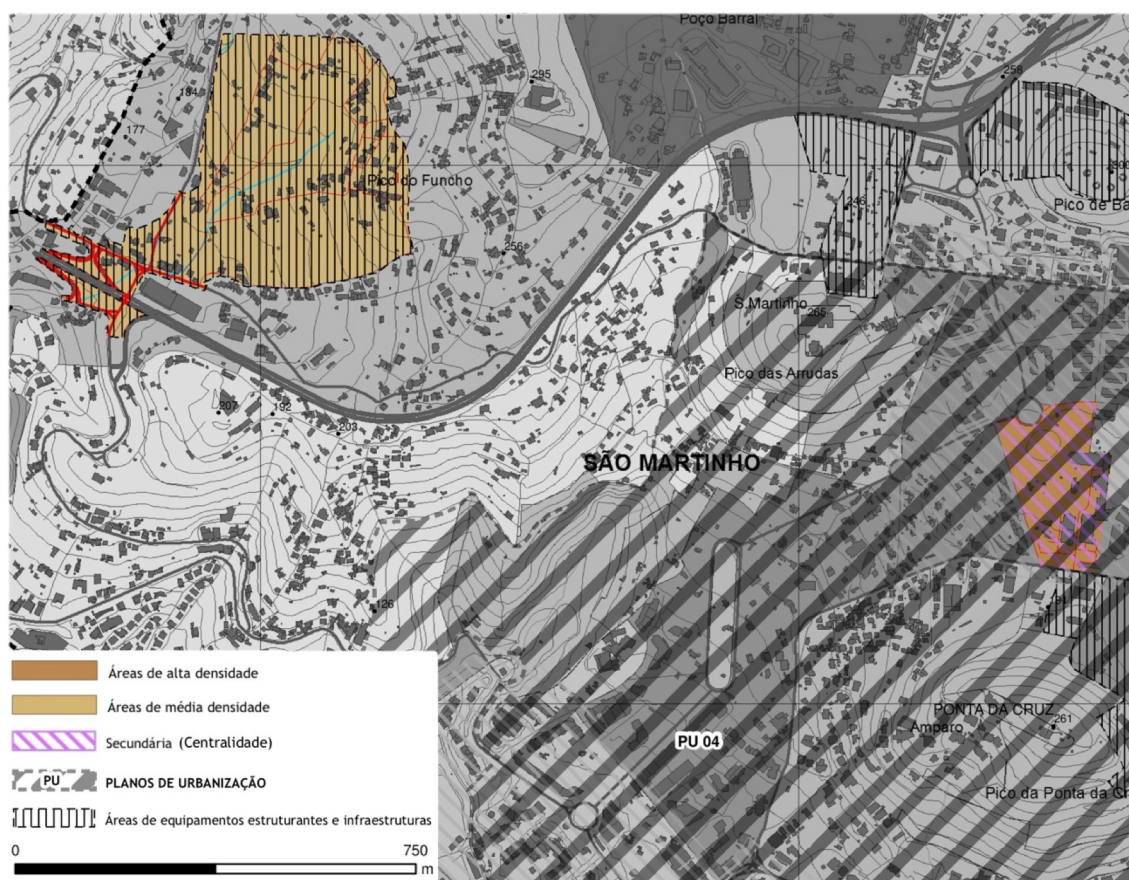


Figura 171: Extrato da *Planta de Ordenamento I – Mapa 3* do Plano Diretor Municipal do Funchal. À esquerda está a demarcação do terreno para a implantação do novo hospital e doutros equipamentos estruturantes. À direita está determinado o antigo terreno da PREBEL, atualmente ocupado com uma loja de materiais de bricolage, construção, decoração, jardinagem e acabamento, um restaurante de *fast food* e um recente edifício de habitação com 7 pisos totalmente desafogados. (Adaptado do *Plano Diretor Municipal do Funchal*, 2018).

Sabendo isto, torna-se evidente que o novo hospital apresenta inconvenientes na integração na envolvente edificada, quer pelos seus cinco pisos, quer pela escala da construção – incomum na realidade rural madeirense e, portanto, bastante dissonante na paisagem (figs. 170 e 173). Em contraste, o Hospital Central pré-existente mantém uma escala discreta e uma implantação cuidadosa (figs. 172 e 173), mesmo adotando uma solução em altura, evidenciando atenção à integração paisagística. Poder-se-ia considerar quase um cruzamento e uma amplificação em escala da arquitetura local e da *casa da macaronésia*<sup>213</sup>: geometria simples, de forma paralelepípedica, cor clara, inserção num espaço agrícola denso, marcado por pequenas habitações, enquanto a construção se

<sup>213</sup> Ver nota de rodapé 80.

encontra rodeada por diversa vegetação – a que facilmente se encontra nas *quintas madeirenses* –, suavizando o seu impacto visual. Essa discrição reflete-se também nos vãos envidraçados, cujas dimensões clássicas e peitoril a cerca de um metro acima do piso reforçam uma leitura equilibrada e humanizada da escala.



Figura 172: Hospital da Cruz de Carvalho, ou Hospital Dr. Nélío Mendonça, inaugurado em 1973. Além do edifício mais alto, a infraestrutura hospitalar compõe-se, atualmente, de outros 5 volumosos blocos, mas pela sua altura pouco ou nada se notam na paisagem. O bloco a sul do edifício mais alto revela o cuidado que houve na adaptação ao declive. (Funchal Notícias, <https://funchalnoticias.net/2015/09/10/hospital-dr-nelio-mendonca-inaugurado-ha-42-anos/>)

Saliente-se que a problematização da construção de um novo hospital só surge devido à pré-existência do Hospital Central (fig. 172), cuja dimensão já procurava atender cerca de 250 000 habitantes, número próximo dos atuais 260 000.

A este respeito, pergunta-se: considerando o limitado terreno cultivável da ilha – cuja apropriação autoalienada contribui para a perda da autonomia alimentar –, o impacto paisagístico da obra e o custo público envolvido, não seria política e economicamente mais responsável requalificar e restaurar o Hospital Central pré-existente? E em caso de necessidade adicional, não teria sido preferível construir uma unidade complementar de

menor dimensão (fig. 173), incorporando a componente universitária, no antigo terreno da PREBEL?



Figura 173: Comparação da dimensão espacial entre o antigo hospital (tracejado laranja à direita) e o novo (tracejado laranja à esquerda) – onde cada um procura responder ao mesmo número de habitantes. O tracejado vermelho corresponde ao terreno da PREBEL que foi proposto como alternativa para o novo hospital. A via-rápida está representada por linhas roxas, e as vias rodoviárias estruturantes do Concelho por linhas amarelas. O tracejado a rosa indica o novo túnel do Funchal e o círculo amarelo refere-se a uma das saídas do futuro túnel. (Adaptado de *Google Earth Pro*)

Sublinhe-se que este terreno se situa numa zona urbanisticamente consolidada, ainda com capacidade urbanizável a explorar, estando inserido no Plano de Urbanização do Amparo (PU 04 ou PUA) (fig. 171). Além disso, conforme indicado no PDMF (fig. 171), o local é classificado como Centralidade Secundária <sup>214</sup>, dispondo de várias vias estruturantes (fig. 173), o que, dada a centralidade da zona e a sua proximidade ao Funchal, permitiria fomentar o uso de transporte público. Ainda segundo o PDMF vigente, trata-se de uma Área de alta densidade, permitindo edifícios de até seis pisos, ou sete mediante deliberação da Câmara Municipal.

Deste modo, torna-se evidente que, no contexto económico atual em que – também pela predominância da atividade turística – a escassez de solo cultivável aumenta

---

<sup>214</sup> Segundo a alínea b do número 7 do artigo 8º do PDMF (2018), a “Centralidade secundária, correspondente a localizações com elevada diversidade funcional e melhor acessibilidade multimodal, embora sendo predominantemente habitacionais, designadamente os locais de Santo António, Nazaré/São Martinho e Madalena”.

a dependência externa do Arquipélago da Madeira, uma obra desta dimensão deveria ter sido alvo de um escrutínio político cuidadoso, isto é, ontologicamente fundamentado. Note-se que, desde a revisão do PDMF de 1997, o local em Santa Rita já estava classificado como “Zona de equipamentos colectivos e serviços públicos” <sup>215</sup>, e mesmo após a alteração do documento em 2008, aparecia como “Parque Desportivo” <sup>216</sup>. No entanto, esta classificação, na época, não correspondia à atual e crítica conjuntura socioeconómica, que resulta da acumulação de problemas derivados da lógica de apropriação autoalienada do território.

Sublinhe-se que, na análise espacial aqui desenvolvida, optou-se por sobrepor o PDMF ao PU 04, embora legalmente se opere no sentido contrário. Tal opção deveu-se ao facto de um PDM permitir reunir e comparar as características globais de um concelho, como se verificou na definição da limitação do número de pisos para cada área. Esta abordagem possibilitou identificar diferenças na ocupação do solo, como confirma a figura 168, que evidencia um tipo de densidade ocupacional – o qual, por sua vez, foi considerado em 2018 para a formalização do PDM do Funchal. Ou seja, foi a apresentação espacial do território que determinou a sua própria classificação (área de média densidade) num documento destinado a considerar essas características – e não o inverso, em que a pré-classificação impõe ao espaço a forma que este deve assumir.

Naturalmente, podem ocorrer exceções, como suspensões do PDM para casos de interesse público regional, como a construção de um hospital <sup>217</sup>. Até onde se sabe, foi isso que ocorreu neste caso. No entanto, o que se analisa aqui é a escolha do local. A análise conjunta da paisagem rural e do PDMF evidencia que existia um sítio mais

---

<sup>215</sup> Câmara Municipal do Funchal. *Regulamento do Plano Diretor Municipal do Funchal*. (Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1997). 22-23. PDF. Disponível em: <https://joram.madeira.gov.pt/joram/2serie/Ano%20de%201997/IIISerie-151-1997-08-08Supl.pdf>

<sup>216</sup> Câmara Municipal do Funchal. *Plano Diretor Municipal do Funchal*. (Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 1997; alteração de 2008). Disponível em: [https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?configBase=https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/REST/sites/PMOTS/viewers/Gesto\\_Urbanstica1/virtualdirectory/Resources/Config/Default](https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?configBase=https://sig.cm-funchal.pt/MuniSIG/REST/sites/PMOTS/viewers/Gesto_Urbanstica1/virtualdirectory/Resources/Config/Default)

<sup>217</sup> Importa mencionar que, recentemente, também foi suspenso o PDM do Funchal na zona da Praia Formosa, não para garantir um interesse público regional, mas para permitir o aumento do número de pisos de um projeto imobiliário de luxo. Ou seja, um espaço não destinado à população residente – precisamente o que ocorre no novo campo de golfe da Zona do Pargo. Coloca-se, assim, a questão: qual o interesse público regional em flexibilizar os instrumentos de ordenamento do território para beneficiar um empreendimento privado numa área de elevada relevância coletiva? Recorde-se que a Praia Formosa constitui a maior frente balnear do Funchal – praticamente a única com esta escala – onde, inclusivamente, o campo de futebol ali existente era recorrentemente apropriado pela população.

adequado para a construção da infraestrutura hospitalar. Além disso, a própria escala do projeto é desajustada, dado que já existe uma infraestrutura hospitalar central, que necessita de requalificação e restauro.

A atenção dada a este caso deve-se ao facto de que, uma vez construído o novo hospital, poderão surgir precedentes para a edificação em altura na zona em questão, sobretudo com futuras revisões do Plano Diretor Municipal. Assim, esta decisão – fruto de uma gestão política ontologicamente desvinculada – contribui para a degradação da riqueza paisagística que, durante séculos e com grande esforço, foi sendo constituída.

O novo hospital representa, assim, uma precedência para a urbanização da última área rural significativa do concelho do Funchal (figs. 174 e 175), e que, por isso, ainda mantém uma ligação histórica concreta. Trata-se do único *espaço* concelhio onde a *lógica autoalienada* pode ainda expandir-se, gerando uma nova centralidade e promovendo o crescimento urbano através de uma infraestrutura hospitalar. Neste contexto, entende-se também a real motivação da presença do novo túnel do Funchal naquela zona (fig. 101): fomentar e materializar os traiçoeiros conceitos de ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’ naquela área, em detrimento da delicada relação ontológica que naquela zona ainda se conserva entre a população e a natureza.

Note-se que a intenção de intervir naquele espaço já existia oficialmente desde 1997. Esta forma de atuação política recorda a afirmação de um entrevistado sobre o efeito da ampliação da pista do aeroporto no desenvolvimento da Madeira: “é ainda um ponto de interrogação” (Diário de Notícias da Madeira, 2000, p. 32). O facto de se apontar aquele sítio para intervenção, sem definição clara do que ali se construiria – indecisão evidenciada pela classificação em 2008 como ‘Parque Desportivo’, antes da construção do hospital – reflete uma abordagem política autoalienada e, portanto, desvinculada de necessidades concretas da população<sup>218</sup> e do território.

---

<sup>218</sup> Ver nota de rodapé 207.



Figura 174: Zona no concelho do Funchal onde ainda subsiste uma ampla porção de solo cultivável. A delimitação baseia-se na experiência de campo do autor, construída ao longo de vários anos de vivência nesta área. Esta zona distingue-se do restante concelho – excetuando também as zonas altas, igualmente singulares – por preservar uma relação concreta entre ser o humano e a natureza, entretanto perdida noutros espaços marcados pela expansão urbana e pela consequente perda da noção dos limites naturais humanos (ver fig. 142). (Adaptado de *Google Earth Pro*)

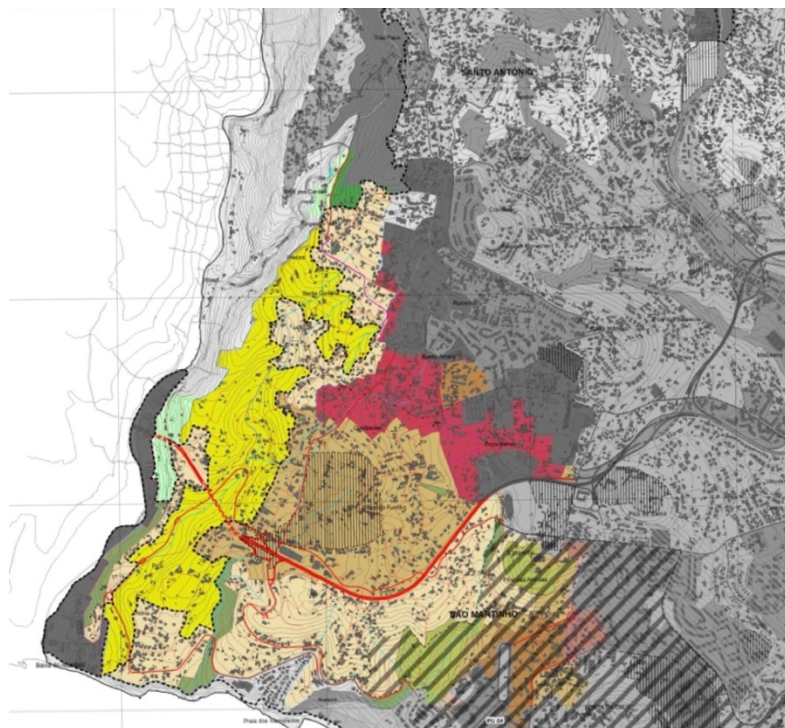


Figura 175: A mesma delimitação apresentada na figura anterior, agora projetada sobre a *Planta de Ordenamento I – Mapa 3* do Plano Diretor Municipal do Funchal (2018). A cor amarela corresponde ao Espaço Agrícola, incluído na categoria de Solo Rústico. As restantes cores dominantes representam áreas classificadas como Solo Urbano: vermelho (espaços de atividades económicas), bege claro (áreas de baixa densidade) e bege escuro (áreas de média densidade). Apesar dessa classificação, predomina no local a atividade agrícola, em especial a produção de banana. (Adaptado do *Plano Diretor Municipal do Funchal*, 2018).

#### 5.2.1.9. O efeito da autoalienação no turismo

Entrevistador: [...] passeios a pé, uma maneira excelente de ficarmos a conhecer bem por dentro a nossa terra!

Governo Regional: Bem, eu penso que a Madeira, realmente, o grande espetáculo é na sua interioridade. Eu considero a cidade do Funchal uma cidade lindíssima [...]. Mas quem vem à Madeira e que não faz um passeio a pé, ou que não caminha pelas montanhas, num diálogo permanente com a natureza, realmente não conhece a Madeira. A grande Madeira é a Madeira dos abismos, onde nós encontramos o nosso próprio equilíbrio [...]. Os passeios a pé na Madeira são hoje, realmente, o grande cartaz desta terra. Há grupos especiais que vêm à Madeira só para ver a Madeira na sua interioridade [...].

Como se analisou no final do segundo capítulo, a ilha, a partir do século XIX, passou a ser representada através de uma imagem idealizada e superficial, construída por olhares externos à realidade insular. Nesse período, a Madeira foi projetada – independentemente dos modos de vida que, ao longo do tempo, se adaptaram ao território – como espaço natural e terapêutico, associado primeiro ao tratamento de doenças e, posteriormente, ao lazer de elites. A citação anterior evidencia como essas primeiras representações acabaram por sedimentar-se ao longo do tempo, gerando uma verdadeira realidade cultural madeirense, incorporada inclusive no discurso político contemporâneo: ecos de uma imagem herdada e continuamente reproduzida desde o século XIX.

As *quintas de aluguer* nos arredores do Funchal foram a expressão mais clara desse processo: materializações das vontades de um grupo social – sobretudo britânicos – que partilhavam o espaço com a elite local. As suas propriedades distinguiam-se pelos amplos jardins, pensados como experiências sensoriais; pela ocultação da habitação entre a vegetação; e pela adaptação cuidadosa dessa aos microclimas. Dessa forma, o Funchal consolidou-se como uma ‘cidade de quintas’, onde a paisagem romântica e burguesa se projetava como cenário de retiro e contemplação.

Esse novo modo de vida, burguês <sup>219</sup> mas adaptado ao contexto madeirense <sup>220</sup>, acabou por consolidar uma imagem idealizada da ilha, narrada a partir de uma perspectiva romântica enviesada, externa à realidade insular. O idealismo romântico constituiu-se, assim, como expressão material e imaterial de um pensamento naturalizado nas classes sociais dominantes de um determinado tempo, mas que se fundamenta autoalienadamente: a realidade concreta da ilha não era interpretada por meio da mesma, mas segundo a imagem filtrada e antecipada pela projeção do sujeito burguês. O território, desse modo, foi resignificado para corresponder a expectativas externas, afastando-se da experiência quotidiana da população local – precisamente aquela que, no *trabalho* diário, produzia a paisagem que acabaria por ser apropriada e retratada segundo parâmetros alheios.

Como evidencia Freitas Branco (2019), a tentativa de romantizar e padronizar os modos de vida da Madeira originou ideias cristalizadas: a noção de que a ilha não tinha rodas, apesar da presença discreta do carro de bois, condicionado pelo clima e pela morfologia do território; de que a vida rural era inteiramente pastoral, quando essa atividade era apenas complementar; ou, ainda, de que a ilha era composta de uma exuberância florística, quando tal só se verificava nas quintas, onde a terra era usada não para subsistir, mas para tratar-se e, caprichosa e românticamente, entreter-se (fig. 68). Acresce que, nas quintas, a especulação monetária em torno da água não se colocava, pois os seus proprietários detinham a *levada*, muitas vezes a única disponível para a irrigação das parcelas de terra dos colonos.

A partir desta análise histórica, compreende-se melhor a permanência, na atualidade, de discursos que continuam a promover a Madeira como destino de natureza, autenticidade e exotismo. Essa construção imagética assenta na objetificação de elementos antropológicos que pertencem ou pertenceram a modos de vida concretos, mas que são cristalizados e transformados em símbolos turísticos. Fragmentos do quotidiano deixam, assim, de ser analisados como componentes de uma realidade social mais ampla

---

<sup>219</sup> Como se confere em Rodrigues (2018), ao longo do século XX dá-se o ‘necessário’ aburguesamento da cidade do Funchal, procurando responder a novos estilos de vida que, por mão estrangeira, foram introduzidos na ilha.

<sup>220</sup> Por exemplo, no aproveitamento do rico clima regional para a aclimatização de plantas trazidas de realidades distantes, ou, ainda, no evidente cruzamento arquitetónico, das quintas madeirenses, entre as casas da macaronésia (ver nota de rodapé 80) e a arquitetura inglesa de expressão romântica.

e complexa, para se converterem em símbolos simplificados e exportados como síntese de um espaço e de um tempo.

Exemplos desta lógica podem ser observados em diversas plataformas internacionais que, ao elegerem as ‘atividades’ ou ‘atrações’ da Madeira, acabam por fixar uma imagem padronizada da ilha. Um artigo do *Diário de Notícias da Madeira*<sup>221</sup> cita, a este propósito, três listas distintas:

*Tripadvisor:*

1. Monte Palace
2. Pico do Areeiro
3. Teleférico do Monte
4. Piscinas do Porto Moniz
5. Jardim Botânico
6. Cabo Girão
7. Curral das Freiras
8. Ponta de São Lourenço
9. Adegas Blandy
10. Pico Ruivo

Dez percursos recomendados pela revista *Time Out*:

1. Levada dos Balcões
2. Levada do Rabaçal/25 Fontes
3. Levada do Caldeirão Verde
4. Levada Fajã da Ama (Ginjas-Ribeira do Inferno)
5. Pináculo-Bica da Cana (Paul da Serra)
6. Levada da Ribeira da Janela
7. Levada do Rei (Santana)
8. Levada do Furado (Portela, Machico)
9. Vereda Pico do Areeiro-Pico Ruivo

---

<sup>221</sup> *Será que só se nota excesso de turistas nos 10 locais mais recomendados da Madeira?*, publicado a 19 de julho de 2024 no *Diário de Notícias das Madeira*. Disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2024/7/19/413498-sera-que-so-se-nota-excesso-de-turistas-nos-10-locais-mais-recomendados-da-madeira/>

## 10. Vereda da Ponta de São Lourenço

Canal de Youtube <sup>222</sup>:

1. Pico do Areeiro
2. Cascata dos Anjos (Ponta do Sol)
3. Ponta do Rosto e Caniçal
4. Fanal
5. São Vicente
6. Baixa do Funchal e carros de cestos do Monte
7. Lombo do Mouro
8. Cabo Girão
9. Ponta do Sol
10. Véu da Noiva e Seixal

No fundo, o processo atual de ressignificação da Madeira, operado por meio destes e de outros símbolos, como ilustram as figuras 176 e 178, corresponde ao fenómeno de *Entäusserung* – “exteriorização/reificação” – tal como descrito por Marx (Benedito, 2024). Trata-se do momento em que um produto de vida – neste caso, a própria ilha – perde o seu significado original e passa a significar outra coisa: um objeto de consumo. A Madeira deixa, assim, de ser território vivido para se converter no ‘produto Madeira’. Essa lógica é visível no próprio discurso político:

[...] não têm [os deputados de outros partidos] qualquer visão sobre a **fruição do produto**. [...] no âmbito desta que é uma estratégia de **diversificação do produto**, temos um conjunto de alterações significativas, nomeadamente, em ligações aéreas. Porque não só este mês houve mais três ligações aéreas, como a New York [...], como também mais dez que ao longo deste semestre criaram e garantiram uma oferta turística diversificada que permite à Região também evoluir no que diz respeito à **produção e oferta** turística [...]. <sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> O recurso a esta fonte no artigo do jornal deve-se ao facto do canal de youtube mencionado contar com um vídeo dedicado à ilha da Madeira, o qual contava na altura com mais de 1,1 milhões de visualizações. Sublinhe-se, conforme a descrição do vídeo, que as ‘atrações’ mencionadas, ou ‘spots’ (‘lugares’) segundo o vídeo – como se de um parque de diversões a Madeira se tratasse (daí este processo, sociologicamente, se designar por *Disneyficação*) – são provenientes do site oficial do turismo da Madeira ([visitmadeira.com](http://visitmadeira.com)).

<sup>223</sup> Bruno Melim. Intervenção na reunião de comissão especializada do Orçamento Regional para 2025 e do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região (PIDDAR) 2025. (Reunião de Comissão, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 17 de junho de 2025). Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21789/ORAM-e-PIDDAR-2025-Reunioes-Conjuntas-da-1-Comissao-Especializada>. [02:20:36]

[...] Como é que vossa excelência pode tirar a conclusão que nós temos um turismo desqualificado [...] se os nossos proveitos de 2015 para agora cresceram 133%?! Mais que duplicaram! Quando as dormidas só cresceram 66%. O que eu pergunto é: se o valor cresceu no dobro da quantidade, como é que esta gente [os turistas] não têm dinheiro?! Se eu tou a **vender a Madeira** muito mais cara do que **vendia** anteriormente?! Se o rendimento por quarto disponível [RevPAR] [...] passou de 37 euros para 83 euros [...] como é que isto pode ser a desqualificação de um setor? <sup>224</sup>

Confirma-se, mais uma vez, que o valor da ilha – e até o do próprio turista – é mediado quase exclusivamente por índices quantitativos <sup>225</sup>, como o rendimento por quarto disponível, tido como indicador de sucesso e relegando para segundo plano fatores qualitativos. Deste modo, tratando-se a Madeira como produto, entra-se na segunda etapa do processo descrito por Marx: *Entfremdung* – estranhamento. Dotada de um significado imposto e, portanto, artificial, a mercadoria precisa de reafirmar constantemente o seu valor, subordinando-se à lógica da oferta e da procura – uma lógica ontologicamente desvinculada. É nesse contexto que a geração de símbolos turísticos se torna necessária: são eles que, no mercado global incontrolável, determinam se a mercadoria será ou não consumida. Não surpreende, por isso, que o discurso oficial insista numa “estratégia de diversificação do produto” – afinal, trata-se da mercadoria Madeira.



Figura 176: Símbolos madeirenses em exposição na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) (março de 2025): a banana representando a agricultura, as flores que invocam a potencialidade do solo e dos microclimas madeirenses, e a obra de vime representada pela cestaria.

<sup>224</sup> Eduardo Jesus (atual secretário regional de Turismo, Ambiente e Cultura). *Ibidem*. [02:40:50].

<sup>225</sup> Situação aprofundada nas secções 5.2.1.1. e 5.2.1.6. e reforçada na nota de rodapé 232.

Na figura 176 surgem outros *símbolos* hoje utilizados na promoção externa do ‘produto Madeira’, como a banana, as flores ou a cestaria de vime. Contudo, e a partir do que se analisou até aqui, verifica-se que, sob a predominância da atividade turística – e a consequente subordinação de outras atividades – a agricultura, e as atividades que dela poderiam resultar (fig. 177), vê-se impedida de afirmar-se como fundamento de um modo de vida. Verificou-se como numa zona do concelho do Funchal, onde ainda predomina o solo cultivável (fig. 174), a produção agrícola, como a da banana, passará a subsistir ainda mais em tensão. Tal deve-se a gestos e instrumentos políticos – como o Plano Diretor Municipal – que podem reconfigurar o uso do território segundo uma realidade que não a pré-existente e exclusivamente subordinada a uma lógica ontologicamente desvinculada.



Figura 177: Antiga cooperativa na zona dos Canhas (Ponta do Sol). Estruturas como esta poderiam fomentar economias locais, garantir o abastecimento alimentar (a escolas públicas, a hotéis, etc.) e gerar empregos – desde produtores a distribuidores –, constituindo uma atividade económica ontologicamente fundamentada. Hoje, permanecem – tal como o *território expetante* (ver fig. 103) – como testemunhos de um potencial subalternizados pela hegemonia do turismo.

Assim, práticas como a agricultura, a floricultura ou o artesanato de vime – hoje convertidas em símbolos de promoção turística – deixaram de corresponder a expressões vividas de um modo de vida para se tornarem cristalizações, fixadas no tempo e deslocadas do seu contexto original. O que outrora foi prática quotidiana e fundamento

da paisagem madeirense converteu-se em imagem artificial, utilizada, sobretudo, para fins publicitários. Ironicamente, é precisamente essa paisagem – singular e responsável pela emergência do turismo – que, ao ser padronizada para competir com outros destinos – igualando-se aos mesmos –, se vai progressivamente perdendo. Testemunha-se, assim, a transformação inconsequente de um território onde a qualidade de vida assentava numa relação equilibrada com o que território e a sociedade naturalmente oferecem, e em que o dinheiro se integrava num conjunto mais amplo de necessidades, mas não, explicitamente, como a necessidade central.

[...] A opção pelo “turismo de massas”, completamente alheia à nossa realidade de espaço, orografia, custo de vida, habitação e serviços públicos, bem como de força de trabalho disponível e justa distribuição do Rendimento gerado. Sou pela Excelência, quer dos Serviços, quer da **Qualidade de Vida**, já que **não podemos ser “ricos”**.<sup>226</sup>

Desta maneira, a promoção turística da Madeira opera-se hoje segundo uma imagem ilusória e desajustada da realidade local. O destino apresenta-se através de narrativas moldadas ao consumo externo, afastando-se do quotidiano atual dos habitantes e da experiência concreta do território. Os símbolos que circulam – flores, bordado, Bailinho, agricultura e, até mesmo, Natureza (fig. 187) – funcionam, portanto, como fixações de um tempo e de um espaço, convertendo fragmentos antropológicos em mercadorias destinadas à fruição alheia.

---

<sup>226</sup> Alberto João Jardim (ex-presidente do Governo Regional da Madeira). “EM VÉSPERAS DOS 50 ANOS DE AUTONOMIA V (Conclusão)”. *Jornal da Madeira*, 17 de julho de 2025. Disponível em: [https://www.jm-madeira.pt/opinioao\\_cronicas/em-vesperas-dos-50-anos-de-autonomia-v-conclusao-MI18547139](https://www.jm-madeira.pt/opinioao_cronicas/em-vesperas-dos-50-anos-de-autonomia-v-conclusao-MI18547139). Ênfase em negrito adicionada.



Figura 178: O *Bailinho da Madeira*, frequentemente apresentado em restaurantes e hotéis, acompanhado pelo ‘traje regional’. Símbolos fixos e ressignificados, que pouco refletem a exigente vida do quotidiano madeirense. A Cultura foi temporalmente fixa para ser consumida e não vivida. (*Visit Madeira*. <https://visitmadeira.com/pt/o-que-fazer/apaixonados-por-cultura/folclore/.com>)



Figura 179: Espetáculo tradicional havaiano apresentado num resort (*The White Lotus*, HBO Max, 2021). A cena – e a própria série – é ilustrativa de como práticas culturais e modos de vida são transformados em experiências de consumo, revelando a capacidade da lógica capitalista em ressignificar culturas locais e alienar os próprios agentes.

Se os aspetos abordados anteriormente não intervêm diretamente na transformação da realidade quotidiana dos habitantes, aqueles expostos ao longo das secções deste subcapítulo constituem-se, pelo contrário, como símbolos e expressões concretas do atual modo de vida, politicamente, imposto aos madeirenses: desde a comparação desmedida entre territórios insulares incomparáveis; passando pela ocupação inconsequente do espaço, sustentada numa lógica ontologicamente desvinculada; até ao uso estritamente funcionalista de infraestruturas como hotéis, aeroportos, habitações, solos – e, implicitamente, também dos próprios habitantes, visitantes e do tecido socioeconómico que integram. Todos estes elementos convertem-se, assim, em engrenagens de manutenção de uma lógica alienada em si mesma.

Trata-se, portanto, de manifestações concretas de um pensamento que se materializa no território madeirense e que se revela através de sinais – ou sintomas – da forma autoalienada como o espaço é hoje concebido e transformado. Ao contrário dos elementos projetados unicamente para consumo turístico, estes fazem parte efetivamente da realidade e, conseqüentemente, moldam-na de forma direta. Assim, importa, nesta secção, destacar algumas das conseqüências espaciais decorrentes desse pensamento naturalizado – sustentado simultaneamente pela promoção imagética do ‘produto Madeira’ e pelo modelo vigente de turismo massificado:



Figura 180: Estacionamento junto ao Pico do Azeiro em dia de elevada afluência turística. (Miguel Tristão Teixeira, Facebook)

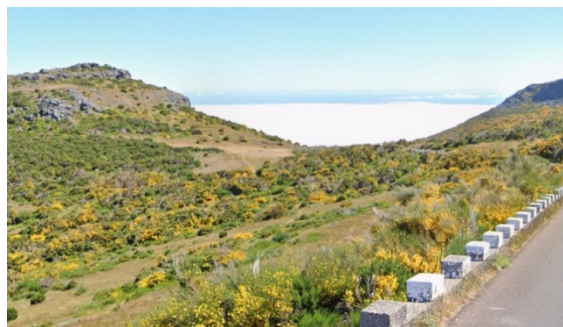


Figura 181: O mesmo local da figura anterior em julho de 2021. Apesar de coincidir com o período pós-pandémico, o estacionamento junto à Estação Meteorológica do Pico do Azeiro já era, mesmo antes, suficiente para a procura habitual. (Google Street View)



Figura 182: Pressão demográfica no percurso da levada das 25 Fontes. (dnocias.pt)



Figura 183: Congestionamento rodoviário no acesso ao miradouro do Cabo Girão. (dnocias.pt)



Figura 184: Zona do Rabaçal em maio de 2023, fora do pico turístico anual. Observa-se a presença de três amplos parques de estacionamento e estacionamento informal na via pública. (Google Earth Pro)

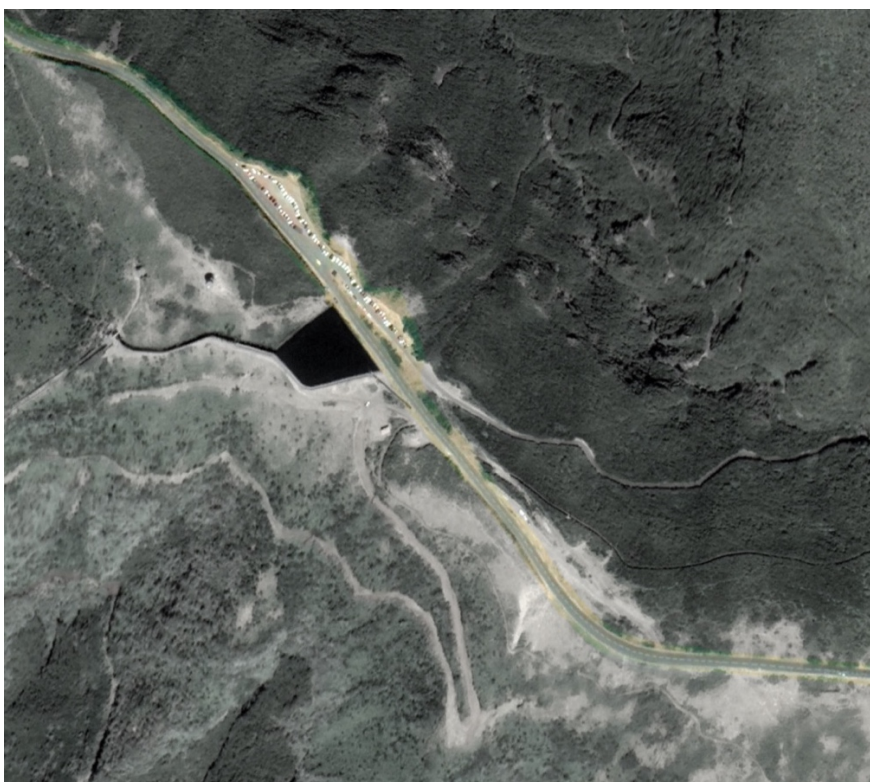


Figura 185: A mesma zona em julho de 2015, quando o turismo já se encontrava consolidado, mas ainda coexistia com outras atividades. (*Google Earth Pro*)



Figura 186: Zona do Rabaçal em fevereiro de 2004. O número reduzido de automóveis (em parte, também devido ao período de baixo turismo associado ao mês referido) evidencia um uso mais discreto dos percursos pedestres e levadas, associados a ambientes de silêncio e contemplação (de percurso lento). (*Google Earth Pro*)



Figura 187: Sinais de pisoteio constante, resultantes da elevada pressão de visitantes, numa área florestal do Fanal, comprometem a regeneração do ecossistema. Trata-se de uma área protegida (Zona de Repouso e Silêncio), composta por dois núcleos de Tis (*Ocotea foetens*), alguns dos quais remontam ao período anterior ao descobrimento da ilha. (*Quercus*, <https://quercus.pt/2025/09/a-morte-lenta-do-fanal/>)

Atrás da *imagem* projetada do *produto* no exterior encontra-se – sem desmerecer a experiência individual de cada visitante – aquilo que Agostinho Cardoso (1964, p. 3460) já caracterizava como o turista “estandardizado – ia dizer, despersonalizado [...]”. Tal fenómeno decorre do processo de transformação da vinda turística à Madeira: de uma necessidade ontológica – associada ao tratamento e ao entretenimento enquanto prática de autoconhecimento – passou-se a uma mera necessidade imposta pelo próprio sistema, reduzida ao ato de consumo.

Os exemplos apresentados configuram, assim, *símbolos* – sintomas – do modo de vida imposto sobre o território: representações concretas da forma como este é considerado de forma autoalienada para materializar uma lógica de funcionamento insustentável. Neles estão implícitos aspetos centrais, como: o papel do aeroporto reduzido a mera porta de entrada; a dependência económica gerada pela entrada massiva

de turistas, num sistema subordinado à lógica da oferta e da procura, que conduz à monodependência da estrutura económico-financeira da Região; e a adaptação forçada da população local a essa realidade politicamente imposta. Desta última resultam tanto o predomínio de atividades como o alojamento local e as empresas de aluguer de automóveis <sup>227</sup>, quanto a proliferação de empregos precarizados ou terceirizados – desde a manutenção de piscinas e jardins (cada vez mais dominados por relvados) até à restauração, limpezas, mediação imobiliária, agências de viagens, condução de *tuk-tuk*, entre outros. A este propósito, recorde-se a afirmação do deputado Agostinho Cardoso ainda em 1964: “a mão de obra que [a atividade turística] utiliza, excepto no setor dirigente, é pouco especializada e fácil de treinar [...]” (1964, p. 3457).

Neste contexto de insustentabilidade social, económica e ambiental – evidenciada pela análise da paisagem – merece destaque o caso da concessão dos percursos pedestres a entidades privadas. Como se observa nas figuras anteriores, diversas áreas da ilha estão sujeitas a forte pressão turística, com implicações diretas sobre os ecossistemas. Em resposta, desde o início de 2025, passou a ser cobrada a entrada nos percursos classificados sob a gestão do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza (IFCN), alegadamente para financiar a sua limpeza e manutenção. No entanto, perante a contínua intensificação de procura, a situação revelou-se politicamente insustentável. A solução encontrada foi a concessão da gestão dos percursos a entidades privadas:

Relativamente à concessão dos percursos a ideia [...] é, acima de tudo, aumentar a oferta de percursos, quer aos residentes quer aos visitantes. [...] E, com isso, desconcentrar os pontos de maior procura. <sup>228</sup>

---

<sup>227</sup> A associação TáxisRAM, em entrevista ao *Telejornal da Madeira* (26 de fevereiro de 2025, min. 04:40), estima a existência de cerca 40 000 viaturas de aluguer na Região como também a presença de 170 empresas de *rent-a-car*. Por outro lado, numa peça transmitida pelo mesmo meio (28 de agosto de 2025, min. 18:59), a ACIF – Associação de Comércio e Indústria do Funchal – apontava para 15 000 viaturas distribuídas por cerca de 200 empresas, denunciando ainda a existência de um mercado paralelo. Este último assenta na prática de emprestar veículos a visitantes, os quais são posteriormente subarrendados como se de aluguer formal se tratasse, agravando o descontrolo do tráfego rodoviário.

Tal situação remete para o caso do *carvoeiro* (abordado no subcapítulo 2.2.10) em que uma pequena parcela da população, na tentativa de complementar o rendimento, recorria a essa atividade marginal. No presente, porém, inserida a sociedade num sistema que subordina a própria existência humana à lógica do dinheiro, todas as práticas tendem a ser convertidas em oportunidades de rentabilização monetária.

<sup>228</sup> Eduardo Jesus (atual secretário regional de Turismo, Ambiente e Cultura). Intervenção na reunião de comissão especializada do Orçamento Regional para 2025 e do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região (PIDDAR) 2025. (Reunião de Comissão, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 17 de junho de 2025), [02:33:30]. Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21789/ORAM-e-PIDDAR-2025-Reunioes-Conjuntas-da-1-Comissao-Especializada>

Contudo, esta solução revela um compromisso mínimo com a resolução estrutural do problema. Tal como sucede com as soluções propostas para o incremento de habitação (figs. 139 a 141) ou para a abertura de um novo túnel (fig. 101), trata-se de uma medida fundamentada numa lógica autoalienada, que reproduz o problema em vez de, ontologicamente, o enfrentar. A solução proposta, assim, assenta na transferência da pressão para outros percursos – eventualmente acompanhada pela construção de novos parques de estacionamento –, redistribuindo a sobrecarga sem, de forma efetiva, atuar sobre a sua origem.

De maneira simplista, a estratégia traduz-se na tentativa de desconcentrar os fluxos demográficos, filtrando-os para zonas até então menos pressionadas. No entanto, esta opção constitui apenas uma *mediação de segundo grau*, que ignora a questão essencial: a entrada massiva e descontrolada de visitantes na ilha, motivados pela curta duração da estadia – condicionada por fatores económicos – e pela necessidade de consumir rapidamente as *imagens* que a própria promoção externa cristalizou.



Figura 188: Registo fotográfico na beira de uma escarpa com cerca de 300 metros, junto ao miradouro do Farol da Ponta do Pargo (em condições de vento considerável).

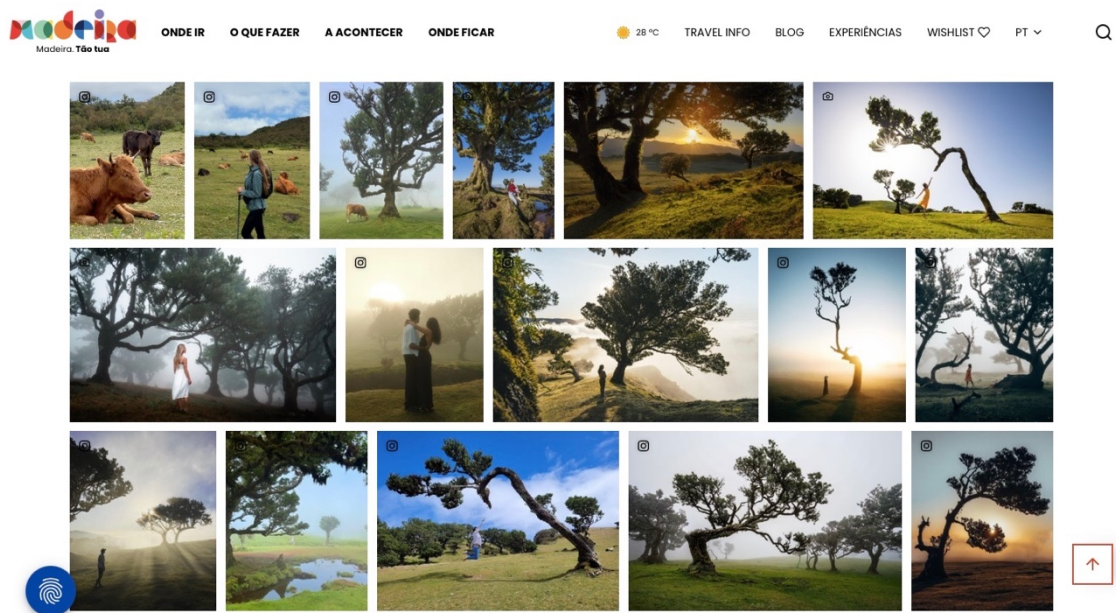


Figura 189: Captura de tela do website visitmadeira.com, na página dedicada à zona do Fanal (figura 187). O gesto banalizado de fotografar ou filmar exemplifica a transformação da paisagem em objeto de consumo. (*Visit Madeira*, <https://visitmadeira.com/pt/o-que-fazer/exploradores-da-natureza/floresta-laurissilva/fanal/>)

Assim, não visando enfrentar a pressão turística, a solução proposta procura tornar outros percursos comercialmente visíveis e, portanto, passíveis de consumo (figs. 188 e 189). Importa salientar que muitos destes são, até ao presente, frequentados sobretudo pela população local que, afastada dos percursos mais procurados e descaracterizados, procura espaços que ainda conservem os seus propósitos iniciais: não já de ligação entre povoamentos ou de distribuição de água, mas de lugares de silêncio e de curso lento<sup>229</sup> – expressão de uma necessidade ontológica que, ao longo do tempo, se sedimentou no modo de vida madeirense, mas que hoje corre risco de desaparecer sob a pressão de políticas orientadas pelo consumo.

Deste modo, o que se propõe politicamente não é resolver o problema, mas normalizá-lo, como se evidencia também na proliferação banal de estacionamento – sem qualquer critério paisagístico (figs. 180 e 184). Outro caso ilustrativo desta forma de pensamento são as recomendações por parte da *Quercus*, uma Organização Não Governamental de Ambiente, no caso do Fanal (fig. 187): definir a capacidade de carga para a visita na área; criar percursos pedonais delimitados e sinalizados; reforçar a vigilância e a sensibilização dos visitantes; avaliar alternativas de estacionamento que

<sup>229</sup> Sublinhe-se que eram essas características que marcavam e distinguiam a ilha da Madeira dos demais ‘concorrentes’.

respeitem a capacidade do local; implementar medidas para limitar o pastoreio em áreas sensíveis.<sup>230</sup> Tal lógica, característica da apropriação capitalista do território, impede que se reconheça – ou sequer se veja – a origem do problema, que não é apenas setorial, mas estrutural, como se vem verificando ao longo deste subcapítulo: a entrada descontrolada de um elevado fluxo turístico, núcleo da atual crise socioeconómica e ambiental madeirense.

A título de exemplo, refira-se que a situação de normalidade desejável para o Pico do Areeiro é aquela representada na figura 181, onde se testemunha uma baixa densidade populacional num espaço de grande sensibilidade ambiental. Recuperar esse modelo de uso permitiria reduzir drasticamente o impacto ambiental e, ao mesmo tempo, preservar a qualidade da experiência de visita – sem necessidade de recorrer a medidas como o pagamento adicional de percursos pedestres, que se configuram, novamente, como outra *mediação de segundo grau*.

Neste cenário, a solução proposta revela-se expressão de uma visão autoalienada do território: em vez de se reconhecer os problemas como sinais das limitações estruturais da ilha, tende-se a normalizá-los e, a longo prazo, a agravá-los. Acrescente-se que o território já se encontra sobrepovoado. Com o modelo turístico vigente – que não é problematizado, mas antes reforçado e expandido – soma-se à população residente uma carga adicional de visitantes que se renova incessantemente, dada a acessibilidade banalizada do destino. A saída de uns traduz-se de imediato na chegada de outros. Basta recordar que, em 2024, o Alojamento Local introduziu cerca de 6000 novas camas no mercado, o que não só representou a conversão de habitações permanentes em alojamentos temporários, como também implicou um aumento exponencial do número de automóveis<sup>231</sup> em circulação – com impactos diretos no congestionamento rodoviário e na poluição atmosférica, paradoxalmente, num destino promovido como ‘natural’.

Deste modo, o único aspecto que sofre uma mudança positiva é o sucesso económico – traduzido nos conceitos de ‘crescimento’, ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’

---

<sup>230</sup> Disponível em: <https://quercus.pt/2025/09/a-morte-lenta-do-fanal/>

<sup>231</sup> Ver nota de rodapé 227.

– próprios da lógica capitalista imediatista <sup>232</sup>. Trata-se, em última instância, da manutenção do sistema de “reprodução sociometabólico do capital” (Benedito, 2024): ao fomentar a atividade turística mediante *símbolos* comercialmente exportados – que inclusive anulam a sazonalidade – garante-se não apenas a continuidade do ciclo económico autoalienado, mas também a intensificação da acumulação de capital na ilha. No entanto, esse objetivo, pensado a partir de uma racionalidade autoalienada, transforma a produção e reprodução do dinheiro na única possibilidade de existência e, portanto, de resolução de problemas sociais. Com isso, reitera-se o risco de uma dependência estrutural de uma só atividade económica, de modo análogo ao que representou no passado a monocultura vinhateira, mas com uma agravante: a crença de que a superação da crise socioeconómica e ambiental está na permanente acumulação monetária, quando, na verdade, o próprio território contém em si as condições que propiciam as respostas à resolução de muitos problemas atuais.

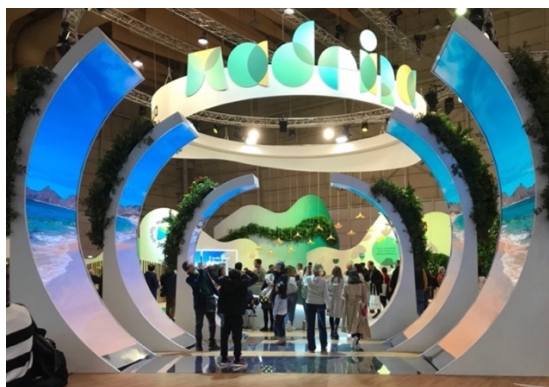


Figura 190: Promoção turística da Madeira na Bolsa de Turismo de Lisboa (março de 2025). A divulgação do ‘produto Madeira’ assenta hoje na maximização do número de consumidores. Para além da promoção física, destaca-se ainda a vertente digital, onde os turistas se convertem em milhões de potenciais consumidores. O turista deixa de ser reconhecido como sujeito e converte-se em objeto: para o território, um instrumento de acumulação de capital; para si mesmo, a acumulação de uma suposta ‘experiência de vida’. Em ambos os casos, o resultado é o consumo – seja de espaço, seja de existência.

---

<sup>232</sup> Esta situação ilustra como, atualmente, a Economia está sempre sobreposta – segundo a ideologia dominante – à Política. Isso pode ser demonstrado através uma afirmação do atual secretário regional de Turismo, Ambiente e Cultura: “[...] Começamos pelo Turismo. Um setor que continua a **liderar a nossa economia**, não apenas pela sua **dimensão**, mas pela sua capacidade de **renovar e gerar valor**. [...] Desde 2015 duplicamos o número dos hóspedes. Atingimos 11,7 milhões de dormidas no ano de 24. Os proveitos totais do setor cresceram 134% desde 2015 até final de 24. O RevPAR mais que duplicou, alcançando os 83 euros em 24. E no último ano, os nossos aeroportos receberam mais de 5 milhões de passageiros. **Estes números** são um reflexo de uma **opção acertada** e com **impactos na melhoria das condições de vida** dos madeirenses e dos porto-santenses.” Eduardo Jesus. Intervenção na reunião de comissão especializada do Orçamento Regional para 2025 e do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região (PIDDAR) 2025. (Reunião de Comissão, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 17 de junho de 2025). Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21789/ORAM-e-PIDDAR-2025-Reunioes-Conjuntas-da-1-Comissao-Especializada>. [01:51:21] (Ênfase em negrito adicionada). Este tema é desenvolvido no subcapítulo *A política submetida ao crescimento económico* em Anexos.



## Conclusão

Antes de apresentar os principais resultados deste trabalho saliente-se uma questão que surgiu durante a sua execução: o que significa apropriar-se de um território? Pense-se no nome da ilha: Madeira. Como dito no início do segundo capítulo, o seu nome foi definido num momento histórico específico pelo que ela continha – a madeira – e não pelo o que ela seria (e ainda é) – *a Ilha das Florestas*. Foi o olhar alienado que definiu o seu nome, mas sendo alienado, porque um processo natural do ser humano, não é errado.

Tal como foi a madeira, o turismo é algo que acontece na Madeira: ambos ocorrem, ou seja, ‘estão’ – são um ‘estado’. No entanto, não definem a ilha – o ‘ser’. Este é predeterminado pelos elementos naturais a ele impostos e nele contidos: a ilha ‘é’ o território e o clima. E a partir desse ‘ser’ – do que ‘é’ –, aí sim é que o ser humano determina a ‘forma de estar’ naquele território <sup>233</sup>. Por esse motivo, o turismo ‘está’ (ocorre) na ilha, mas não ‘é’ a ilha.

O turismo é uma forma de alienação: o contacto constate com o exterior é *necessário* para quem vive na ilha – forçosamente habitada <sup>234</sup>. Sendo *alienação* é então uma forma do ser humano se distanciar da natureza, porque uma atividade exclusivamente humana. No entanto, sempre relacional com o território e a população que o habita: a sua atividade adapta-se às condições do território, às conexões interpessoais da população, e inclusive gera novas formas de relacionamento humanos – tanto entre habitante-habitante, como entre habitante-turista e mesmo turista-turista.

A atividade turística define, portanto, uma parte do ser humano habitante daquela ilha. Saliente-se que o ser humano não ‘é’ aquilo, mas sim ‘é’ temporalmente definido pela ação que ‘está’ por ele mesmo a ocorrer no território que habita. Assim, ser ser humano significa ‘estar’. Nunca podendo ser definido pelo que ‘é’. É isso que o distingue

---

<sup>233</sup> Que acaba, à medida que o tempo vai passando, ou seja, ao longo da História, por definir uma suposta forma de ‘ser’ humana, que, na verdade, significa uma maneira de ‘habitar’, isto é, de ‘estar’ madeirense.

<sup>234</sup> A Madeira tem essa necessidade, mas a ilha das Florestas não. A Madeira – recorde-se – é um território ocupado de forma extraordinária: não é facilmente acessível e isso implica um redobrado esforço humano para sustentar nela a vida humana. Com isto, pretende-se afirmar que a Madeira, enquanto território supostamente agreste ao ser humano, apenas o é por imposição do próprio ser humano: é este que insiste em lá permanecer. É, portanto, ao território que a atividade humana deve sempre adaptar-se e nunca o contrário.

dos outros animais: ele ‘age’ de forma ativa sobre o que passivamente ‘sente’: é um *ser de necessidades* – um ser de estados.

Dessa maneira, como o ser humano pode decidir ‘ser tudo’, precisamente porque nada ‘é’, ele tornar-se um ser múltiplo. E por ser múltiplo ele arrisca-se a mutilar-se pela alienação – autoalienando-se. Trata-se do momento em que a sua forma de ‘estar’ – a sua mutabilidade – é convertida numa forma de ‘ser’. Tal fenómeno manifesta-se tanto na lógica do turismo, no caso da Madeira, como no sistema capitalista em geral – que passou de produto de um contexto histórico a produtor da própria realidade. O ser humano – de forma ousada e paradoxal – predeterminou-se.

Se a *alienação* significa o distanciamento da natureza, a *autoalienação* é a sua negação completa: um corte radical da ligação ontológica com o território e com a própria condição natural do ser humano. No caso da Madeira, isso manifesta-se na crença de que a ilha ‘é’ turismo – e, portanto, que a *vida* só dele depende.

Saliente-se que o capital turístico da ilha, tal como hoje é apropriado, apresenta-se como uma infraestrutura – porque *conteúdo* – de uma superestrutura – de uma *forma* – que resulta do corte relacional entre a sociedade e a natureza. Assim, pensa-se e age-se na ilha a partir dessa *forma autoalienada* – que num determinado momento era manifestação de uma forma de *estar*, mas que, de maneira socialmente inconsciente, foi transformada numa forma de *ser*.

Este trabalho teve como objetivo compreender de que forma o território da ilha da Madeira tem sido apropriado ao longo do tempo, analisando as transformações da sua paisagem a partir da teoria da alienação. Nos primeiros três capítulos, ainda sem o apoio teórico, evidenciou-se como a *paisagem* é resultado da relação entre sociedade e natureza. A posterior interpretação através da teoria da alienação apenas tornou essa ligação mais clara e estruturada.

Verificou-se como as condicionantes naturais do território – por exemplo, o declive – converteram-se em alternativas concretas para a materialização de uma *forma de vida*. Foi o declive que possibilitou a manipulação completa da água: graças a ele as

linhas de fecho puderam ser transformadas em linhas de água (fig. 87), permitindo a sua redistribuição pela gravidade e, assim, a fixação humana nesses locais.

Dessa forma, identificaram-se dois momentos distintos na apropriação territorial da ilha: o primeiro, em que *trabalho* e *vida* se encontravam numa relação de codependência; o segundo, em que o *trabalho* autoalienado – e, conseqüentemente, o território – passam a servir prioritariamente à lógica da re-produção do capital, relegando a *vida* a um plano secundário.

No primeiro caso, demonstrou-se – a partir da paisagem hortícola – que o *trabalho* se configurava como um processo de alienação, entendido como exteriorização da *vida* (Lefebvre), e, portanto, ontologicamente fundamentado. Nessa relação, o ser humano – enquanto *ser de necessidades* – responde às condicionantes naturais do território. A construção dos poios, o uso das levadas e a organização produtiva da terra revelam uma adaptação consciente, moldada por necessidades físicas e sociais.

Importa recordar que essa *forma de vida*, sendo humana, não depende apenas da natureza, mas também das relações sociais que a constituem. É nessa articulação que surge o *conjunto de produções*, entre as quais, a produção do espaço. Por exemplo, a levada surge tanto como resposta a uma necessidade ontológica (acesso à água), como também a uma necessidade antropológica numa determinada época – tornar irrigável o máximo território possível, tendo em conta não apenas a pressão demográfica, mas também a vontade política de maximizar a exploração produtiva do território.

Nesse sentido, evidencia-se também que o ato arquitetónico, enquanto *necessidade*, é apenas um entre vários processos de alienação, revelando como as estruturas arquitetónicas eram tão necessárias quanto os restantes elementos antropológicos. Com isto, pretendeu-se demonstrar que a arquitetura não é um fim ou uma solução – como ensinado na faculdade – mas um meio. Esse ato é apenas uma expressão material, entre tantos outros, do modo de vida humano.

Já no segundo momento, caracterizado pela apropriação territorial através do *trabalho autoalienado* – expresso na atividade turística –, verificou-se uma rutura estrutural. Se num primeiro período essa atividade ainda podia ser entendida como parte

de um processo de alienação <sup>235</sup>, hoje manifesta-se como autoalienação, por decorrer de práticas de trabalho – e, por extensão, de vida – já autoalienadas. Rompeu-se a consciência dos limites do território e do vínculo com a natureza – que por séculos caracterizou a superestrutura ontologicamente fundamentada, onde a economia regional se baseava no que a terra e no que o ser humano fossem capazes de produzir localmente, dando origem a uma específica paisagem.

Sublinhe-se que somente uma realidade autoalienada torna possível a sobrelotação demográfica de um território que, segundo Bodo Freund – e de forma natural, isto é, ontológica – apenas comportaria cerca de 170 000 habitantes. A lógica da re-produção constante de capital, por ser infinita e abstrata – e, portanto, materialmente insustentável – converte tudo o que dela depende em realidades tratadas como infinitas: desde a apropriação do espaço, com a ‘construção desenfreada’ (fig. 191) e a entrada massiva de visitantes, até à própria sobrelotação populacional. Esta só é viável – e, como se viu, até politicamente fomentada, no incentivo à vinda de mais população estrangeira (fig. 143) – porque o território já não é entendido como sustentáculo de vida, mas como palco para a materialização de uma ideologia: um único ponto de vista fundado na lógica da procura e da oferta e no domínio hostil que o dinheiro representa no regime capitalista. Apenas esse fundamento torna possível a sobrelotação de um espaço que, ontologicamente, não comporta uma carga populacional desequilibrada – seja em termos ambientais, sociais ou económicos.

Deste modo, o espaço passou a ser produzido não como expressão da vida, mas como um produto final e imediatista, porque tratado como uma mercadoria – moldada na lógica de produção e reprodução do próprio capital. Por consequência, a paisagem deixou de gerar outras possibilidades de existência, reproduzindo apenas um modo de vida, fixo e abstrato, baseado em necessidade artificiais, embora reais. A desconexão com a natureza anula a dinâmica da vida e compromete o “movimento geral da espécie humana” (Benedito, 2024, p. 2), podendo conduzir o ser humano à própria extinção. No entanto, recusando essa visão fatalista, entende-se que o “movimento geral da espécie humana” –

---

<sup>235</sup> No enquadramento socioeconómico do concelho de Câmara de Lobos (subcapítulo 1.1.4) viu-se como, em 2009, a economia concelhia era ricamente diversa: agricultura; construção civil; serviços; comércio; indústria; fruticultura; floricultura; apicultura e vinicultura. No entanto, o domínio de qualquer atividade económica pressupõe, segundo a lógica capitalista, o maior lucro possível, dando-se a lenta aniquilação das restantes atividades e, portanto, das diferentes formas de vida.

o mesmo que dizer História – não parará. Errar faz também parte do percurso histórico e, por isso, esta época poderá ser interpretada, no futuro, como o período da ousada desvinculação do ser humano em relação ao agente que lhe permite viver: a Natureza.

[...] o homem mais desenvolvido não se separa da natureza [...].<sup>236</sup>

A análise desenvolvida permite, assim, reconhecer que a paisagem atual da Madeira expressa um profundo contraste relativamente à forma como o território foi apropriado durante séculos. Esta mudança revela uma crescente desconexão entre a sociedade madeirense e a natureza que a sustenta – e que, antropológicamente, se insiste em manter. Tal desvínculo manifesta-se na crescente fragmentação do território, organizado não como um todo integrado, mas segmentado em zonas padronizadas e exclusivamente funcionais, consoante a sua tipologia espacial.

Nestas circunstâncias, não é apenas a paisagem que se encontra ameaçada, mas também a qualidade de vida outrora garantida pela relação equilibrada com a natureza. Embora essa relação tenha sido marcada por dificuldades, importa reconhecer que estas foram consequência da estrutura socioeconómica vigente, e não de deficiências naturais.

No campo arquitetónico, o regime capitalista, ao impor um modo de vida dominante, tende a favorecer formas construtivas que melhor se ajustem à lógica da procura – sejam habitações ou unidades hoteleiras. Essas formas tornam-se as mais viáveis economicamente, não por responderem às necessidades locais, mas por servirem os únicos agentes atualmente capazes de se apropriar do espaço: os investidores ou os turistas residentes. Com o tempo, essas formas construtivas acabam, presumivelmente, por se generalizar, moldando uma paisagem homogénea, insustentável e desvinculada do lugar. Uma paisagem que, por ser fruto de vontades efémeras e de um pensamento imediatista, se revelará, inevitavelmente, desconetada da vida concreta – e, por isso mesmo, sem sentido, e ainda com consequências socioambientais irreversíveis, como a ocupação inconsequente do solo.

---

<sup>236</sup> BENEDITO, Gustavo. 2024. “Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre”. p. 2.

Por estes motivos – enquanto a apropriação capitalista persistir – torna-se urgente encarar o aeroporto como ferramenta de controlo populacional turístico – tal como, no passado, as unidades hoteleiras o foram. Superar o atual modelo de turismo massificado permitiria, por exemplo, atenuar a crise da habitação, que, embora preexistente, foi em grande parte agravada pela intensificação turística. Evitar-se-ia, assim, a falsa solução das *mediações de segundo grau* – como a simples multiplicação de construções habitacionais –, que apenas contribuem para acentuar a ocupação do solo, sobrecarregar os sistemas energéticos e hídricos, e fomentar o próprio ciclo de massificação turística. Tal lógica poderá ainda conduzir a erros como a construção em altura (fig. 2) – tendência já visível nas sucessivas expansões do Hotel Savoy ou nas tentativas inconsequentes de resolver o problema de habitação.

Acrescente-se que a autoalienação da economia regional, centrada no turismo, está a eliminar o que resta do solo agricultável – comprometendo, de forma paradoxal, a própria Autonomia da Região, que se reduz a um plano meramente institucional, mas desprovido de bases materiais de subsistência:

Antigamente não vinha nada importado de fora, por isso havia muita gente que se dedicava à agricultura, e a gente produzia alimentação e ainda se exportava. O meu pai ia embalar feijão verde para ir para fora, para o continente e para outros países. Hoje não, vem ao contrário! Se faltar a alimentação nas estufas do Caniçal – que [...] [são] os contentores que vem de fora – aí, seja novo seja de idade, vão ter que se assujeitar, quem tiver um pedaço de terra para se poder sobreviver.

237

De pouco serve a autonomia institucional se a subsistência alimentar depender do exterior. Tal cenário reconduz a Madeira a um passado em que o seu desenvolvimento concreto se encontrava em mãos alheias. Representa, além disso, uma forma de desrespeito para com as gerações que moldaram a geografia da ilha e tornaram habitável o seu território acidentado, bem como para com as gerações vindouras, que herdarão um espaço empobrecido em possibilidades de ocupação e privado do bem-estar que, em tempos, o território assegurou enquanto condição ontológica da existência.

---

<sup>237</sup> Luís Sousa (morador do sítio do Pedregal, Câmara de Lobos) em RTP Madeira. *Madeira Profunda*, episódio 9, transmitido em 23 de julho de 2025, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p15127/e872211/madeira-profunda> [22:57]

Por esta razão, abordou-se o caso do novo hospital central da Madeira. A sua construção pode estabelecer – enquanto persistir a apropriação autoalienada do território e a depender das futuras formulações dos Planos Diretores Municipais – um precedente perigoso para a eliminação da única zona do concelho onde ainda subsiste um modo de vida que, embora parcialmente condicionado pelo regime capitalista, permanece expressão concreta da relação entre sociedade e natureza.

Nesta zona, como a experiência do autor da dissertação confirma, é comum que os moradores partilhem frutas e hortaliças – bananas, figos, uvas, pimpinelas, maracujá, pera-abacate, entre outras. Gestos simples e carregados de consciência: sabe-se o custo – mas também o prazer inerente a tal modo de vida – em *tempo*, *água* e *trabalho* que cada um implica. Nas palavras de Benedito (2024, p. 2), “[...] o trabalho substitui a necessidade como sinal de impotência, pela necessidade como capacidade de gôzo, como poder de realizar tal ou qual ato [...]”. Esse modo de vida, porém, corre o risco de desaparecer por via de imposições políticas – subordinadas unilateralmente a uma ideologia. No seu lugar, instala-se uma lógica em que a re-produção do *dinheiro* se torna a mediação exclusiva, apresentada como sinal de ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’. Na realidade, trata-se de um traiçoeiro desvínculo em relação à Natureza, cujas consequências negativas apenas se tornam claras num momento em que a reversão é mais complexa (figs. 142 e 191). Não a natureza entendida como mero objeto de desfrute caprichoso – *passar pela serra e, no meio dela, fazer piqueniques*, como referido na Apresentação do trabalho –, mas como agente possibilitador da própria vida, da qual a sociedade madeirense, de forma explícita e vital, sempre dependeu.



Figura 191: Zona da Ajuda, no Funchal (em segundo plano), como símbolo da perda da noção dos limites naturais humanos. Quanto mais densamente construído se torna um espaço, mais se esbate a relação entre sociedade e natureza. A autoalienação capitalista compromete o autoentendimento histórico da população: esta passa a alienar-se na realidade imposta pelo próprio regime, em vez de se enraizar numa realidade-depósito temporal de *necessidades* concretas.

[...] Essa subida de nível [de vida] para ter autêntica expressão humana, deve corresponder à dignificação do [...] ser humano para que este não perca o sentido tradicional da verdadeira hierarquia de valores humanos. Infelizmente, o **progresso material rápido**, em certos países economicamente muito desenvolvidos, desequilibrou esta hierarquia, atrofiando os valores espirituais. Neles, em muitos [...] seres humanos, o sentido único e superior da vida seria o bem-estar material: uma crescente subida do seu nível, mais a higiene, mais a saúde, mais a cultura. [...] que não se pague o progresso material como outros povos o fizeram, com altos índices de loucura, alcoolismo ou suicídio. Com efeito, será sempre verdadeira a sentença de Saint-Exupéry: Trabalhando só para os bens materiais, nós próprios construímos a nossa prisão.<sup>238</sup>

A manter-se esta trajetória, a Região caminha para a sua própria prisão: uma crise política, social, económica e ambiental de difícil reversão. O paralelo histórico é evidente: trata-se de uma situação comparável à provocada pela Queda da Vinha – quando a

---

<sup>238</sup> Agostinho Cardoso, intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964, Diário das Sessões, n.º 138, p. 3459.

monocultura vínica conduziu a um colapso económico e social –, mas agora agravada pela escala global da crise ambiental que hoje se enfrenta e que poderá, inclusivamente, precipitar o colapso do próprio regime capitalista, perante o esgotamento dos recursos do planeta.

No passado, ao menos, restava o solo como recurso último de subsistência – razão pela qual se verificou a explosão demográfica após a Queda da Vinha. Hoje, porém, “[...] é o matagal a descer da serra para baixo e o casario a subir – casario de apartamentos – para cima [...]”<sup>239</sup>, numa ocupação irreversível do já escasso solo.

A proclamada dependência económica da Madeira em relação ao turismo revela-se, assim, como uma reedição da lógica praticada no século XVIII pelos membros da Câmara do Funchal – então dominada pela aristocracia vinhateira. Mesmo perante a fome, essa elite manteve o *statu quo* em benefício de uma minoria, servindo-se da conjuntura ecológica insular – aquilo a que Freitas Branco (2019) denominou de ‘tratado ecológico’. Hoje, repete-se o mesmo padrão: em plena crise social e ambiental, persistem decisões políticas que privilegiam interesses específicos sob o pretexto de uma conjuntura económico-financeira inevitável. Como em *Torna Viagem* (1979), do escritor madeirense Horácio Bento de Gouveia, uma das personagens observa:

Tanto dinheiro e conforto que temos, Francisco! E afinal, para quê? Valeu a pena?

Além disso, esse processo não transforma apenas o espaço físico, mas redefine o próprio modo de ser do habitante madeirense – um modo politicamente imposto. Antes o espaço refletia uma apropriação enraizada no território e expressava uma vontade coletiva, sustentada no capital económico e social gerado pela agricultura<sup>240</sup> e pelo turismo – chegando mesmo, ambos, a delinearem um desígnio para a Madeira. Hoje, impõe-se um modo de vida padronizado – de fora para dentro – sem qualquer relação

---

<sup>239</sup> Tito Silva Caldeira (morador da Caldeira em Câmara de Lobos) em RTP Madeira. *Madeira Profunda*, episódio 9, transmitido em 23 de julho de 2025, RTP Play, <https://www.rtp.pt/play/p15127/e872211/madeira-profunda> [22:27]

<sup>240</sup> Contrariando a afirmação de António Trindade exposta na secção 5.2.1.6 (ver nota 161), presume-se que houve possibilidade de desenvolver a agricultura em meados do século XX, como o estudo de *Fomento da Fruticultura na Madeira*, de Vieira Natividade (1947) parece afirmar. Crê-se que, juntamente com o turismo, ambas as atividades económicas poderiam contribuir para um desígnio da própria ilha, como demonstrou o deputado Agostinho Cardoso, em 1964 (ver texto associado à nota 162).

com os contextos social e natural em que se insere. A autoalienação na atividade turística é disso expressão – da negação da relação sociedade-natureza local que inibe a possibilidade de existência de uma *forma de vida* verdadeiramente madeirense.

Este trabalho procurou contribuir para a compreensão de como uma determinada ideologia – a princípio tomada por legítima e inofensiva – se materializa e, através da política e de uma doutrina, configura uma realidade e, conseqüentemente, uma paisagem. No entanto, se tal realidade foi construída, isso significa que pode também ser desmontada, abrindo progressivamente espaço para uma forma de vida e para uma realidade ontologicamente fundamentadas. Propõe-se, portanto, uma reflexão – uma *desalienação* – sobre os rumos da política regional, de maneira a **re**conduzi-la para uma organização socioeconómica fundamentada nas necessidades do território e da sua população – rompendo com a lógica ultrapassada e destrutiva da simples produção e reprodução de capital. Sublinhe-se o que afirmou, em 2017, uma das figuras centrais da política madeirense desde a autonomia:

[...] tou numa fase de considerar que o regime capitalista falhou [...] <sup>241</sup>

Se a Autonomia institucional da Madeira garantiu, nas últimas décadas, um bem-estar material inédito na sua história, torna-se agora urgente – e *necessário* – alcançar uma outra forma de emancipação: a Autonomia intelectual <sup>242</sup>. Só esta permitirá consolidar a democracia regional, fomentar a democracia nacional <sup>243</sup> (garantindo a manutenção da própria Autonomia), reconstruir um modo de vida sustentável próprio, e

---

<sup>241</sup> Contextualizando o que Alberto João Jardim (presidente do Governo Regional da Madeira entre 1978 e 2015) disse em 2017: “[...] Eu hoje, aos 72 anos, tou muito mais à esquerda do que já fui. [...] Principalmente depois deste descalbro que houve, desta crise económico-financeira [de 2008], de toda esta pouca vergonha de se ter desregulado as finanças, e as bancas beneficiarem de excesso de liquidez com as bolhas imobiliárias e terem dinheiro para andar a emprestar aos países europeus. Depois, os países europeus mais ricos emprestavam aos mais fracos, vendendo condições que se vieram a verificar que eram desastrosas. Os banqueiros recebendo comissões, os bancos recebendo comissões, alguns políticos recebendo comissões. Quer dizer, uma pouca vergonha total...! Eu hoje, tou numa fase de considerar que o regime capitalista falhou [...]”. *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder*, Episódio 1: *Da Infância à Juventude*, realizado por Virgílio Nóbrega, transmitido em 16 de março de 2017. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p3325/e278860/albertojoaojardim37aopoder>. [22:04].

<sup>242</sup> Ver subcapítulo *A lacuna da autonomia intelectual* em Anexos. Ver nota de rodapé 126.

<sup>243</sup> Com isto, pretende-se reafirmar que a Democracia não é o problema, mas sim o sistema sob a qual se baseia. A apropriação capitalista do território é uma forma ultrapassada, porque formada no século XV e reformada no XIX, e não corresponde à forma democrática que, entretanto, socialmente se alcançou. O mundo prático – constituído no século XV – está desconectado do mundo teórico – formado na segunda metade do século XX.

voltar a preservar uma realidade que continue a expressar a relação simbiótica entre natureza e sociedade.

## Bibliografia

ALMEIDA, João. *Estruturas Pétreas no Território Madeirense*, Revista Islenha, Funchal, nº 53, p. 5-26, dez. 2013.

BENEDITO, Gustavo Godinho. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. Geografares 38, publicado em 28 de junho de 2024. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/13190>

BRANCO, Jorge. *Camponeses da Madeira – As bases materiais do quotidiano no arquipélago (1750-1900)*. 2.<sup>a</sup> ed. corrigida e ampliada. Funchal: Serviço de Publicações da Direção Regional da Cultura, Secretária Regional de Turismo e Cultura, Governo da Região Autónoma da Madeira, 2019.

BRUM DA SILVEIRA, A., et al. *Carta Geológica da Madeira – Relatório Técnico*. Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236632901\\_CARTA\\_GEOLOGICA\\_DA\\_MADEIRA\\_RELATORIO\\_TECNICO](https://www.researchgate.net/publication/236632901_CARTA_GEOLOGICA_DA_MADEIRA_RELATORIO_TECNICO)

CALDEIRA, Susana; PEREIRA, Alda; MARQUES, Manuela. et al. *Hotéis (entre as décadas de 1880 e 1960)*. Funchal: Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2023.

Câmara Municipal do Funchal, *Regulamento Plano Diretor Municipal*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 2018. Disponível em: <https://revisaopdm.funchal.pt/index.php/pdm-em-vigor-2018>

Câmara Municipal do Funchal, *Planta de Ordenamento I – mapa 3 do Plano Diretor Municipal do Funchal*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal, 2018. Planta em PDF. Disponível em: <https://revisaopdm.funchal.pt/index.php/pdm-em-vigor-2018>

CARDOSO, Agostinho. Intervenção na *Assembleia Nacional*, VIII Legislatura, sessão de 3 de março de 1964. *Diário das Sessões*, n.º 138, pp. 3455-3468.

CORREIA, Liliana; PEREIRA, Alda; GUERRA, Lícia. et al. *Quintas (da segunda metade do século XIX até 1960)*. Direção Funchal: Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, 2023.

COSTA, João Paulo Oliveira. *Infante D. Henrique*. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2013.

CASTRO, Lourdes. «*A Praia Formosa*» *photografias do meu avô Jacinto A. Moniz de Bettencourt – ilha da madeira*. Fundação de Serralves e Assírio & Alvim, 2008.

DE GOUVEIA, Horácio Bento. *Torna Viagem*. Coimbra: Coimbra Editoria, 1979.

DE CASTRO, Marcelino. *A Primeira Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira*. 2.<sup>a</sup> ed. corrigida e ampliada. Funchal: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, IDEIA: Investigação e Divulgação de Estudos e Informação sobre a Autonomia, 2024.

DE FREITAS, Emanuel Gaspar. *A Obra de Raúl Chorão Ramalho no Arquipélago da Madeira*. Lisboa: Caleidoscópio, 2010.

DE NÓBREGA, Manuel. *Memórias sobre a Freguesia do Curral das Freiras*, Revista Islenha, Funchal, n.º 53, p. 36-48, dez. 2013.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DA MADEIRA. *Edição de 14 de setembro de 2000*. Funchal: Diário de Notícias, 2000.

DOS SANTOS, António Bispo. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. Kindle edition

DANTAS, Gilda. *A Rede Urbana e Desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira*. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Especialidade em Planeamento e Ordenamento do Território. Lisboa: FCSH-UNL, 2012.

DANTAS, Gilda. *Cidade e rede urbana na Região Autónoma da Madeira*. Câmara de Lobos: O Liberal, 2014.

DE MELO, Francisco Manuel. *Descobrimento da Ilha da Madeira, Ano 1420: Epanáfora Amorosa*. Edição crítica de José Manuel de Castro. Braga: Empresa do Diário do Minho, s.d.

DE SOUSA, Ana Madalena Trigo. *O Sistema Vincular da Madeira nas Reflexões de António Correia Herédia: Para uma Análise das Questões Sócio-Económicas em torno da Abolição dos “Morgados”*. Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 2, 2020, p. 543–579. Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Disponível em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/33>

EMONTS, Anne Martina. *The Colonial Gaze – A Paisagem do Arquipélago da Madeira pelos Olhos de Mildred Cossart*. Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 1, 2019, p. 629–658. Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Disponível em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/18>

European Soil Data Centre (ESDAC). s.d. *Soil Map of Portugal – Carta dos Solos da Ilha da Madeira*. Joint Research Centre, Comissão Europeia. Disponível em:

<https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira>

European Soil Data Centre (ESDAC). s.d. *Soil Map of Portugal – Carta dos Solos da Ilha da Madeira*. Joint Research Centre, Comissão Europeia. Disponível em: <https://esdac.jrc.ec.europa.eu/content/soil-map-portugal-carta-dos-solos-da-ilha-da-madeira-0>

FREUND, Bodo. *Madeira: demografia, estrutura social, economia e turismo numa ilha superpovoada*. Finisterra, 11(22), 1976. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis2298>

GONÇALVES, Pedro. *António Aragão: preservar o presente conservar o passado*. Revista Islenha, Funchal, n.º 69, p. 84-102, dez. 2021.

LOJA, António; CÂMARA, Maria; BARROSO, José; *et al.* *Carta a um governador: 22 de Abril de 1969*. 1994. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/13490375/1969-carta-governador>

MATOS, Danilo; BATISTA, João; QUINTAL, Raimundo; CARITA, Rui. *Um olhar sobre as obras e providências de Reinaldo Oudinot: a atualidade de uma proposta com mais de 200 anos*. Coordenação: Luís Eduardo Nicolau. 2.ª ed. Funchal: Imprensa Académica, 2018.

MATOS, Rui Campos. *Arquitectura e turismo na Madeira, (des)continuidades históricas*. Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 4, 2022, p. 243–272. Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Disponível em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/86>

MATOS, Rui Campos. *As Origens do Turismo na Madeira – Quintas e Hotéis do Acervo Photographia Museu – «Vicentes»*. 2ª edição. Funchal: Jóias de Cultura, 2025.

MIRANDA, Pedro; Valente, Maria; Tomé, António; *et al.* *O clima de Portugal nos séculos XX e XXI*. In F. D. Santos e P. Miranda (Eds.), *Alterações Climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação. Projecto SIAM II* (pp. 16–18 e pp. 34-41). Lisboa: Gradiva, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/258839031\\_O\\_clima\\_de\\_Portugal\\_nos\\_seculos\\_XX\\_e\\_XXI](https://www.researchgate.net/publication/258839031_O_clima_de_Portugal_nos_seculos_XX_e_XXI)

MORÃO, Catarina, dir. *Lourdes Castro: Pelas Sombras*. Lisboa: Midas Filmes, 2010. DVD.

NATIVIDADE, J. Vieira. *Madeira, a Epopeia Rural*. 2ª edição. Funchal. 2023.

RIBEIRO, Orlando. *A ilha da Madeira até meados do século XX*. Tradução de Maria do Rosário de Paiva Raposo. 1.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Divisão de Publicações, 1985.

RODRIGUES, José Roberto. *Ordenamento territorial e urbano da ilha da Madeira: relevância do Funchal neste processo*. Estudo Prévio 14. Lisboa: CEACT/UAL – Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/2182-4339/14.2>

RTP. 1990. *Cá Entre Nós*, transmitido em 17 de setembro de 1990, RTP Arquivos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ca-entre-nos-parte-i> e <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ca-entre-nos-parte-ii/>

RTP. 2025. *Interesse Público*, transmitido em 22 de janeiro de 2025, RTP Madeira. Acesso em 30 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p14397/e824652/interesse-publico>

RTP. 1976. *Madeira Uma Ilha Neste País*, Episódio 3 – Parte II. Realização de Joaquim Furtado, transmitido em 24 de setembro de 1976, RTP Arquivos. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/madeira-uma-ilha-neste-pais-ep-3-parte-ii>

RTP. *Visita Guiada 2021*, episódio 9: *Ilha da Madeira, Levadas*, transmitido em 10 de maio de 2021, RTP Play. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p8647/e543417/visita-guiada>

RTP Madeira. *Madeira Profunda*, episódio 4, transmitido em 23 de julho de 2025, RTP Play. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p15127/e866343/madeira-profunda>

RTP Madeira. 2024. *Telejornal da Madeira*, entrevista a Eduardo Jesus, transmitido em 28 de setembro de 2024, RTP Play. Disponível em: <https://www.rtp.pt/play/p85/e797653/telejornal-madeira> [07:45-21:43]

SANTOS, Carlota. MATOS, Paulo. *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Braga, 2013. pp. 15-135

SCHWARCZ, Lilia; DA COSTA, Angela. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRÃO. Joel. *Temas Históricos Madeirenses*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

PEREIRA, Raul da Silva. *Desenvolvimento e Urbanismo No Arquipélago Da Madeira*. Revista *Análise Social* 7, n.º 27/28, p. 780–807, 1969. <http://www.jstor.org/stable/41008002>.

VALENTE, Maria; Miranda, Pedro; Coelho, Fátima; *et al.* *O clima observado* [Relatório do Projeto CLIMAAT]. Observatório Clima Madeira. 2006. Disponível em: <https://observatorioclima.madeira.gov.pt/clima/> Documento disponível para download direto na secção inferior da página.

ZBYSZEWSKI, G., *et al.* *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50.000. Notícia Explicativa das Folhas A e B da Ilha da Madeira.* Serviços Geológicos de Portugal, 1975. Disponível em: [https://geoportal.lneg.pt/pt/dados\\_abertos/cartografia\\_geologica/cartografia\\_geologica\\_madeira/ilhamadeira/](https://geoportal.lneg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cartografia_geologica_madeira/ilhamadeira/)

*18% da aposta nacional no AL foi feita na Madeira. Jornal da Madeira, 5 de janeiro de 2025.*

## Anexos

Complementando as notas de rodapé que surgem ao longo do trabalho este capítulo é composto por citações, análises e reflexões, organizadas em subcapítulos temáticos, que se consideraram necessárias para tornar mais clara a interpretação desenvolvida ao longo do trabalho. Grande parte do conteúdo aqui apresentado consiste em reflexões mais ou menos aprofundadas, sustentadas sobretudo num ponto de vista pessoal do autor.

### Doutrina para o território madeirense

Notas de rodapé que referenciam este tema: 120 e 165.

As citações seguintes retomam breves momentos dos episódios 8 e 9 da série documental *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder*, realizada por Virgílio Nóbrega (2017). Nelas, observa-se como três aspetos se tornaram fatores estruturantes de uma *forma de vida*: turismo, zona franca e construção civil. O território da ilha passa a servir de palco para a concretização de uma ideologia sustentada nesses três pilares. Esse ponto de vista consolidou-se como uma “doutrina” – uma forma específica e, portanto, fixa no tempo, que inibe a evolução e o surgimento de novas possibilidades de existência e de pensar o território.

A Madeira é **turismo, zona franca e construção civil**. O resto é poesia e é tontice. <sup>244</sup>

Obras públicas [...] significam **emprego**. <sup>245</sup>

Dos 3 vetores, **turismo, zona franca e construção civil**, se eu não tenho a construção civil a trabalhar, eu não tenho um **nível de vida** alto na Madeira. <sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder*, Episódio 8: *O boom das obras públicas*, realizado por Virgílio Nóbrega, transmitido em 4 de maio de 2017. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p3325/e287019/albertojoaojardim37aopoder> [02:30]. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>245</sup> *Alberto João Jardim - 37 Anos de Poder*, Episódio 9: *A conclusão dos grandes projetos*, realizado por Virgílio Nóbrega, transmitido em 11 de maio de 2017. RTP Play. <https://www.rtp.pt/play/p3325/e288271/albertojoaojardim37aopoder> [03:58]. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>246</sup> *Ibidem*. [19:10]. Ênfase em negrito adicionada.

A Dra. Manuela Ferreira Leite [Ministra das Finanças no XV Governo Constitucional, de José Durão Barroso, iniciado em 2002] tomou logo medidas de disciplina orçamental que nunca antes tinham sido tomadas. Perante essas medidas, que se aplicavam no país todo, a única maneira [para conseguir manter em funcionamento o **ciclo de 3 vetores**, foi garantir, com Manuela Ferreira Leite e o próprio Primeiro-Ministro Durão Barroso,] que podíamos fazer os investimentos, desde que não fosse o Governo Regional a se endividar mas fosse uma sociedade, ainda de capitais públicos, que se endividasse e arranja-se os empréstimos [...] estrangeiros.[...] E foi uma maneira, também, de não parar o investimento. Como eu lhe disse, a **doutrina** é absolutamente necessária na Região Autónoma da Madeira. Foi uma maneira de contornar [...] legalmente, e com consentimento de Lisboa, as regras orçamentais que então tinham sido estabelecidas.<sup>247</sup>

Embora essa doutrina tenha contribuído, até à primeira década de 2000, para a emancipação material de parte da população, a sua manutenção indefinida – sustentada na lógica de produzir por produzir – revela-se insustentável para o território. A continuidade desse modelo é, em si, impossível, pois depende de uma ideia de espaço ilimitado, típica da abstração capitalista, que insiste em ignorar os limites físicos da ilha. Mesmo que prolongado, este modelo acaba por colapsar, porque, inevitavelmente, o espaço se esgotará.

É neste contexto, inclusive, que se podem compreender as recentes crises políticas na Madeira, marcadas pela queda sucessiva de governos da mesma orientação partidária num curto espaço de tempo. Presume-se que essas crises não resultem apenas de alegadas práticas de corrupção<sup>248</sup>, mas sobretudo de uma crise estrutural do próprio modelo económico baseado na apropriação abstrata do território. A lógica capitalista, quando se esgota o espaço disponível, entra em conflito com a realidade física da ilha, propiciando tensões sociais – as crises políticas.

Um dos exemplos mais visíveis do modelo económico sustentado no turismo é o seu impacto no acesso à habitação por parte de residentes. Esse modelo incentiva o desvio de imóveis para alojamentos temporário (o alojamento local), o que agrava a escassez de habitação e pressiona os serviços sociais. A resposta esperada seria a construção de mais

---

<sup>247</sup> *Ibidem*. [18:53]. Ênfase em negrito adicionada.

<sup>248</sup> *Ministério Público investiga negócios de 260 milhões entre Governo da Madeira e Grupo AFA. Público*, 25 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/01/25/politica/noticia/ministerio-publico-investiga-negocios-260-milhoes-governo-madeira-grupo-afa-2078153>

habitações. No entanto, esta solução esbarra tanto na limitação espacial do território como na impossibilidade de responder, em tempo útil, à escala do problema. Note-se que, por si só, os desalojamentos constantes de famílias já deveriam servir de alerta quanto às falhas do modelo económico adotado. Quando a pressão territorial e social atinge esta dimensão, o governo – enquanto responsável pelo ordenamento do território – é posto em causa. Assim, as atuais crises políticas podem ser interpretadas como manifestações de um modelo capitalista frustrado, que se recusa a reconhecer a finitude do espaço (fig.166) – por se sustentar numa lógica abstrata, cuja ideologia se impõe num mundo concreto, isto é, material e finito.

Progresso, Desenvolvimento, Crescimento (ou: Progresso, Desenvolvimento, Crescimento)

Notas de rodapé que referenciam este tema: 156, 163 e 171.

A formação do pensamento que fundamenta a necessidade haver no trabalho e pelo trabalho uma constante evolução positiva do conteúdo produzido, segundo a lógica de ‘produção > consumo > valorização > reinvestimento’ – a fórmula do ciclo da acumulação capitalista – pode ter origem com a Religião. Deduz-se essa possibilidade pela inegável ligação entre a religião católica e o local, a Europa, onde esse ponto de vista se desenvolveu. Tal pensamento, surgido no iluminismo e pela classe que dele embebia – a burguesia –, não só é fruto de uma reação ao regime político vigente na altura da sua formação, à monarquia absolutista. É também resultado de conceitos, pontos de vista do mundo e modos de vida preestabelecidos durante séculos – em que a religião teve um papel determinante.

Como ilustra António Bispo dos Santos em *A terra dá a terra quer* (2023), o autor partilha o seu ponto de vista sobre as consequências da imposição moral da “sociedade eurocristã monoteísta” num território apropriado pelo modo de vida quilombola, no Brasil. O autor trata de conceitos como o de *cosmofobia*, que significa o medo que a “sociedade eurocristã monoteísta” tem do cosmos, isto é, do que é natural: “A humanidade se desconectou da natureza exatamente por ter cometido o pecado original. Seu castigo foi se afastar da natureza. Por isso Adão foi expulso do Jardim do Éden e o humanismo passou a ser um sistema, um reino desconectado do reino animal” (Dos

Santos. 2023. p. 11). Na verdade, isso demonstra um processo de alienação, em que o ser humano se distancia da natureza. A religião, ao longo do tempo, serve como fuga, como necessidade de proteção do desconhecido. Pode-se considerar que as ideias de Progresso e Crescimento – tão caras ao sistema capitalista – estejam associadas e enraizadas num pensamento religioso. A busca incansável e constante por lucro, como garantia de uma suposta estabilidade, nada mais é do que a procura do caminho para o inalcançável Jardim do Éden. Assim, a ideia da busca por uma sociedade perfeita foi apenas tomada da religião. A *razão* iluminista ressignificou a *crença* religiosa – até porque, recorde-se, a religião estava ao lado da Coroa, isto é, do Antigo Regime. Portanto, não é mais através da religião que a humanidade progride, mas por meio da razão, da ciência e, por fim, da tecnologia. A natureza e as incertezas que a compõem, e que, por isso, fazem também parte dos seres humanos, são deixadas de parte e a favor da *certeza* <sup>249</sup> absoluta.

Como apontou Lefebvre, embora o ser humano se distancie da natureza, é importante que não se separe dela completamente, mantendo a luta na unidade. No entanto, a lógica iluminista, que começa a se consolidar como paradigma a partir de meados do séc. XVII e que fundamenta o sistema capitalista, não se baseia nessa necessidade. Nesse período, a burguesia percebeu que deter apenas o poder económico não era suficiente para um progresso positivo nos resultados do seu trabalho (alienado). Assim, surgiu a necessidade de possuir também o poder político – a gestão do território – até então detido pelas monarquias absolutistas. E, sobretudo por isso, acontece a Revolução Francesa, em 1789.

[...] a idealização das relações capitalistas de troca tornou-se regra pouco depois de [...] grandes personalidades do Iluminismo formularem suas teorias. Essa idealização surgiu no horizonte em consequência da disseminação e consolidação do sistema dos ‘moinhos satânicos’ <sup>250</sup>, trazendo consigo a aceitação pelos economistas políticos burgueses de que a alienação e a desumanização eram o preço ‘que valia a pena ser pago’ em troca do avanço capitalista, não importa o quanto fossem miseráveis as chances de vida do trabalhador [...]. <sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> Alusão ao título da obra de Costa e Schwarcz (2002) – *1890-1914: No tempo das certezas*.

<sup>250</sup> Aqui, *moinhos satânicos* referem-se às fábricas surgidas com a Revolução Industrial. É sobretudo nesses espaços – com condições insalubres e marcados pelo uso intensivo da força de trabalho – que se inicia o processo de alienação capitalista, caracterizado por dois fenómenos fundamentais: *Entäusserung* (exteriorização ou reificação) e *Entfremdung* (estranhamento ou alienação).

<sup>251</sup> Mézáros *apud* BENEDITO, Gustavo. 2024. *Relações sociedade-natureza a partir da teoria da Alienação: contribuições teórico-conceituais de Marx e Lefebvre*. p. 6.

A partir de uma necessidade exclusivamente humana – lucro e acumulação –, e em detrimento das necessidades ontológicas, o ser humano (burguês) tornou-se tão subjetivo e, portanto, tão *múltiplo*, que se perdeu na sua *totalidade diferenciada* e acabou se mutilando pela alienação. Foi através do indivíduo burguês, com um modo de vida específico – isto é, um ponto de vista particular sobre o mundo – que esse processo de autoalienação teve origem. Até esse momento, não há propriamente um problema. No entanto, quando esse indivíduo, em conjunto com o grupo a que pertence, impõem esse ponto de vista a outros seres humanos – e, por fim, a outras sociedades – inicia-se um grande problema: a transferência de uma autoalienação individual para uma autoalienação coletiva – de toda uma sociedade.

É sobre os conceitos de Modernidade e Progresso que o modo de vida burguês se baseia, compondo uma sociedade “confiante em suas aquisições e marcada por uma atmosfera de fausto e luxo”, como afirmado em *1890-1914: No tempo das certezas*, de Costa e Schwarcz (2002). Não por acaso a vinculação do final de século XIX ao termo *belle époque*, que remete “a uma só representação desse momento, [e] que parecia alheio aos problemas graves que ameaçavam uma estrutura – aparentemente – tão sólida”. Foi, aliás, em 1900, com a Exposição Universal de Paris, que se fomentou a ideia de inovação tecnológica por meio de um símbolo presente na exposição: a Luz. O mesmo acontece com o conceito de Velocidade, que ganha mais força: “de trem ou de barco chegava-se ao Mediterrâneo ou a Moscou e Pequim, sem sair, é claro, de Paris”.

Como mencionam as autoras, este período é dominado por uma sociedade eurocêntrica, em que as “noções de tempo e espaço começavam a ser abaladas”. Na mesma exposição, Paris inaugura o metro que permite percorrer 10 300 metros em 33 minutos. Também o automóvel passa a fazer parte “do cotidiano das ruas dos principais centros europeus e norte-americanos”. E não só a terra, como o céu também deveria ser dominado: “o conde Ferdinand von Zeppelin consegue voar com um dirigível que [...] percorreu seis quilómetros em dezessete minutos e meio, apesar – dizia a imprensa da época – do vento contrário e adverso”. E ainda as comunicações, em que “a novidade não eram as ondas de rádio, mas as distâncias atingidas [...]”. Ou seja, “o **tempo ficava breve** e, com ele, a própria **noção do espaço**”<sup>252</sup>:

---

<sup>252</sup> Ênfase em negrito adicionada.

Em meio a esse processo contínuo e retroalimentado apareceram “os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, a ampla gama de utensílios domésticos, a fotografia, o cinema, a radiodifusão, a televisão, os arranha-céus e seus elevadores, as escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversões elétricas, as rodas-gigantes, as montanhas-russas, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador e os servetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e, mencionada por ultimo mas não menos importante, a caixa registradora.” Era o “mundo moderno” que surgia [...].<sup>253</sup>

Assim, surge um cotidiano cada vez mais dominado por elementos e atividades que diminuem bastante a objetividade da vivência humana, tornando-a mais **subjetiva**. Schwarcz e Costa (2002) exemplificam que, no campo da arte, a objetividade passou a ser associada a um tipo de expressão artística pouco estimulante, ou mesmo desinteressante. O impressionismo, que teve o seu reconhecimento precisamente no período abordado pelas autoras, é um movimento que testemunha essa transformação nas esferas econômica, social e cultural. É a partir deste movimento, na arte, que se “reconhece de vez a noção de duplo”, e que se abre uma porta para o surgimento de outros movimentos artísticos, como o cubismo, o expressionismo, etc... No campo da arquitetura, as autoras fornecem o caso de Viena, nomeadamente “o anel viário circular – a *Ringstrasse*”. Neste conjunto, que circunda o centro histórico da cidade, construiu-se um complexo arquitetônico eclético, formado por edifícios de diferentes estilos, como renascentista e romano. Embora, hoje, a *Ringstrasse* seja vista como um marco histórico e material, isto é, uma realidade objetiva de um período específico de Viena, é necessário reconhecer que essa parte da cidade surge como um exercício subjetivo. Por outras palavras, o espaço físico da *Ringstrasse* é, na verdade, um “simulacro”, porque aquando da sua construção, recriava um passado idealizado pela “burguesia liberal” vienense. A mesma maneira de atuação acontece, por exemplo, nas obras de Antoni Gaudí, que faz “da arquitetura um imenso espetáculo ao elaborar um estilo eclético e pessoal [...]”.

Dessa maneira, estabelece-se uma nova relação entre o ser humano e a Natureza, em que o primeiro se coloca numa posição de superioridade – numa relação de

---

<sup>253</sup> DA COSTA, Angela. SCHWARCZ, Lilia. 2002. *1890-1914: No tempo das certezas*. p. 20

importância <sup>254</sup>. O espaço passou a ser moldado não mais pelas vontades coletivas da população e por necessidades territoriais, mas pela visão e interesses de determinados indivíduos ou grupos sociais. O predomínio sobre dimensões como tempo e espaço fez com que se deixasse de pensar nas consequências das ações humanas no território. Ou seja, o ser humano abstrai-se do espaço concreto em que habita, afirmando-se, ousadamente, como ser puramente subjetivo. As consequências, no território e na sua população, dessa forma de atuação, embora continuem concretas, visíveis ou previsíveis, passam a ser ignoradas para dar lugar a um ponto de vista: o Progresso e Desenvolvimento do ser humano por meio da evolução tecnológica. Assim, a tecnologia <sup>255</sup> é mais uma alienação humana em que o próprio ser humano está alienado, isto é, autoalienado – como se a tecnologia existisse por si.

A lacuna da autonomia intelectual

Notas de rodapé que referenciam este tema: 126, 174 e 242.

*A Carta a Um Governador – 22 de Abril de 1969* é um documento coletivo que visa alertar o então recém-nomeado Governador Civil do Funchal, Braamcamp Sobral, para a situação crítica da Madeira. Nela, os signatários identificam um conjunto de problemáticas que, segundo defendem, só poderiam ser resolvidas com a efetiva concretização da Autonomia Regional e, em última instância, com a implementação de um regime democrático.

No contexto do chamado *marcelismo*, a carta surge como um gesto cívico de denúncia por parte de um conjunto de cidadãos, que evidencia “uma das maiores crises económicas” da história da Madeira – resultante, na verdade, da acumulação de problemas sociais e económicos ao longo de cerca de 550 anos.

---

<sup>254</sup> Repetindo o que se diz na nota 26: António Bispo dos Santos, *A terra dá, a terra quer*. pos.121 (Kindle edition): “Percebi que o povo da cidade tinha relações de utilidade e importância, mas não tinha relações de necessidade. Para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. É aquela pessoa que se acha ótima, mas não serve. O termo que tem valor para nós é *necessário*. Há pessoas que são necessárias e há pessoas que são importantes. As pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta”.

<sup>255</sup> Etimologicamente a palavra, segundo a origem grega, vem da combinação de "techné" (técnica, arte, ofício) e de "logos" (estudo, razão). Ou seja, refere-se ao estudo ou à razão do saber-fazer, envolvendo o conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas aplicados na produção de bens ou serviços. Conclui-se, portanto, que a ‘obra’ da Madeira é tecnológica (ver nota de rodapé 163).

Entre os problemas estruturais expostos, destaca-se a emigração massiva, que despovoou os campos e sustentou, de forma precária, a economia regional através de remessas enviadas para as famílias madeirenses – um modelo económico que, embora vital à época, já se mostrava profundamente vulnerável. Além disso, também é apontada a fragilidade dos setores da agricultura, da indústria e comércio, e do turismo, bem como das infraestruturas educacionais e de saúde. Somando-se, ainda, a grave crise habitacional, fomentada por “[...] empresas de construção, que só constroem para daí auferir, não lucros considerados justificáveis mas pura e simplesmente lucros especulativos”, marginalizando a quase totalidade da população portuguesa em bairros de lata.

É, portanto, neste cenário de “caos económico” – estrutural e acumulado – que a Madeira também se insere, e para o qual se exige uma reorganização profunda do seu modelo político, económico e social.

No entanto, passados 25 anos da carta original, na sua reedição de 1994, embora a qualidade de vida material tenha aumentado, há uma dimensão que não acompanhou essa evolução: a autonomia cívica, da qual depende também a autonomia intelectual.

Decerto que, vinte e cinco anos depois [de 1969 – período da Primavera Marcelista e em que a *Carta a um Governador* foi redigida], a Região não é a mesma. Mudou, evidentemente, em muitos dos seus aspectos materiais. E mudou também, é claro, em muitas das suas atitudes e dos seus comportamentos, individuais, grupais e colectivos. Mas é óbvio que permanecem também, lamento dizê-lo, a marca muitas vezes presente de **séculos de dependência e o traço visível da subserviência**, quer seja de carácter meramente pessoal, quer traga consigo o sinal mais trágico da dependência institucional. Admita-se que **nenhuma sociedade extirpa tão facilmente os seus hábitos de servidão** que eles se tornem invisíveis após apenas vinte anos de uma sempre relativa vivência democrática ou após apenas dezoito anos de uma prática autónoma sempre discutível, por **ser mais institucionalizada que civicamente vivida**.

Talvez para alguns esta seja a Democracia com que sonharam e esta seja a Autonomia que desejaram. Mas parece-me perfeitamente legítimo que outros não pensem assim e que vivam na convicção permanente de que o essencial está por fazer, que a luta pela liberdade e pela dignidade humana é de todos os dias e que o futuro exige mais de todos nós.

Vinte e cinco anos atrás, esta carta, enviada a um governador fascista, terá para alguns a aparência de um acto inútil; para outros não terá sido mais que um gesto quixotesco que a força bruta destrói e anula irremediavelmente.

Tenho, porém, para mim, que os gestos de dignidade cívica nunca são inúteis. Mesmo quando temporariamente silenciados. Mas é sempre necessário dignificá-los, recordando-os e destacando-os da mesquinhez que resulta da **obediência cega e da subserviência covarde e acomodada de tantos**.

Por isso, apaixonadamente e com o entusiasmo que acho devemos pôr sempre em todos os nossos actos, retomo esta carta, enviada a um Governador de há 25 anos, e **releio-a, não com a saudade e a nostalgia das coisas passadas mas com a esperança de que ela ajude a despertar os Madeirenses para a sua realidade, que ajude a sacudir o indiferentismo que se reinstalou, infelizmente, como atitude dominante**, e que, finalmente, levantando de novo muitos dos problemas que permanecem na nossa sociedade, desperte os jovens para a legítima insatisfação que deve exprimir-se no debate democrático e para a escolha livre que colectivamente se abre a todos aqueles que vivem na plenitude o exercício dos seus direitos de cidadãos e que aceitam, com igual espírito cívico, as responsabilidades inerentes ao exercício diário da cidadania.<sup>256</sup>

## A política submetida ao crescimento económico

Notas de rodapé que referenciam este tema: 118, 147, 160 e 232.

A discussão plenária ocorrida na Assembleia Legislativa da Madeira a 9 de dezembro de 2024, debruçou-se sobre o orçamento regional – que acabou sendo chumbado, dando-se, com isso, a queda do governo. Na apresentação do documento orçamental para 2025, por parte do secretário regional das Finanças, algo fica evidente: o território, onde toda a ação económica ocorre, está ausente do discurso e do pensamento político da região. Ou melhor, torna-se evidente que o espaço é apropriado apenas como meio de fazer crescer, indefinidamente, o capital económico. Para perceber a visão que o Governo Regional tem do território, cita-se seguidamente duas intervenções do então secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia.

A Região Autónoma da Madeira atravessa hoje o momento mais sólido e robusto da sua economia. **Nunca a Madeira esteve tão bem**, e os resultados da **boa política** e da estratégia levada a cabo pelo Governo Regional são indiscutivelmente visíveis. Não

---

<sup>256</sup> LOJA, António; CÂMARA, Maria; BARROSO, José; et al. *Carta a um governador: 22 de Abril de 1969*. pp. 4 -5.

fossem os **tempos de incerteza** e de instabilidade Política, a Região apresentaria máximos históricos na maioria dos parâmetros macroeconómicos ainda melhores. Hoje, as famílias madeirenses e porto-santenses gozam de uma maior estabilidade, e o setor empresarial de uma maior dinâmica e solidez, conforme atestam os principais indicadores económicos. A Madeira apresenta um **crescimento positivo há 41 meses ininterruptos**, fruto da estratégia implementada que tem permitido bons resultados orçamentais consecutivos, contas públicas equilibradas e garantindo a manutenção de uma reputação de credibilidade e estabilidade junto das diferentes instituições financeiras nacionais e internacionais. Uma **estratégia** alicerçada na gestão rigorosa e positiva das nossas contas públicas, mediante a qual conseguimos diminuir a dívida em mais de mil milhões de euros, com a consequente introdução de **maior liquidez na economia**. Fator essencial para a promoção do **investimento** e para a **criação de emprego**.<sup>257</sup>

Na tentativa de demonstrar o que foi dito, o secretário das finanças expõe alguns dados, tais como:

- Rácio da dívida regional em relação ao PIB: 73%;
  - Portugal: 100,6%;
  - União Europeia 81,5%;
- Crescimento regional em 2023: 3,1%;
  - 2024: 2,2%;
  - 2025: 2,2%;
- PIB regional em 2023: 6,6 mil milhões de euros;
  - 2024: 7,1 mil milhões de euros;
  - 2025: 7,1 mil milhões de euros;
- Economia regional: mais de 126 000 trabalhadores, número recorde de população ativa empregada;
- Taxa de desemprego regional: 5,7%;
- Renumeração média dos trabalhadores a nível regional: 1440 euros, mais 6% em relação ao ano anterior;
- Salário mínimo regional em 2024: 850 euros
  - 2025: 915 euros
- Criação de sociedades: 1175
- Aumento da população com mais de 16 anos: + 1,3% entre 2022 e 2023

---

<sup>257</sup> Rogério Gouveia (então secretário regional das Finanças). Intervenção inicial da apresentação do Orçamento Regional para 2025 e do PIDDAR 2025. (Reunião Plenária, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Funchal, 9 de dezembro de 2024, Reunião n.º 41). Disponível em: <https://www.alam.pt/pt/artigos/atividade-parlamentar/reuniao/21714/Reuniao-Plenaria-n-41>. [00:02:40]. Ênfase em negrito adicionada.

Estes são alguns dos dados inequívocos da consolidação da economia regional, e os resultados de uma governação que enfrentou a crise pandémica, os efeitos da guerra na Europa, uma crise inflacionista, eleições antecipadas [nacionais e regionais], uma governação em gestão e em duodécimos. Um caminho que construímos a favor de muitos e contra a vontade de poucos [...]. E apesar daqueles que procuram a todo o custo e por todos os expedientes **boicotar a normalidade e o crescimento económico**, continuaremos a responder às necessidades das nossas famílias e das nossas empresas. O orçamento que agora apresentamos nesta casa parlamentar é uma vez mais a escolha deste executivo a favor da estabilidade social e do crescimento da Região. Estabilidade é, aliás, a palavra chave desta proposta orçamental. [...] <sup>258</sup>

O orçamento da Região para 2025 é um instrumento de boa política económica para enfrentar **tempos de incerteza** [...], com prioridade à Habitação, à Educação, à Saúde e ao combate às alterações climáticas. <sup>259</sup>

Sublinhe-se o que pensa o secretário regional da Madeira, em meio de uma crise da habitação, da saúde e do ambiente: “Nunca a Madeira esteve tão bem”. A ideia de crescimento económico, embora abstrata, é o que formaliza a estratégia política da Região. Note-se a feliz coincidência entre a expressão “tempos de incerteza” – que impede o suposto melhor desempenho económico da Madeira – e o título da obra *1890-1914: No tempo das certezas* (DA COSTA, Angela. SCHWARCZ, Lilia. 2002), que dispensa mais comentários à análise já realizada no subcapítulo anterior. Por fim, verifique-se como a “estratégia” financeira da Região se baseia na injeção de “liquidez na economia”, que permite o “investimento” e a “criação de emprego”, e que, por sua vez, alimenta o investimento futuro. Note-se como o emprego – isto é, o *trabalho* – passou a depender diretamente do fluxo do capital económico. Trata-se de um ciclo ontologicamente desvinculado, que pressupõe um território inesgotável – expressão de um modo de pensar abstrato que insiste em ignorar os limites físicos do território.

---

<sup>258</sup> *Ibidem*. [00:06:00].

<sup>259</sup> *Ibidem*. [00:20:13].